

ESTUDOS & PESQUISAS
INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

29

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS

UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

2012

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Marcia Maria Melo Quintslr

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Denise Britz do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais
Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 29

Síntese de Indicadores Sociais

**Uma análise das condições de vida
da população brasileira
2012**

Rio de Janeiro
2012

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 **Estudos e pesquisas**

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional.

A série **Estudos e pesquisas** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4260-7 (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-4259-1 (meio impresso)

© IBGE. 2012

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato J. Aguiar- Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Aspectos demográficos

Famílias e domicílios

Educação

Atividades pessoais, inclusive trabalho

Padrão de vida e distribuição de renda

Direitos humanos

Referências

Anexos

1 Notas sobre a PNAD

2 Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

3 Grupamentos e divisões de atividade

Glossário

Lista de tabelas

1 Aspectos demográficos

- 1.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.2 - População residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.3 - Taxa de urbanização, razão de sexo, total e por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.4 - Razão de dependência, total, de jovens e de idosos e índice de envelhecimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.5 - Taxa de fecundidade total, por cor ou raça das mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.6 - Taxa de fecundidade total, por grupos de anos de estudo das mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.7 - Mulheres de 15 a 49 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por número de filhos nascidos vivos, segundo os grupos de idade e as Grandes Regiões - 2011
- 1.8 - Mulheres de 15 a 49 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo e indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2011
- 1.9 - População residente, por Grandes Regiões de residência, segundo o lugar de nascimento - 2011
- 1.10 - Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões de residência atual, segundo o lugar de nascimento - 2011
- 1.11 - População não natural, por lugar de nascimento, segundo as Grandes Regiões de residência - 2011
- 1.12 - População não natural, por Grandes Regiões de residência, segundo o lugar de nascimento - 2011
- 1.13 - Crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos, total e respectiva proporção, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.14 - Pessoas de 0 a 14 anos de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

- 1.15 - Pessoas de 15 a 24 anos de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.16 - Crianças de 0 a 14 anos de idade residentes em domicílios particulares permanentes, total sem abastecimento de água por rede geral, sem esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica e sem coleta de lixo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2011
- 1.17 - Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade ocupados, total e taxa de ocupação, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.18 - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por condição de atividade na semana de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.19 - Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.20 - Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.21 - Crianças, adolescentes e jovens de 10 a 24 anos, total, proporção que cuidava de afazeres domésticos e número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.22 - Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos ocupados na semana de referência, total, proporção que cuidava de afazeres domésticos e número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.23 - População residente total e pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.24 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.25 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.26 - População residente de 60 e 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2011

- 1.27 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.28 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.29 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.30 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.31 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total, com indicação da média de anos de estudo e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.32 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total, com indicação da média de anos de estudo e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 1.33 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal de todas as fontes, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.34 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal de todas as fontes, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.35 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.36 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.37 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.38 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.39 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2011

- 1.40 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por quintos de rendimento mensal familiar per capita, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.41 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.42 - Rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 60, 65 ou 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.43 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 1.44 - Média de horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011

2 Famílias e domicílios

- 2.1 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 2.2 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e unipessoais, por sexo da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 2.3 - Distribuição percentual dos arranjos familiares unipessoais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 2.4 - Arranjos familiares de casal com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade dos filhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 2.5 - Taxa de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, nos arranjos familiares com laços de parentesco residentes em domicílios particulares, por sexo da pessoa de referência e posição na família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 2.6 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo masculino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

- 2.7 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo feminino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 2.8 - Casais residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 2.9 - Média do rendimento familiar *per capita*, em salários mínimos, dos casais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 2.10 - Domicílios particulares permanentes, por número de arranjos residentes e arranjos familiares conviventes com uma família principal em domicílios particulares permanentes, total e respectiva distribuição percentual, por motivo para a convivência e número médio de pessoas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 2.11 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares por existência de filhos, total e respectiva distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 2.12 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 2.13 - Arranjos familiares monoparentais com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 2.14 - Domicílios particulares, pessoas e número médio de pessoas, por domicílio e dormitório, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 2.15 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção dos domicílios com acesso simultâneo aos serviços de saneamento, por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 2.16 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total, distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso simultâneo aos serviços de saneamento e iluminação elétrica, e proporção de domicílios particulares urbanos sem acesso simultâneo aos serviços de saneamento e iluminação elétrica por tipo de serviço, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

- 2.17 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção com acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e posse de bens duráveis e proporção de domicílios sem computador ou acesso à internet em relação aos domicílios sem acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e bens duráveis, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 2.18 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento médio mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, total e proporção com acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e posse de bens duráveis e proporção de domicílios sem computador ou acesso à internet em relação aos domicílios sem acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e bens duráveis, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

3 Educação

- 3.1 - Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 3.2 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 3.3 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade, nível de ensino e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 3.4 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 15 a 17 anos de idade, por quintos do rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 3.5 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 3.6 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino frequentado e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 3.7 - Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 3.8 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

- 3.9 - Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2001/2011
- 3.10 - Média de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos ou mais de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 3.11 - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, total e com 11 anos ou mais de estudo, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 3.12 - Pessoas de 25 a 64 anos de idade, total e que frequentam escola, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 3.13 - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, total e com 11 anos de estudo ou mais, total e respectiva proporção, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2001/2011
- 3.14 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB observado e metas projetadas, segundo o nível de ensino e a dependência administrativa - Brasil - 2005/2021
- 3.15 - Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino, por nível e rede de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 3.16 - Estudantes da rede pública e da rede particular no ensino fundamental, médio e superior, total e respectiva distribuição percentual, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2011
- 3.17 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2001/2011
- 3.18 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentam cursos de educação de jovens e adultos ou supletivo, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino, grupos de idade, cor ou raça e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011

4 Atividades pessoais, inclusive trabalho

- 4.1 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 4.2 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, total e respectiva distribuição percentual, por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2011

- 4.3 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 4.4 - Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 4.5 - Média de anos de estudo das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 4.6 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 4.7 - Percentual do rendimento médio das mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 4.8 - Percentual do rendimento médio dos pretos e pardos de 16 anos ou mais de idade ocupados em relação aos brancos, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 4.9 - Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 4.10 - Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 4.11 - Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 4.12 - Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 4.13 - Mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhos de 0 a 3 anos, total e respectiva distribuição percentual, por condição de ocupação e frequência dos filhos a creche, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

- 4.14 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas que vão direto do domicílio para o trabalho, total e respectiva distribuição percentual por tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 4.15 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas que vão direto do domicílio para o trabalho, total e respectiva distribuição percentual por tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

5 Padrão de vida e distribuição de renda

- 5.1 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 5.2 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 5.3 - Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 5.4 - Rendimento médio mensal familiar *per capita* das famílias com rendimento, em reais e em salários mínimos, dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos, e relação entre os rendimentos médios, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 5.5 - Distribuição percentual dos arranjos familiares unipessoais residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 5.6 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2011
- 5.7 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2011
- 5.8 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2011

- 5.9 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por rendimento familiar *per capita* e origem do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 5.10 - Distribuição percentual do total do rendimento familiar *per capita* dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por quintos do rendimento familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 5.11 - Rendimento mensal familiar *per capita*, médio e mediano, dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 5.12 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2011
- 5.13 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2011
- 5.14 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2011
- 5.15 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2011
- 5.16 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2011
- 5.17 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2011
- 5.18 - Média de anos de estudo e rendimento médio mensal de todos os trabalhos, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 5.19 - Distribuição do rendimento mensal familiar *per capita* das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2011

- 5.20 - População residente, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo os décimos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2011
- 5.21 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2011
- 5.22 - Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, total e proporção de pessoas com carências sociais, por tipo, e proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a 60% da mediana, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011
- 5.23 - Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, total e distribuição percentual por grupos de vulnerabilidade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

6 Direitos humanos

- 6.1 - Taxa de mortalidade específica por causas externas, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 6.2 - Taxa de mortalidade específica por causas externas, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 6.3 - Percentual de pessoas que se sentiam seguras no seu domicílio, bairro e cidade, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 6.4 - Indicadores antropométricos na população de 5 a 9 anos de idade, com base na distribuição de referência da Organização Mundial da Saúde - OMS, situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - período 2008-2009
- 6.5 - Indicadores antropométricos na população de 5 a 9 anos de idade, com base na distribuição de referência da Organização Mundial da Saúde - OMS, por sexo, segundo as classes de rendimento total e a variação patrimonial mensal familiar *per capita* - Brasil - período 2008-2009
- 6.6 - Indicadores antropométricos na população de 10 a 19 anos de idade, com base na distribuição de referência da Organização Mundial da Saúde - OMS, por sexo, e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - período 2008-2009
- 6.7 - Prevalência de déficit de peso, de excesso de peso e de obesidade na população com 20 anos ou mais de idade, de acordo com os critérios da Organização Mundial da Saúde - OMS, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - período 2008-2009

- 6.8 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por estado nutricional, com indicação do intervalo de confiança de 95%, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal - 2009
- 6.9 - Distribuição percentual dos óbitos em menores de 1 ano de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010
- 6.10 - Estimativas de taxa de mortalidade neonatal, segundo os países selecionados e as regiões UNICEF- 1990/2011
- 6.11 - Taxa de incidência de dengue e tuberculose, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 6.12 - Taxa de incidência de AIDS e variação percentual, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 2001/2008
- 6.13 - Pessoas que foram vítimas de tentativa de roubo ou furto, roubo ou furto e agressão física no período de referência de 365 dias, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 6.14 - Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher, total e respectiva distribuição percentual, segundo o tipo de relato - Brasil - 2009-2012
- 6.15 - Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher, total e respectiva distribuição percentual, segundo algumas características da agressão relatada - Brasil - 2011
- 6.16 - Candidatos às eleições e eleitos, total e respectiva distribuição percentual, com indicação da relação eleitos/candidatos, por sexo, segundo o cargo eletivo - Brasil - 2006/2010
- 6.17 - Concluintes de cursos de graduação presenciais, total e respectiva distribuição percentual, por rede de ensino e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 6.18 - Taxa de reprovação escolar, por nível e rede de ensino, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2011
- 6.19 - Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - período 2008-2009
- 6.20 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa - Brasil - período 2008-2009
- 6.21 - Domicílios particulares ocupados e população residente em domicílios particulares ocupados, total e em aglomerados subnormais, e número de aglomerados subnormais, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os municípios - 2010

- 6.22 - Proporção de domicílios particulares permanentes cadastrados em unidade de Saúde da Família e proporção de pessoas residentes cobertas por planos de saúde, segundo as classes de rendimento domiciliar *per capita* em salários mínimos - Brasil – 2008
- 6.23 - Famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, segundo as Unidades da Federação - 2011
- 6.24 - Acidentes de trabalho, total e distribuição percentual, por situação de registro de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT e motivo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 6.25 - Acidentes de trabalho, por indicadores selecionados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 6.26 - Taxa estimada de desocupação na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, grupos de idade e grupos de anos de estudo, segundo os meses da pesquisa nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre - 2010/2011
- 6.27 - Dados das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 6.28 - Pedidos de informação junto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, total e distribuição percentual, segundo os órgãos mais acessados - Brasil - setembro de 2012
- 6.29 - Pedidos negados de informação junto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, total e distribuição percentual, segundo os motivos que justificaram a negativa das respostas - Brasil - setembro de 2012
- 6.30 - Número de magistrados e servidores da Justiça Estadual, total e percentual, segundo as Unidades da Federação - 2010

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Os indicadores apresentados neste volume da *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012* têm como objetivo possibilitar um conhecimento mais amplo da realidade social do País.

Nesta edição da publicação, realizou-se um esforço adicional de organização temática, com vistas a um incremento de articulação dos indicadores em relação às edições anteriores, seguindo recomendações internacionais. Os enfoques de gênero e cor ou raça foram abordados de forma transversal sempre que as informações estatísticas assim permitissem.

A principal fonte de informação para a construção dos indicadores foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, referente a 2011, cuja cobertura abrange todo o Território Nacional. Seus resultados foram combinados a outras fontes de dados, tanto internos quanto externos, incluindo pesquisas e registros administrativos. No caso do IBGE, utilizaram-se, ainda, a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC e as Estatísticas do Registro Civil, entre outras. As fontes externas analisadas contemplaram as bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação, do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC, do Ministério da Saúde, e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, entre outras informações. Esse procedimento de combinar diversas fontes possibilitou uma visão mais abrangente das condições de vida da população.

O CD-ROM que acompanha a publicação contém, além das informações do volume impresso, em formato PDF, as tabelas em formato Excel.

Marcia Maria Melo Quintsler
Diretora de Pesquisas

Introdução

Nos anos 1990, a Organização das Nações Unidas - ONU promoveu diversas conferências abordando as mudanças que vinham ocorrendo no contexto das sociedades modernas, o que impôs aos institutos nacionais de estatísticas o desafio de estruturar e produzir, de forma sistemática, informações que contribuíssem para a melhor compreensão da realidade de cada país. Com esse intuito, a *Síntese de indicadores sociais* passou a ser publicada, em 1999, com o objetivo de apresentar uma série de indicadores que pudessem retratar as condições de vida da população, focalizando temas da agenda social contemporânea.

Com uma estrutura baseada em capítulos, os temas até então abrangidos em seus diversos volumes contemplavam aspectos demográficos da população brasileira (taxas de mortalidade, fecundidade, entre outros), referentes a grupos populacionais específicos (crianças, jovens, idosos e mulheres), desigualdades raciais, arranjos familiares, domicílios, educação, trabalho e rendimento. A Síntese sempre forneceu uma ampla gama de indicadores, desagregados, quando possível, por níveis diferenciados de rendimento familiar, com o intuito de evidenciar as desigualdades presentes na sociedade brasileira. A ótica da vulnerabilidade também estava presente em diversos capítulos, sendo examinada por meio da análise conjunta de variáveis explicativas das diversas destituições de indivíduos e famílias, como baixa escolaridade, saneamento inadequado, taxas de desocupação e baixos rendimentos.

Inserida no compromisso do IBGE de aprimoramento e atualização sistemática de seus produtos, a presente Síntese traz, nesta edição de 2012, um conjunto de indicadores sociais de forma

mais integrada, tendo em vista que o estudo e o conhecimento das condições de vida da população exigem a construção e a sistematização de indicadores sociais que permitam avaliar não só a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, famílias e grupos sociais, como também a efetivação de direitos humanos e sociais e o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades.

Neste volume, a questão da desigualdade permanece como eixo principal da análise das condições de vida. Ao mesmo tempo em que é transversal, incide de maneira diferenciada no tempo e no espaço. Entende-se a desigualdade como um fenômeno multidimensional, assim como os aspectos relacionados à pobreza e exclusão social que, no Brasil, historicamente a acompanham. Sem hierarquizar suas dimensões componentes, a sistematização aqui proposta para os indicadores sociais busca estabelecer conexões e elos importantes entre a agenda social proposta pela sociedade e o governo, a viabilidade e a disponibilidade de informações estatísticas, bem como a combinação das diversas fontes de dados existentes (pesquisas amostrais, censos demográficos e registros administrativos) e suas interfaces e limitações. A Síntese constitui uma matriz de indicadores abrangente, portanto, mas ainda em construção, e dinâmica, como deve ser uma matriz através da qual se pretende analisar fenômenos em constante mutação, novas prioridades, novos e velhos temas, novas e velhas inter-relações. O intuito é apresentar um quadro geral de informações sociais para a população brasileira em determinado ano, mostrar suas tendências, situá-las em suas conjunturas e subsidiar a formulação de políticas públicas nas suas temáticas específicas.

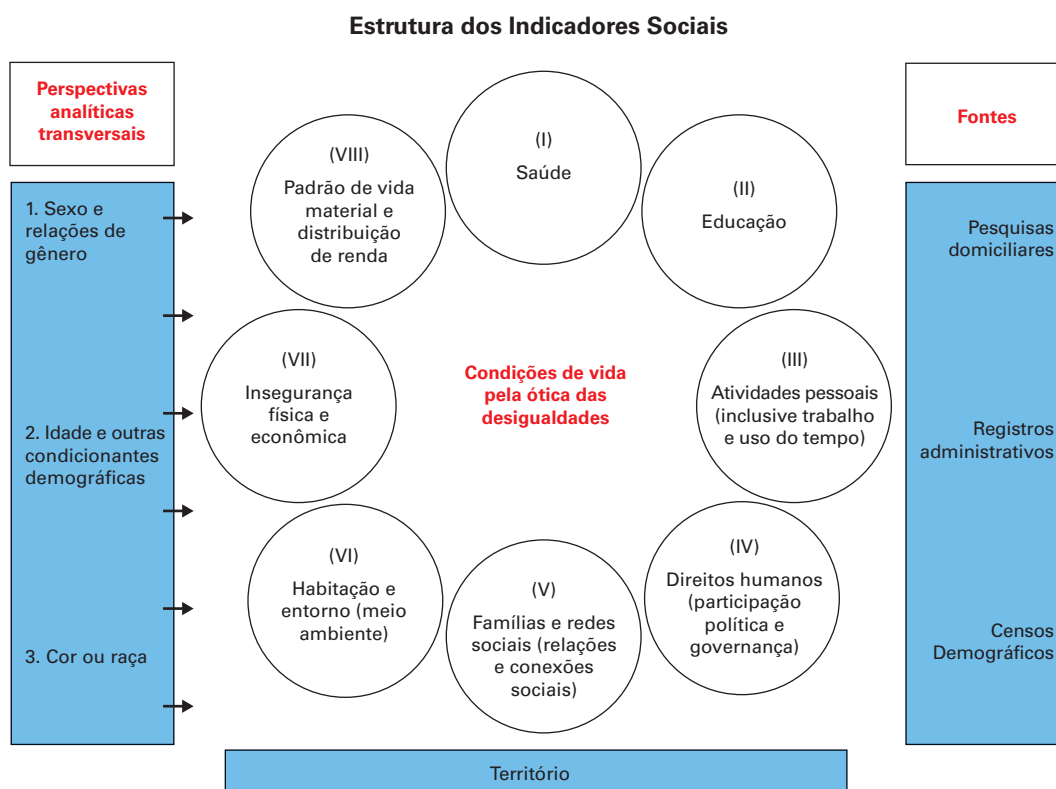
O documento *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, apresentado, em 2009, pelos cientistas sociais Joseph E. Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, trouxe uma série de recomendações importantes para a produção de estatísticas econômicas e sociais, com ênfase no *gap* existente entre a mensuração dos fenômenos socioeconômicos e a percepção dos cidadãos sobre esses mesmos fenômenos, ou seja, trata da necessidade de se investir numa melhor captação de variáveis e fenômenos muitas vezes não diretamente ou não objetivamente mensuráveis¹.

A segunda parte do referido Relatório foi a que mais diretamente inspirou a proposta da presente publicação. O tema “qualidade de vida”, definida como um conceito mais amplo que padrão de vida e produção econômica, inclui toda a gama de fatores que influenciam o que valoriza-se na vida, alcançando aspectos além de seu lado material, mais constantemente retratado como *proxy* de bem-estar e qualidade de vida nas estatísticas. Para mensurá-la, o Relatório traça recomendações para a produção de informações e estatísticas sociais que vão ao encontro de diversos aspectos que já vinham sendo individualmente abordados nos volumes anteriores da *Síntese de indicadores sociais*.

Ainda segundo o Relatório, pesquisas acadêmicas e iniciativas concretas desenvolvidas no mundo permitem identificar oito dimensões-chave a serem consideradas simultaneamente na análise de bem-estar e condições de vida da população: (i) Saúde; (ii) Educação, (iii) Atividades pessoais, incluindo trabalho e uso do tempo; (iv) Participação política e governança; (v) Relações e conexões sociais; (vi) Meio ambiente (condições

¹ Para informações complementares, consultar: STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. 2009. 292 p. Relatório apresentado pela Comissão, Paris, 14 set. 2009. Disponível em: <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf>. Acesso em: out. 2012.

presentes e futuras); (vii) Insegurança de natureza econômica e física; e (viii) Padrão de vida material (renda, consumo e riqueza). Dadas as similitudes com alguns dos temas já tratados nos volumes anteriores, buscou-se adequar, de maneira ainda preliminar, a estrutura de trabalho da Síntese 2012 às recomendações e dimensões apresentadas, por considerá-las construídas de forma mais abrangente e integradas entre si (Figura 1).



Na sistematização ora apresentada, algumas revisões e adaptações foram propostas em função da realidade brasileira e, também, da disponibilidade e atualidade dos dados. O tema saúde, embora mereça uma seção especificamente dedicada a ele, figura, neste volume, compondo outros temas, como os relacionados às questões de saneamento básico e direitos humanos. Os temas habitação (domicílios) e famílias foram analisados de forma conjunta e o tema insegurança física e econômica foi tratado no capítulo dedicado a direitos humanos. Dessa forma, as análises sobre o bem-estar e as condições de vida da população estão estruturadas, na *Síntese de indicadores sociais 2012*, em seis capítulos, a saber: Aspectos demográficos; Famílias e domicílios; Educação; Atividades pessoais, inclusive trabalho; Padrão de vida e distribuição de renda; e Direitos humanos.

Aspectos demográficos

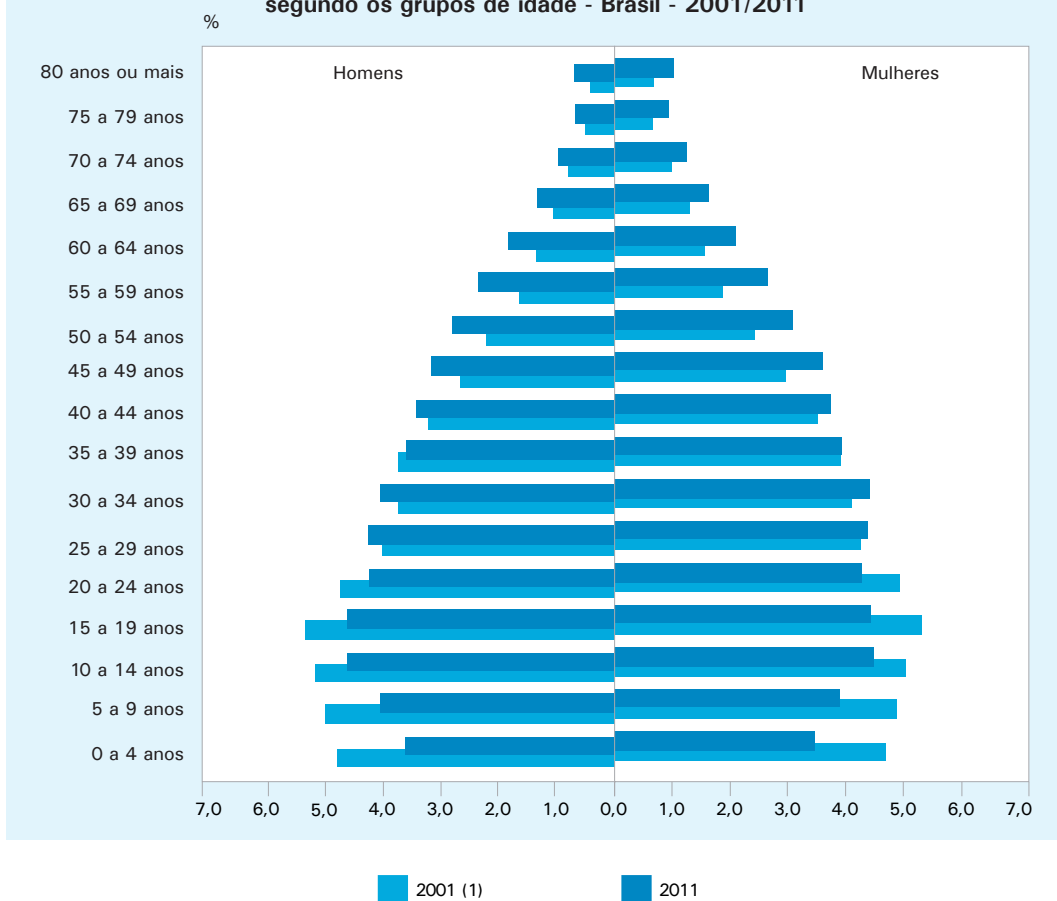
A abordagem deste capítulo é efetuada por meio da análise do volume da população, bem como de suas alterações no tempo, distribuição espacial e composição, segundo as diferentes características. Assim, o primeiro aspecto a ser avaliado é o tamanho da população e os fatores a ele relacionados, como o comportamento reprodutivo, o padrão de mortalidade e os movimentos migratórios. É fundamental, também, na análise dos indicadores demográficos, avaliar a população segundo a sua composição por grupos de idade e sexo, uma vez que esta distribuição afeta tanto as componentes demográficas, tais como fecundidade, mortalidade e migração, quanto os aspectos socioeconômicos da população.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, em 2011, a população brasileira atingiu 195,2 milhões de habitantes e sua densidade demográfica, 22,9 hab./km². Nota-se como a população está desigualmente distribuída no território ao verificar que o Estado do Amazonas, com área correspondente a 18,4% do total nacional, possui densidade demográfica de 2,3 hab./km², enquanto o Distrito Federal, que tem área inferior a 0,1% do território, conta com densidade demográfica de 462,1 hab./km² (Tabela 1.1).

A Região Sudeste concentra 42,0% da população brasileira em seu território, com 82,1 milhões de habitantes. São Paulo (21,6%) e Minas Gerais (10,2%) são as Unidades da Federação com as maiores proporções de população residente. A concentração da população nas regiões metropolitanas também se dá de forma bem diferenciada: enquanto a Região Metropolitana do Rio de Janeiro detém 73,7% da população do estado, as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador totalizam cerca de ¼ da população de seus respectivos estados (Tabela 1.1).

A análise da distribuição da população por grupos de idade e sexo ilustra a tendência de envelhecimento da estrutura etária, que é reflexo, principalmente, da diminuição das taxas de fecundidade. Segundo dados da PNAD, em 2001, a participação dos grupos de 0 a 4 e 5 a 9 anos de idade já era inferior à do grupo de 10 a 14 anos de idade, ou seja, o estreitamento da base da distribuição populacional mostrava-se um fenômeno presente. Na estrutura etária populacional de 2011, observa-se que o estreitamento da base da distribuição está ainda mais acentuado. Além disso, a comparação entre os anos de 2001 e 2011 mostra que a participação do grupo com até 24 anos de idade passou de 48,2%, em 2001, para 40,2%, em 2011. Por outro lado, fica também evidente o aumento da participação do grupo com 45 anos ou mais de idade, que era de 22,4%, em 2001, e atingiu 29,1%, em 2011 (Gráfico 1.1 e Tabela 1.2). Uma análise mais detalhada sobre o grupo com até 24 anos de idade é apresentada na parte que trata de crianças, adolescentes e jovens neste capítulo; e, sobre o grupo com 60 anos ou mais de idade, na parte sobre idosos neste mesmo capítulo.

Gráfico 1.1 - Distribuição percentual da população residente, por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2001/2011



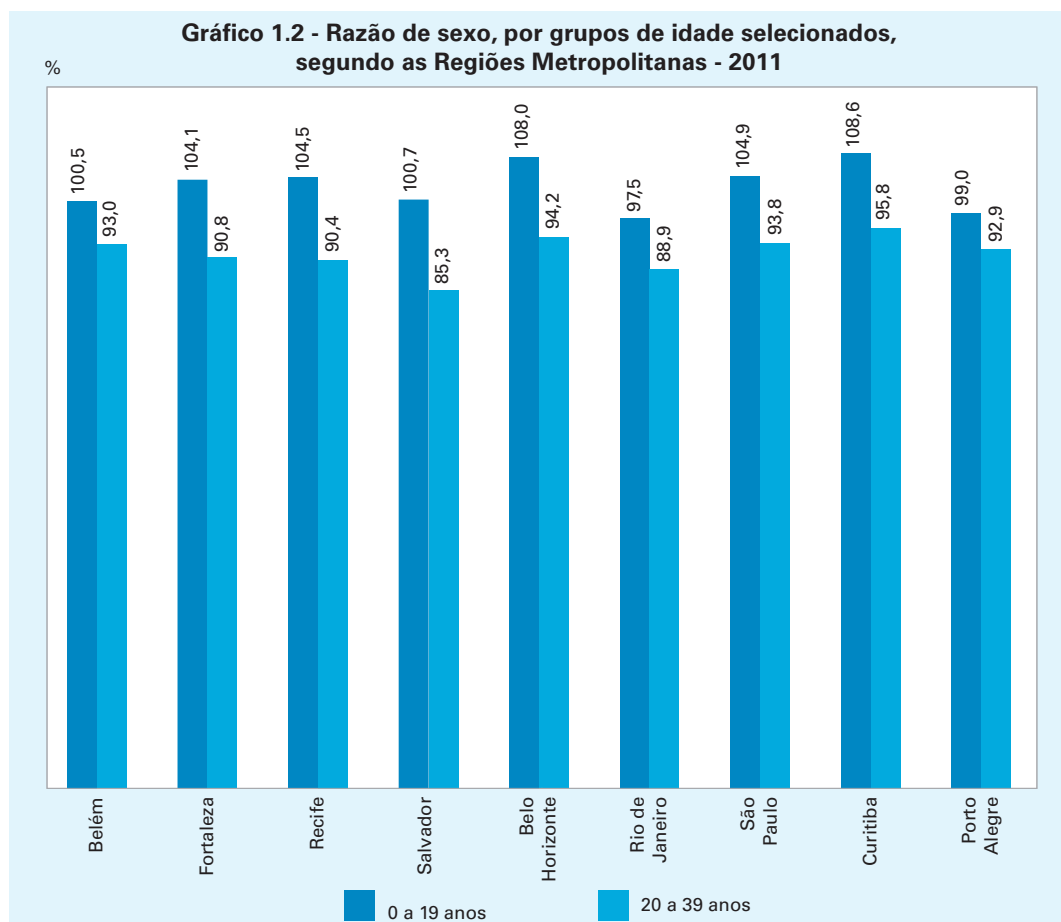
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A taxa de urbanização, que consiste na proporção de pessoas residentes em áreas urbanas, foi de 85,0% para o País em 2011. A Região Nordeste registra a menor taxa de urbanização, 73,7%, sendo que Maranhão (60,2%) e Piauí (66,5%) são os estados menos representativos no que diz respeito a este indicador. No outro extremo, Rio de Janeiro (97,4%) e São Paulo (96,8%) concentram quase a totalidade de sua população em áreas urbanas (Tabela 1.3).

A razão de sexo, que corresponde à razão entre o número de pessoas do sexo masculino para cada 100 pessoas do sexo feminino, foi de 94,3 para o Brasil. Este indicador mostra o relativo equilíbrio (ou desequilíbrio) entre os sexos numa determinada população e, sob este aspecto, é uma informação importante para se analisar questões relacionadas a gênero. Por exemplo, uma vez que a mortalidade é diferenciada para os sexos, sendo que as taxas de mortalidade para homens são maiores que para mulheres, há uma tendência de diminuição da razão de sexo com o aumento da idade, quando o número acumulado de mulheres sobreviventes é maior que o de homens. Assim, em 2011, a razão de sexo no grupo etário de 0 a 19 anos foi de 103,8 e, no grupo de pessoas de 60 anos ou mais, atingiu 79,5 homens para cada 100 mulheres na mesma faixa etária (Tabela 1.3).

Ao analisar a composição da população por sexo nas Regiões Metropolitanas, observa-se que a participação das mulheres é maior nestas áreas quando comparada à participação nas Unidades da Federação correspondentes, ou seja, nas regiões metropolitanas, a razão de sexo é menor. Comparando-se o grupo de 0 a 19 anos de idade, verifica-se que nas Regiões Metropolitanas de Curitiba (razão de sexo de 108,6) e Belo Horizonte (108,0) as razões de sexo são mais elevadas para este grupo etário. No grupo seguinte, de 20 a 39 anos, faixa etária de maior destaque quando o tema é nupcialidade, a participação das mulheres é sempre maior que a dos homens para todas as regiões metropolitanas. Curitiba (razão de sexo de 95,8), Belo Horizonte (94,2) e São Paulo (93,8) são as regiões metropolitanas que apresentaram os valores mais elevados, enquanto as de Salvador (85,3) e Rio de Janeiro (88,9) possuem os valores mais baixos para este indicador no grupo etário considerado (Gráfico 1.2 e Tabela 1.3).

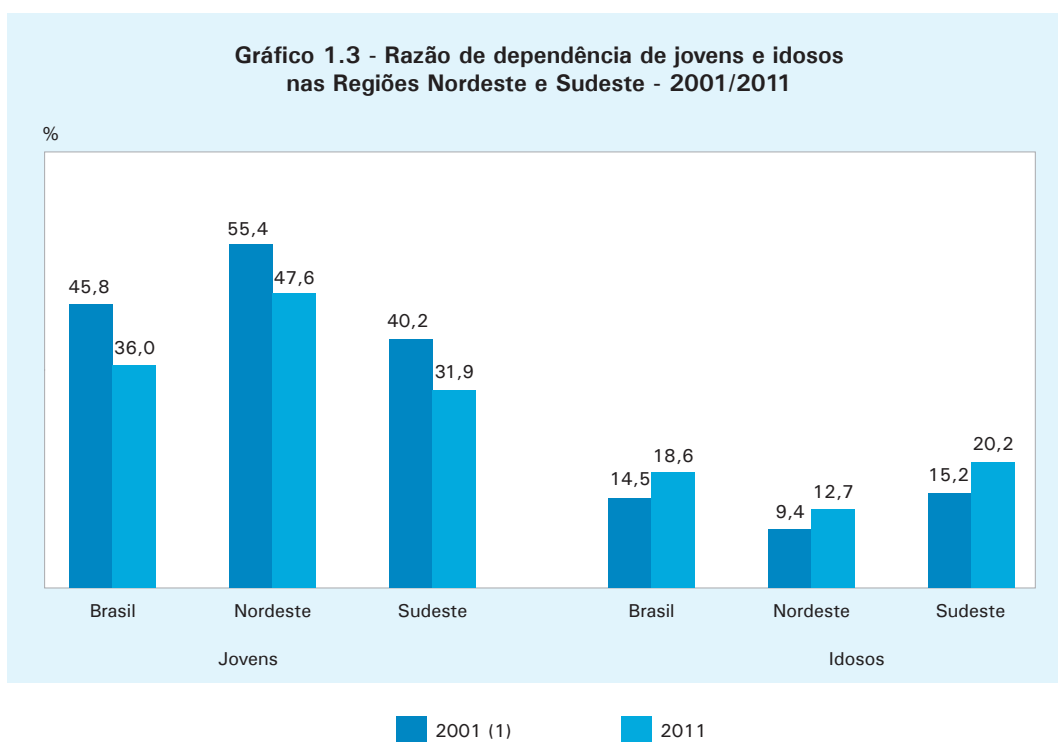


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

A razão de dependência total mede a razão entre o número de pessoas consideradas inativas (pessoas menores de 15 anos ou com 60 anos ou mais de idade) e o de pessoas potencialmente ativas (aquelas com 15 a 59 anos de idade). Este indicador pode ser examinado, também, em cada um dos grupos etários economicamente dependentes, sendo denominado, então, razão de dependência de jovens e razão de dependência de idosos.

No Brasil, a razão de dependência total mostra que há uma diminuição do grupo economicamente dependente em relação ao grupo de pessoas potencialmente ativas. Em 2001, esse indicador era de 60,3 pessoas economicamente dependentes para cada 100 pessoas em idade potencialmente ativa, passando para 54,6 em 2011. Esse aumento relativo da população em idade potencialmente ativa pode ser uma boa oportunidade econômica para o País, desde que essas pessoas estejam inseridas no mercado de trabalho, especialmente em postos qualificados.

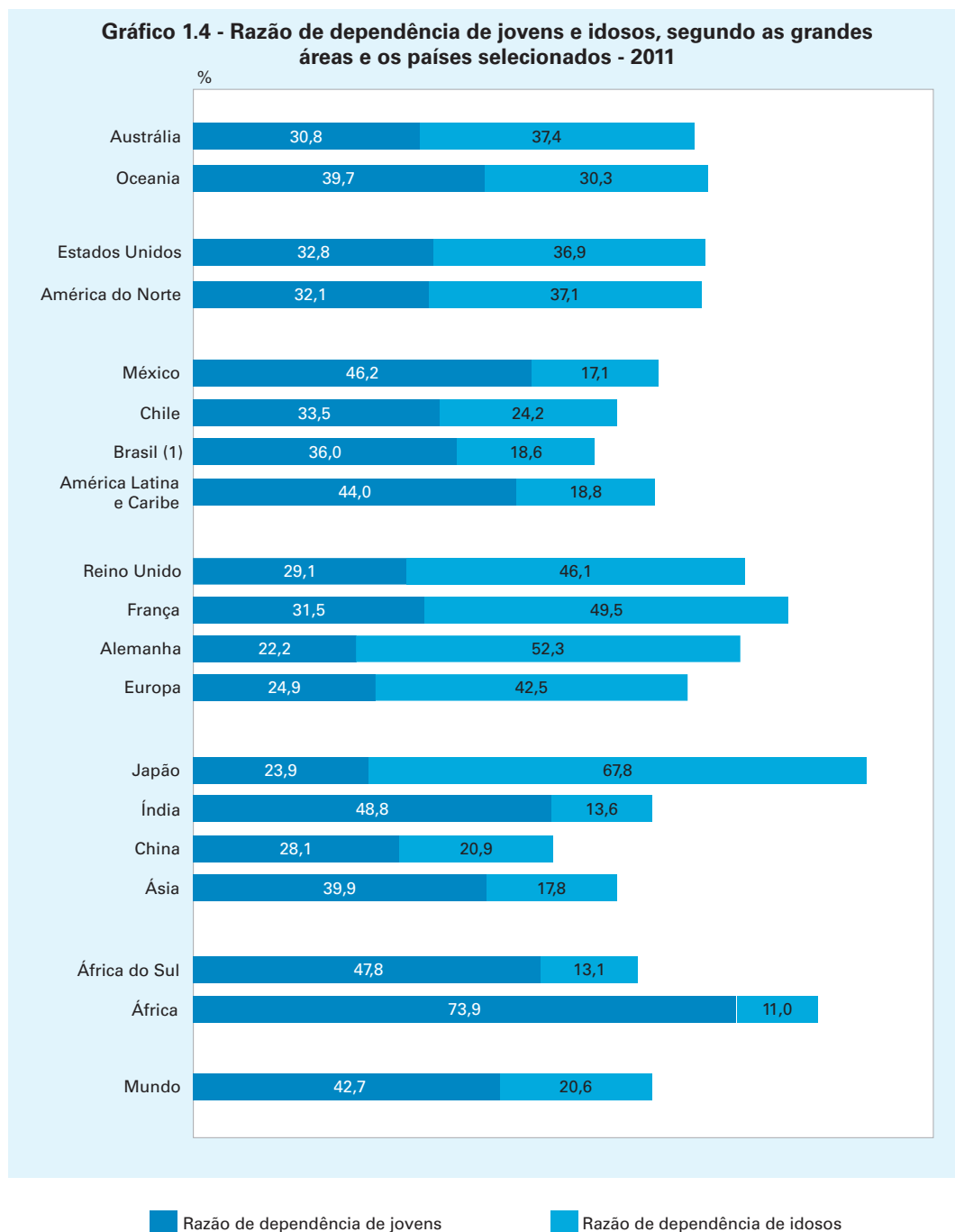
Por utilizar grupos etários, a razão de dependência também é um indicador importante para se avaliar o processo de envelhecimento de uma população. No caso do Brasil, os dados refletem o forte processo de envelhecimento da população: de 2001 para 2011, diminuiu de 45,8 para 36,0 o número de pessoas de 0 a 14 anos para cada 100 pessoas de 15 a 59 anos de idade. No outro extremo, aumentou de 14,5 para 18,6 a quantidade de pessoas de 60 anos ou mais de idade para cada grupo de 100 pessoas em idade potencialmente ativa (Gráfico 1.3 e Tabela 1.4). Uma vez que a dinâmica demográfica se deu de forma diferenciada entre as Grandes Regiões, verifica-se que, em 2011, a razão de dependência de jovens na Região Nordeste ainda é maior do que a encontrada na Região Sudeste em 2001.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Para contextualizar a dinâmica populacional brasileira num âmbito mundial, ilustra-se a razão de dependência de jovens e de idosos para diferentes regiões e países. Em 2011, a razão de dependência total no mundo foi de 63,3 pessoas dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa, sendo que a componente de jovens foi de 42,7 e a de idosos, 20,6. Por um lado, a África é caracterizada pela elevada razão de dependência de jovens (73,9), enquanto as maiores razões de dependência de idosos estão no Japão (67,8), Itália (55,4) e Alemanha (52,3). A composição populacional de cada país faz com que cada um deles enfrente desafios específicos em relação ao desenvolvimento de políticas sociais (Gráfico 1.4).

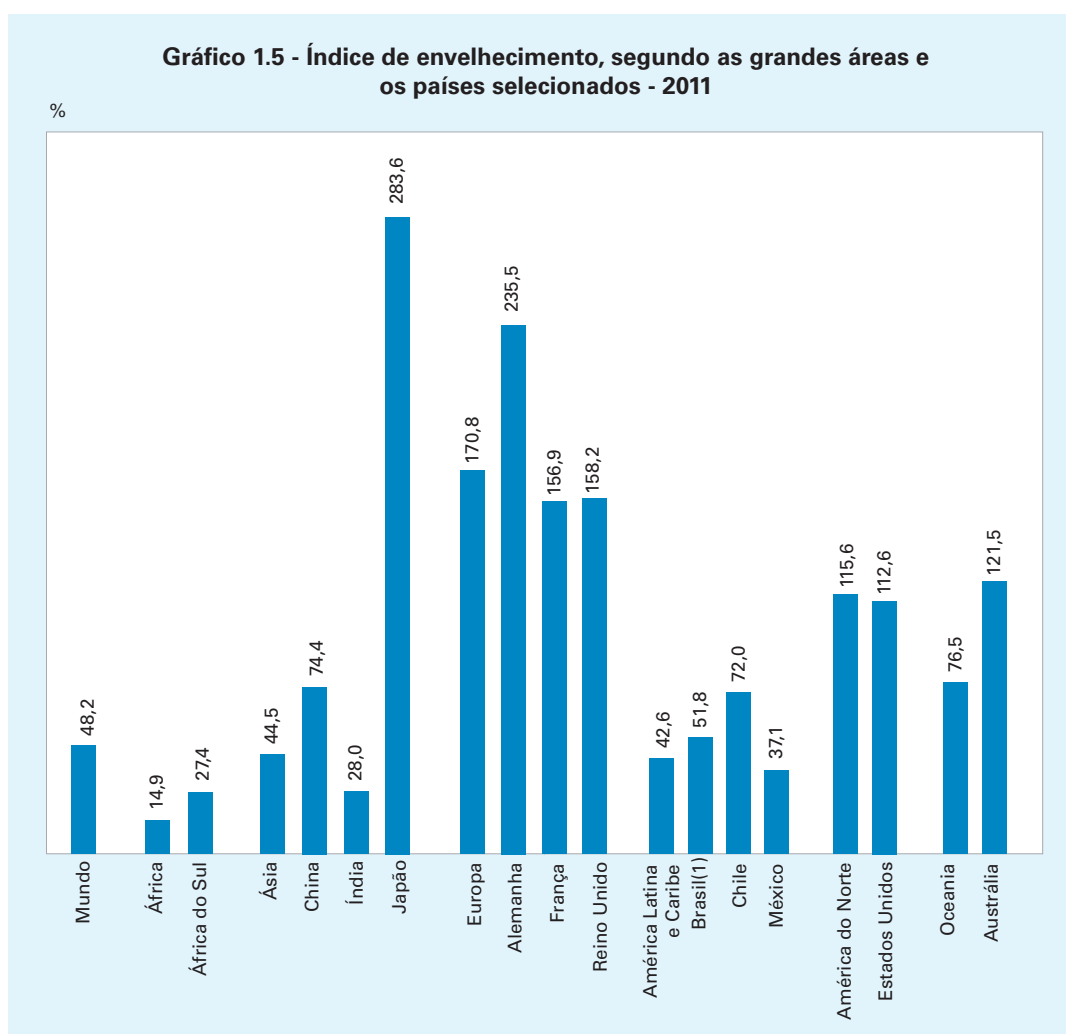


Fonte: World population prospects: the 2010 revision. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2011. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>>. Acesso em: out. 2012.

(1) Dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011, realizada pelo IBGE.

Outro indicador que reflete características do envelhecimento populacional é o índice de envelhecimento, medido pela razão entre o número de pessoas de 60 anos ou mais de idade para cada 100 pessoas de menos de 15 anos de idade. Como reflexo da diminuição da participação do grupo com menos de 15 anos de idade e do aumento da participação das pessoas de 60 anos ou mais de idade, o índice de envelhecimento no Brasil se elevou de 31,7, em 2001, para 51,8, em 2011, ou seja, atualmente há aproximadamente uma pessoa de 60 anos ou mais de idade para cada duas pessoas de menos de 15 anos de idade. Merece destaque a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em que este indicador foi de 80,2 (Tabela 1.4).

Sob uma perspectiva internacional, o índice de envelhecimento mundial, de 48,2, foi bem próximo do valor medido para o Brasil, de 51,8. No Japão, o índice de envelhecimento foi de 283,6, o que significa que havia quase três idosos de 60 anos ou mais de idade para cada pessoa de até 15 anos de idade. Com população bastante envelhecida e baixos níveis de fecundidade, a Europa também apresenta elevado índice de envelhecimento (170,8) (Gráfico 1.5).



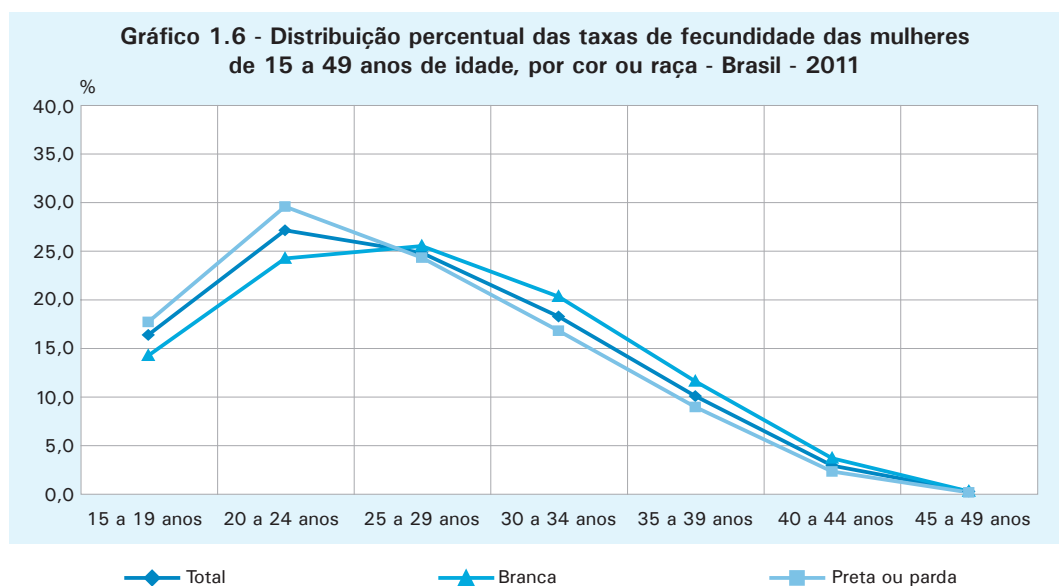
Fonte: World population prospects: the 2010 revision. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2011. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>>. Acesso em: out. 2012.

(1) Dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011, realizada pelo IBGE.

A fecundidade é a principal componente demográfica relacionada com a estrutura etária da população. Assim, populações jovens normalmente estão associadas à alta fecundidade, enquanto uma estrutura populacional envelhecida associa-se com níveis de fecundidade mais baixos. Entre os indicadores de fecundidade, destaca-se a taxa de fecundidade total, que mede o número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher teria ao fim do seu período reprodutivo. Em 2011, a taxa de fecundidade total para o Brasil foi de 1,95 filho por mulher. O histórico declínio das taxas de fecundidade é reflexo das mudanças ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas, tais como: aumento da urbanização, maior participação de mulheres no mercado de trabalho, elevação da escolaridade, disseminação cada vez maior dos métodos anticoncepcionais, entre outras mudanças. É importante destacar que a taxa de fecundidade vem sofrendo um processo de redução bastante acentuado em todos os grupos sociais (Tabela 1.5).

Um dos condicionantes da fecundidade que desperta grande interesse é a variável cor ou raça da mulher. As mulheres brancas apresentaram, em 2011, taxa de fecundidade de 1,63 filho por mulher, enquanto para as mulheres pretas ou pardas esse indicador foi de 2,15 filhos por mulher. A taxa de fecundidade das mulheres brancas foi mais baixa em todas as Grandes Regiões, sendo seu valor, inclusive, inferior ao nível de reposição da população (que corresponde à taxa de fecundidade de 2,1 filhos por mulher). As mulheres pretas ou pardas apresentaram taxa de fecundidade 32,1% maior do que a das brancas. A maior diferença relativa foi observada na Região Sul, onde as mulheres pretas ou pardas apresentaram taxa de fecundidade 37,1% maior do que a das brancas. A taxa de fecundidade é superior ao nível de reposição para o grupo de mulheres pretas ou pardas nas Regiões Norte (2,60), Sul (2,32) e Nordeste (2,19) (Tabela 1.5).

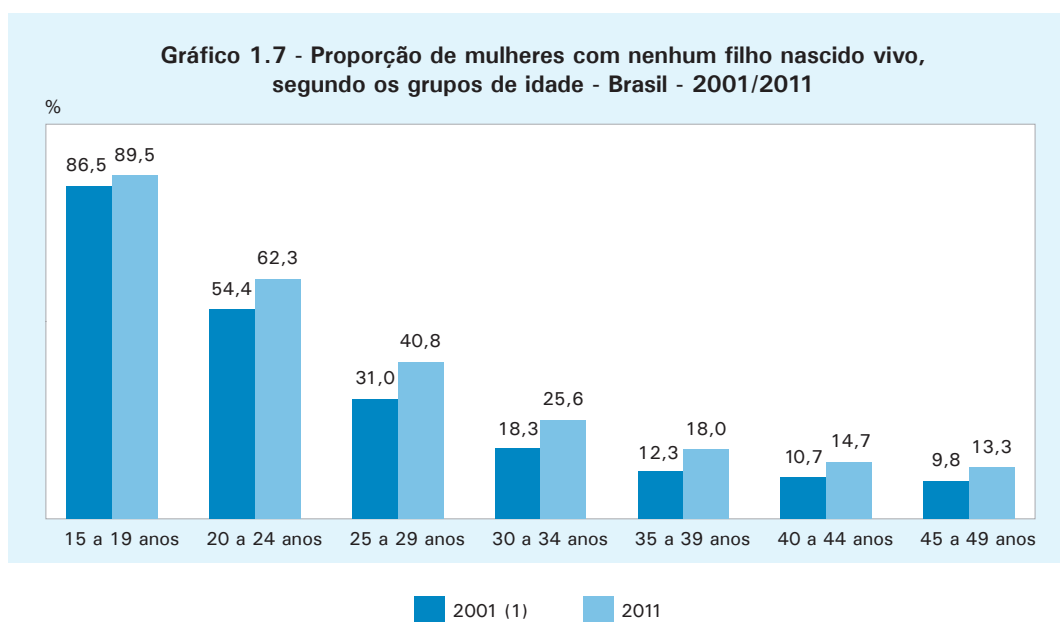
A análise do padrão etário da fecundidade, que corresponde à distribuição percentual das taxas de fecundidade por grupos de idade no intervalo correspondente ao período reprodutivo, indica que, no Brasil, a fecundidade das mulheres pretas ou pardas é mais rejuvenescida que a estrutura de fecundidade das mulheres brancas. Para pretas ou pardas, a fecundidade é mais concentrada no grupo de 20 a 24 anos de idade (29,6%), enquanto para as brancas existe uma maior concentração no grupo etário de 25 a 29 anos (25,5%) (Gráfico 1.6).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Uma variável socioeconômica relacionada à fecundidade refere-se à escolaridade da mulher. No Brasil, as mulheres com menor nível de escolaridade – até 7 anos de estudo - apresentaram taxa de fecundidade total de 3,07 filhos, enquanto entre as mais escolarizadas a taxa foi substancialmente mais baixa, de 1,69 filho por mulher. A principal diferença que se observa entre estes grupos de mulheres é encontrada na Região Norte, em que a fecundidade das mulheres com até 7 anos de estudo, equivalente a 3,97 filhos, é praticamente o dobro daquela verificada entre aquelas com 8 anos ou mais de estudo, que foi de 2,01 filhos por mulher, em 2011 (Tabela 1.6).

Um indicador interessante relacionado à fecundidade corresponde à proporção de mulheres, em diferentes grupos etários, que não tiveram filhos nascidos vivos. Da mesma forma que o Brasil vem experimentando um processo de queda na fecundidade, observa-se também que a proporção de mulheres que não tiveram filhos nascidos vivos aumentou na última década. Em 2001, 54,4% das mulheres de 20 a 24 anos de idade não tiveram nenhum filho nascido vivo, enquanto, em 2011, este indicador atingiu 62,3% das mulheres do mesmo grupo de idade. Para o grupo etário de 20 a 34 anos, percebe-se que a proporção de mulheres que não tiveram filhos se eleva substancialmente em 2011. Entre as jovens de 15 a 19 anos, grupo considerado inicial para o período reprodutivo, constata-se que 89,5% delas não tiveram filho; no grupo final do período reprodutivo, formado pelas mulheres de 45 a 49 anos de idade, 13,3% não tiveram filho nascido vivo (Gráfico 1.7 e Tabela 1.7).

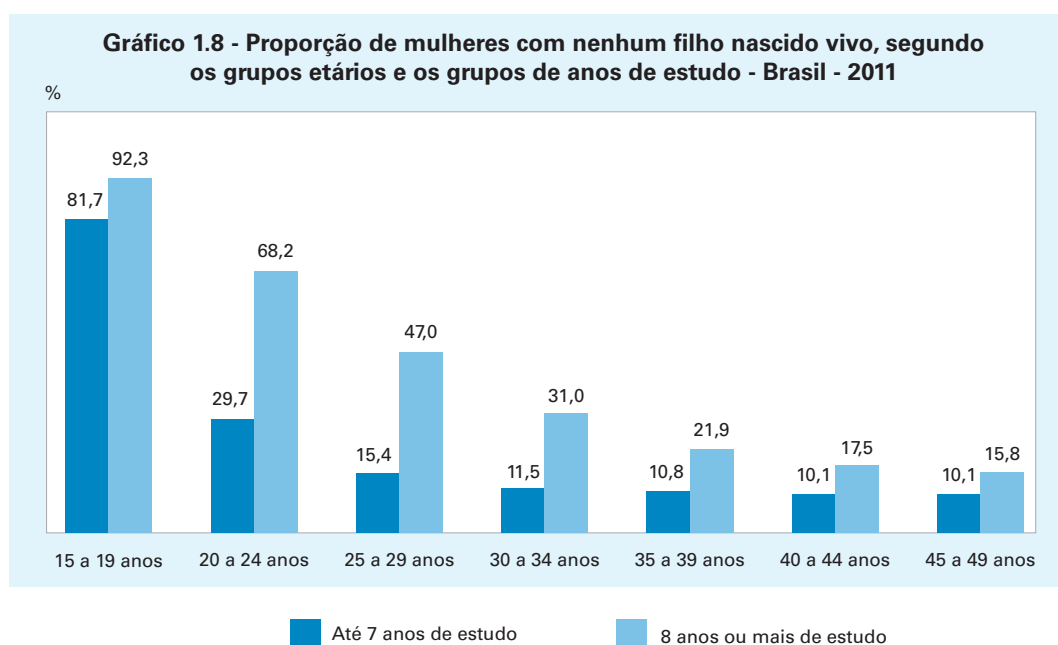


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A proporção de mulheres que permanecem sem ter filhos é diferenciada segundo a escolaridade da mulher. As mais escolarizadas têm maior acesso à informação e, conseqüentemente, a práticas contraceptivas. Além disso, há que se registrar que a ascensão da escolaridade está cada vez mais valorizada no mercado de trabalho. Em 2011, percebe-se que, entre as mulheres de 15 a 19 anos de idade com maior escolaridade (8 anos ou mais de estudo), 7,3% tinham filhos, enquanto entre as menos escolarizadas

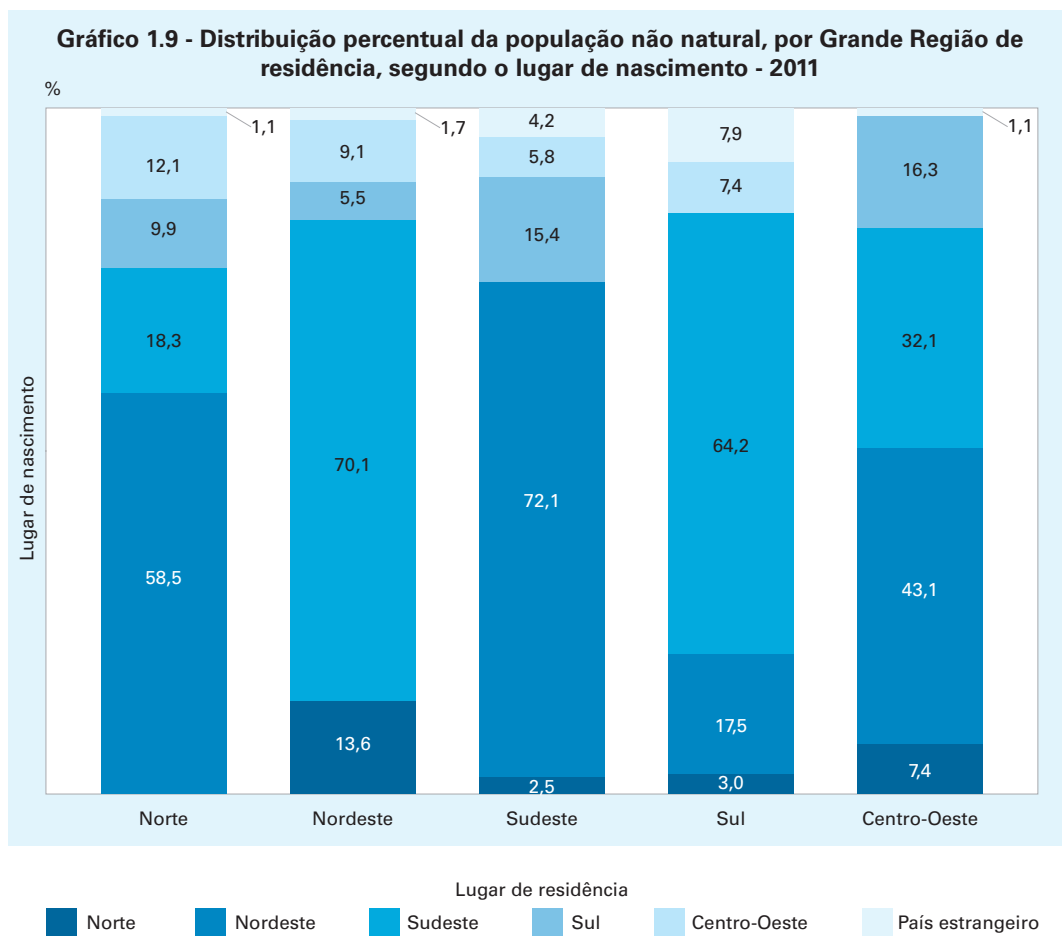
esta proporção aumenta para 18,3%. Como a fecundidade, em muitos casos, atrasa ou mesmo interrompe o processo de escolarização da mulher, que se mantém ainda como a principal responsável pelo cuidado dos filhos, percebe-se a necessidade de políticas públicas relacionadas ao cuidado de dependentes voltadas para essas jovens que já têm filhos e desejam retornar ou mesmo não interromper os estudos devido à maternidade. Para as mulheres de 20 a 34 anos de idade, é ainda mais expressiva a diferença na proporção de mulheres que não tiveram filhos, por grupos de anos de estudo (Gráfico 1.8 e Tabela 1.8).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

O cruzamento da informação da população residente em determinada região com o quesito sobre Unidade da Federação ou país estrangeiro em que a pessoa nasceu, disponível na base de dados da PNAD, permite identificar as pessoas que, em algum momento da sua vida, realizaram ao menos um movimento migratório. No entanto, esta informação não especifica o tempo em que esse movimento ocorreu, nem se houve outros deslocamentos entre o nascimento e o deslocamento para o atual local de residência. Dessa forma, com o dado sobre local de residência e local de nascimento, tem-se a informação sobre o estoque de pessoas naturais e não naturais em cada região, resultado da migração ocorrida no passado.

Na composição da população residente na Região Norte, em 2011, observa-se que 15,7% das pessoas não nasceram nesta região, provindo a maioria (58,5%) da Região Nordeste. Esta, por sua vez, apresentou a menor participação (2,8%) de residentes não naturais e, entre estes, 70,1% nasceram na Região Sudeste. A Região Sul contava com população de não naturais de 5,9%, dos quais 7,9% nasceram em outro país. A Região Centro-Oeste registrou o maior percentual (30,1%) de residentes não naturais, sendo estes originários, principalmente, das Regiões Nordeste (43,1%) e Sudeste (32,1%) (Gráfico 1.9 e Tabelas 1.9 a 1.12).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Considerando-se as características e a dinâmica demográfica da população brasileira, as duas seções a seguir são dedicadas a dois grupos populacionais distintos e de extrema relevância: aquele formado pelas crianças, adolescentes e jovens e o composto pelos idosos.

Crianças, adolescentes e jovens

As crianças, adolescentes e jovens formam um grupo com crescente destaque no contexto internacional em relação a diferentes aspectos. A Organização das Nações Unidas - ONU criou, em 1946, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund - UNICEF), que é uma agência que apoia iniciativas de proteção ao direito das crianças e adolescentes, visando à satisfação de suas necessidades básicas e à expansão de oportunidades para o pleno desenvolvimento desse grupo. O Programa de Cooperação, estabelecido pelo UNICEF para o período de 2007 a 2011, define as seguintes prioridades relacionadas aos direitos da criança e do adolescente: sobrevivência e desenvolvimento, aprendizado, proteção contra HIV/aids, crescimento sem violência e prioridade nas políticas públicas.

Outra iniciativa internacional que tem como um dos focos o grupo formado por crianças, adolescentes e jovens encontra-se nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos na Declaração do Milênio aprovada pela ONU em 08.09.2000, e assinada por diversos países, inclusive o Brasil. Este compromisso define metas de

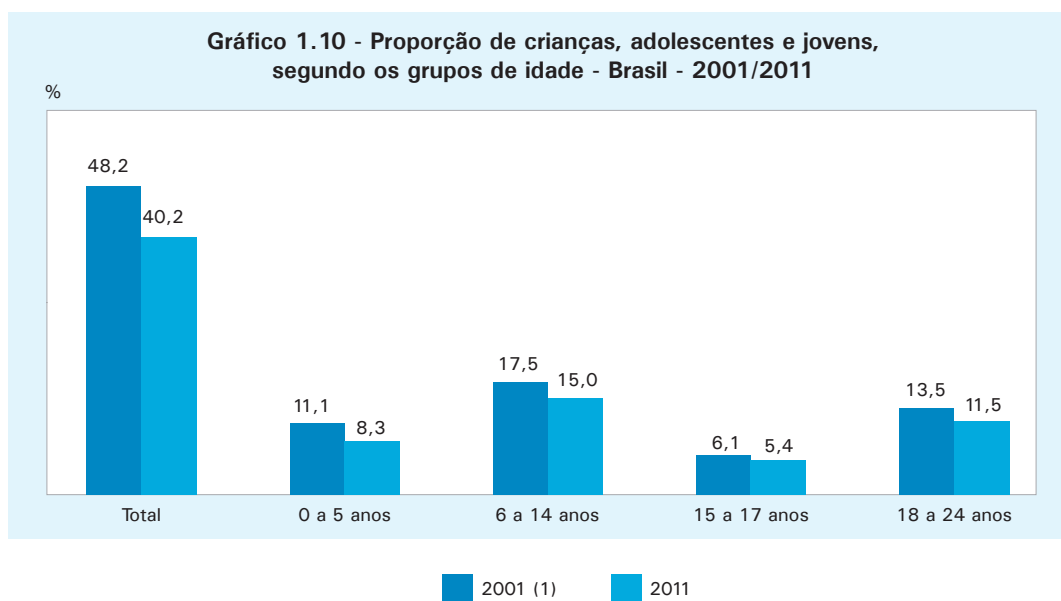
combate à fome, à pobreza e a outros males a serem atingidas até o ano de 2015. As metas propostas estão organizadas em oito objetivos, sendo que o grupo de crianças, adolescentes e jovens é explicitamente contemplado em alguns dos eixos temáticos: educação básica de qualidade para todos, igualdade entre os sexos e valorização da mulher e redução da mortalidade infantil.

No Brasil, destacam-se os avanços em relação à defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, como a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, disposto na Lei nº 8.069, de 13.07.1990. O desenvolvimento e a qualidade de vida desse grupo populacional são reconhecidos como pontos fundamentais no progresso do País. Nesse sentido, destaca-se o Bolsa Família, programa de transferência direta de renda que tem como público-alvo as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Além do benefício fixo para os extremamente pobres, é concedido um benefício variável para famílias com crianças de até 15 anos de idade, gestantes e/ou nutrizes; um benefício variável vinculado ao adolescente é concedido a famílias com jovens de 16 e 17 anos de idade; e um benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância é direcionado a famílias beneficiárias do Programa que tenham crianças de até 5 anos de idade e renda abaixo do limite estabelecido para extrema pobreza. O Programa Brasil Carinhoso, lançado em 2012 pelo governo federal, também focaliza essa última faixa etária.

Uma questão de debate entre especialistas refere-se ao critério utilizado na definição desse segmento populacional (LEON, 2005; VENTURA, 2009). Em 1985, a ONU comemorou o primeiro Ano Internacional da Juventude, definindo, pela primeira vez, como juventude, o grupo de pessoas de 15 a 24 anos de idade. Posteriormente, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU de 20.11.1989, considerou o grupo de crianças como formado pelas pessoas de até 18 anos de idade. Esta definição foi intencional, para que a Convenção assegurasse proteção e direitos a um grupo etário mais expandido. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente define como criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos e, como adolescente, a pessoa de 12 a 18 anos de idade. O projeto do Estatuto da Juventude (Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011), que foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ em fevereiro de 2012, considera como jovens as pessoas de 15 a 29 anos de idade.

Independentemente do critério etário utilizado na definição desse segmento populacional, é possível apontar os principais temas a ele relacionados: educação, mercado de trabalho, proteção social, direitos humanos, saúde e violência. Uma vez que a educação é uma área prioritária para análise desse segmento populacional, buscou-se utilizar os limites etários relacionados aos níveis de ensino, sendo que o grupo de 0 a 5 anos corresponde à educação infantil; 6 a 14 anos, ao ensino fundamental; 15 a 17 anos, ao ensino médio; e 18 a 24 anos, ao ensino superior. Para análise de mercado de trabalho, serão consideradas as limitações etárias estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que estabelece a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a pessoa menor de 18 anos de idade e de qualquer trabalho a menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Aspectos da relação entre crianças, adolescentes e jovens no contexto familiar são expostos no segundo capítulo desta publicação, e o tema da educação é abordado em maior profundidade no terceiro capítulo, sendo tratado aqui de forma contextual, assim como as questões relativas à proteção social e direitos humanos, foco do último capítulo.

Em 2011, o grupo com até 24 anos de idade era de 78,5 milhões de pessoas, o que correspondia a 40,2% da população brasileira total. Este segmento está perdendo participação na população total, visto que, em 2001, ele compunha praticamente a metade da população (48,2%). Para o Brasil, nota-se que a participação da população com menos de 15 anos de idade em relação ao total foi de 23,3%, mas este indicador é diferenciado para as Grandes Regiões: os maiores percentuais foram encontrados nas Regiões Norte (29,7%) e Nordeste (25,9%). Como a população de crianças, adolescentes e jovens está desigualmente distribuída no território, os programas, políticas e serviços sociais que tenham como foco este público precisam levar tal característica em consideração (Gráfico 1.10 e Tabela 1.13).

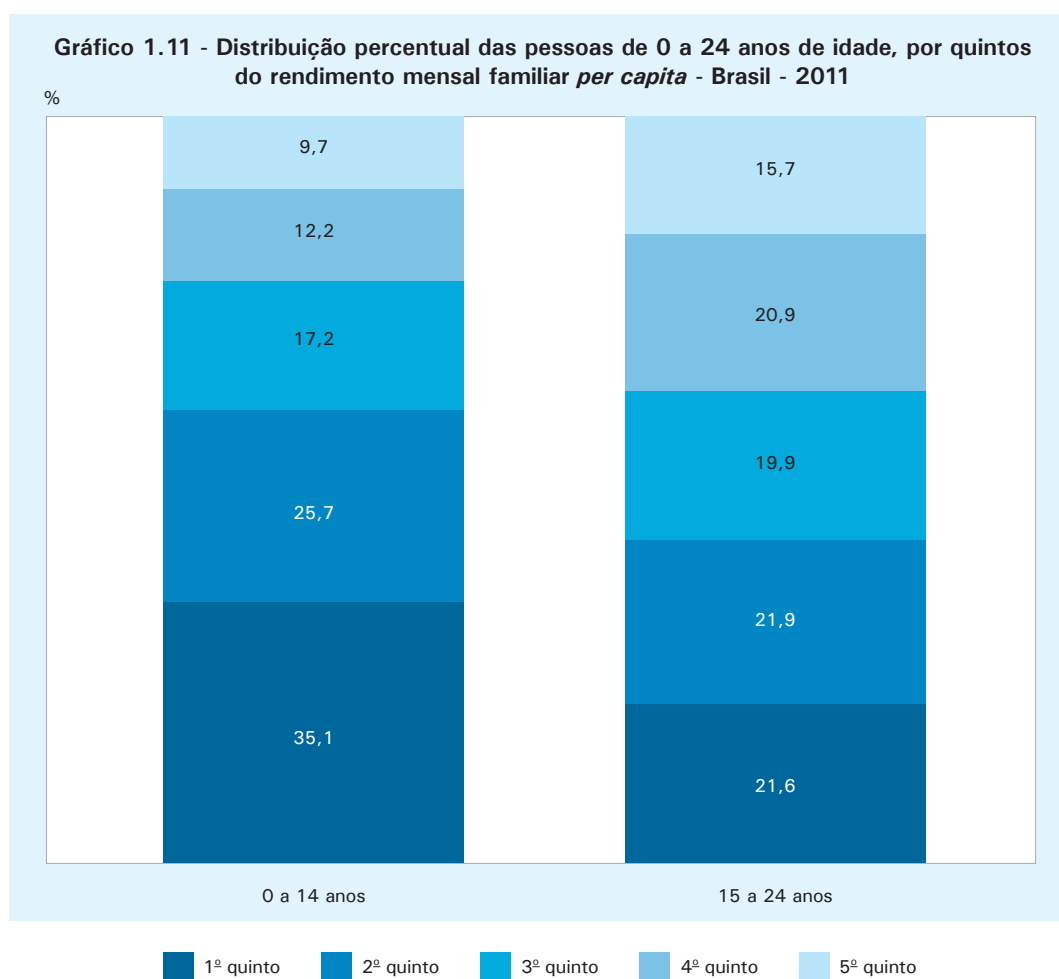


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Para o grupo de crianças, adolescentes e jovens de até 24 anos de idade, o contexto familiar no qual estão inseridos é extremamente relevante, pois é neste ambiente que eles têm o apoio para seu crescimento e desenvolvimento. Assim, considerando-se a distribuição de rendimento familiar *per capita*, percebe-se que as pessoas de 0 a 14 anos de idade estão inseridas predominantemente em famílias com menor poder aquisitivo, sendo que 60,8% delas estão concentradas nos dois primeiros quintos da distribuição. Para o grupo de 15 a 24 anos de idade, a concentração nos dois primeiros quintos da distribuição foi menor, 43,5% (Gráfico 1.11 e Tabelas 1.14 e 1.15).

Com relação à saúde da criança, um fator de risco relacionado a este grupo refere-se ao baixo peso ao nascer, que é definido pela Organização Mundial da Saúde - OMS como aquele inferior a 2 500 gramas (CID-10, 2009). Dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC, do Ministério da Saúde, revelam que do total de 2,8 milhões de nascimentos ocorridos, em 2009, no País, a criança apresentou baixo peso ao nascer em 8,4% das situações. Estudos apontam que o baixo peso ao nascer pode estar associado com a morbidade e a mortalidade infantis, em especial com a mortalidade neonatal (componente da mortalidade infantil que se refere aos óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade) (Tabela 1).



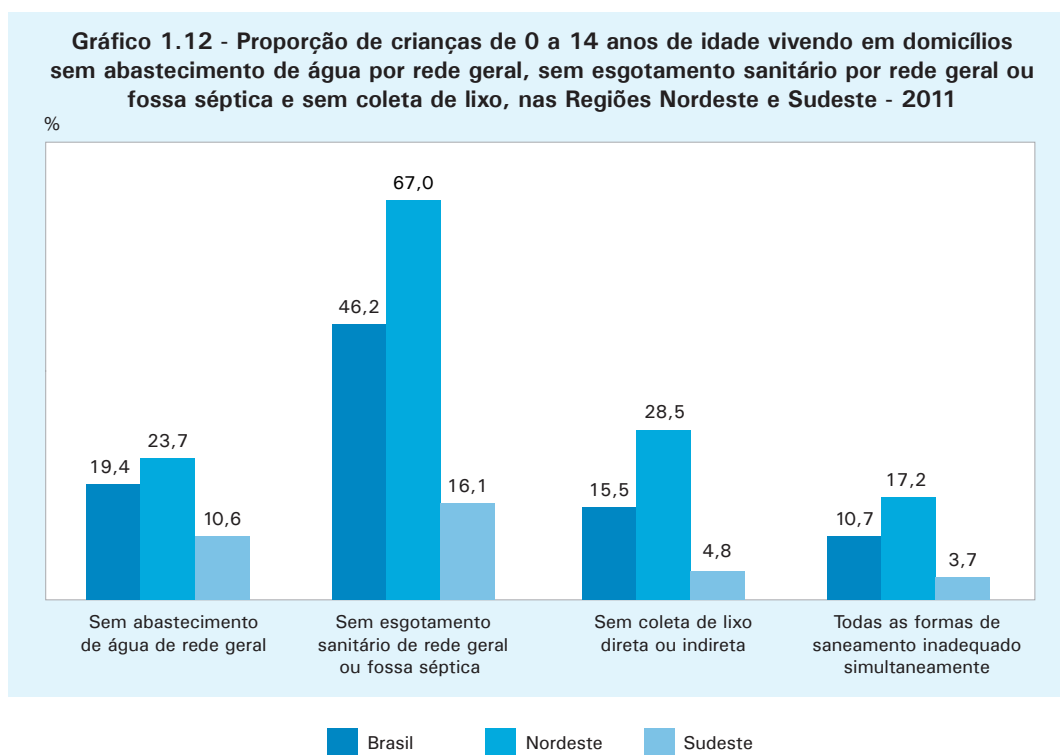
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1 - Crianças nascidas vivas, total e com baixo peso ao nascer, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Crianças nascidas vivas		
	Total (1 000 crianças)	Com baixo peso ao nascer	
		Total (1 000 crianças)	Proporção (%)
Brasil	2 876	242	8,4
Norte	309	23	7,3
Nordeste	864	67	7,7
Sudeste	1 117	104	9,3
Sul	366	32	8,6
Centro-Oeste	220	18	8,0

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC 2009.

O acesso a serviços de saneamento básico é outro fator fundamental para a saúde e o desenvolvimento da criança. Em 2011, 48,5% das crianças de até 14 anos de idade (21,9 milhões) residiam em domicílios em que pelo menos um serviço de saneamento (água, esgoto ou lixo) não era adequado, ou seja: ou não havia abastecimento de água por meio de rede geral, ou o esgotamento sanitário não se dava via rede geral ou fossa séptica ligada à rede coletora, ou o lixo não era coletado. Quando tais formas inadequadas de saneamento existiam simultaneamente no domicílio, cerca de 4,8 milhões de crianças (10,7%) estavam seriamente expostas a riscos de doenças, e esse indicador concerniu 17,2% das crianças da Região Nordeste e, em contraste, 3,7% das crianças da Região Sudeste (Gráfico 1.12 e Tabela 1.16).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Um tópico relevante relacionado com a saúde da população de adolescentes e jovens diz respeito à violência e aos acidentes. Além da alta proporção de mortes por estas causas externas, para este grupo populacional, verifica-se, também, um elevado número de internações hospitalares devido a estas mesmas causas. Deve-se considerar ainda que, em muitos casos, acidentes e agressões geram prejuízos permanentes na vida dessas pessoas e de suas famílias.

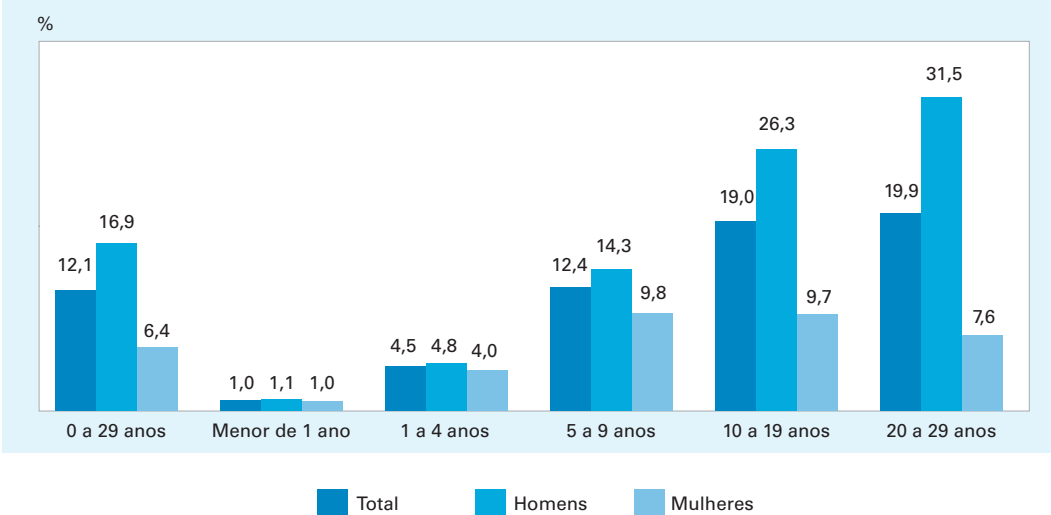
As informações provenientes do Sistema de Informações Hospitalares do SUS – SIH/SUS, disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, mostram que, no ano de 2009, 12,9% das internações hospitalares de pessoas de 0 a 29 anos de idade foram relacionadas a causas externas. Deve-se dizer que, para esta análise, foram desconsideradas internações hospitalares devido à gravidez, parto e puerpério². Para os homens de 10 a 19 anos de idade, cerca de ¼ das internações hospitalares foram por causas externas, sendo esta a principal causa neste

² As internações hospitalares por gravidez, parto e puerpério representaram 21,6% do total de internações e 36,2% das internações de mulheres.

grupo etário. Isso também ocorreu com o grupo de 20 a 29 anos de idade (Gráfico 1.13). Entre as internações hospitalares por causas externas das crianças, adolescentes e jovens do sexo masculino, de 10 a 29 anos de idade, 31,2% foram devido a quedas; 20,3%, a acidentes de transporte; 6,4%, a agressões; e 42,1%, a demais causas externas.

Os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, mostram que as causas externas são a principal causa de morte da população com menos de 30 anos de idade. Especificamente nos grupos de idade de 10 a 19 anos e de 20 a 29 anos, as causas externas foram responsáveis por cerca de 70,0% dos óbitos registrados, em 2009. A situação é mais grave para os homens: 64,3% dos óbitos por causas externas no grupo de 5 a 9 anos de idade são de homens, sendo ainda mais crítica a situação nos grupos de 10 a 19 anos (85,1%) e de 20 a 29 anos (90,4%) (Gráfico 1.14).

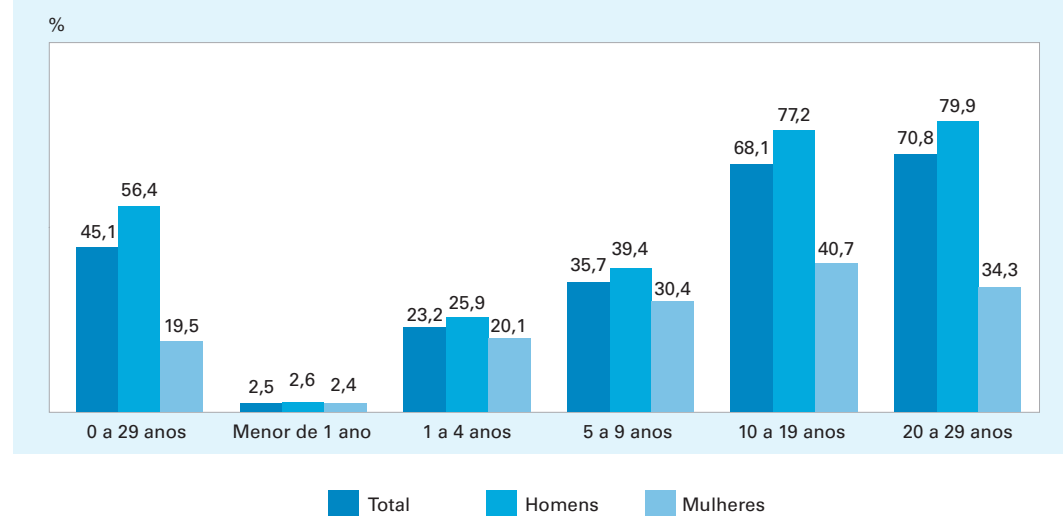
Gráfico 1.13 - Proporção de internações hospitalares do Sistema Único de Saúde das pessoas de 0 a 29 anos de idade, por causas externas, segundo os grupos de idade e o sexo - Brasil - 2009



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS 2009.

Nota: Foram desconsideradas no número total de internações hospitalares aquelas por gravidez, parto e puerpério.

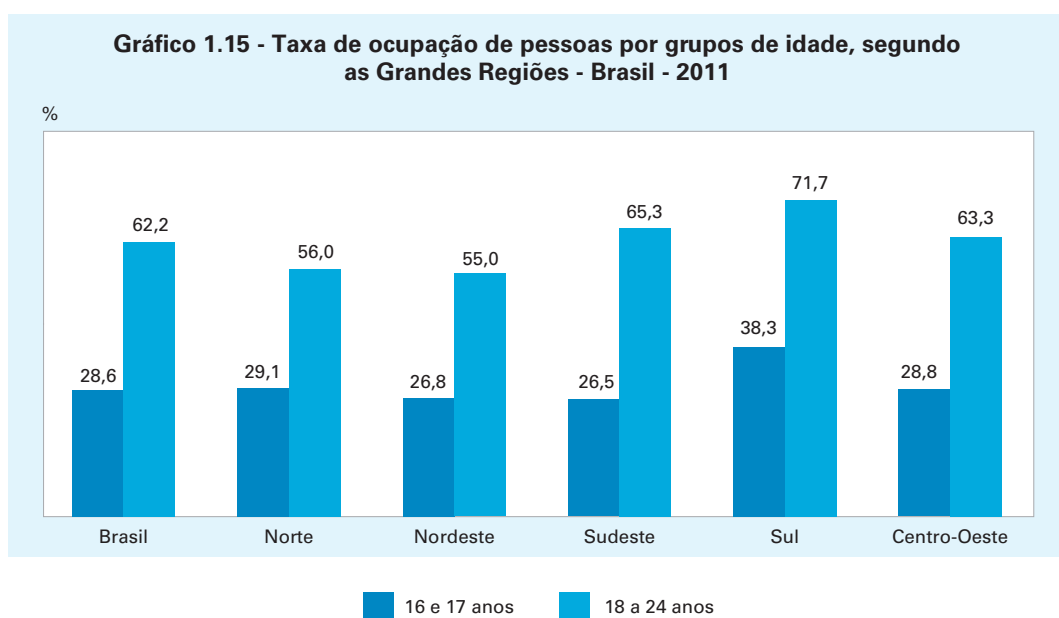
Gráfico 1.14 - Proporção de óbitos por causas externas das pessoas de 0 a 29 anos de idade, segundo os grupos de idade e o sexo - Brasil - 2009



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM 2009.

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio contemplam aspectos do mercado de trabalho de jovens em duas de suas áreas-foco: no tema relacionado à erradicação da extrema pobreza e da fome, tem-se a meta de “alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens”; e no tema relacionado ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento, a meta define: “em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo”.

Entre os jovens de 16 e 17 anos de idade, a taxa de ocupação foi de 28,6% em 2011. Nesta idade, é esperado que os jovens ainda estivessem frequentando a escola; assim, 59,5% deles somente estudavam, outros 20,0% trabalhavam e estudavam e 8,6% somente trabalhavam. Em relação a 2001, para esse segmento etário, a proporção de pessoas que somente estudavam (53,2%) aumentou, enquanto diminuíram as proporções daqueles que trabalhavam e estudavam (24,6%) e dos que somente trabalhavam (10,5%) (Gráfico 1.15 e Tabela 1.17).



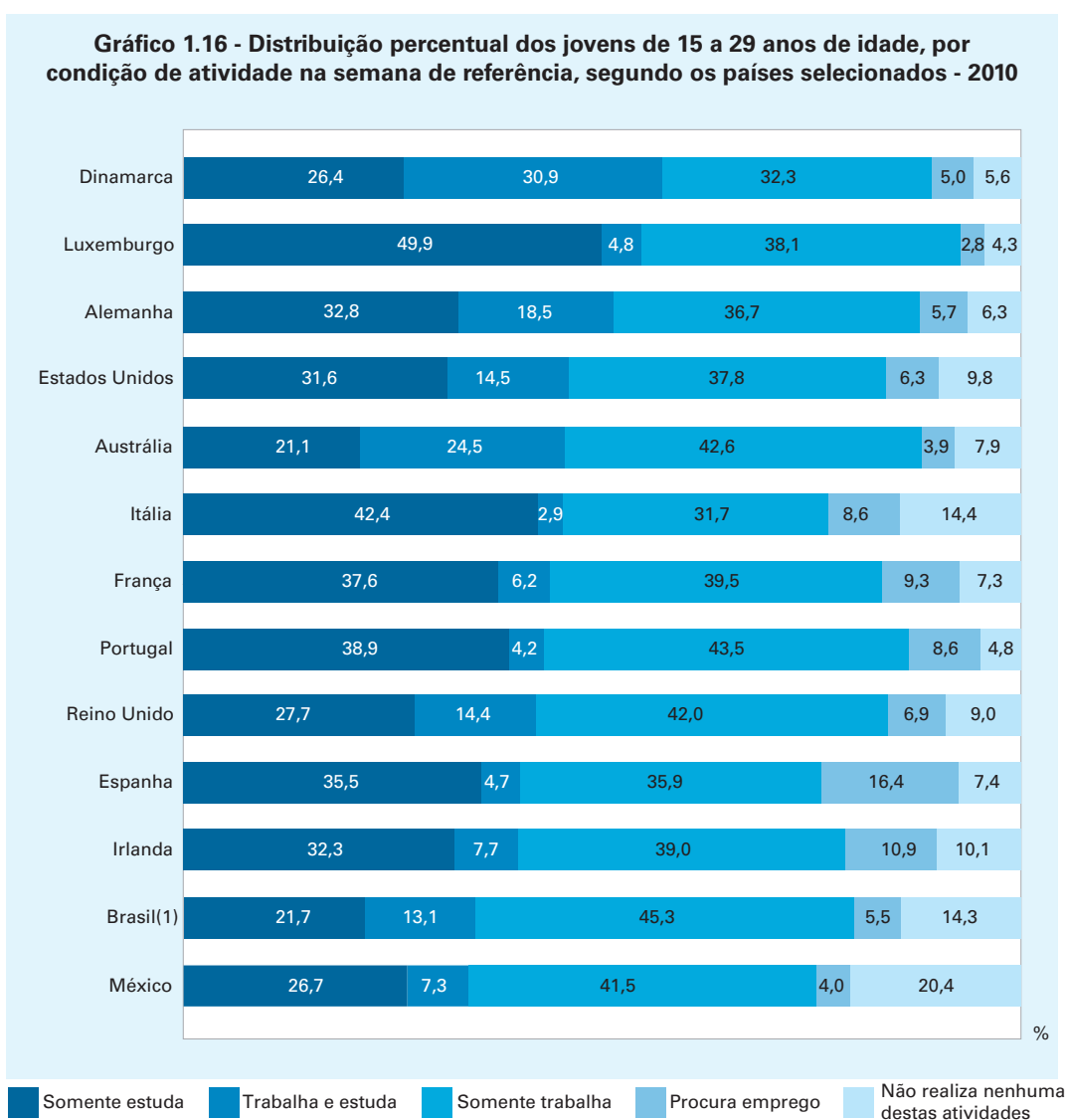
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

A taxa de ocupação das pessoas de 18 a 24 anos de idade manteve-se praticamente no mesmo patamar nos anos de 2001 e 2011, passando de 59,4% para 62,2%. Ao mesmo tempo, a proporção das pessoas que somente trabalhavam passou de 42,6%, em 2001, para 47,8%, em 2011, provavelmente em função do aquecimento da economia no período, contribuindo, ainda, nesse sentido, o fato de ter havido aumento na proporção de jovens que completaram o ensino médio nesse mesmo período. Dessa forma, a taxa de frequência à escola apresentou uma redução, ao passar de 34,0%, em 2001, para 28,9%, em 2011 (Gráfico 1.15, Tabelas 1.17 e 1.18).

Merece atenção, de fato, a alta proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade que não completaram o nível médio de ensino (11 anos ou mais de estudo) e não estavam frequentando escola: a chamada “evasão precoce” do sistema escolar. Em 2001, 43,8% dos jovens nesse segmento etário não tinham ensino médio completo e não estavam frequentando escola; em 2011, a proporção diminuiu, mas ainda 32,2% estavam fora da escola, sem ter completado o

nível médio de ensino. Para mais detalhes sobre frequência à escola, dos diferentes grupos etários, consultar o terceiro capítulo desta publicação sobre educação.

Uma comparação internacional sobre educação e mercado de trabalho de jovens de 15 a 29 anos de idade, realizada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD), mostra a complexa realidade deste grupo etário em diferentes contextos sociais (EDUCATION..., 2012). A proporção de pessoas neste segmento que estavam estudando foi semelhante para Brasil (34,8%) e México (34,0%), no entanto, a proporção daqueles que não trabalhavam nem estudavam foi mais elevada no México, 24,4%, que no Brasil, 19,8%. O percentual de jovens que estavam fora da educação formal e do mercado de trabalho também foi elevado na Irlanda, 21,0%, Espanha, 23,8%, e Itália, 23,0% (Gráfico 1.16), reflexo da crise econômica atual por que passam estes países. Em períodos de crise, o desemprego tende a ser ainda maior entre os jovens, os quais, em época de crescimento, são, ao contrário, atraídos para o mercado de trabalho.



Fonte: Education at a glance 2012: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2012. 565 p. Disponível em: <http://www.oecd.org/edu/EAG%202012_e-book_EN_200912.pdf>. Acesso em: out. 2012.

(1) Dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011, realizada pelo IBGE.

No Brasil, entre os adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade que trabalhavam na semana de referência, 43,0% tinham rendimento de todos os trabalhos inferior a 1 salário mínimo (R\$ 545,00), em 2011, e somente 13,1% deles tinham rendimento superior a 2 salários mínimos. Verifica-se, então, que grande parte das pessoas nesse grupo etário tem baixo rendimento do trabalho, com nível inferior ao piso salarial estabelecido em lei, o que pode estar associado a trabalhos mais precários e informais. Para 27,3% das pessoas ocupadas, a jornada de trabalho foi inferior a 40 horas semanais. No outro extremo, estão os jovens que trabalharam mais que 45 horas semanais, que correspondiam a 26,3% dos ocupados nesse grupo de idade. Um dos aspectos abordados pela agenda do trabalho decente é, inclusive, a jornada de trabalho excessiva (Tabelas 1.19 e 1.20).

Outro tema importante na agenda do trabalho decente é o de conciliação entre vida produtiva, vida familiar e atividades pessoais. A informação disponível para avaliar aspectos da vida familiar corresponde ao número de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos. Assim, para o grupo de 10 a 15 anos de idade, que concilia estudos com vida familiar e pessoal, 40,1% dos meninos e 71,3% das meninas declararam cuidar de afazeres domésticos, sendo que o número de horas dedicadas a esta atividade também é superior para as meninas (em média, 13,3 horas semanais, contra 8,3 horas semanais para os meninos). Para o grupo de 18 a 24 anos de idade, aumenta a proporção de mulheres que realizam afazeres domésticos, atingindo 82,4% delas, que dedicam, em média, 21,2 horas semanais. Na mesma faixa etária, para as mulheres ocupadas, ou seja, que precisam conciliar o tempo dedicado ao trabalho, à família e aos cuidados pessoais, a proporção que cuidava de afazeres domésticos praticamente não se altera (79,9%), mas percebe-se que o tempo médio dedicado aos afazeres domésticos diminui para 17,1 horas (Tabelas 1.21 e 1.22).

Idosos

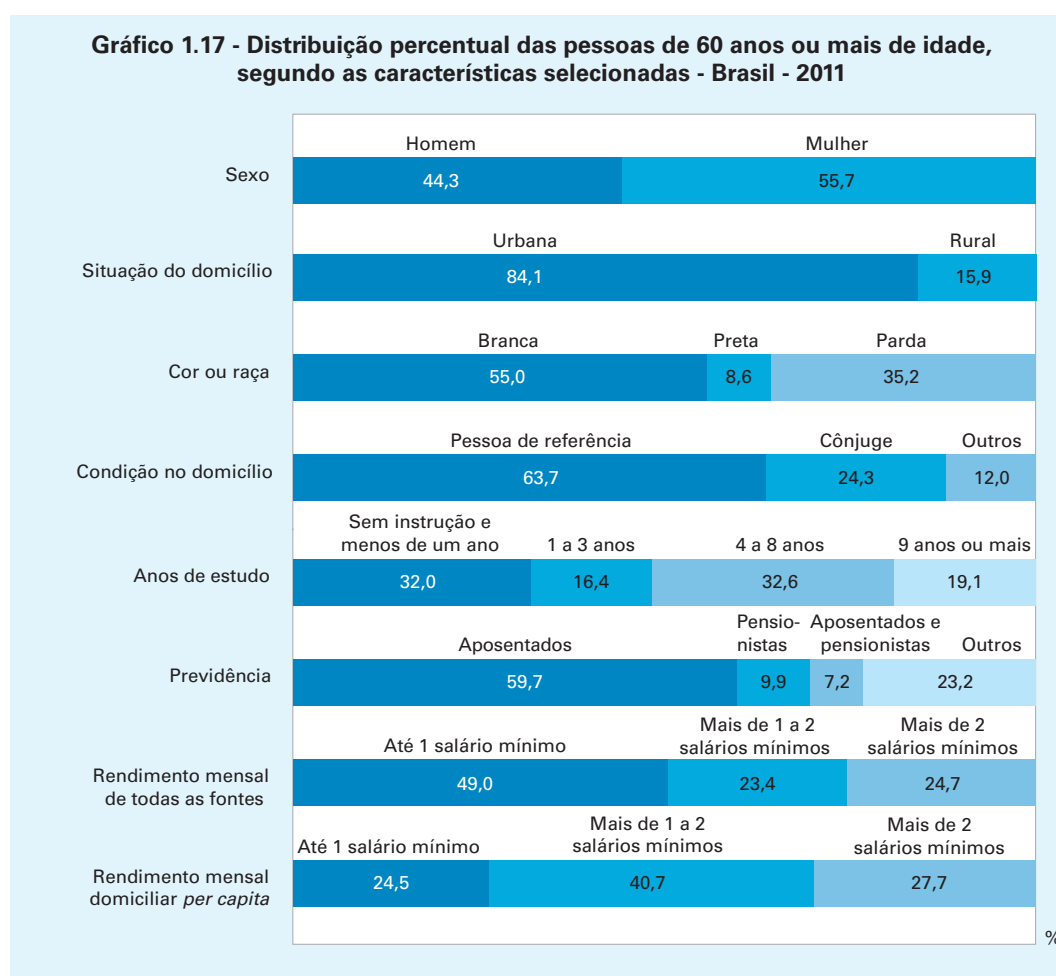
O envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da proporção de idosos em relação à população total, é um fenômeno já bastante evidente em países desenvolvidos. Como esse fenômeno ocorre de forma acelerada no Brasil, rapidamente ganha importância na agenda de políticas sociais. As questões que emergem com o envelhecimento populacional estão relacionadas ao mercado de trabalho, à previdência social, bem como ao sistema de saúde e de assistência social dos idosos. Com relação à assistência social, o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC-LOAS é destinado ao idoso de 65 anos ou mais de idade e à pessoa com deficiência cuja renda familiar *per capita* seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente. Outro tópico importante refere-se ao cuidado de idosos, uma vez que muitos deles adquirem algum tipo de incapacidade funcional, demandando cuidado e atenção permanentes. Nesse sentido, o tema é transversal com a questão de gênero, uma vez que, no Brasil, o trabalho não remunerado do cuidado (seja de filhos, idosos ou pessoas com deficiência) normalmente está associado à mulher.

As informações apresentadas nesta seção contemplam o grupo de 60 anos ou mais de idade – uma vez que o Estatuto do Idoso, disposto na Lei nº 10.741, de 01.10.2003, estabelece este como o limite etário inferior na definição de idoso – e também o grupo de 65 anos ou mais de idade, normalmente utilizado para efeito de comparações internacionais.

No período de 2001 a 2011, o crescimento do número de idosos de 60 anos ou mais de idade, em termos absolutos, é marcante: passou de 15,5 milhões de pessoas

para 23,5 milhões de pessoas³. A participação relativa deste grupo na estrutura etária populacional aumentou de 9,0% para 12,1% no período. A participação do grupo com 80 anos ou mais de idade chegou a 1,7% da população em 2011, correspondendo a pouco mais de 3 milhões de indivíduos (Tabela 1.23).

A maioria da população idosa de 60 anos ou mais de idade é composta por mulheres (55,7%), devido aos efeitos da mortalidade diferencial por sexo. As características marcantes para os idosos são: forte presença em áreas urbanas (84,1%); maioria branca (55,0%); inserção no domicílio como a pessoa de referência (63,7%); 3,9 anos de estudo em média, sendo que 32% têm menos de 1 ano de estudo; grande maioria (76,8%) recebe algum benefício da previdência social; e 48,1% têm rendimento de todas as fontes igual ou superior a 1 salário mínimo, enquanto cerca de um a cada quatro idosos reside em domicílios com rendimento mensal *per capita* inferior a 1 salário mínimo (Gráfico 1.17 e Tabelas 1.23 a 1.36).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

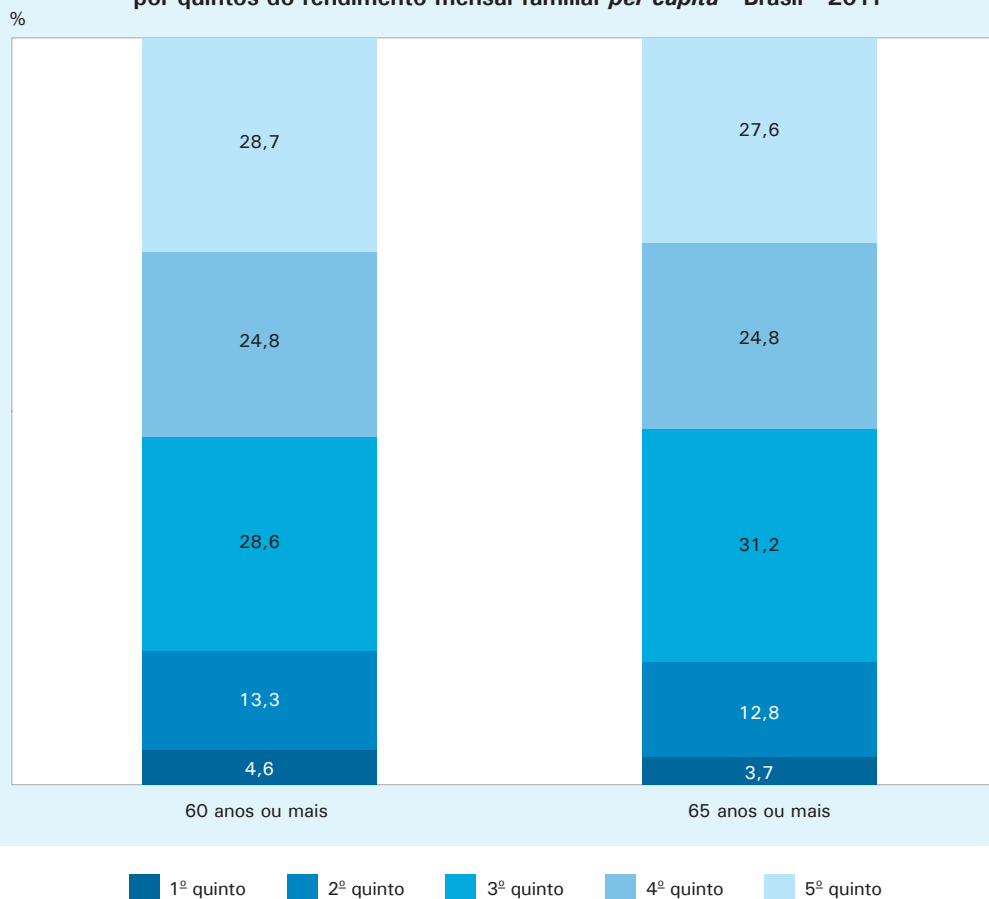
Um importante aspecto relacionado aos idosos refere-se ao tipo de arranjo domiciliar no qual estão inseridos. Cerca de 3,4 milhões de idosos de 60 anos ou mais de idade (14,4%) viviam em domicílios unipessoais, ou seja, sem cônjuge, filhos, outros parentes ou agregados. O arranjo formado por um casal, com presença de ao menos

³ No total de idosos de 60 anos ou mais de idade, enumerado em 2001, exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Assim, mantendo a comparabilidade com o ano de 2001, o aumento seria de 15,5 milhões de pessoas para 22,4 milhões de pessoas, em 2011, caracterizando uma taxa de crescimento anual de 3,7%

um idoso, correspondia a 24,5%. Outro arranjo comum (30,7%) refere-se àquele em que o idoso vivia com os filhos, sendo todos eles com 25 anos ou mais de idade, com ou sem presença de outro parente ou agregado. Sendo assim, 85,6% dos idosos viviam em arranjos em que havia presença de outra pessoa com quem estabelecesse alguma relação de parentesco, seja cônjuge, filho, outro parente ou agregado (Tabelas 1.37 e 1.38).

Na distribuição do rendimento mensal familiar *per capita*, percebe-se que os idosos têm uma situação relativamente melhor do que as crianças, adolescentes e jovens (Gráfico 1.11 e Tabelas 1.14 e 1.15). Enquanto 53,6% das pessoas de menos de 25 anos de idade estão nos dois primeiros quintos da distribuição de rendimento, no grupo de idosos de 60 anos ou mais de idade, 17,9% encontram-se nesta situação, fruto das políticas sociais e previdenciárias que garantem benefícios mínimos de 1 salário mínimo para os idosos carentes do País (Gráfico 1.18 e Tabelas 1.39 e 1.40).

Gráfico 1.18 - Distribuição percentual das pessoas de 60 e 65 anos ou mais de idade, por quintos do rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2011

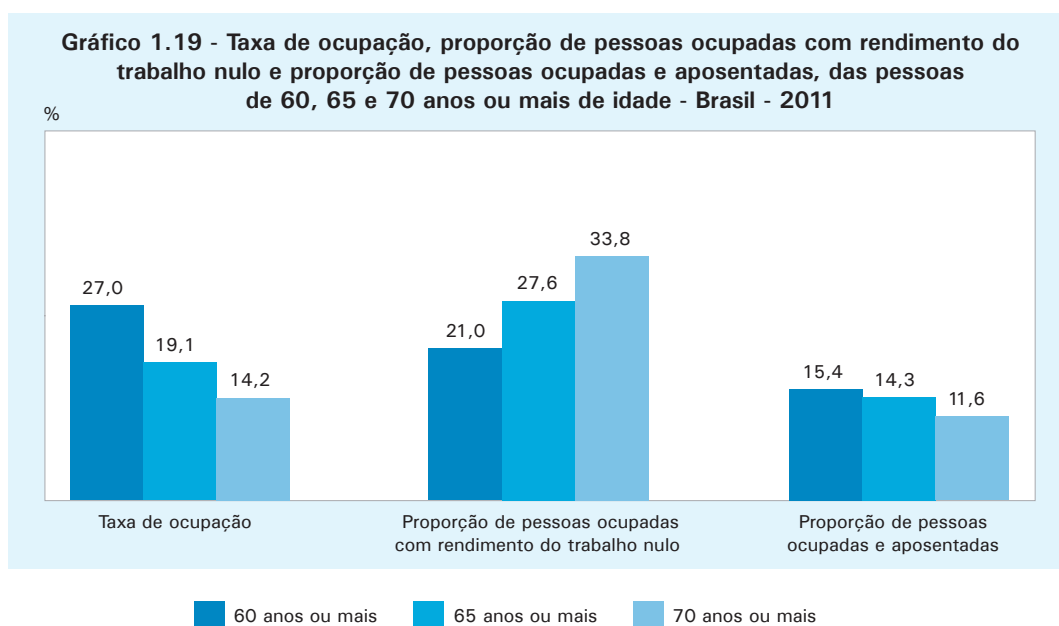


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Um dos pontos relacionados com a melhor situação relativa dos idosos refere-se à previdência social. Sob este aspecto, 23,2% das pessoas de 60 anos ou mais de idade não recebiam aposentadoria ou pensão, enquanto entre aquelas de 65 anos ou mais de idade essa proporção diminui para 14,6% (Tabelas 1.29 e 1.30). Quando se mensura a inserção no mercado de trabalho para o grupo dos idosos, percebe-se que a taxa de ocupação foi de

27,0% para as pessoas de 60 anos ou mais de idade, com rendimento médio de todos os trabalhos de R\$ 1 613,67 e 35,2 horas semanais de trabalho, em média. Entretanto, entre os ocupados nesse grupo etário, 21,0% tinham rendimento nulo no trabalho, enquanto 15,4% eram ocupados e estavam aposentados (Gráfico 1.19 e Tabelas 1.41 a 1.44).

O IBGE vem divulgando, anualmente, por meio de indicadores sociais e demográficos, que a estrutura etária do País está mudando de forma rápida e que o grupo de idosos é, hoje, um contingente populacional expressivo em termos absolutos e de crescente importância relativa no conjunto da sociedade brasileira, daí decorrendo uma série de novas exigências e demandas em termos de políticas públicas de saúde e de inserção ativa dos idosos na vida social.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População residente, por situação do domicílio e sexo (1 000 pessoas)		
	Total		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	195 243	94 739	100 504
Norte	16 499	8 274	8 225
Rondônia	1 602	806	796
Acre	769	382	387
Amazonas	3 630	1 812	1 818
Roraima	477	242	236
Pará	7 878	3 957	3 921
Região Metropolitana de Belém	2 158	1 025	1 133
Amapá	711	356	354
Tocantins	1 432	719	713
Nordeste	54 226	26 172	28 054
Maranhão	6 772	3 322	3 451
Piauí	3 177	1 553	1 624
Ceará	8 671	4 180	4 491
Região Metropolitana de Fortaleza	3 735	1 769	1 967
Rio Grande do Norte	3 252	1 564	1 688
Paraíba	3 836	1 817	2 019
Pernambuco	8 984	4 303	4 681
Região Metropolitana de Recife	3 766	1 759	2 007
Alagoas	3 184	1 537	1 647
Sergipe	2 129	1 025	1 103
Bahia	14 221	6 870	7 350
Região Metropolitana de Salvador	3 671	1 720	1 951
Sudeste	82 067	39 556	42 511
Minas Gerais	19 962	9 716	10 246
Região Metropolitana de Belo Horizonte	4 997	2 402	2 594
Espírito Santo	3 604	1 748	1 856
Rio de Janeiro	16 332	7 645	8 688
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	12 043	5 566	6 476
São Paulo	42 168	20 447	21 721
Região Metropolitana de São Paulo	20 070	9 631	10 440
Sul	27 875	13 618	14 257
Paraná	10 633	5 208	5 425
Região Metropolitana de Curitiba	3 261	1 590	1 671
Santa Catarina	6 439	3 191	3 249
Rio Grande do Sul	10 802	5 220	5 583
Região Metropolitana de Porto Alegre	4 030	1 903	2 127
Centro-Oeste	14 576	7 120	7 457
Mato Grosso do Sul	2 528	1 236	1 293
Mato Grosso	3 149	1 599	1 550
Goiás	6 218	3 012	3 206
Distrito Federal	2 681	1 273	1 408

Tabela 1.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População residente, por situação do domicílio e sexo (1 000 pessoas)		
	Urbana		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	165 872	79 461	86 412
Norte	12 317	6 022	6 295
Rondônia	1 178	581	597
Acre	592	289	303
Amazonas	2 921	1 429	1 492
Roraima	400	199	201
Pará	5 480	2 667	2 813
Região Metropolitana de Belém	2 089	991	1 098
Amapá	635	316	319
Tocantins	1 111	541	570
Nordeste	39 940	18 839	21 102
Maranhão	4 075	1 915	2 161
Piauí	2 112	994	1 118
Ceará	6 333	2 992	3 341
Região Metropolitana de Fortaleza	3 581	1 691	1 890
Rio Grande do Norte	2 558	1 217	1 341
Paraíba	3 121	1 454	1 666
Pernambuco	7 406	3 478	3 928
Região Metropolitana de Recife	3 700	1 725	1 975
Alagoas	2 291	1 083	1 208
Sergipe	1 562	741	821
Bahia	10 482	4 963	5 518
Região Metropolitana de Salvador	3 603	1 688	1 915
Sudeste	76 651	36 729	39 921
Minas Gerais	16 869	8 104	8 765
Região Metropolitana de Belo Horizonte	4 870	2 339	2 531
Espírito Santo	3 071	1 463	1 607
Rio de Janeiro	15 901	7 422	8 479
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	12 014	5 552	6 462
São Paulo	40 810	19 739	21 070
Região Metropolitana de São Paulo	19 851	9 527	10 324
Sul	23 727	11 464	12 263
Paraná	9 231	4 489	4 742
Região Metropolitana de Curitiba	3 019	1 461	1 558
Santa Catarina	5 379	2 644	2 734
Rio Grande do Sul	9 117	4 331	4 786
Região Metropolitana de Porto Alegre	3 911	1 839	2 072
Centro-Oeste	13 238	6 406	6 831
Mato Grosso do Sul	2 264	1 097	1 167
Mato Grosso	2 658	1 334	1 325
Goiás	5 729	2 749	2 980
Distrito Federal	2 586	1 226	1 360

Tabela 1.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População residente, por situação do domicílio e sexo (1 000 pessoas)		
	Rural		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	29 371	15 278	14 092
Norte	4 182	2 252	1 931
Rondônia	424	225	199
Acre	177	94	83
Amazonas	709	382	326
Roraima	78	43	35
Pará	2 398	1 290	1 108
Região Metropolitana de Belém	69	34	35
Amapá	76	40	36
Tocantins	321	178	143
Nordeste	14 286	7 333	6 953
Maranhão	2 697	1 407	1 290
Piauí	1 065	559	507
Ceará	2 338	1 188	1 150
Região Metropolitana de Fortaleza	154	77	77
Rio Grande do Norte	694	347	347
Paraíba	715	362	353
Pernambuco	1 578	825	753
Região Metropolitana de Recife	66	33	32
Alagoas	893	454	439
Sergipe	566	284	282
Bahia	3 739	1 907	1 832
Região Metropolitana de Salvador	68	32	36
Sudeste	5 416	2 827	2 589
Minas Gerais	3 093	1 612	1 481
Região Metropolitana de Belo Horizonte	127	63	63
Espírito Santo	533	285	249
Rio de Janeiro	431	222	209
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	28	14	14
São Paulo	1 358	707	651
Região Metropolitana de São Paulo	219	104	115
Sul	4 148	2 154	1 994
Paraná	1 402	719	683
Região Metropolitana de Curitiba	242	129	113
Santa Catarina	1 061	546	515
Rio Grande do Sul	1 685	888	797
Região Metropolitana de Porto Alegre	120	64	56
Centro-Oeste	1 339	713	625
Mato Grosso do Sul	264	138	126
Mato Grosso	490	265	225
Goiás	489	262	226
Distrito Federal	95	48	48

Tabela 1.2 - População residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População residente (1 000 pessoas)				
	Total	Grupos de idade			
		Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 e 6 anos	7 a 9 anos
Brasil	195 243	2 504	10 815	5 823	9 114
Norte	16 499	263	1 210	662	1 020
Rondônia	1 602	24	97	56	83
Acre	769	15	59	35	53
Amazonas	3 630	60	301	163	243
Roraima	477	10	34	21	33
Pará	7 878	118	583	306	483
Região Metropolitana de Belém	2 158	26	126	64	104
Amapá	711	12	52	29	47
Tocantins	1 432	24	84	53	78
Nordeste	54 226	721	3 359	1 837	2 835
Maranhão	6 772	128	537	277	409
Piauí	3 177	40	208	111	178
Ceará	8 671	118	492	276	389
Região Metropolitana de Fortaleza	3 735	48	213	108	164
Rio Grande do Norte	3 252	41	176	95	147
Paraíba	3 836	36	219	114	164
Pernambuco	8 984	100	547	289	458
Região Metropolitana de Recife	3 766	35	188	103	162
Alagoas	3 184	45	194	109	208
Sergipe	2 129	27	136	77	113
Bahia	14 221	185	849	489	769
Região Metropolitana de Salvador	3 671	44	195	106	171
Sudeste	82 067	969	4 008	2 161	3 434
Minas Gerais	19 962	238	1 037	545	838
Região Metropolitana de Belo Horizonte	4 997	60	240	125	196
Espírito Santo	3 604	43	199	109	152
Rio de Janeiro	16 332	192	739	407	669
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	12 043	135	523	281	470
São Paulo	42 168	497	2 032	1 099	1 774
Região Metropolitana de São Paulo	20 070	232	934	549	855
Sul	27 875	342	1 400	738	1 139
Paraná	10 633	129	537	288	450
Região Metropolitana de Curitiba	3 261	42	179	93	126
Santa Catarina	6 439	81	321	163	266
Rio Grande do Sul	10 802	132	543	287	423
Região Metropolitana de Porto Alegre	4 030	52	201	107	164
Centro-Oeste	14 576	208	839	425	687
Mato Grosso do Sul	2 528	41	142	73	117
Mato Grosso	3 149	45	184	97	153
Goiás	6 218	84	354	183	291
Distrito Federal	2 681	39	159	73	126

Tabela 1.2 - População residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População residente (1 000 pessoas)				
	Grupos de idade				
	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
Brasil	17 192	10 580	6 471	16 027	16 292
Norte	1 746	1 089	649	1 450	1 418
Rondônia	159	112	57	132	134
Acre	90	53	32	65	61
Amazonas	399	231	144	309	311
Roraima	46	27	20	45	47
Pará	820	522	309	717	691
Região Metropolitana de Belém	187	125	82	189	200
Amapá	83	51	28	66	64
Tocantins	149	93	58	117	112
Nordeste	5 316	3 286	1 928	4 471	4 555
Maranhão	752	430	268	605	544
Piauí	332	199	111	243	256
Ceará	856	548	334	712	708
Região Metropolitana de Fortaleza	333	200	147	333	342
Rio Grande do Norte	316	196	114	275	268
Paraíba	348	229	140	302	339
Pernambuco	828	516	316	743	766
Região Metropolitana de Recife	307	194	124	298	325
Alagoas	357	219	115	265	262
Sergipe	193	111	72	197	203
Bahia	1 334	839	458	1 129	1 209
Região Metropolitana de Salvador	294	189	112	308	360
Sudeste	6 649	3 984	2 545	6 569	6 796
Minas Gerais	1 696	1 032	658	1 648	1 593
Região Metropolitana de Belo Horizonte	418	261	174	447	416
Espírito Santo	297	186	121	291	337
Rio de Janeiro	1 329	823	494	1 207	1 202
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	933	575	362	892	877
São Paulo	3 327	1 942	1 272	3 422	3 663
Região Metropolitana de São Paulo	1 655	899	610	1 635	1 747
Sul	2 232	1 464	865	2 263	2 245
Paraná	889	591	338	886	857
Região Metropolitana de Curitiba	268	180	94	293	271
Santa Catarina	486	338	198	555	571
Rio Grande do Sul	857	536	329	822	818
Região Metropolitana de Porto Alegre	317	202	124	324	319
Centro-Oeste	1 249	757	484	1 274	1 278
Mato Grosso do Sul	230	134	88	211	206
Mato Grosso	280	192	97	290	271
Goiás	522	301	207	535	544
Distrito Federal	216	131	92	238	256

Tabela 1.2 - População residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População residente (1 000 pessoas)				
	Grupos de idade				
	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 anos ou mais
Brasil	56 324	20 566	7 440	5 623	10 473
Norte	4 354	1 336	418	338	546
Rondônia	462	155	48	34	50
Acre	197	55	18	15	22
Amazonas	938	275	79	62	114
Roraima	125	40	11	9	11
Pará	2 051	631	205	169	274
Região Metropolitana de Belém	646	202	65	47	96
Amapá	186	49	10	13	18
Tocantins	393	131	47	37	57
Nordeste	14 801	4 904	1 846	1 465	2 902
Maranhão	1 591	524	224	155	329
Piauí	865	271	98	89	176
Ceará	2 362	785	313	238	538
Região Metropolitana de Fortaleza	1 083	362	129	93	180
Rio Grande do Norte	945	294	113	93	179
Paraíba	1 096	348	145	109	247
Pernambuco	2 521	855	328	241	476
Região Metropolitana de Recife	1 142	425	157	115	190
Alagoas	810	292	94	82	133
Sergipe	595	186	58	57	102
Bahia	4 017	1 350	472	400	721
Região Metropolitana de Salvador	1 168	379	116	83	147
Sudeste	24 566	9 490	3 453	2 563	4 882
Minas Gerais	5 793	2 265	791	645	1 184
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 513	563	179	139	268
Espírito Santo	1 061	399	122	101	187
Rio de Janeiro	4 862	1 982	780	552	1 094
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3 589	1 525	613	420	846
São Paulo	12 850	4 845	1 761	1 265	2 417
Região Metropolitana de São Paulo	6 191	2 273	850	551	1 090
Sul	8 140	3 387	1 203	890	1 565
Paraná	3 130	1 239	421	322	556
Região Metropolitana de Curitiba	1 002	368	118	84	143
Santa Catarina	1 924	769	273	183	312
Rio Grande do Sul	3 087	1 379	508	385	697
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 193	497	179	135	216
Centro-Oeste	4 463	1 449	520	366	579
Mato Grosso do Sul	749	268	98	63	110
Mato Grosso	950	300	111	75	105
Goiás	1 904	626	226	169	272
Distrito Federal	860	255	86	60	92

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.3 - Taxa de urbanização, razão de sexo, total e por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de urbanização (%)	Razão de sexo				
		Total	Grupos de idade			
			0 a 19 anos	20 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	85,0	94,3	103,8	94,7	89,7	79,5
Norte	74,7	100,6	105,1	96,9	99,3	96,5
Rondônia	73,5	101,3	104,8	97,8	98,6	107,4
Acre	77,0	98,8	105,3	91,5	93,7	107,1
Amazonas	80,5	99,7	103,3	97,7	100,6	85,5
Roraima	83,8	102,4	105,4	94,0	106,2	121,2
Pará	69,6	100,9	105,2	98,8	98,0	96,0
Região Metropolitana de Belém	96,8	90,5	100,5	93,0	82,1	71,5
Amapá	89,3	100,6	109,6	88,4	109,8	85,5
Tocantins	77,6	100,8	107,3	92,4	100,2	105,3
Nordeste	73,7	93,3	103,4	92,4	88,2	77,3
Maranhão	60,2	96,3	103,1	94,9	88,9	87,8
Piauí	66,5	95,6	109,0	86,5	92,2	87,2
Ceará	73,0	93,1	105,2	89,1	89,5	79,0
Região Metropolitana de Fortaleza	95,9	89,9	104,1	90,8	81,8	68,6
Rio Grande do Norte	78,7	92,7	99,0	92,5	94,3	74,5
Paraíba	81,4	90,0	103,2	92,4	87,2	62,7
Pernambuco	82,4	91,9	105,0	94,4	82,7	70,8
Região Metropolitana de Recife	98,3	87,6	104,5	90,4	80,2	62,9
Alagoas	72,0	93,4	103,7	96,8	77,7	79,9
Sergipe	73,4	92,9	104,0	95,5	81,7	75,3
Bahia	73,7	93,5	101,2	91,8	92,0	79,5
Região Metropolitana de Salvador	98,1	88,2	100,7	85,3	86,3	68,6
Sudeste	93,4	93,1	103,8	95,2	88,1	76,9
Minas Gerais	84,5	94,8	103,0	98,0	89,8	80,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	97,5	92,6	108,0	94,2	87,0	68,2
Espírito Santo	85,2	94,2	104,2	96,9	88,8	74,9
Rio de Janeiro	97,4	88,0	99,1	91,0	84,8	69,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	99,8	86,0	97,5	88,9	84,1	66,8
São Paulo	96,8	94,1	106,1	95,4	88,5	78,9
Região Metropolitana de São Paulo	98,9	92,3	104,9	93,8	85,7	75,9
Sul	85,1	95,5	104,8	96,6	91,7	82,0
Paraná	86,8	96,0	106,2	97,2	88,5	86,0
Região Metropolitana de Curitiba	92,6	95,2	108,6	95,8	90,1	73,2
Santa Catarina	83,5	98,2	102,8	99,9	96,8	86,6
Rio Grande do Sul	84,4	93,5	104,5	94,0	91,8	76,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	97,0	89,5	99,0	92,9	86,5	69,7
Centro-Oeste	90,8	95,5	101,2	94,8	92,0	88,9
Mato Grosso do Sul	89,6	95,6	100,7	92,9	91,2	99,4
Mato Grosso	84,4	103,1	109,3	95,8	106,8	100,6
Goiás	92,1	93,9	97,6	97,0	88,6	86,3
Distrito Federal	96,4	90,5	100,7	90,7	84,7	72,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.4 - Razão de dependência, total, de jovens e de idosos e índice de envelhecimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Razão de dependência			Índice de envelhecimento
	Total	Jovens	Idosos	
Brasil	54,6	36,0	18,6	51,8
Norte	60,3	47,6	12,7	26,6
Rondônia	52,4	39,8	12,6	31,6
Acre	66,0	54,2	11,8	21,8
Amazonas	64,4	52,8	11,5	21,8
Roraima	57,6	47,4	10,1	21,4
Pará	60,1	46,9	13,2	28,0
Região Metropolitana de Belém	49,4	35,0	14,4	41,0
Amapá	59,7	50,3	9,4	18,6
Tocantins	58,5	42,8	15,6	36,5
Nordeste	59,7	41,4	18,3	44,2
Maranhão	70,9	53,1	17,9	33,7
Piauí	63,5	44,7	18,7	41,9
Ceará	59,1	39,1	20,0	51,1
Região Metropolitana de Fortaleza	51,4	35,1	16,3	46,4
Rio Grande do Norte	55,4	37,0	18,4	49,7
Paraíba	56,4	35,9	20,5	57,0
Pernambuco	57,2	38,9	18,3	47,0
Região Metropolitana de Recife	50,1	31,7	18,4	58,2
Alagoas	62,3	46,5	15,8	33,9
Sergipe	56,1	40,1	16,0	39,8
Bahia	58,0	40,3	17,7	43,9
Região Metropolitana de Salvador	46,0	32,2	13,8	42,8
Sudeste	52,1	31,9	20,2	63,3
Minas Gerais	53,7	33,5	20,2	60,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	48,1	30,8	17,4	56,4
Espírito Santo	50,5	33,4	17,1	51,1
Rio de Janeiro	54,5	31,6	23,0	72,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	54,0	30,0	24,0	80,2
São Paulo	50,6	31,2	19,4	62,4
Região Metropolitana de São Paulo	50,3	31,7	18,7	58,9
Sul	51,8	31,9	19,9	62,5
Paraná	51,0	32,6	18,5	56,6
Região Metropolitana de Curitiba	47,7	32,1	15,6	48,7
Santa Catarina	47,9	30,2	17,7	58,4
Rio Grande do Sul	55,0	32,2	22,8	70,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	51,6	31,6	20,0	63,0
Centro-Oeste	50,2	35,1	15,1	43,0
Mato Grosso do Sul	52,7	36,4	16,3	44,9
Mato Grosso	50,0	36,2	13,8	38,2
Goiás	51,0	34,8	16,2	46,5
Distrito Federal	46,4	33,5	12,9	38,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.5 - Taxa de fecundidade total, por cor ou raça das mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total, por cor ou raça das mulheres		
	Total (1)	Branca	Preta ou parda
Brasil	1,95	1,63	2,15
Norte	2,54	2,08	2,60
Nordeste	2,08	1,72	2,19
Sudeste	1,76	1,50	2,00
Sul	1,88	1,69	2,32
Centro-Oeste	1,87	1,60	2,05

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Inclusive as mulheres que se autodeclararam indígenas, amarelas ou sem declaração de cor ou raça.

Tabela 1.6 - Taxa de fecundidade total, por grupos de anos de estudo das mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total, por grupos de anos de estudo das mulheres		
	Total (1)	Até 7 anos	8 anos ou mais
Brasil	1,95	3,07	1,69
Norte	2,54	3,97	2,01
Nordeste	2,08	3,00	1,65
Sudeste	1,76	2,81	1,56
Sul	1,88	2,95	1,78
Centro-Oeste	1,87	3,05	1,73

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Inclusive as mulheres sem declaração de anos de estudo.

Tabela 1.7 - Mulheres de 15 a 49 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por número de filhos nascidos vivos, segundo os grupos de idade e as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões e grupos de idades	Mulheres de 15 a 49 anos de idade			
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por número de filhos nascidos vivos (%)		
		Nenhum filho	1 filho	2 filhos ou mais
Brasil	53 810	39,3	19,7	41,0
15 a 19 anos	8 343	89,5	8,7	1,8
20 a 24 anos	8 024	62,3	23,5	14,2
25 a 29 anos	8 213	40,8	27,4	31,8
30 a 34 anos	8 264	25,6	25,3	49,1
35 a 39 anos	7 326	18,0	20,3	61,8
40 a 44 anos	6 946	14,7	16,5	68,7
45 a 49 anos	6 693	13,3	15,0	71,7
Norte	4 482	35,7	16,7	47,5
15 a 19 anos	860	84,7	12,2	3,1
20 a 24 anos	718	50,5	27,0	22,5
25 a 29 anos	706	28,7	22,9	48,4
30 a 34 anos	674	18,6	18,5	62,9
35 a 39 anos	583	13,5	12,0	74,5
40 a 44 anos	516	11,5	11,2	77,3
45 a 49 anos	425	10,5	8,5	81,0
Nordeste	14 916	38,5	18,3	43,2
15 a 19 anos	2 579	87,7	9,8	2,5
20 a 24 anos	2 262	57,2	25,1	17,7
25 a 29 anos	2 318	36,8	26,7	36,5
30 a 34 anos	2 278	23,2	22,6	54,2
35 a 39 anos	1 956	17,5	16,6	65,8
40 a 44 anos	1 838	14,8	13,3	72,0
45 a 49 anos	1 685	11,7	12,3	76,1
Sudeste	22 618	41,5	20,6	38,0
15 a 19 anos	3 159	91,7	7,3	1,0
20 a 24 anos	3 287	67,7	21,1	11,2
25 a 29 anos	3 395	46,5	27,9	25,6
30 a 34 anos	3 550	29,6	26,6	43,8
35 a 39 anos	3 180	20,6	23,1	56,3
40 a 44 anos	3 021	16,6	18,7	64,7
45 a 49 anos	3 026	15,7	17,7	66,7
Sul	7 595	38,2	22,2	39,6
15 a 19 anos	1 136	91,2	7,3	1,5
20 a 24 anos	1 118	65,2	24,5	10,3
25 a 29 anos	1 152	41,4	29,6	29,0
30 a 34 anos	1 080	23,7	32,0	44,2
35 a 39 anos	1 019	15,3	25,2	59,5
40 a 44 anos	1 037	12,5	20,4	67,1
45 a 49 anos	1 054	11,2	16,5	72,3
Centro-Oeste	4 199	36,5	18,4	45,1
15 a 19 anos	609	89,1	9,2	1,6
20 a 24 anos	639	60,4	24,7	14,8
25 a 29 anos	643	38,1	28,0	33,9
30 a 34 anos	681	22,9	23,2	54,0
35 a 39 anos	589	14,4	16,7	68,9
40 a 44 anos	534	11,3	13,6	75,1
45 a 49 anos	503	11,0	10,2	78,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.8 - Mulheres de 15 a 49 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo e indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2011

Grandes Regiões e grupos de idade	Mulheres de 15 a 49 anos de idade, por grupos de anos de estudo					
	Até 7 anos de estudo			8 anos ou mais de estudo		
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por indicação de presença de filhos nascidos vivos (%)		Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por indicação de presença de filhos nascidos vivos (%)	
		Nenhum filho	1 filho ou mais		Nenhum filho	1 filho ou mais
Brasil	15 315	22,8	77,2	38 310	46,0	54,0
15 a 19 anos	2 197	81,7	18,3	6 111	92,3	7,7
20 a 24 anos	1 211	29,7	70,3	6 784	68,2	31,8
25 a 29 anos	1 571	15,4	84,6	6 612	47,0	53,0
30 a 34 anos	2 251	11,5	88,5	5 985	31,0	69,0
35 a 39 anos	2 584	10,8	89,2	4 719	21,9	78,1
40 a 44 anos	2 534	10,1	89,9	4 390	17,5	82,5
45 a 49 anos	2 968	10,1	89,9	3 709	15,8	84,2
Norte	1 569	24,7	75,3	2 888	41,8	58,2
15 a 19 anos	320	77,4	22,6	533	89,2	10,8
20 a 24 anos	174	23,6	76,4	540	59,2	40,8
25 a 29 anos	204	11,2	88,8	497	36,2	63,8
30 a 34 anos	220	9,3	90,7	451	23,3	76,7
35 a 39 anos	229	8,0	92,0	349	17,1	82,9
40 a 44 anos	207	9,2	90,8	307	13,1	86,9
45 a 49 anos	214	7,9	92,1	209	13,1	86,9
Nordeste	5 591	24,4	75,6	9 273	47,1	52,9
15 a 19 anos	900	80,6	19,4	1 666	91,5	8,5
20 a 24 anos	495	29,1	70,9	1 758	65,2	34,8
25 a 29 anos	647	16,3	83,7	1 662	44,8	55,2
30 a 34 anos	872	12,5	87,5	1 400	29,8	70,2
35 a 39 anos	892	10,4	89,6	1 059	23,5	76,5
40 a 44 anos	864	11,2	88,8	966	18,0	82,0
45 a 49 anos	920	9,5	90,5	762	14,2	85,8
Sudeste	5 141	22,1	77,9	17 414	47,3	52,7
15 a 19 anos	607	85,1	14,9	2 544	93,3	6,7
20 a 24 anos	329	34,2	65,8	2 949	71,6	28,4
25 a 29 anos	449	16,3	83,7	2 934	51,2	48,8
30 a 34 anos	735	11,2	88,8	2 803	34,6	65,4
35 a 39 anos	933	12,3	87,7	2 240	24,0	76,0
40 a 44 anos	924	10,1	89,9	2 088	19,5	80,5
45 a 49 anos	1 164	12,4	87,6	1 856	17,7	82,3
Sul	1 976	20,9	79,1	5 587	44,4	55,6
15 a 19 anos	245	83,4	16,6	884	93,4	6,6
20 a 24 anos	140	32,9	67,1	972	70,0	30,0
25 a 29 anos	173	17,0	83,0	976	45,8	54,2
30 a 34 anos	253	10,7	89,3	822	27,7	72,3
35 a 39 anos	352	9,8	90,2	662	18,3	81,7
40 a 44 anos	353	9,5	90,5	681	14,1	85,9
45 a 49 anos	460	8,4	91,6	589	13,4	86,6
Centro-Oeste	1 039	18,1	81,9	3 149	42,5	57,5
15 a 19 anos	124	80,4	19,6	483	91,4	8,6
20 a 24 anos	73	21,4	78,6	566	65,5	34,5
25 a 29 anos	99	10,6	89,4	542	43,3	56,7
30 a 34 anos	170	12,4	87,6	509	26,4	73,6
35 a 39 anos	179	9,5	90,5	409	16,5	83,5
40 a 44 anos	185	6,3	93,7	348	14,0	86,0
45 a 49 anos	210	5,8	94,2	293	14,6	85,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as mulheres sem declaração de anos de estudo.

Tabela 1.9 - População residente, por Grandes Regiões de residência, segundo o lugar de nascimento - 2011

Lugar de nascimento	População residente, por Grandes Regiões de residência (1 000 pessoas)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	13 904	208	255	49	323
Nordeste	1 519	52 695	7 285	286	1 892
Sudeste	474	1 073	71 965	1 050	1 407
Sul	257	84	1 552	26 240	716
Centro-Oeste	315	140	585	121	10 189
País estrangeiro	30	26	424	129	49

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.10 - Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões de residência atual, segundo o lugar de nascimento - 2011

Lugar de nascimento	Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões de residência atual (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	84,3	0,4	0,3	0,2	2,2
Nordeste	9,2	97,2	8,9	1,0	13,0
Sudeste	2,9	2,0	87,7	3,8	9,6
Sul	1,6	0,2	1,9	94,1	4,9
Centro-Oeste	1,9	0,3	0,7	0,4	69,9
País estrangeiro	0,2	0,0	0,5	0,5	0,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.11 - População não natural, por lugar de nascimento, segundo as Grandes Regiões de residência - 2011

Grandes Regiões de residência	População não natural, por lugar de nascimento					
	Grandes Regiões					País estrangeiro
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Números absolutos (1 000 pessoas)						
Total	835	10 983	4 004	2 609	1 162	658
Números relativos (%)						
Norte	-	13,8	11,8	9,9	27,1	4,5
Nordeste	24,9	-	26,8	3,2	12,0	3,9
Sudeste	30,5	66,3	-	59,5	50,4	64,5
Sul	5,9	2,6	26,2	-	10,5	19,6
Centro-Oeste	38,7	17,2	35,1	27,4	-	7,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.12 - População não natural, por Grandes Regiões de residência, segundo o lugar de nascimento - 2011

Lugar de nascimento	População não natural, por Grandes Regiões de residência				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Números absolutos (1 000 pessoas)					
Total	2 595	1 531	10 101	1 635	4 387
Números relativos (%)					
Norte	-	13,6	2,5	3,0	7,4
Nordeste	58,5	-	72,1	17,5	43,1
Sudeste	18,3	70,1	-	64,2	32,1
Sul	9,9	5,5	15,4	-	16,3
Centro-Oeste	12,1	9,1	5,8	7,4	-
País estrangeiro	1,1	1,7	4,2	7,9	1,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.13 - Crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos, total e respectiva proporção, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos					
	Total (1 000 pessoas)	Proporção, por grupos de idade (%)				
		Total	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos
Brasil	78 525	40,2	8,3	15,0	5,4	11,5
Norte	8 088	49,0	11,0	18,7	6,6	12,7
Rondônia	719	44,9	9,1	17,0	7,0	11,8
Acre	401	52,2	11,5	21,1	6,9	12,7
Amazonas	1 850	51,0	12,5	19,6	6,4	12,5
Roraima	235	49,3	11,4	18,7	5,7	13,5
Pará	3 858	49,0	10,9	18,4	6,6	13,0
Região Metropolitana de Belém	902	41,8	8,5	15,0	5,8	12,6
Amapá	369	52,0	11,0	20,5	7,2	13,2
Tocantins	655	45,7	9,5	17,5	6,5	12,2
Nordeste	23 753	43,8	9,2	16,7	6,1	11,8
Maranhão	3 405	50,3	11,9	19,2	6,3	12,9
Piauí	1 421	44,7	9,6	17,8	6,2	11,1
Ceará	3 727	43,0	8,6	16,0	6,3	12,1
Região Metropolitana de Fortaleza	1 546	41,4	8,4	14,8	5,3	12,8
Rio Grande do Norte	1 360	41,8	8,1	15,8	6,0	12,0
Paraíba	1 551	40,4	8,0	14,9	6,0	11,5
Pernambuco	3 798	42,3	8,8	15,9	5,7	11,8
Região Metropolitana de Recife	1 411	37,5	7,4	13,7	5,1	11,2
Alagoas	1 511	47,5	9,3	19,3	6,9	11,9
Sergipe	927	43,6	9,3	16,4	5,2	12,6
Bahia	6 052	42,6	9,0	16,5	5,9	11,2
Região Metropolitana de Salvador	1 419	38,6	8,1	14,0	5,1	11,4
Sudeste	30 317	36,9	7,3	13,6	4,9	11,1
Minas Gerais	7 692	38,5	7,7	14,1	5,2	11,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 919	38,4	7,2	13,6	5,2	12,4
Espírito Santo	1 398	38,8	8,1	14,1	5,2	11,4
Rio de Janeiro	5 860	35,9	6,9	13,5	5,0	10,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 172	34,6	6,7	12,8	4,8	10,4
São Paulo	15 366	36,4	7,2	13,5	4,6	11,1
Região Metropolitana de São Paulo	7 370	36,7	7,1	14,0	4,5	11,2
Sul	10 444	37,5	7,5	13,5	5,3	11,2
Paraná	4 109	38,6	7,6	14,0	5,6	11,5
Região Metropolitana de Curitiba	1 275	39,1	8,3	13,4	5,5	11,9
Santa Catarina	2 407	37,4	7,4	13,0	5,2	11,7
Rio Grande do Sul	3 929	36,4	7,5	13,3	5,0	10,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 491	37,0	7,5	13,3	5,0	11,1
Centro-Oeste	5 923	40,6	8,6	14,8	5,2	12,1
Mato Grosso do Sul	1 035	40,9	8,5	15,3	5,3	11,8
Mato Grosso	1 338	42,5	8,8	15,3	6,1	12,3
Goiás	2 477	39,8	8,5	14,6	4,8	11,9
Distrito Federal	1 073	40,0	8,8	14,1	4,9	12,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.14 - Pessoas de 0 a 14 anos de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 0 a 14 anos de idade, residentes em domicílios particulares					
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)				
		1º quintto	2º quintto	3º quintto	4º quintto	5º quintto
Brasil	43 505	35,1	25,7	17,2	12,2	9,7
Norte	4 692	31,0	26,8	19,4	12,8	10,0
Rondônia	400	34,0	26,0	17,2	12,5	10,3
Acre	247	30,2	25,6	19,3	14,4	10,5
Amazonas	1 048	29,9	26,4	19,9	14,2	9,7
Roraima	141	32,9	25,5	18,8	13,6	9,2
Pará	2 257	30,8	26,6	19,9	12,9	9,7
Região Metropolitana de Belém	470	32,5	24,6	20,2	12,1	10,5
Amapá	213	31,2	28,2	19,0	12,4	9,3
Tocantins	385	33,2	25,8	19,4	10,2	11,4
Nordeste	13 525	32,7	27,7	19,4	11,1	9,2
Maranhão	2 044	28,7	26,3	21,9	14,5	8,5
Piauí	863	32,0	28,0	19,3	11,3	9,4
Ceará	2 099	33,2	28,5	18,8	10,2	9,3
Região Metropolitana de Fortaleza	851	34,4	26,5	19,1	9,8	10,2
Rio Grande do Norte	771	34,9	27,0	18,7	11,0	8,5
Paraíba	867	34,5	28,0	16,6	10,7	10,3
Pernambuco	2 069	32,5	28,4	18,7	11,4	9,1
Região Metropolitana de Recife	707	36,9	24,9	17,7	11,6	8,9
Alagoas	877	29,9	27,5	21,0	14,7	6,9
Sergipe	538	34,6	26,7	20,1	10,0	8,5
Bahia	3 396	33,7	27,8	18,0	10,9	9,5
Região Metropolitana de Salvador	773	36,3	26,0	17,3	10,8	9,6
Sudeste	16 260	35,9	26,8	15,7	11,7	9,8
Minas Gerais	4 194	37,2	25,9	15,9	11,3	9,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	979	37,1	26,8	14,9	11,1	10,0
Espírito Santo	753	35,2	26,3	15,5	11,7	11,3
Rio de Janeiro	3 044	37,6	25,1	15,3	12,5	9,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2 118	36,9	26,0	15,5	12,1	9,5
São Paulo	8 267	36,5	26,7	15,4	11,6	9,8
Região Metropolitana de São Paulo	3 960	36,3	26,6	15,8	11,5	9,8
Sul	5 686	36,1	25,9	15,3	12,6	10,1
Paraná	2 236	34,6	25,1	16,3	13,0	11,0
Região Metropolitana de Curitiba	685	34,5	23,5	18,1	12,5	11,5
Santa Catarina	1 268	35,6	23,6	17,7	12,3	10,8
Rio Grande do Sul	2 181	38,1	26,3	14,6	11,8	9,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	820	37,9	26,8	14,7	11,0	9,6
Centro-Oeste	3 343	34,7	25,7	15,6	12,3	11,7
Mato Grosso do Sul	596	35,0	26,0	15,2	12,4	11,4
Mato Grosso	746	33,2	25,7	16,4	13,3	11,4
Goiás	1 404	36,1	25,0	16,0	11,9	11,1
Distrito Federal	598	35,5	24,9	14,3	13,2	12,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e famílias sem declaração de rendimento.

Tabela 1.15 - Pessoas de 15 a 24 anos de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 15 a 24 anos de idade, residentes em domicílios particulares					
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)				
		1º quint	2º quint	3º quint	4º quint	5º quint
Brasil	31 200	21,6	21,9	19,9	20,9	15,7
Norte	3 018	20,4	20,7	21,8	19,8	17,4
Rondônia	283	16,9	20,0	24,2	20,9	18,0
Acre	145	22,1	20,2	22,0	18,7	17,0
Amazonas	608	20,8	20,2	23,0	19,1	16,9
Roraima	88	18,5	19,3	22,1	21,4	18,7
Pará	1 491	20,6	21,1	21,9	19,4	16,9
Região Metropolitana de Belém	363	22,5	22,5	21,0	18,2	15,8
Amapá	138	20,2	17,8	24,0	20,8	17,1
Tocantins	264	18,2	20,4	23,0	21,4	16,9
Nordeste	9 206	21,3	21,4	22,7	18,3	16,3
Maranhão	1 255	22,1	20,4	20,4	20,7	16,5
Piauí	543	21,9	20,4	21,1	20,7	15,9
Ceará	1 560	22,0	21,1	22,7	18,3	15,8
Região Metropolitana de Fortaleza	661	20,1	20,3	22,7	21,3	15,6
Rio Grande do Norte	576	18,8	23,4	22,6	20,4	14,9
Paraíba	648	21,2	22,1	23,0	17,3	16,4
Pernambuco	1 433	21,2	21,3	22,4	17,4	17,8
Região Metropolitana de Recife	537	21,0	22,2	23,3	17,8	15,8
Alagoas	564	19,7	20,3	21,6	22,8	15,6
Sergipe	366	18,8	21,0	22,5	19,5	18,2
Bahia	2 259	20,6	23,2	23,1	18,2	14,9
Região Metropolitana de Salvador	580	20,7	24,2	22,2	18,5	14,4
Sudeste	12 117	20,9	22,8	20,1	21,0	15,1
Minas Gerais	3 158	20,6	21,2	19,5	22,1	16,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	816	20,1	21,6	22,9	20,4	15,1
Espírito Santo	568	20,1	21,3	22,2	20,6	15,7
Rio de Janeiro	2 225	23,5	23,8	20,0	19,0	13,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 581	24,1	24,3	19,4	18,8	13,5
São Paulo	6 166	20,4	22,3	20,9	21,5	14,9
Região Metropolitana de São Paulo	2 912	20,4	22,4	22,1	20,8	14,3
Sul	4 421	20,0	22,8	20,4	21,2	15,6
Paraná	1 756	19,2	23,3	19,2	21,2	17,1
Região Metropolitana de Curitiba	543	21,0	19,5	23,9	20,4	15,1
Santa Catarina	1 038	18,7	19,9	24,4	22,3	14,8
Rio Grande do Sul	1 627	21,7	22,9	20,0	20,7	14,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	623	21,0	22,5	21,5	20,5	14,6
Centro-Oeste	2 439	19,2	22,1	21,5	20,6	16,6
Mato Grosso do Sul	427	18,5	23,0	20,8	21,4	16,2
Mato Grosso	561	19,1	19,5	22,8	21,3	17,4
Goiás	1 007	18,8	21,8	20,4	22,6	16,4
Distrito Federal	444	21,3	23,6	22,6	19,2	13,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e famílias sem declaração de rendimento.

Tabela 1.16 - Crianças de 0 a 14 anos de idade residentes em domicílios particulares permanentes, total sem abastecimento de água por rede geral, sem esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica e sem coleta de lixo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2011

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Crianças de 0 a 14 anos de idade residentes em domicílios particulares permanentes				
	Total (1 000 pessoas)	Por forma de saneamento inadequado (%)			
		Sem abastecimento de água de rede geral	Sem esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica	Sem coleta de lixo direta ou indireta	Com todas formas de saneamento inadequado, simultaneamente (1)
Brasil	45 323	19,4	46,2	15,5	10,7
Norte	4 879	47,3	84,0	29,1	23,5
Rondônia	415	63,1	96,4	25,9	24,9
Acre	249	53,4	81,2	24,7	22,6
Amazonas	1 155	37,0	73,3	28,0	22,0
Roraima	144	14,3	74,8	19,0	12,8
Pará	2 306	55,6	86,9	33,8	26,9
Amapá	224	45,3	96,4	14,0	10,7
Tocantins	386	21,6	84,1	23,3	18,3
Nordeste	14 022	23,7	67,0	28,5	17,2
Maranhão	2 098	34,3	86,3	51,5	27,7
Piauí	869	18,6	96,1	41,3	17,9
Ceará	2 131	26,4	69,3	29,2	20,6
Rio Grande do Norte	775	13,2	81,8	13,8	6,7
Paraíba	881	22,0	52,4	17,2	15,3
Pernambuco	2 202	20,6	50,8	18,4	12,6
Alagoas	909	32,9	71,2	26,2	19,1
Sergipe	545	14,8	57,6	18,5	11,2
Bahia	3 613	20,6	58,0	25,6	14,9
Sudeste	17 188	10,6	16,1	4,8	3,7
Minas Gerais	4 351	16,0	26,0	12,4	10,2
Espírito Santo	799	15,2	27,1	10,4	8,8
Rio de Janeiro	3 327	17,8	19,3	3,3	1,3
São Paulo	8 710	4,8	8,9	1,1	0,9
Sul	5 844	13,7	44,7	7,9	6,3
Paraná	2 293	11,3	46,3	7,6	6,4
Santa Catarina	1 311	16,7	49,3	8,3	7,2
Rio Grande do Sul	2 240	14,3	40,4	8,1	5,7
Centro-Oeste	3 392	15,3	60,3	9,1	8,0
Mato Grosso do Sul	602	14,9	74,2	12,1	9,8
Mato Grosso	756	19,8	78,9	14,8	14,2
Goiás	1 425	17,4	63,3	7,4	6,2
Distrito Federal	610	5,3	16,5	3,1	2,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Não havia no domicílio, simultaneamente, abastecimento de água por meio de rede geral, esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica ligada à rede coletora, e o lixo não era coletado direta ou indiretamente.

Tabela 1.17 - Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade ocupados, total e taxa de ocupação, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade ocupados			
	Total (1 000 pessoas)		Taxa de ocupação (%)	
	16 e 17 anos	18 a 24 anos	16 e 17 anos	18 a 24 anos
Brasil	2 007	14 003	28,6	62,2
Norte	209	1 176	29,1	56,0
Rondônia	26	121	35,8	64,0
Acre	12	57	33,9	58,5
Amazonas	44	231	28,5	50,9
Roraima	4	37	25,0	57,1
Pará	97	580	28,4	56,6
Região Metropolitana de Belém	10	125	13,2	45,9
Amapá	4	37	12,0	39,8
Tocantins	22	113	33,2	64,5
Nordeste	582	3 518	26,8	55,0
Maranhão	94	493	33,5	56,5
Piauí	47	194	37,5	54,9
Ceará	95	604	26,3	57,7
Região Metropolitana de Fortaleza	26	285	19,1	59,3
Rio Grande do Norte	30	204	21,7	52,5
Paraíba	35	226	23,8	51,1
Pernambuco	56	546	16,7	51,6
Região Metropolitana de Recife	11	200	8,2	47,2
Alagoas	29	191	21,5	50,3
Sergipe	21	154	28,6	57,2
Bahia	173	905	30,5	57,0
Região Metropolitana de Salvador	26	241	20,6	57,3
Sudeste	700	5 953	26,5	65,3
Minas Gerais	227	1 526	32,9	66,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	44	420	25,3	67,7
Espírito Santo	40	266	33,1	64,5
Rio de Janeiro	72	916	13,3	53,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	41	665	10,8	53,0
São Paulo	361	3 246	28,0	69,1
Região Metropolitana de São Paulo	133	1 527	22,4	68,0
Sul	372	2 244	38,3	71,7
Paraná	154	869	40,6	71,0
Região Metropolitana de Curitiba	46	272	39,4	70,4
Santa Catarina	87	567	36,9	75,3
Rio Grande do Sul	131	808	36,6	70,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	41	316	30,2	70,4
Centro-Oeste	145	1 112	28,8	63,3
Mato Grosso do Sul	24	190	27,4	63,6
Mato Grosso	41	242	31,8	62,5
Goiás	65	491	32,4	66,1
Distrito Federal	15	189	17,3	57,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.18 - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por condição de atividade na semana de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 18 a 24 anos de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por condição de atividade na semana de referência (%)			
		Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha, nem estuda
Brasil	22 497	14,4	14,5	47,8	23,3
Norte	2 098	18,2	14,4	41,7	25,7
Rondônia	189	11,9	13,3	50,7	24,0
Acre	97	15,7	14,3	44,2	25,8
Amazonas	453	22,2	15,7	35,3	26,9
Roraima	64	18,6	22,1	35,0	24,3
Pará	1 026	17,9	13,5	43,1	25,5
Região Metropolitana de Belém	271	28,8	11,7	34,3	25,3
Amapá	94	27,0	10,8	29,0	33,2
Tocantins	175	13,1	16,4	48,1	22,4
Nordeste	6 399	16,4	12,9	42,1	28,6
Maranhão	873	12,4	12,6	43,9	31,0
Piauí	353	20,5	15,7	39,2	24,6
Ceará	1 047	14,7	13,1	44,6	27,6
Região Metropolitana de Fortaleza	480	15,7	14,5	44,9	25,0
Rio Grande do Norte	389	17,4	11,4	41,1	30,2
Paraíba	441	18,7	12,5	38,6	30,1
Pernambuco	1 060	17,8	10,6	41,0	30,7
Região Metropolitana de Recife	422	20,9	10,6	36,6	31,9
Alagoas	380	18,6	11,8	38,5	31,1
Sergipe	269	17,2	14,4	42,8	25,6
Bahia	1 587	16,4	14,3	42,7	26,6
Região Metropolitana de Salvador	420	18,2	15,3	42,0	24,5
Sudeste	9 114	12,9	14,1	51,2	21,8
Minas Gerais	2 306	13,3	14,3	51,9	20,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	621	13,6	15,0	52,7	18,7
Espírito Santo	412	11,8	14,7	49,8	23,8
Rio de Janeiro	1 701	20,9	11,2	42,7	25,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 254	21,9	11,9	41,1	25,1
São Paulo	4 695	9,9	15,0	54,2	21,0
Região Metropolitana de São Paulo	2 245	11,0	15,0	53,1	20,9
Sul	3 129	11,5	17,7	54,1	16,8
Paraná	1 225	11,8	18,7	52,3	17,3
Região Metropolitana de Curitiba	387	10,1	19,8	50,6	19,5
Santa Catarina	753	11,1	17,6	57,7	13,6
Rio Grande do Sul	1 151	11,4	16,7	53,5	18,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	448	12,2	19,4	51,0	17,4
Centro-Oeste	1 757	15,8	16,4	46,9	21,0
Mato Grosso do Sul	299	14,4	15,8	47,8	22,0
Mato Grosso	387	14,9	16,9	45,6	22,6
Goiás	742	14,6	15,8	50,3	19,3
Distrito Federal	329	20,7	17,7	39,6	22,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.19 - Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência			
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos (salário mínimo) (%)		
		Até 1/2 (2)	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1
Brasil	16 010	17,0	26,0	54,3
Norte	1 385	29,4	31,7	36,5
Rondônia	147	19,3	23,0	54,9
Acre	69	36,0	32,1	31,6
Amazonas	275	28,7	23,7	41,1
Roraima	41	15,3	37,3	47,0
Pará	677	34,2	34,4	30,1
Região Metropolitana de Belém	135	12,1	43,2	41,3
Amapá	41	16,2	39,1	43,0
Tocantins	134	23,1	40,1	36,5
Nordeste	4 099	35,1	37,1	25,7
Maranhão	587	49,6	29,1	19,9
Piauí	241	50,8	28,3	20,8
Ceará	699	36,3	38,8	23,9
Região Metropolitana de Fortaleza	311	13,2	49,1	36,7
Rio Grande do Norte	234	26,9	40,9	31,5
Paraíba	261	32,9	36,9	29,5
Pernambuco	603	19,5	42,6	33,0
Região Metropolitana de Recife	210	5,0	41,8	43,9
Alagoas	220	33,9	37,6	27,4
Sergipe	175	26,2	41,2	30,7
Bahia	1 078	35,7	37,6	23,6
Região Metropolitana de Salvador	267	15,2	38,5	44,4
Sudeste	6 653	7,9	21,0	67,4
Minas Gerais	1 752	15,4	31,5	50,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	465	4,7	24,6	66,2
Espírito Santo	306	16,3	26,7	54,3
Rio de Janeiro	988	5,0	23,5	64,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	705	4,0	20,6	67,6
São Paulo	3 607	4,3	14,7	77,4
Região Metropolitana de São Paulo	1 661	2,7	12,3	80,3
Sul	2 616	10,4	17,1	70,9
Paraná	1 023	10,5	18,3	70,4
Região Metropolitana de Curitiba	319	5,6	16,5	76,5
Santa Catarina	654	6,6	11,3	80,0
Rio Grande do Sul	940	13,0	19,9	65,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	356	2,8	17,3	77,3
Centro-Oeste	1 256	6,7	28,1	64,1
Mato Grosso do Sul	214	8,7	24,5	66,6
Mato Grosso	283	7,1	27,3	64,5
Goiás	556	6,9	32,1	59,6
Distrito Federal	204	3,5	22,1	73,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Inclusive sem declaração de rendimento. (2) Inclusive sem rendimento.

Tabela 1.20 - Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência			
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal (%)		
		Até 39	40 a 44	45 ou mais
Brasil	16 010	27,3	46,4	26,3
Norte	1 385	36,7	35,8	27,6
Rondônia	147	24,2	39,7	36,0
Acre	69	37,9	34,9	27,2
Amazonas	275	36,9	34,6	28,5
Roraima	41	36,4	37,7	25,8
Pará	677	40,7	33,8	25,4
Região Metropolitana de Belém	135	34,8	44,7	20,5
Amapá	41	26,8	31,3	41,9
Tocantins	134	31,6	44,7	23,7
Nordeste	4 099	37,4	37,3	25,3
Maranhão	587	44,2	30,8	25,0
Piauí	241	50,8	27,2	22,0
Ceará	699	35,3	35,7	29,0
Região Metropolitana de Fortaleza	311	23,9	44,9	31,2
Rio Grande do Norte	234	31,5	44,8	23,8
Paraíba	261	41,7	38,1	20,2
Pernambuco	603	28,2	46,1	25,8
Região Metropolitana de Recife	210	25,9	49,9	24,2
Alagoas	220	34,2	34,7	31,1
Sergipe	175	41,7	32,4	26,0
Bahia	1 078	37,5	38,6	23,9
Região Metropolitana de Salvador	267	32,2	41,0	26,8
Sudeste	6 653	21,8	51,2	27,0
Minas Gerais	1 752	25,5	48,8	25,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	465	23,5	54,4	22,1
Espírito Santo	306	24,9	48,7	26,4
Rio de Janeiro	988	22,3	45,6	32,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	705	22,5	45,4	32,1
São Paulo	3 607	19,6	54,1	26,3
Região Metropolitana de São Paulo	1 661	20,7	53,0	26,2
Sul	2 616	23,2	53,4	23,4
Paraná	1 023	22,6	53,9	23,5
Região Metropolitana de Curitiba	319	22,6	52,0	25,4
Santa Catarina	654	19,8	61,0	19,2
Rio Grande do Sul	940	26,2	47,6	26,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	356	22,3	55,6	22,2
Centro-Oeste	1 256	22,2	47,9	29,8
Mato Grosso do Sul	214	24,5	40,6	34,9
Mato Grosso	283	21,6	48,9	29,5
Goiás	556	20,5	48,2	31,3
Distrito Federal	204	25,5	53,3	21,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.21 - Crianças, adolescentes e jovens de 10 a 24 anos, total, proporção que cuidava de afazeres domésticos e número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Crianças e adolescentes de 10 a 15 anos, por sexo					
	Homem			Mulher		
	Total (1 000 pessoas)	Proporção que cuidava de afazeres domésticos	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos	Total (1 000 pessoas)	Proporção que cuidava de afazeres domésticos	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos
Brasil	10 529	40,1	8,3	10 237	71,3	13,3
Norte	1 061	53,5	8,7	1 055	79,9	13,4
Rondônia	96	63,8	10,4	101	88,2	14,3
Acre	52	60,9	9,3	55	85,2	16,5
Amazonas	238	50,3	9,0	238	74,4	13,9
Roraima	30	67,8	7,5	27	84,3	10,3
Pará	506	50,5	8,1	496	79,5	12,6
Região Metropolitana de Belém	111	40,0	9,9	122	66,6	13,1
Amapá	52	46,0	10,7	50	73,6	15,8
Tocantins	88	62,9	7,8	89	86,9	12,7
Nordeste	3 250	36,0	9,3	3 181	73,6	15,2
Maranhão	464	42,2	10,4	438	78,2	16,3
Piauí	195	45,8	8,9	209	79,7	13,2
Ceará	528	37,7	9,5	515	72,3	15,7
Região Metropolitana de Fortaleza	197	34,3	9,2	200	65,1	13,7
Rio Grande do Norte	185	23,6	7,9	189	69,9	13,4
Paraíba	212	28,7	9,2	216	70,9	14,6
Pernambuco	525	19,2	10,1	481	62,0	17,3
Região Metropolitana de Recife	195	23,0	9,8	177	56,0	16,2
Alagoas	224	29,8	12,0	215	70,1	18,0
Sergipe	118	41,3	7,8	111	81,8	14,1
Bahia	799	45,7	8,3	807	78,6	13,8
Região Metropolitana de Salvador	176	73,2	7,9	181	86,6	12,3
Sudeste	4 089	35,0	7,7	3 901	65,4	12,3
Minas Gerais	1 015	44,6	7,8	1 025	74,5	12,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	255	43,4	8,3	249	70,4	12,6
Espírito Santo	183	39,1	6,1	177	75,2	11,5
Rio de Janeiro	778	21,0	7,9	833	52,0	12,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	543	21,5	8,4	590	48,4	12,9
São Paulo	2 113	35,2	7,7	1 866	65,6	12,3
Região Metropolitana de São Paulo	1 027	32,2	8,0	933	63,4	12,8
Sul	1 377	52,0	7,5	1 348	75,0	12,2
Paraná	554	52,6	7,3	547	78,4	12,9
Região Metropolitana de Curitiba	173	56,2	6,2	157	78,6	11,4
Santa Catarina	291	42,1	7,6	298	64,7	11,4
Rio Grande do Sul	532	56,8	7,7	502	77,5	11,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	190	54,8	8,1	195	72,7	12,3
Centro-Oeste	753	45,3	8,8	751	72,7	12,2
Mato Grosso do Sul	144	46,0	8,0	134	79,1	11,1
Mato Grosso	180	58,4	9,2	165	83,2	13,0
Goiás	297	39,4	8,9	324	69,2	11,8
Distrito Federal	132	39,8	9,0	128	61,2	13,2

Tabela 1.21 - Crianças, adolescentes e jovens de 10 a 24 anos, total, proporção que cuidava de afazeres domésticos e número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos, por sexo					
	Homem			Mulher		
	Total (1 000 pessoas)	Proporção que cuidava de afazeres domésticos	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos	Total (1 000 pessoas)	Proporção que cuidava de afazeres domésticos	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos
Brasil	14 869	39,8	9,7	14 635	82,4	21,2
Norte	1 427	49,1	10,1	1 391	88,2	22,2
Rondônia	140	59,5	10,5	122	92,5	21,3
Acre	71	56,9	10,0	63	89,5	23,4
Amazonas	306	46,3	10,7	302	86,6	22,0
Roraima	39	58,1	8,3	43	89,0	19,3
Pará	686	45,4	9,9	681	88,4	22,7
Região Metropolitana de Belém	168	43,0	11,7	183	81,2	21,8
Amapá	64	54,2	13,0	63	82,3	23,9
Tocantins	122	55,4	8,5	118	89,1	21,0
Nordeste	4 288	36,3	10,6	4 282	84,7	24,1
Maranhão	583	38,9	10,6	570	86,5	26,8
Piauí	239	42,1	10,7	241	91,1	22,6
Ceará	697	33,8	10,5	711	81,3	24,1
Região Metropolitana de Fortaleza	311	36,0	10,8	305	76,3	23,5
Rio Grande do Norte	258	33,6	10,9	269	83,3	22,0
Paraíba	298	30,9	10,3	292	86,2	24,5
Pernambuco	711	21,3	12,9	687	75,7	27,4
Região Metropolitana de Recife	277	28,0	12,9	275	72,5	23,0
Alagoas	268	26,0	13,3	249	84,0	29,2
Sergipe	168	34,2	8,9	176	90,7	23,5
Bahia	1 067	50,5	9,8	1 087	89,5	20,6
Região Metropolitana de Salvador	270	77,3	8,9	276	92,4	19,1
Sudeste	5 936	36,7	9,3	5 819	78,9	19,6
Minas Gerais	1 489	36,9	9,1	1 506	82,3	20,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	395	36,8	9,7	401	79,0	18,4
Espírito Santo	277	40,1	8,2	258	83,1	19,1
Rio de Janeiro	1 129	30,8	10,2	1 112	74,6	19,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	813	31,5	10,7	817	74,3	19,7
São Paulo	3 041	38,4	9,2	2 943	78,4	19,3
Região Metropolitana de São Paulo	1 428	38,7	9,8	1 412	78,6	19,3
Sul	2 089	48,4	8,7	2 011	83,1	19,3
Paraná	815	45,7	8,0	788	84,2	19,8
Região Metropolitana de Curitiba	258	48,1	7,3	246	82,2	19,0
Santa Catarina	522	41,8	8,8	466	78,1	18,3
Rio Grande do Sul	751	56,0	9,3	758	85,2	19,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	287	56,4	10,1	296	82,6	19,2
Centro-Oeste	1 128	41,9	9,8	1 131	83,1	19,9
Mato Grosso do Sul	182	45,2	8,4	203	85,6	20,6
Mato Grosso	263	47,4	10,0	252	88,6	20,7
Goiás	478	36,3	9,0	465	81,8	18,5
Distrito Federal	205	45,1	12,2	211	76,7	21,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.22 - Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos ocupados na semana de referência, total, proporção que cuidava de afazeres domésticos e número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos ocupados na semana de referência, por sexo					
	Homem			Mulher		
	Total (1 000 pessoas)	Proporção que cuidava de afazeres domésticos	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos	Total (1 000 pessoas)	Proporção que cuidava de afazeres domésticos	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos
Brasil	9 524	39,7	9,0	6 486	79,9	17,1
Norte	907	47,6	8,9	478	85,5	18,2
Rondônia	99	57,0	9,2	48	90,8	16,6
Acre	44	53,4	9,4	25	82,7	20,8
Amazonas	177	47,4	9,4	97	82,2	16,6
Roraima	25	53,8	8,8	16	86,8	15,8
Pará	452	42,8	8,8	225	86,5	19,2
Região Metropolitana de Belém	84	40,9	10,7	51	79,8	18,8
Amapá	28	42,6	10,9	13	75,4	20,7
Tocantins	81	59,6	7,7	54	86,0	17,8
Nordeste	2 584	36,1	10,0	1 515	81,5	19,5
Maranhão	396	38,4	9,7	191	83,8	21,3
Piauí	156	42,2	10,1	86	92,8	21,3
Ceará	430	34,8	9,9	269	78,3	19,4
Região Metropolitana de Fortaleza	181	35,6	10,2	129	73,9	18,6
Rio Grande do Norte	143	33,5	10,8	91	76,3	17,8
Paraíba	167	26,8	9,9	94	81,5	19,4
Pernambuco	382	19,3	12,6	221	69,8	21,5
Região Metropolitana de Recife	123	25,0	13,0	87	66,9	17,6
Alagoas	156	25,1	12,4	64	72,3	24,3
Sergipe	112	33,7	9,5	64	86,9	18,6
Bahia	643	50,2	9,1	434	87,8	17,5
Região Metropolitana de Salvador	154	76,4	8,5	113	91,5	15,8
Sudeste	3 788	37,0	8,7	2 865	77,2	16,3
Minas Gerais	1 019	38,5	8,7	733	80,1	17,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	260	37,0	9,2	205	75,4	15,6
Espírito Santo	179	40,4	7,1	127	79,8	14,6
Rio de Janeiro	584	30,5	9,8	404	74,2	17,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	410	29,8	10,4	295	74,3	17,5
São Paulo	2 006	37,8	8,7	1 601	76,5	15,8
Região Metropolitana de São Paulo	896	37,5	9,2	764	75,6	15,5
Sul	1 498	47,7	8,1	1 119	82,3	15,8
Paraná	597	44,0	7,3	426	81,4	15,6
Região Metropolitana de Curitiba	181	44,9	6,8	137	78,1	15,2
Santa Catarina	369	43,3	8,3	285	79,5	15,4
Rio Grande do Sul	532	54,9	8,8	407	85,1	16,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	195	54,4	9,3	162	82,3	15,2
Centro-Oeste	747	40,0	9,7	509	79,6	15,8
Mato Grosso do Sul	128	43,8	7,7	86	81,7	16,3
Mato Grosso	179	43,7	10,1	104	86,0	14,8
Goiás	325	34,3	9,0	231	78,4	15,3
Distrito Federal	116	45,9	12,7	88	73,2	18,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.23 - População residente total e pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População residente							
	Total (1 000 pessoas)	60 anos ou mais de idade						80 anos ou mais
		Total		Distribuição percentual, por grupos de idade (%)				
		Absoluto (1 000 pessoas)	Relativo (%)	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	
Brasil	195 243	23 536	12,1	3,8	2,9	2,1	1,6	1,7
Norte	16 499	1 302	7,9	2,5	2,1	1,4	0,9	1,0
Rondônia	1 602	132	8,3	3,0	2,2	1,5	0,9	0,7
Acre	769	55	7,1	2,3	1,9	1,1	0,8	1,0
Amazonas	3 630	255	7,0	2,2	1,7	1,2	0,9	1,1
Roraima	477	31	6,4	2,3	1,8	1,1	0,6	0,7
Pará	7 878	647	8,2	2,6	2,1	1,5	0,9	1,0
Região Metropolitana de Belém	2 158	208	9,6	3,0	2,2	1,9	1,2	1,3
Amapá	711	42	5,9	1,4	1,9	1,0	0,9	0,7
Tocantins	1 432	141	9,9	3,3	2,6	1,8	1,1	1,1
Nordeste	54 226	6 212	11,5	3,4	2,7	2,1	1,4	1,8
Maranhão	6 772	708	10,4	3,3	2,3	1,8	1,4	1,7
Piauí	3 177	364	11,5	3,1	2,8	2,4	1,5	1,6
Ceará	8 671	1 089	12,6	3,6	2,7	2,3	1,6	2,3
Região Metropolitana de Fortaleza	3 735	402	10,8	3,5	2,5	1,9	1,4	1,5
Rio Grande do Norte	3 252	385	11,8	3,5	2,9	2,0	1,6	1,8
Paraíba	3 836	502	13,1	3,8	2,9	2,2	1,7	2,5
Pernambuco	8 984	1 045	11,6	3,7	2,7	2,3	1,4	1,5
Região Metropolitana de Recife	3 766	462	12,3	4,2	3,1	2,0	1,5	1,5
Alagoas	3 184	310	9,7	3,0	2,6	1,7	1,1	1,4
Sergipe	2 129	218	10,2	2,7	2,7	1,8	1,4	1,6
Bahia	14 221	1 592	11,2	3,3	2,8	2,0	1,3	1,8
Região Metropolitana de Salvador	3 671	346	9,4	3,2	2,3	1,7	1,0	1,3
Sudeste	82 067	10 898	13,3	4,2	3,1	2,4	1,8	1,8
Minas Gerais	19 962	2 620	13,1	4,0	3,2	2,4	1,8	1,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	4 997	585	11,7	3,6	2,8	2,3	1,4	1,6
Espírito Santo	3 604	409	11,4	3,4	2,8	2,0	1,5	1,7
Rio de Janeiro	16 332	2 426	14,9	4,8	3,4	2,7	2,0	2,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	12 043	1 879	15,6	5,1	3,5	2,8	2,1	2,1
São Paulo	42 168	5 443	12,9	4,2	3,0	2,3	1,8	1,7
Região Metropolitana de São Paulo	20 070	2 491	12,4	4,2	2,7	2,2	1,6	1,7
Sul	27 875	3 658	13,1	4,3	3,2	2,3	1,7	1,7
Paraná	10 633	1 299	12,2	4,0	3,0	2,1	1,6	1,5
Região Metropolitana de Curitiba	3 261	345	10,6	3,6	2,6	1,6	1,4	1,4
Santa Catarina	6 439	769	11,9	4,2	2,8	2,2	1,3	1,3
Rio Grande do Sul	10 802	1 590	14,7	4,7	3,6	2,5	1,9	2,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	4 030	530	13,2	4,5	3,3	2,2	1,5	1,6
Centro-Oeste	14 576	1 465	10,0	3,6	2,5	1,7	1,2	1,1
Mato Grosso do Sul	2 528	270	10,7	3,9	2,5	1,8	1,1	1,4
Mato Grosso	3 149	290	9,2	3,5	2,4	1,6	1,0	0,7
Goiás	6 218	667	10,7	3,6	2,7	1,8	1,4	1,2
Distrito Federal	2 681	237	8,8	3,2	2,2	1,4	1,1	1,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.24 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual (%)			
		Situação do domicílio		Sexo	
		Urbana	Rural	Homem	Mulher
Brasil	23 536	84,1	15,9	44,3	55,7
Norte	1 302	73,7	26,3	49,1	50,9
Nordeste	6 212	71,1	28,9	43,6	56,4
Sudeste	10 898	93,0	7,0	43,5	56,5
Sul	3 658	80,9	19,1	45,0	55,0
Centro-Oeste	1 465	90,5	9,5	47,0	53,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.25 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual (%)			
		Situação do domicílio		Sexo	
		Urbana	Rural	Homem	Mulher
Brasil	16 096	83,9	16,1	43,2	56,8
Norte	885	74,6	25,4	48,5	51,5
Nordeste	4 366	70,7	29,3	42,7	57,3
Sudeste	7 445	92,8	7,2	42,2	57,8
Sul	2 455	81,0	19,0	43,8	56,2
Centro-Oeste	945	90,4	9,6	46,9	53,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.26 - População residente de 60 e 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	População residente de 60 e 65 anos ou mais de idade							
	60 anos e mais				65 anos e mais			
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual por cor ou raça (%)			Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual por cor ou raça (%)		
		Branca	Preta	Parda		Branca	Preta	Parda
Brasil	23 536	55,0	8,6	35,2	16 096	55,9	8,6	34,2
Norte	1 302	25,6	9,1	63,2	885	26,4	8,6	62,5
Nordeste	6 212	33,0	12,0	54,2	4 366	34,1	12,1	53,1
Sudeste	10 898	63,2	8,2	27,2	7 445	64,8	8,2	25,5
Sul	3 658	80,7	3,7	14,3	2 455	80,9	3,7	14,1
Centro-Oeste	1 465	48,8	8,2	41,6	945	49,3	7,9	41,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.27 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por condição no domicílio (%)		
		Pessoa de referência	Cônjuge	Outra condição
Brasil	23 499	63,7	24,3	12,0
Norte	1 301	62,9	23,7	13,4
Nordeste	6 206	65,0	23,8	11,2
Sudeste	10 877	63,7	24,0	12,3
Sul	3 653	61,6	26,4	11,9
Centro-Oeste	1 463	64,2	24,2	11,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 1.28 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por condição no domicílio (%)		
		Pessoa de referência	Cônjuge	Outra condição
Brasil	16 074	64,4	21,5	14,0
Norte	884	63,7	20,3	16,0
Nordeste	4 362	65,9	21,0	13,1
Sudeste	7 431	64,3	21,5	14,2
Sul	2 453	62,0	23,2	14,8
Centro-Oeste	943	65,1	21,4	13,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.29 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas (%)			
		Aposentados	Pensionistas	Aposentados e pensionistas (1)	Outros
Total					
Brasil	23 536	59,7	9,9	7,2	23,2
Norte	1 302	57,7	7,8	4,3	30,3
Nordeste	6 212	65,4	7,4	7,5	19,8
Sudeste	10 898	56,7	11,9	6,4	25,0
Sul	3 658	61,7	9,5	10,7	18,1
Centro-Oeste	1 465	54,5	9,0	5,4	31,2
Homens					
Brasil	10 424	74,1	1,4	2,4	22,1
Norte	640	62,2	2,6	1,3	34,0
Nordeste	2 708	74,5	1,3	3,4	20,8
Sudeste	4 739	75,8	1,2	1,6	21,5
Sul	1 648	77,2	1,5	4,0	17,3
Centro-Oeste	689	64,2	1,6	1,9	32,3
Mulheres					
Brasil	13 112	48,3	16,7	10,9	24,1
Norte	663	53,5	12,8	7,1	26,6
Nordeste	3 504	58,3	12,1	10,7	19,0
Sudeste	6 159	42,1	20,1	10,1	27,8
Sul	2 010	49,0	16,2	16,2	18,7
Centro-Oeste	776	45,9	15,6	8,5	30,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Pessoas que acumulam tanto aposentadoria quanto pensão.

Tabela 1.30 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas (%)			
		Aposentados	Pensionistas	Aposentados e pensionistas (1)	Outros
Total					
Brasil	16 096	65,2	11,3	8,9	14,6
Norte	885	65,9	8,4	5,4	20,2
Nordeste	4 366	70,7	8,0	9,3	12,0
Sudeste	7 445	62,1	13,9	8,0	16,1
Sul	2 455	64,9	10,8	13,1	11,1
Centro-Oeste	945	64,0	10,5	6,8	18,6
Homens					
Brasil	6 955	84,9	1,3	3,2	10,6
Norte	429	74,8	3,0	1,9	20,3
Nordeste	1 864	84,3	1,3	4,3	10,1
Sudeste	3 142	87,1	1,1	2,0	9,8
Sul	1 076	85,3	1,5	5,3	7,9
Centro-Oeste	443	80,5	1,3	2,6	15,5
Mulheres					
Brasil	9 141	50,2	18,9	13,2	17,7
Norte	455	57,6	13,5	8,7	20,2
Nordeste	2 502	60,6	12,9	13,0	13,5
Sudeste	4 303	43,8	23,2	12,3	20,7
Sul	1 379	49,0	18,1	19,2	13,6
Centro-Oeste	502	49,4	18,6	10,6	21,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Pessoas que acumulam tanto aposentadoria quanto pensão.

Tabela 1.31 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total, com indicação da média de anos de estudo e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 60 anos ou mais de idade					
	Total (1 000 pessoas) (1)	Média de anos de estudo	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)			
			Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 8 anos	9 anos ou mais
Brasil	23 526	4,4	32,0	16,4	32,6	19,1
Norte	1 302	3,4	42,4	18,6	24,5	14,5
Rondônia	132	3,1	44,5	17,6	26,1	11,9
Acre	55	2,9	53,1	11,4	23,5	12,1
Amazonas	254	4,0	40,5	13,4	28,0	18,1
Roraima	31	3,4	50,3	11,9	20,9	17,0
Pará	647	3,4	40,3	22,3	23,3	14,2
Região Metropolitana de Belém	208	5,9	19,3	16,7	33,2	30,8
Amapá	42	3,7	42,2	15,6	26,1	16,1
Tocantins	141	3,1	47,8	17,0	22,9	12,2
Nordeste	6 210	3,0	51,9	14,8	20,2	13,1
Maranhão	708	2,1	65,7	12,2	12,3	9,8
Piauí	364	2,0	60,4	16,0	16,6	7,0
Ceará	1 088	3,0	50,1	17,4	19,8	12,7
Região Metropolitana de Fortaleza	402	4,9	30,4	16,9	27,4	25,3
Rio Grande do Norte	385	3,3	43,3	19,5	22,7	14,5
Paraíba	501	3,2	50,6	15,3	20,3	13,8
Pernambuco	1 045	3,7	45,7	12,6	25,1	16,6
Região Metropolitana de Recife	462	5,4	30,2	9,7	32,4	27,7
Alagoas	310	2,4	59,5	12,6	18,4	9,5
Sergipe	218	3,6	42,8	17,4	23,9	15,9
Bahia	1 592	3,0	51,6	14,2	20,6	13,6
Região Metropolitana de Salvador	346	6,3	22,4	13,4	28,2	36,0
Sudeste	10 893	5,2	22,4	15,5	38,8	23,3
Minas Gerais	2 617	4,1	31,2	19,7	32,9	16,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	585	5,9	18,4	14,5	38,3	28,8
Espírito Santo	409	4,3	30,1	18,3	33,2	18,4
Rio de Janeiro	2 425	6,4	14,7	14,5	38,3	32,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 879	6,7	12,3	12,7	40,0	34,9
São Paulo	5 442	5,4	21,0	13,6	42,4	23,0
Região Metropolitana de São Paulo	2 490	5,9	17,6	10,5	45,8	26,1
Sul	3 656	4,6	22,1	20,9	39,3	17,7
Paraná	1 297	4,0	31,0	22,2	31,4	15,4
Região Metropolitana de Curitiba	345	5,2	23,3	19,2	32,5	25,0
Santa Catarina	769	4,7	20,2	19,6	41,9	18,3
Rio Grande do Sul	1 590	5,1	15,9	20,3	44,4	19,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	530	6,3	13,9	15,1	40,9	30,2
Centro-Oeste	1 465	4,4	33,6	16,8	29,3	20,2
Mato Grosso do Sul	270	4,3	30,6	19,0	32,4	18,1
Mato Grosso	290	4,0	36,3	17,4	29,3	17,1
Goiás	667	3,7	38,7	17,7	27,4	16,3
Distrito Federal	237	6,8	19,6	11,4	31,2	37,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Exclusive as pessoas com anos de estudo não determinados.

Tabela 1.32 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total, com indicação da média de anos de estudo e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade					
	Total (1 000 pessoas) (1)	Média de anos de estudo	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)			
			Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 8 anos	9 anos ou mais
Brasil	16 091	3,9	36,0	17,0	31,0	16,0
Norte	884	2,9	47,4	19,1	22,3	11,3
Nordeste	4 365	2,6	55,6	14,6	19,1	10,7
Sudeste	7 441	4,8	26,3	16,4	37,3	20,0
Sul	2 455	4,2	25,3	22,2	37,6	14,9
Centro-Oeste	945	3,8	39,7	16,8	27,1	16,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Exclusive as pessoas com anos de estudo não determinados.

Tabela 1.33 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal de todas as fontes, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade				
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por classe de rendimento mensal de todas as fontes (salário mínimo) (%)			
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	23 536	10,4	38,6	23,4	24,7
Norte	1 302	9,7	48,1	22,5	17,2
Nordeste	6 212	9,0	52,5	22,5	13,7
Sudeste	10 898	12,0	30,2	23,5	30,4
Sul	3 658	8,1	35,8	25,3	29,0
Centro-Oeste	1 465	10,7	40,4	21,6	25,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive as pessoas de 60 anos ou mais de idade sem declaração de rendimento e sem rendimento.

Tabela 1.34 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal de todas as fontes, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade				
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por classe de rendimento mensal de todas as fontes (salário mínimo) (%)			
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	16 096	7,3	43,5	24,0	22,5
Norte	885	6,1	54,5	22,1	15,1
Nordeste	4 366	5,3	57,3	23,0	12,6
Sudeste	7 445	9,2	34,5	24,4	28,0
Sul	2 455	5,6	40,8	25,9	26,0
Centro-Oeste	945	6,6	47,4	22,0	22,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive as pessoas de 65 anos ou mais de idade sem declaração de rendimento e sem rendimento.

Tabela 1.35 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por classe de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	23 499	5,3	19,2	40,7	27,7
Norte	1 301	10,5	27,5	38,3	16,4
Nordeste	6 206	10,4	30,7	38,8	13,9
Sudeste	10 877	3,0	13,7	40,2	34,1
Sul	3 653	2,3	13,1	45,0	35,3
Centro-Oeste	1 463	3,5	19,1	43,0	29,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive as pessoas de 60 anos ou mais de idade sem declaração de rendimento e sem rendimento.

Tabela 1.36 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	16 074	4,5	18,7	43,4	26,8
Norte	884	9,4	27,9	40,5	15,6
Nordeste	4 362	8,6	30,1	42,1	14,0
Sudeste	7 431	2,6	13,0	42,5	33,4
Sul	2 453	1,8	12,7	47,6	33,7
Centro-Oeste	943	2,7	17,8	47,7	27,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive as pessoas de 65 anos ou mais de idade sem declaração de rendimento e sem rendimento.

Tabela 1.37 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares						
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar (%)					Outros (7)
		Uni- pessoal (2)	Casal sem filhos (3)	Morando sem filhos e com outros (4)	Morando com filhos e/ou com outros (5)		
					Com filhos menores de 25 anos (6)	Todos os filhos com 25 anos ou mais	
Brasil	23 499	14,4	24,5	10,6	11,4	30,7	8,4
Norte	1 301	11,3	17,8	12,8	17,9	30,0	10,1
Nordeste	6 206	12,3	18,8	13,1	15,7	32,8	7,3
Sudeste	10 877	15,4	26,0	9,4	9,0	31,6	8,6
Sul	3 653	15,5	31,6	9,0	9,6	25,3	8,9
Centro-Oeste	1 463	15,3	25,3	11,1	10,3	29,4	8,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Exclusivo pensionistas, empregados domésticos ou parentes do empregado doméstico. (2) Domicílio com pessoas de 60 anos ou mais de idade morando sem cônjuge, filhos, outros parentes e agregados. (3) Domicílio com pessoa responsável e cônjuge, tendo ao menos uma pessoa de 60 anos ou mais de idade, sem filhos, outros parentes e agregados. (4) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma pessoa de 60 anos ou mais de idade, morando com outros parentes e/ou agregados de qualquer idade e sem filhos. (5) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma pessoa de 60 anos ou mais de idade, morando com filhos e/ou com outros parentes e/ou agregados, de qualquer idade. (6) Domicílio com ao menos um filho com menos de 25 anos de idade. (7) Domicílio com pessoas de 60 anos ou mais de idade somente na condição de outro parente e/ou agregado.

Tabela 1.38 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares						
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar (%)					Outros (7)
		Uni- pessoal (2)	Casal sem filhos (3)	Morando sem filhos e com outros (4)	Morando com filhos e/ou com outros (5)		
					Com filhos menores de 25 anos (6)	Todos os filhos com 25 anos ou mais	
Brasil	16 074	16,1	24,3	10,4	6,7	30,8	11,6
Norte	884	11,8	16,6	13,3	13,1	31,3	13,8
Nordeste	4 362	14,3	18,3	13,3	9,9	33,9	10,2
Sudeste	7 431	16,9	26,6	9,1	4,7	30,9	11,7
Sul	2 453	17,8	30,4	8,4	5,2	25,3	12,9
Centro-Oeste	943	17,7	25,4	10,3	5,9	28,8	11,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Exclusivo pensionistas, empregados domésticos ou parentes do empregado doméstico. (2) Domicílio com pessoas de 65 anos ou mais de idade morando sem cônjuge, filhos, outros parentes e agregados. (3) Domicílio com pessoa responsável e cônjuge, tendo ao menos uma pessoa de 65 anos ou mais de idade, sem filhos, outros parentes e agregados. (4) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma pessoa de 65 anos ou mais de idade, morando com outros parentes e/ou agregados de qualquer idade e sem filhos. (5) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma pessoa de 65 anos ou mais de idade, morando com filhos e/ou com outros parentes e/ou agregados, de qualquer idade. (6) Domicílio com ao menos um filho com menos de 25 anos de idade. (7) Domicílio com pessoas de 65 anos ou mais de idade somente na condição de outro parente e/ou agregado.

Tabela 1.39 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares					
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	22 057	4,6	13,3	28,6	24,8	28,7
Norte	1 227	4,1	8,0	18,6	38,4	30,9
Nordeste	5 892	2,9	6,6	16,7	41,1	32,7
Sudeste	10 008	8,4	10,7	28,5	24,4	28,1
Sul	3 521	7,6	11,1	32,6	24,3	24,3
Centro-Oeste	1 408	8,3	13,3	30,8	23,0	24,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e famílias sem declaração de rendimento.

Tabela 1.40 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares					
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	15 142	3,7	12,8	31,2	24,8	27,6
Norte	837	3,0	7,7	19,0	39,9	30,4
Nordeste	4 171	1,8	5,5	15,7	44,2	32,8
Sudeste	6 862	7,6	9,8	30,9	24,5	27,1
Sul	2 365	6,7	10,5	36,6	24,3	22,0
Centro-Oeste	908	7,1	12,1	35,9	22,7	22,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e famílias sem declaração de rendimento.

Tabela 1.41 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo (%)								
	60 anos ou mais			65 anos ou mais			70 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	27,0	40,2	16,6	19,1	29,4	11,3	14,2	22,8	7,9
Norte	34,7	48,9	21,0	25,8	37,1	15,1	17,7	26,7	9,8
Nordeste	28,9	43,4	17,7	21,5	33,2	12,8	16,7	26,3	9,9
Sudeste	23,9	36,0	14,6	15,9	24,9	9,3	11,6	19,3	6,1
Sul	29,5	42,1	19,1	21,9	32,2	13,8	16,5	25,4	9,8
Centro-Oeste	29,7	44,4	16,7	20,1	31,8	9,8	14,2	23,3	6,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.42 - Rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 60, 65 ou 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 60, 65 ou 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo (R\$)								
	60 anos ou mais			65 anos ou mais			70 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	1 613,67	1 800,14	1 167,40	1 546,61	1 737,33	1 043,35	1 326,23	1 483,45	837,57
Norte	1 290,42	1 343,18	1 110,39	1 254,94	1 323,75	985,71	1 064,17	1 143,36	736,61
Nordeste	1 013,17	1 112,02	767,06	749,83	833,07	521,73	630,69	722,95	338,81
Sudeste	1 950,60	2 225,26	1 366,25	2 029,08	2 344,37	1 292,45	1 736,78	1 996,15	986,80
Sul	1 627,85	1 833,91	1 096,77	1 645,62	1 890,99	999,98	1 534,36	1 599,66	1 344,03
Centro-Oeste	1 784,42	1 956,98	1 311,42	1 598,93	1 639,36	1 457,75	1 351,50	1 479,86	797,19

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas com rendimento nulo e sem declaração de rendimento.

Tabela 1.43 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas na semana de referência, por sexo (%)								
	60 anos ou mais			65 anos ou mais			70 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	15,4	23,3	9,1	14,3	23,3	7,5	11,6	19,5	5,7
Norte	16,7	22,5	11,2	16,9	24,0	10,2	13,5	20,9	7,1
Nordeste	18,8	28,2	11,6	17,6	28,0	9,9	14,4	23,1	8,2
Sudeste	12,2	19,5	6,7	11,1	19,1	5,3	9,0	16,4	3,8
Sul	19,9	28,9	12,5	17,9	27,8	10,2	14,1	22,9	7,5
Centro-Oeste	11,9	17,8	6,7	12,8	21,3	5,4	10,0	17,1	3,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 1.44 - Média de horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Média de horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo								
	60 anos ou mais			65 anos ou mais			70 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	35,2	38,8	28,2	32,0	35,6	24,8	29,7	33,1	22,3
Norte	35,4	39,1	26,8	32,8	36,8	23,5	30,2	34,4	20,5
Nordeste	32,8	36,6	25,5	30,2	33,9	23,0	28,1	32,1	20,6
Sudeste	37,1	40,4	31,0	34,1	37,6	27,3	32,2	35,2	25,3
Sul	33,1	37,0	26,1	29,0	32,7	22,3	26,2	29,3	20,1
Centro-Oeste	38,2	41,9	29,4	35,2	38,0	27,0	31,9	34,7	22,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Famílias e domicílios

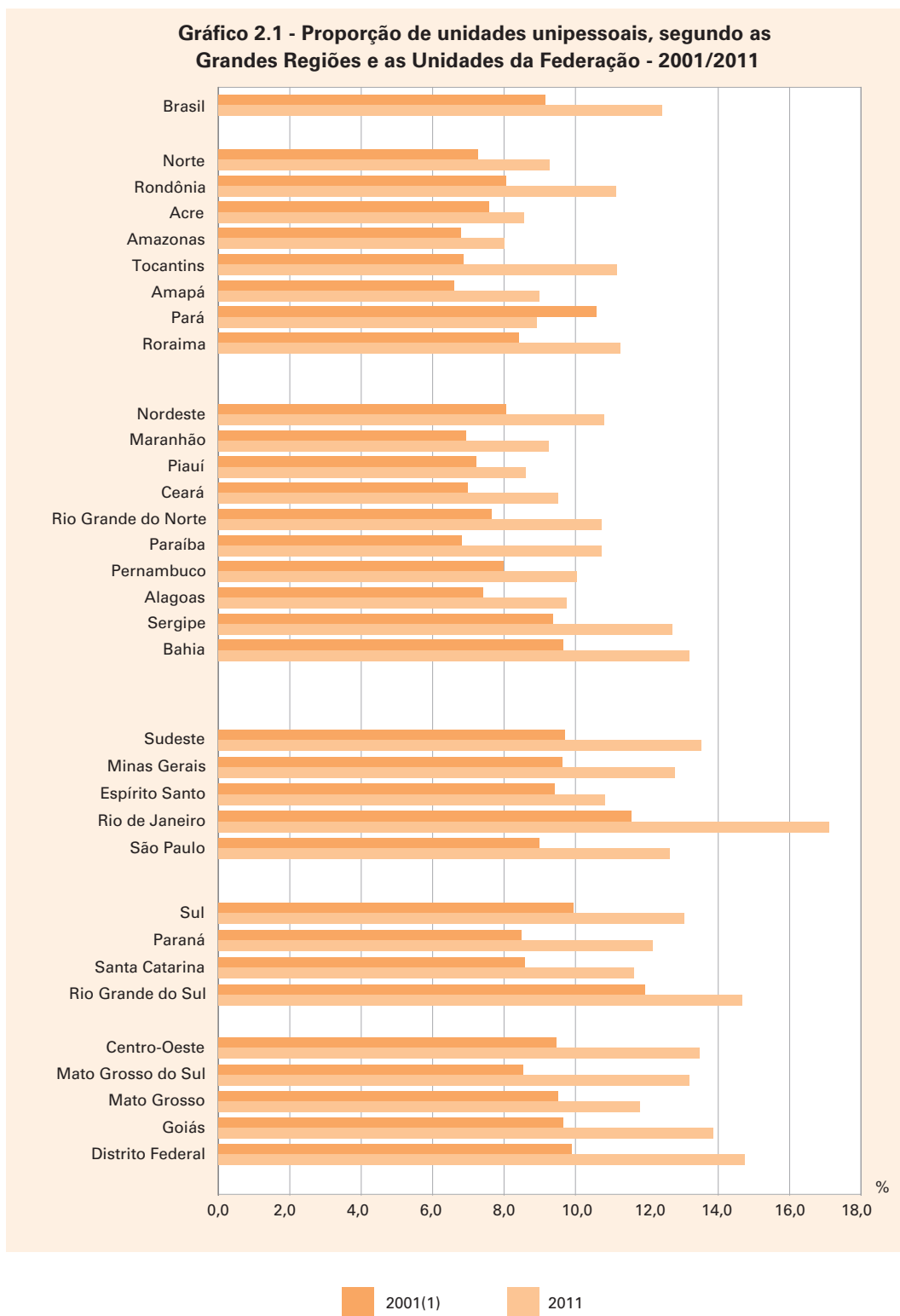
É no contexto familiar onde se desenvolvem os mecanismos de reprodução e de sobrevivência dos indivíduos na sociedade. A compreensão da forma como se organizam e atuam os núcleos familiares é fundamental para se estudar as condições de vida da população e analisar diferentes aspectos da vida social, tais como o comportamento demográfico, a participação no mercado de trabalho, a distribuição de renda, os padrões de consumo e de gastos, a mobilidade social, entre outros temas relevantes. É importante mensurar as estratégias de sobrevivência nas suas diversas formas e as dimensões das conexões da vida social das famílias.

Um dos principais eixos para a análise das condições de vida é a mensuração das condições de habitação das famílias, desde o acesso de seu domicílio a serviços de saneamento até a posse de bens considerados essenciais para o bem-estar e o conforto de seus membros. A análise da qualidade da moradia deve considerar, além do custo da moradia, densidade, condições de abastecimento de água, saneamento, iluminação, pavimentação, conforto e estética das habitações.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD traz alguns subsídios estatísticos que podem fornecer uma melhor compreensão dos padrões de comportamento das famílias no País e de seu bem-estar. Em 2011, o número encontrado de arranjos familiares foi de 64,3 milhões, com uma média de três pessoas por unidade (Tabelas 2.1 e 2.2).

Na comparação com os dados referentes a 2001, várias tendências relativas à dinâmica de transformação do padrão de organização dos arranjos se mantêm. Em primeiro lugar, destaca-se o continuado crescimento da proporção dos arranjos unipessoais, ou seja, das pessoas que vivem sós. Este crescimento se dá em função de vários fatores, sendo os mais significativos a queda da fecundidade e o envelhecimento da população. Tal fenômeno tem sido constatado em

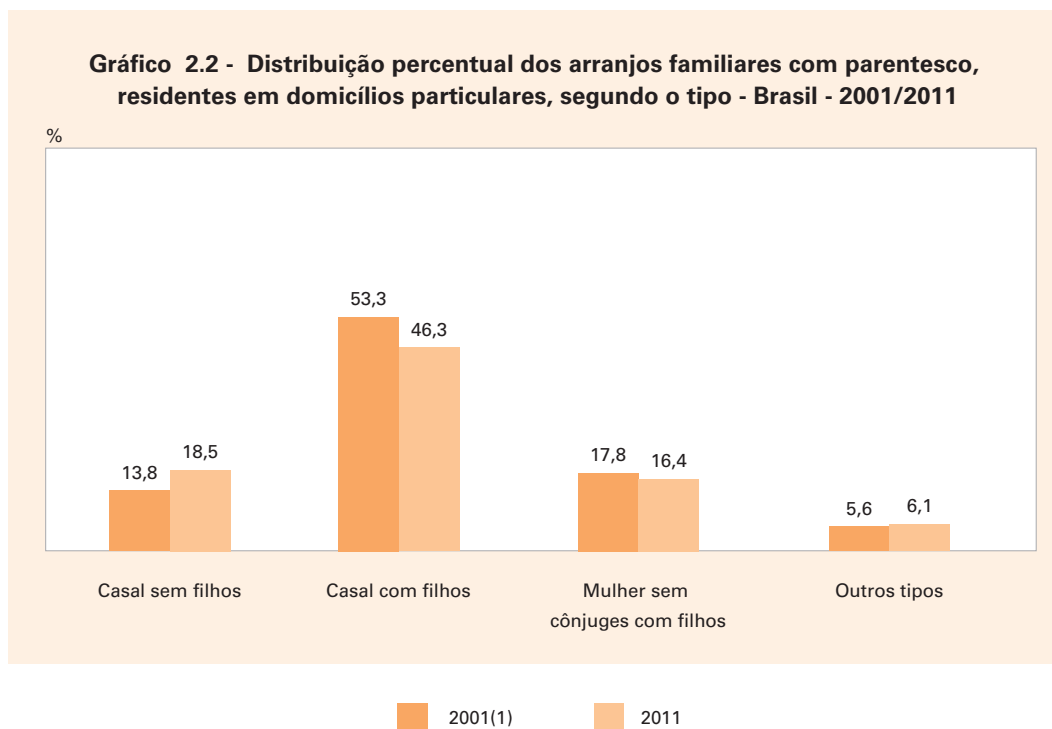
vários países, e, no Brasil, a proporção dos arranjos unipessoais passou de 9,2% para 12,4%, no período de 2001 a 2011, o que significa um crescimento relativo de 35,6%. O Gráfico 2.1 mostra resultados diferenciados para as Unidades da Federação, variando de 8,0%, no Amazonas, a 17,1%, no Rio de Janeiro (Tabelas 2.3 e 2.4).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No período de 2001 a 2011, houve modificações na distribuição dos arranjos com parentesco, com redução do peso relativo daqueles constituídos por casal com filhos (de 53,3% para 46,3%) e, conseqüente, aumento dos casais sem filhos (de 13,8% para 18,5%). Nos arranjos constituídos por mulher sem cônjuge com filhos, os chamados arranjos monoparentais femininos, a PNAD 2011 mostrou uma ligeira redução (Gráfico 2.2). Tal padrão de organização dos arranjos está associado à tendência de queda da fecundidade, que, por sua vez, também pode ser atribuída ao desenvolvimento das relações de gênero, no contexto das transformações econômicas e sociais por que passa a sociedade brasileira contemporânea.



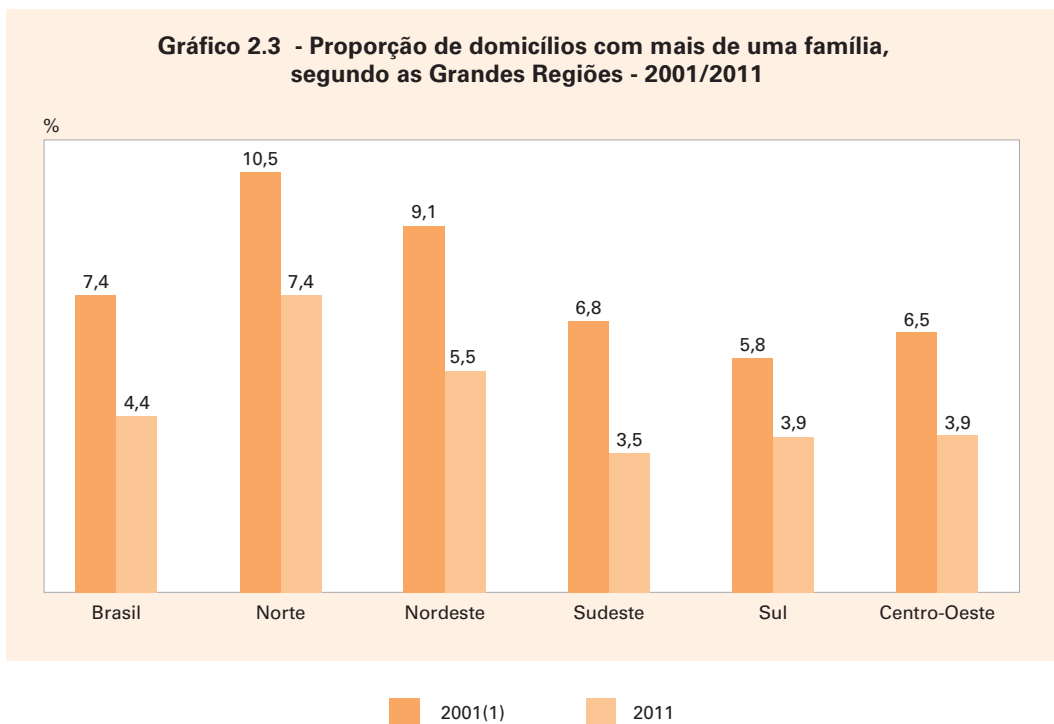
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Quando há, na mesma unidade domiciliar, mais de um núcleo familiar, estas famílias são classificadas como famílias conviventes. Nos debates sobre déficit habitacional, estas unidades domiciliares com dois ou mais núcleos são consideradas no cálculo do déficit. Nessa medida, é oportuno apresentar as informações trazidas pela PNAD 2011: 95,6% dos domicílios são ocupados por apenas um núcleo familiar e 4,4%, por dois ou mais núcleos. A possibilidade de se encontrar domicílios com famílias conviventes na Região Nordeste (5,5%) é maior que na Região Sudeste (3,2%). Tal chance pode ser explicada pelos níveis baixos de rendimento das famílias nordestinas, exigindo estratégias de sobrevivência diferenciadas em relação às famílias das Regiões Sudeste e Sul.

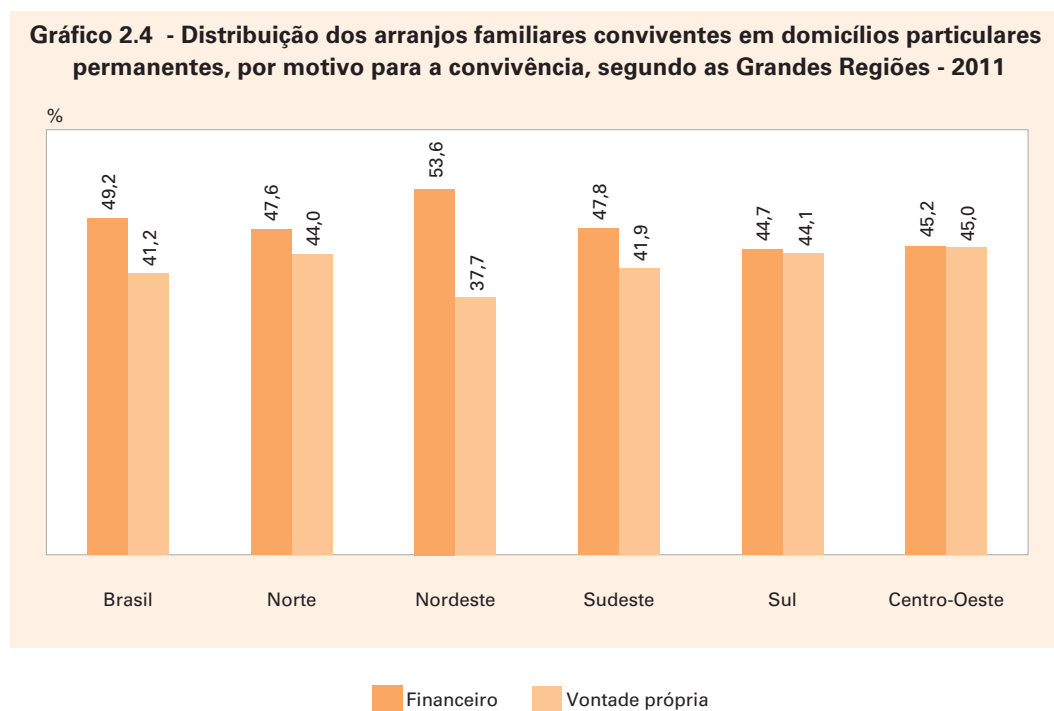
Em relação à estrutura das famílias conviventes no País, o primeiro aspecto a ser destacado é o tamanho médio: 2,6 pessoas por família. Já foi observado, tanto na PNAD como no Censo Demográfico de anos anteriores, que a pessoa de referência da segunda família tem ligação de parentesco com a pessoa de referência do domicílio, além de a grande maioria ser família monoparental (mãe com filhos). Esse aspecto revela que, em termos de configuração familiar, trata-se, na maior parte dos casos, de apenas um grupo familiar extenso. Segundo dados da PNAD 2011, em 41,2% dos

domicílios com famílias conviventes, o motivo alegado para a convivência no mesmo domicílio foi a “vontade própria”. Apesar da motivação financeira preponderar como motivo para essa convivência, em alguns estados, como Acre (56,6%), Tocantins (51,9%), Santa Catarina (45,9%) e Mato Grosso (60,2%), o motivo “vontade própria” é maior que o financeiro (Gráficos 2.3 e 2.4).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



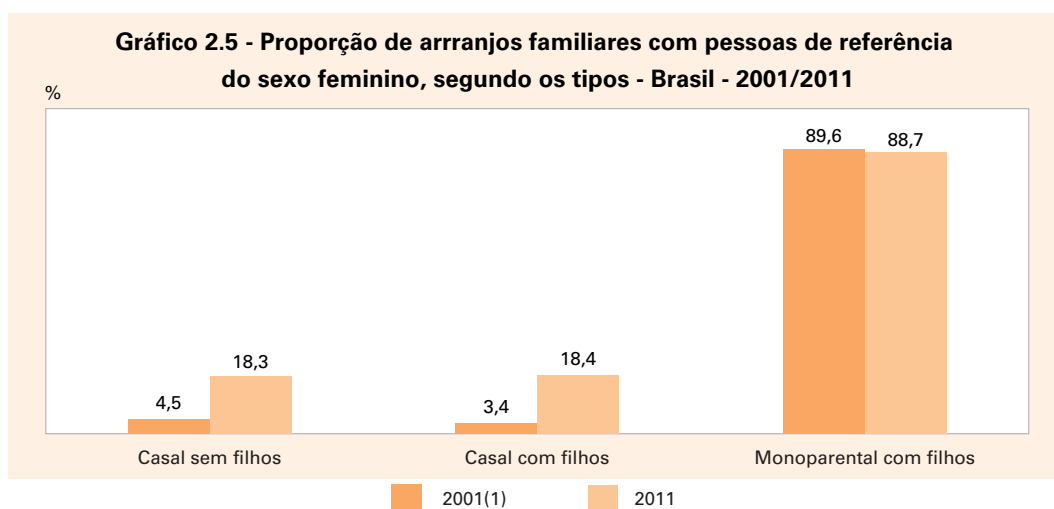
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Os indicadores desagregados por sexo da pessoa de referência são bastante utilizados para estudos e conhecimento dos tipos de organização familiar e, também, para o planejamento de políticas públicas. Contudo, é preciso ressaltar certas limitações que devem ser levadas em conta, dado que o termo “pessoa de referência” pode ser empregado para expressar diversas situações, tais como: o principal provedor ou arrimo da família, a pessoa que toma as decisões mais importantes, a pessoa mais idosa, entre outras.

Durante muitos anos, o IBGE utilizou a denominação “chefe da família”, termo bastante associado à autoridade, e, em grande parte dos casos, associado à mais importante fonte de recursos. Com as transformações ocorridas no âmbito familiar - crescente número de pessoas economicamente ativas e compartilhamento das despesas - o termo acabou mostrando-se inadequado e caiu em desuso. Hoje, nas pesquisas do IBGE, utiliza-se o mesmo conceito, porém representado por dois termos: “pessoa de referência” ou “pessoa responsável”, considerando-se aquela que é reconhecida como tal pelos demais membros da família, o que expressa, portanto, a escolha dos membros da família.

Nas duas últimas décadas, a autonomia das mulheres e a igualdade de gênero são reconhecidas como “meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças, além de estimular um desenvolvimento verdadeiramente sustentável”, conforme destaca o Portal Brasil, do governo federal⁴. As estatísticas sobre mulheres mostram que, cada vez mais, elas estão presentes no mercado de trabalho e com níveis de escolaridade mais avançados do que os homens. Sem dúvida, estas mudanças influenciam o comportamento social das mulheres, tanto no âmbito público como no privado. Tal comportamento pode ser visto nos resultados da PNAD 2011 em relação à declaração das mulheres como pessoa de referência das famílias.

Independentemente de tratar-se de casal sem filhos ou casal com filhos, houve um aumento considerável da proporção de mulheres responsáveis pelos núcleos familiares de 2001 a 2011. No caso dos núcleos formados por casais sem filhos, a proporção de mulheres passou de 4,5% para 18,3% e, nos núcleos formados por casais com filhos, de 3,4% passou para 18,4% nesse período. Nos arranjos monoparentais, as mulheres sempre foram maioria, proporção que se manteve no período (Gráficos 2.5 e 2.6).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

⁴ Para informações complementares, consultar a página: AUTONOMIA feminina. In: PORTAL BRASIL. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/desigualdade-de-generos/autonomia-feminina>>. Acesso em: out. 2012.

Gráfico 2.6 - Proporção de arranjos familiares com pessoas de referência do sexo masculino, segundo os tipos - Brasil - 2001/2011

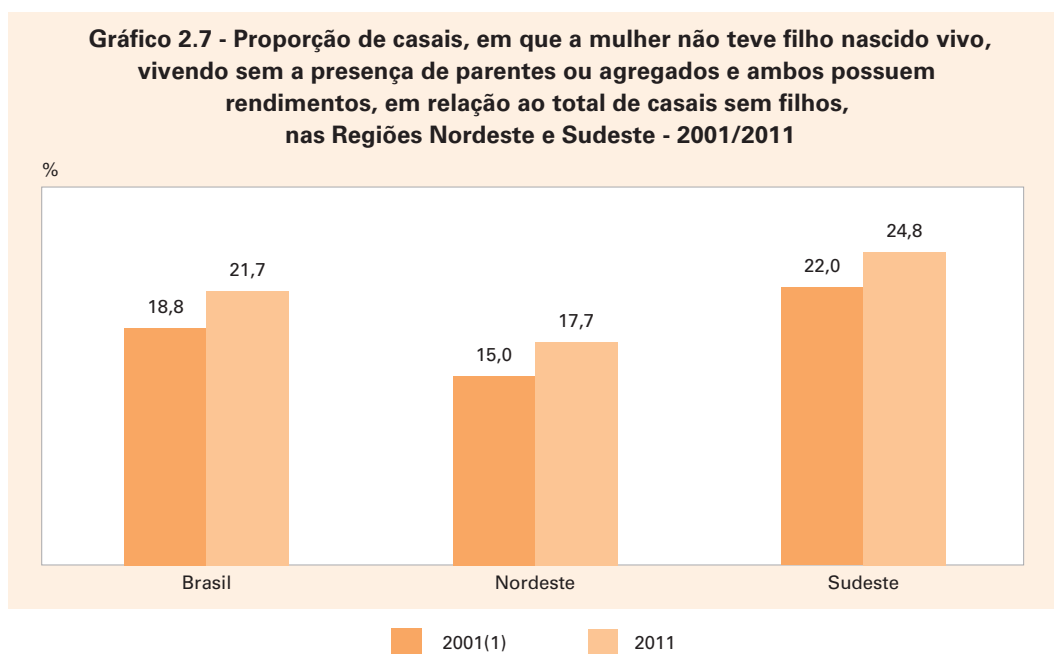


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

As mudanças que vêm sendo observadas nas relações familiares também podem ser verificadas no fato de que é cada vez mais frequente o tipo de família composto por casal sem filhos, em que ambos têm rendimentos, sendo que a mulher não teve filhos nascidos vivos. São vários os fatores que têm influenciado este crescimento nos últimos anos, entre os quais se destacam o ingresso maior de mulheres no mercado de trabalho, a postergação da idade ao casar e o contínuo aumento da escolaridade. Esse tipo de organização familiar tem sido chamado DINC (*double income and no children*), porém, na literatura nacional, ainda não há um acrônimo estabelecido⁵. Os dados da PNAD permitem a obtenção de indicadores que podem ser considerados uma aproximação a esse tipo de família. De 2001 para 2011, houve um aumento da proporção de casais desse tipo, DINC, no conjunto dos casais sem filhos, passando de 18,8% a 21,7% no período considerado (Tabelas 4.18 e 4.19). A análise dos dados sobre a faixa etária da pessoa de referência desses casais mostra que 42% têm de 24 a 34 anos de idade. O rendimento médio, em 2011, ficou em torno de 3,2 salários mínimos. Na Região Sudeste, em ¼ dos casais sem filhos, ambos tinham rendimentos e a mulher não teve filhos nascidos vivos (Gráfico 2.7).

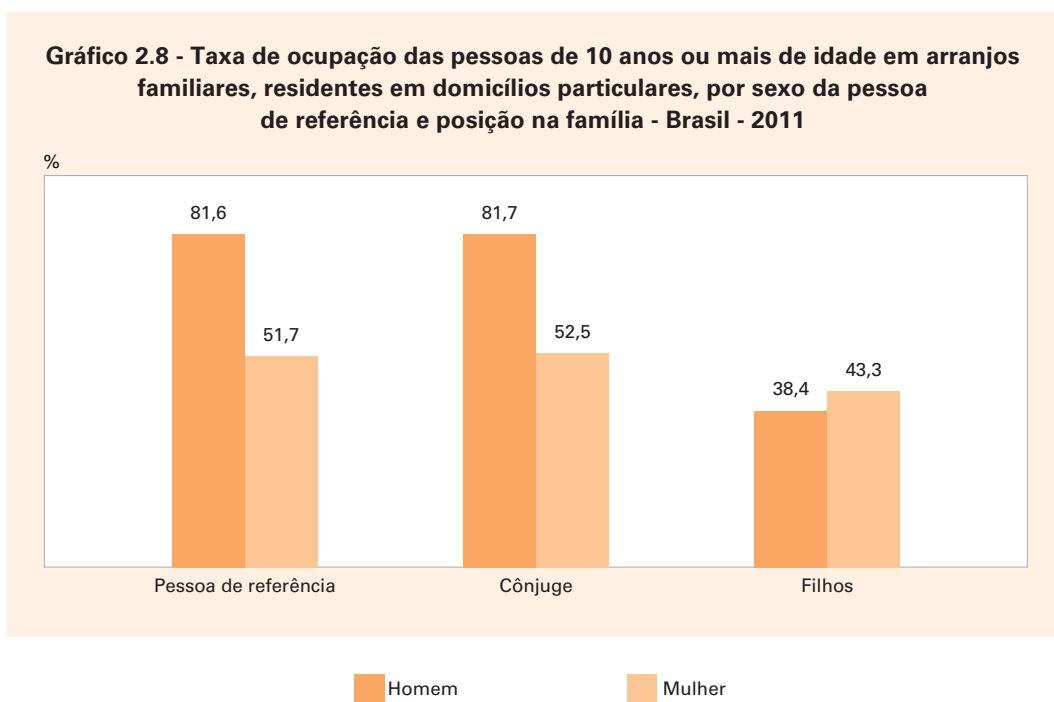
⁵ Alguns autores utilizam o mesmo acrônimo com a seguinte tradução em português: duplo ingresso e nenhuma criança. Nesse sentido, consultar, por exemplo, a publicação: ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; BARROS, L. F.W. *A família DINC no Brasil: algumas características sócio-demográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 34 p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 30). Disponível em: <<http://www.ence.ibge.gov.br/web/ence/textos-para-discussao>>. Acesso em: out. 2012.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

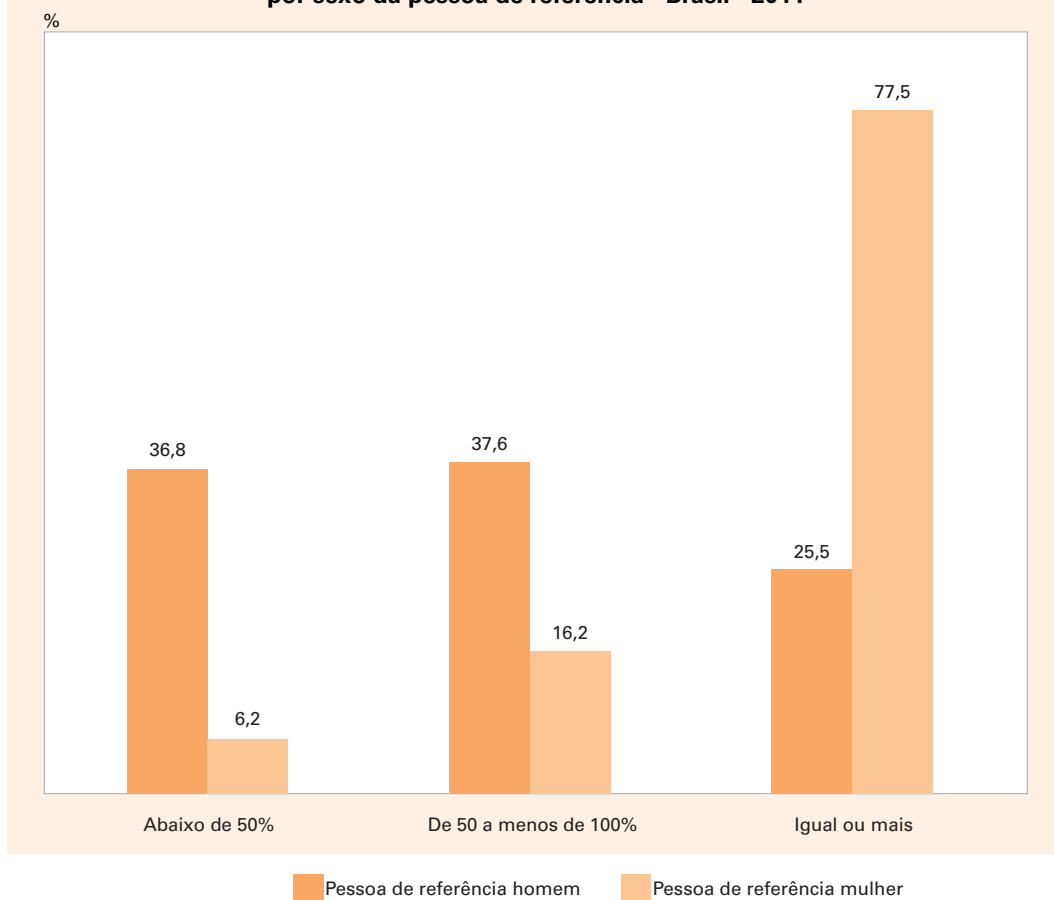
Como mencionado anteriormente, o ingresso de mulheres no mercado de trabalho tem sido cada vez maior, independentemente do estado conjugal e de sua posição na família. A análise dos dados da taxa de ocupação revela que as mulheres ainda têm taxas menores que os homens: de cada 100 mulheres na posição de pessoa de referência ou de cônjuge, 52 declararam estar ocupadas, taxa ligeiramente acima da média da ocupação feminina, 50,1% (Gráfico 2.8).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

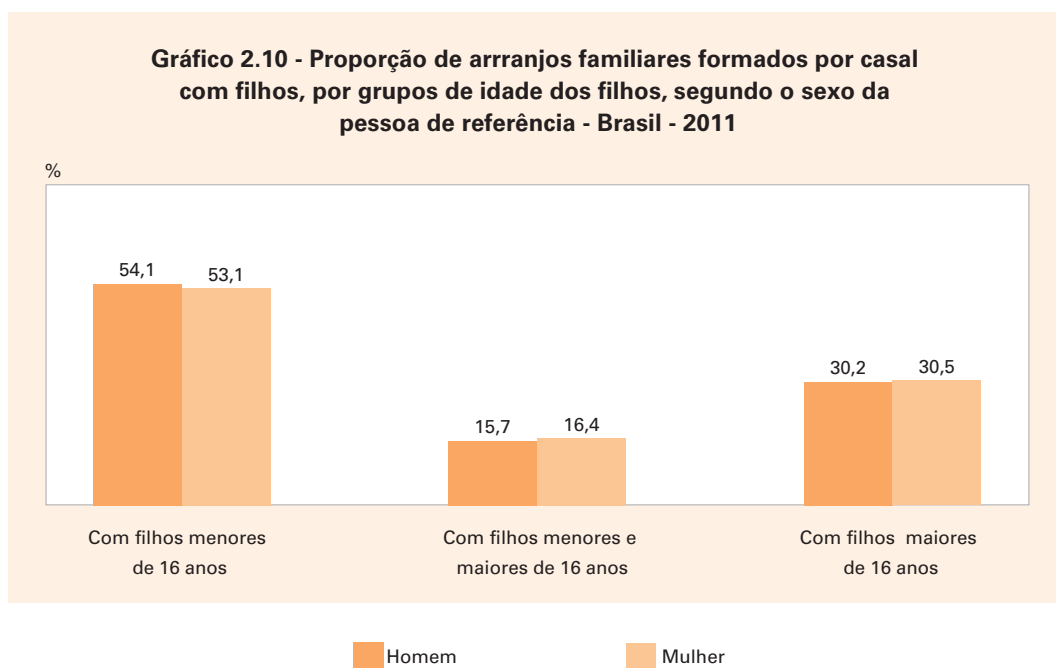
A questão da autonomia feminina está colocada, além da inserção no mercado de trabalho, na relação entre os níveis de rendimentos auferidos por homens e mulheres no contexto familiar. Mesmo respeitando os limites da análise sobre a declaração de responsabilidade pela família, é possível verificar que é bastante desigual a relação entre o rendimento da pessoa de referência e o do cônjuge, em função do sexo da pessoa de referência. No caso da responsabilidade masculina, a proporção de casais nos quais a mulher cônjuge tem rendimento igual ou superior ao do homem responsável é de apenas 25,5%; por outro lado, quando o homem é o cônjuge, sendo a responsabilidade feminina, este percentual é de 77,5%.

Gráfico 2.9 - Razão entre o rendimento do cônjuge em relação à pessoa de referência, por sexo da pessoa de referência - Brasil - 2011

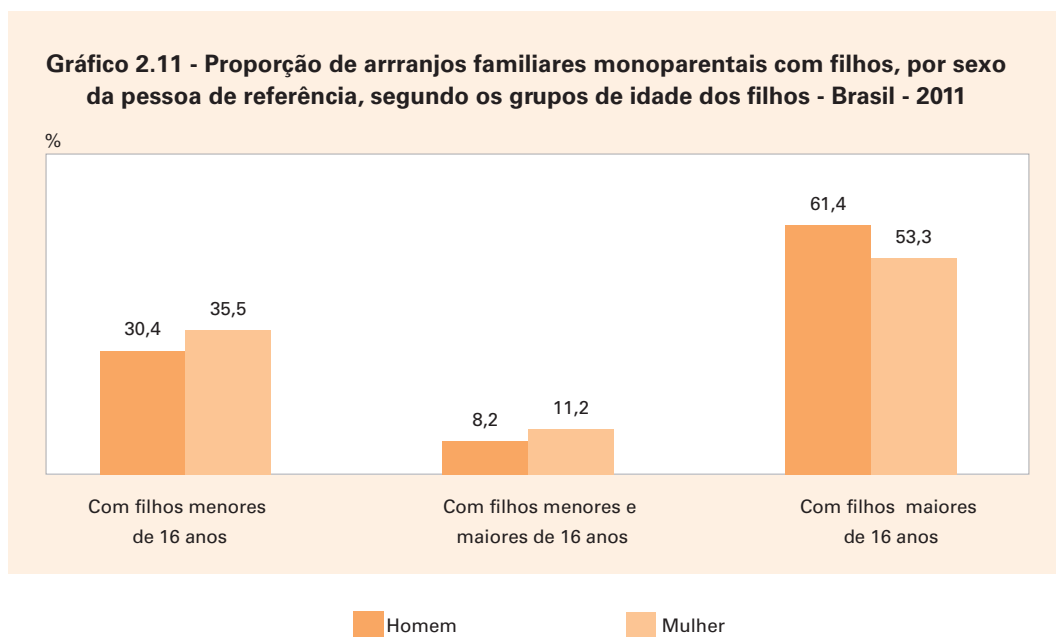


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Os ciclos de vida familiar são considerados estágios do desenvolvimento familiar, que podem ser analisados tendo como base os grupos de idade dos filhos. Quando as famílias são formadas por casal com filhos, independentemente do sexo da pessoa de referência, a proporção daqueles que se encontram na etapa inicial (todos os filhos menores de 16 anos de idade) é mais significativa, pois se trata de um período de formação do núcleo básico familiar. No caso das famílias monoparentais, a proporção maior fica com aquelas em que todos os filhos são maiores de 16 anos de idade. Tal diferença pode ser creditada à morte de um dos cônjuges ou a separações conjugais (Gráficos 2.10 e 2.11).



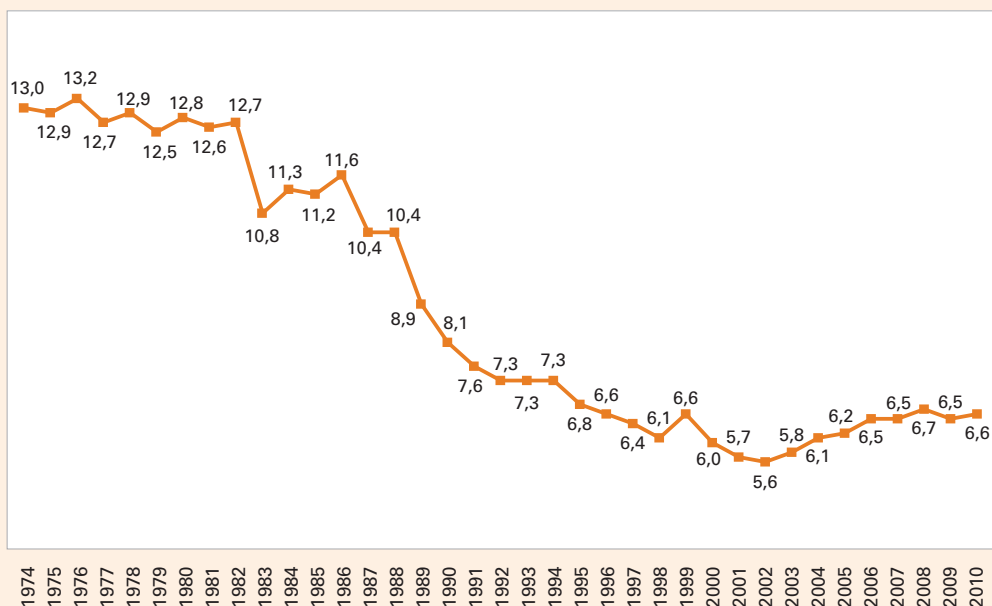
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

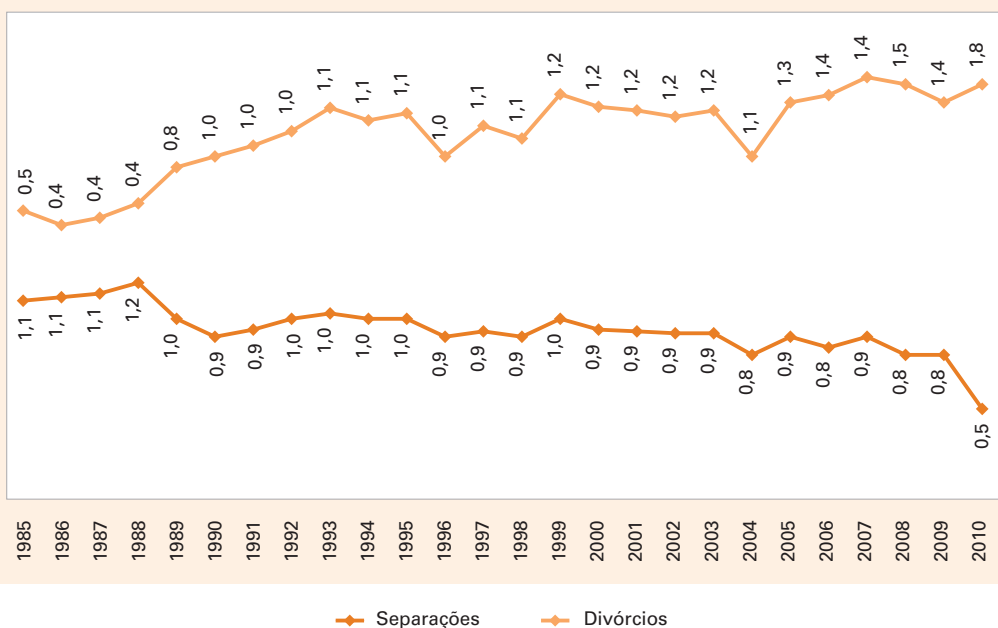
Um aspecto importante a ser mencionado sobre as mudanças na estrutura das famílias está relacionado também com o aumento das separações conjugais e divórcios, assim como com os recasamentos. A pesquisa Estatísticas do Registro Civil, realizada pelo IBGE, mostra uma queda na taxa geral de nupcialidade legal no País nas últimas três décadas. Em meados da década de 1970, esta taxa atingia cerca de 13%, reduzindo-se para 6,6% em 2010. Por outro lado, a taxa geral de separações e divórcios apresentou um crescimento expressivo (Gráficos 2.12 e 2.13).

Gráfico 2.12 - Taxa de nupcialidade legal - Brasil - 1974-2010



Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 1974-2010; Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050; e Censo Demográfico 2010.

Gráfico 2.13 - Taxa geral de separações e de divórcios - Brasil - 1985-2010



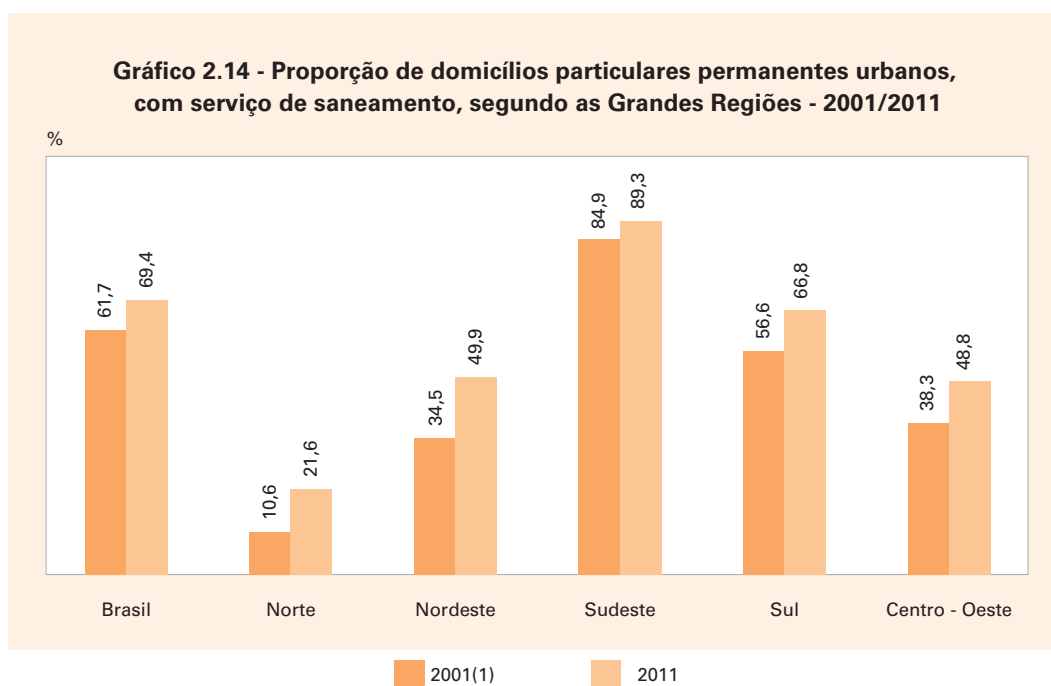
◆ Separacões ◆ Divórcios

Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 1985-2010; Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050; e Censo Demográfico 2010.

Um importante indicador das condições de habitação das famílias é o saneamento adequado, que se refere a um conjunto de serviços prestados aos domicílios simultaneamente, o que está diretamente ligado ao conceito de moradia digna. A análise dos indicadores está focalizada nos domicílios urbanos, que representavam 86% dos domicílios brasileiros em 2011.

O abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, o esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto e a coleta direta ou indireta do lixo são fundamentais para uma vida saudável dos moradores. Este conjunto operado simultaneamente revela a presença da ação do poder público na gestão das condições de vida da população.

Em 2011, 69,4% dos domicílios urbanos brasileiros declararam ter acesso simultâneo aos serviços de saneamento mencionados. Embora este percentual tenha apresentado uma melhora em relação a 2001 (61,7%), ainda se configura um quadro insuficiente, principalmente porque, em 2011, 30,6% dos domicílios no País ainda não tinham acesso ao saneamento adequado, o que representava 16 milhões de domicílios (Gráfico 2.14).



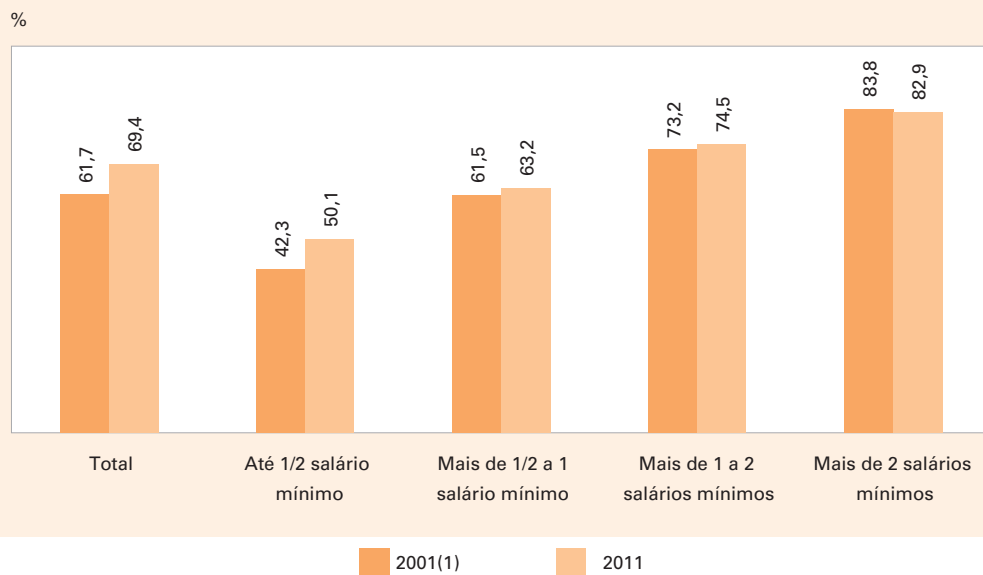
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

Nota: Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto e lixo coletado direta ou indiretamente.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Quando se observa esse quadro de acordo com as faixas de rendimento domiciliar *per capita*, é possível verificar que a adequação dos serviços cresce com o aumento do rendimento. Esta situação pode ser entendida, levando-se em conta que pessoas com rendimento superior, em geral, residem em lugares com melhor infraestrutura. A PNAD 2011 mostrou que, para os domicílios urbanos com rendimento médio de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*, 50,1% tinham saneamento adequado, um crescimento de 18,4% em relação a 2001. Nas faixas acima de 1 salário mínimo domiciliar *per capita*, a proporção permanece similar em 2001 e em 2011 (Gráfico 2.15).

Gráfico 2.15 - Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos, com serviço de saneamento, segundo as classes de rendimento médio mensal domiciliar per capita - Brasil - 2001/2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

Nota: Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto e lixo coletado direta ou indiretamente.

(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Esses resultados para o conjunto do País são nitidamente influenciados pelos dados da Região Sudeste, onde o desempenho do poder público foi mais efetivo, em virtude da maior capacidade de mobilização da sociedade, maior população, economia mais desenvolvida, entre outros fatores. De fato, no Sudeste estão as maiores metrópoles do País e as mais importantes redes urbanas, onde, historicamente, o saneamento básico foi iniciado em conjunto com políticas de saúde pública. Assim, em 2011, na Região Sudeste, 79,4% dos domicílios com rendimentos mais baixos (até 1/2 salário mínimo) tinham acesso ao saneamento básico e, na faixa de rendimentos mais altos (mais de 2 salários mínimos), a proporção chegava a 94,8% (Tabela 2.15).

Para dimensionar as carências de serviços públicos no que diz respeito ao saneamento adequado e à iluminação elétrica, foi verificado qual dos serviços tinha cobertura mais precária. Com o objetivo de mensurar o grau de importância de cada serviço nos domicílios que se apresentam sem o acesso simultâneo, verifica-se que o esgotamento sanitário é o componente mais importante em termos de carência. Como há uma alta incidência de domicílios com serviço de iluminação elétrica, os valores encontrados não apresentam variações significativas (Tabela 2.16).

No conjunto do País, 30,6% dos domicílios urbanos não tinham acesso simultâneo aos quatro componentes do conceito de saneamento adequado citados anteriormente e, destes, 93,0% revelaram ausência de esgotamento sanitário. Destacam-se, neste caso, as Unidades da Federação das Regiões Norte e Nordeste, com percentuais acima da média do País. No Estado do Amapá, que apresentou o maior percentual de domicílios sem acesso simultâneo aos serviços (95,9%), 44,7%

dos domicílios sem acesso não tinham abastecimento de água; 96,8% não dispunham de esgotamento sanitário adequado; e 2,6% não tinham acesso ao serviço de coleta de lixo. No Nordeste, o Estado do Piauí apresenta as maiores carências da região (92,3%). Entre os domicílios sem acesso no Piauí, o maior problema é o esgotamento sanitário, que está ausente em 99,4% deles. Constata-se, então, que as situações são bastante diversificadas no que se refere às carências de serviços de saneamento.

Para expressar as desigualdades de acesso à infraestrutura, pode-se observar a razão entre os domicílios sem acesso e com acesso aos serviços simultâneos de saneamento e iluminação elétrica (Tabela 2.16). Essa informação ajuda na configuração do perfil dos serviços públicos que são essenciais na análise das condições de vida. Na abordagem do tema, compreende-se que a igualdade total se dá quando todos estão em uma mesma situação, portanto quanto mais perto de zero maior a igualdade.

Para o conjunto dos domicílios brasileiros, esta razão era de 0,44, em 2011, o que significa que o número de domicílios sem acesso era próximo da metade daqueles que tinham acesso. Este resultado, entretanto, representou uma melhoria, se comparado à situação vigente em 2001, quando esta relação era de 0,62. Na comparação das Grandes Regiões, Norte e Nordeste destoavam com razões elevadas (3,6 e 1,0, respectivamente), com muitas variações entre suas Unidades da Federação. Na Região Norte, o Amapá, por exemplo, apresentou razão muito elevada, 23,4, o mesmo acontecendo em Rondônia, onde essa relação foi também bastante desfavorável, 19,4. Na Região Nordeste, o Piauí destacou-se com uma razão de 11,9.

A PNAD, nos últimos anos, tem abordado a posse de aparelhos utilizadores de energia. Estas informações trazem a possibilidade de se conhecer o modo como se distribui a utilização doméstica da energia no País. A existência deste insumo é fundamental para o bem-estar das pessoas. A Tabela 2.17 relaciona o uso simultâneo de energia elétrica e a posse de alguns bens. Na primeira seleção de bens, avalia-se a posse de computador, TV em cores e máquina de lavar. A posse de computador está ligada à questão da inclusão digital primária, que significa uma utilização básica. A TV, de uma forma geral, está relacionada à informação e ao entretenimento, e a máquina de lavar, às transformações no trabalho doméstico. Na segunda seleção, a inclusão do DVD no cálculo do indicador significa o acesso mais sofisticado a eventos audiovisuais e à música. Por fim, vale estudar a inserção da inclusão digital completa, quer dizer, que leva em conta o acesso à Internet (terceira seleção).

Em 2011, para os 52,8 milhões de domicílios urbanos, verificou-se que 37,1% tinham acesso ao serviço de energia elétrica e posse dos bens arrolados na primeira seleção. Ao incluir o aparelho de DVD, o resultado caiu para 34,7%. Este percentual vai a 31% dos domicílios urbanos no País que contavam com acesso simultâneo a energia elétrica, posse de TV em cores, DVD, máquina de lavar, computador e acesso à Internet. Entre os domicílios que não atendiam a este último critério, a ausência de computador e acesso à Internet foi de 84,9%. Para os 9 milhões de domicílios com rendimento domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, em 2011, o acesso foi bem mais restrito. Em 2011, 10,8% deles tinham acesso simultâneo ao serviço de energia elétrica, computador, TV em cores e máquina de lavar. Com a inclusão do DVD, esta proporção caiu para 9,7% e, no conjunto completo, para 7,3%. Nessa faixa de rendimento, dos que não têm acesso, a ausência de computador e acesso Internet chegou a 92,2% (Tabela 2.18).

Tabela 2.1 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares					
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por tipo (%)				
		Unipessoal	Arranjos		Casal sem filhos	
			Com parentesco	Sem parentesco	Com outros parentes	Sem parentes
Brasil	64 358	12,4	87,3	0,3	2,3	16,2
Norte	4 832	9,3	90,4	0,3	3,3	13,1
Rondônia	519	11,1	88,5	0,4	3,1	19,3
Acre	223	8,6	91,3	0,2	3,3	11,6
Amazonas	1 009	8,0	91,7	0,3	3,0	11,1
Roraima	148	11,2	88,4	0,5		16,9
Pará	2 274	9,0	90,6	0,4	3,4	12,1
Região Metropolitana de Belém	648	7,6	92,2	0,2	2,9	12,5
Amapá	205	8,9	90,6	0,5	2,6	10,7
Tocantins	456	11,3	88,6	0,1	3,8	16,4
Nordeste	17 001	10,8	88,9	0,3	2,8	13,9
Maranhão	1 944	9,2	90,6	0,2	4,3	10,5
Piauí	972	8,6	91,3	0,1	3,3	14,3
Ceará	2 718	9,5	90,1	0,3	2,9	14,6
Região Metropolitana de Fortaleza	1 192	9,3	90,4	0,4	2,6	13,9
Rio Grande do Norte	1 068	10,7	88,9	0,4	2,8	16,6
Paraíba	1 268	10,7	88,8	0,5	2,0	16,5
Pernambuco	2 828	10,0	89,8	0,2	2,8	14,3
Região Metropolitana de Recife	1 248	11,3	88,5	0,2	2,9	14,4
Alagoas	949	9,8	90,2	0,1	3,3	13,5
Sergipe	696	12,7	86,7	0,6	2,1	13,4
Bahia	4 558	13,2	86,6	0,3	2,2	13,6
Região Metropolitana de Salvador	1 281	14,7	84,9	0,4	1,9	13,6
Sudeste	27 904	13,5	86,2	0,2	1,9	16,7
Minas Gerais	6 689	12,8	87,0	0,2	1,8	15,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 657	12,5	87,3	0,2	1,4	13,7
Espírito Santo	1 177	10,8	88,6	0,6	1,9	16,6
Rio de Janeiro	5 830	17,1	82,6	0,2	2,0	16,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 373	17,9	81,8	0,3	1,9	17,1
São Paulo	14 208	12,6	87,1	0,2	2,0	17,1
Região Metropolitana de São Paulo	6 685	12,1	87,7	0,2	1,7	16,2
Sul	9 695	13,0	86,7	0,3	2,2	19,7
Paraná	3 613	12,2	87,5	0,3	2,4	18,4
Região Metropolitana de Curitiba	1 104	12,0	87,8	0,2	2,1	17,5
Santa Catarina	2 213	11,6	87,9	0,4	2,5	20,7
Rio Grande do Sul	3 869	14,7	85,2	0,2	1,8	20,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 452	16,3	83,6	0,1	1,7	18,2
Centro-Oeste	4 926	13,5	86,2	0,3	2,5	17,0
Mato Grosso do Sul	868	13,2	86,5	0,4	2,7	17,3
Mato Grosso	1 026	11,8	87,9	0,3	3,2	18,0
Goiás	2 123	13,8	85,9	0,3	2,4	17,7
Distrito Federal	908	14,7	84,8	0,5	1,6	13,7

Tabela 2.1 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Distribuição percentual, por tipo (%)				
	Casal com filhos		Mulher sem cônjuges com filhos		Outros tipos
	Com parentes	Sem parentes	Com parentes	Sem parentes	Com parentesco
Brasil	5,3	41,0	3,5	12,9	6,1
Norte	7,0	43,9	3,9	12,6	6,6
Rondônia	4,9	43,0	2,7	10,9	4,7
Acre	6,1	46,0	4,7	13,7	5,8
Amazonas	8,2	43,8	4,5	13,5	7,6
Roraima	6,5	40,0	2,5	13,5	5,9
Pará	7,4	45,0	4,1	11,9	6,7
Região Metropolitana de Belém	8,4	40,5	7,3	13,7	7,0
Amapá	6,9	42,4	4,1	17,5	6,4
Tocantins	4,9	40,9	3,1	13,0	6,6
Nordeste	5,8	41,2	4,4	14,3	6,5
Maranhão	8,6	39,6	4,9	14,3	8,4
Piauí	5,6	45,2	3,3	14,5	5,1
Ceará	5,6	42,5	3,9	14,7	5,9
Região Metropolitana de Fortaleza	5,7	40,8	5,0	16,0	6,3
Rio Grande do Norte	4,2	40,1	3,6	14,8	6,8
Paraíba	5,1	41,2	3,6	14,3	6,0
Pernambuco	6,0	41,0	4,8	14,4	6,6
Região Metropolitana de Recife	5,7	37,4	5,9	15,4	6,9
Alagoas	5,5	43,4	5,6	12,6	6,3
Sergipe	3,9	41,5	3,8	15,9	6,1
Bahia	5,6	40,2	4,6	14,0	6,4
Região Metropolitana de Salvador	4,2	36,2	4,7	17,6	6,8
Sudeste	5,1	40,0	3,3	13,0	6,2
Minas Gerais	4,0	41,8	2,9	14,4	6,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	3,8	40,9	3,7	16,1	7,6
Espírito Santo	5,6	42,9	3,6	12,1	5,9
Rio de Janeiro	4,9	35,1	4,0	13,3	6,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4,6	33,8	3,9	13,5	7,0
São Paulo	5,5	41,0	3,2	12,3	6,0
Região Metropolitana de São Paulo	5,9	40,5	3,6	13,6	6,4
Sul	4,4	42,4	2,4	10,5	5,1
Paraná	4,8	43,7	2,6	10,4	5,3
Região Metropolitana de Curitiba	4,6	44,2	2,5	10,6	6,2
Santa Catarina	4,7	44,6	1,6	9,5	4,3
Rio Grande do Sul	4,0	40,0	2,6	11,1	5,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	3,5	38,3	3,2	12,8	6,0
Centro-Oeste	4,7	40,7	3,3	12,4	5,8
Mato Grosso do Sul	4,2	40,7	2,3	13,9	5,4
Mato Grosso	6,0	42,4	3,2	9,9	5,2
Goiás	4,4	40,0	3,8	11,8	5,7
Distrito Federal	4,0	40,4	3,1	15,0	7,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Exclui as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 2.2 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e unipessoais, por sexo da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Unipessoais		
		Total	Sexo da pessoa de referência da família (%)	
			Homens	Mulheres
Brasil	64 358	7 990	48,5	51,5
Norte	4 832	448	65,6	34,4
Rondônia	519	58	61,8	38,2
Acre	223	19	72,3	27,7
Amazonas	1 009	81	70,2	29,8
Roraima	148	16	71,6	28,4
Pará	2 274	205	64,2	35,8
Região Metropolitana de Belém	648	49	51,7	48,3
Amapá	205	18	69,6	30,4
Tocantins	456	51	62,1	37,9
Nordeste	17 001	1 839	49,6	50,4
Maranhão	1 944	180	54,3	45,7
Piauí	972	84	48,6	51,4
Ceará	2 718	259	50,4	49,6
Região Metropolitana de Fortaleza	1 192	110	48,1	51,9
Rio Grande do Norte	1 068	114	54,5	45,5
Paraíba	1 268	136	40,6	59,4
Pernambuco	2 828	284	43,5	56,5
Região Metropolitana de Recife	1 248	141	42,6	57,4
Alagoas	949	93	44,7	55,3
Sergipe	696	88	45,7	54,3
Bahia	4 558	601	53,1	46,9
Região Metropolitana de Salvador	1 281	188	52,6	47,4
Sudeste	27 904	3 775	46,7	53,3
Minas Gerais	6 689	854	50,7	49,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 657	207	47,1	52,9
Espírito Santo	1 177	127	44,1	55,9
Rio de Janeiro	5 830	997	45,4	54,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 373	783	43,3	56,7
São Paulo	14 208	1 797	45,6	54,4
Região Metropolitana de São Paulo	6 685	807	43,2	56,8
Sul	9 695	1 264	43,2	56,8
Paraná	3 613	439	42,4	57,6
Região Metropolitana de Curitiba	1 104	133	36,2	63,8
Santa Catarina	2 213	258	48,3	51,7
Rio Grande do Sul	3 869	567	41,5	58,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 452	237	39,8	60,2
Centro-Oeste	4 926	663	54,7	45,3
Mato Grosso do Sul	868	114	57,2	42,8
Mato Grosso	1 026	121	66,5	33,5
Goiás	2 123	294	52,6	47,4
Distrito Federal	908	134	46,3	53,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 2.3 - Distribuição percentual dos arranjos familiares unipessoais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual dos arranjos familiares unipessoais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência da família (%)					
	Até 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	0,8	10,7	12,9	14,6	18,7	42,3
Norte	1,3	16,7	16,6	15,1	17,4	32,9
Rondônia	2,4	15,9	17,5	16,3	21,1	26,8
Acre	2,0	16,8	24,7	18,8	10,9	26,7
Amazonas	0,4	18,7	16,7	17,9	17,1	29,4
Roraima	3,1	23,1	17,9	24,2	16,8	14,7
Pará	1,1	15,5	16,2	13,1	17,2	36,9
Região Metropolitana de Belém	1,5	13,3	14,1	15,6	19,4	36,1
Amapá	0,0	20,3	17,7	20,3	17,7	24,1
Tocantins	2,4	16,1	13,3	11,4	16,6	40,3
Nordeste	1,0	10,2	13,7	15,0	18,4	41,6
Maranhão	2,5	9,5	18,5	11,5	14,8	43,2
Piauí	0,7	7,4	14,2	10,1	21,6	45,9
Ceará	0,7	10,1	12,2	14,0	17,1	45,8
Região Metropolitana de Fortaleza	1,7	16,1	18,2	15,6	17,9	30,5
Rio Grande do Norte	2,6	12,6	15,7	15,7	17,8	35,6
Paraíba	0,5	9,1	11,4	15,1	19,2	44,8
Pernambuco	0,9	8,2	11,9	16,9	20,4	41,6
Região Metropolitana de Recife	0,4	8,3	12,4	15,9	22,4	40,6
Alagoas	0,6	9,3	10,6	14,9	22,4	42,2
Sergipe	0,4	9,0	17,5	17,6	15,1	40,4
Bahia	0,8	11,9	13,7	15,7	18,5	39,3
Região Metropolitana de Salvador	0,8	13,9	17,5	19,5	15,6	32,7
Sudeste	0,6	9,2	12,2	14,5	19,2	44,4
Minas Gerais	1,0	9,7	10,9	14,7	20,2	43,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1,0	9,3	14,9	14,7	20,1	40,0
Espírito Santo	0,4	11,5	13,1	17,5	19,8	37,7
Rio de Janeiro	0,4	7,7	9,9	15,0	19,1	47,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	0,3	7,6	10,0	14,9	18,9	48,2
São Paulo	0,5	9,6	13,9	13,9	18,7	43,4
Região Metropolitana de São Paulo	0,7	10,8	15,0	15,3	17,2	41,1
Sul	1,0	11,1	10,9	14,0	18,1	44,9
Paraná	0,6	11,6	9,7	15,5	17,8	44,7
Região Metropolitana de Curitiba	0,4	10,8	10,8	17,3	14,6	46,2
Santa Catarina	1,3	14,1	12,3	14,7	17,2	40,4
Rio Grande do Sul	1,3	9,2	11,0	12,6	18,7	47,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	1,0	10,8	11,2	14,9	19,2	42,9
Centro-Oeste	1,1	15,7	16,7	14,3	18,5	33,7
Mato Grosso do Sul	0,7	11,7	13,8	15,5	19,7	38,6
Mato Grosso	2,1	19,0	18,7	14,8	18,3	27,1
Goiás	1,0	15,4	13,6	11,7	19,1	39,2
Distrito Federal	0,7	16,5	24,3	18,6	16,3	23,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 2.4 - Arranjos familiares de casal com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade dos filhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares de casal com filhos residentes em domicílios particulares						
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade dos filhos (%)					
		Homem			Mulher		
		Com filhos menores de 16 anos de idade	Com filhos menores e maiores de 16 anos de idade	Com filhos maiores de 16 anos de idade	Com filhos menores de 16 anos de idade	Com filhos menores e maiores de 16 anos de idade	Com filhos maiores de 16 anos de idade
Brasil	29 804	44,1	12,8	24,6	9,8	3,0	5,6
Norte	2 460	46,8	14,4	17,5	12,3	4,1	5,0
Rondônia	248	45,4	12,5	15,0	15,9	4,5	6,7
Acre	116	50,1	16,6	14,6	10,6	3,4	4,7
Amazonas	524	45,7	15,2	15,9	13,9	4,4	5,0
Roraima	69	41,0	10,9	13,4	21,8	6,8	6,1
Pará	1 193	47,2	14,9	19,1	10,8	3,3	4,6
Região Metropolitana de Belém	317	36,8	9,9	22,1	17,3	3,8	10,1
Amapá	101	48,4	15,1	14,7	10,3	6,2	5,3
Tocantins	209	47,8	11,7	19,5	10,8	5,2	5,0
Nordeste	7 994	45,5	13,7	22,8	9,8	3,0	5,2
Maranhão	937	46,5	14,2	20,2	10,4	3,7	5,0
Piauí	494	47,5	13,7	22,8	9,0	2,7	4,2
Ceará	1 308	43,0	16,4	22,3	9,6	3,4	5,2
Região Metropolitana de Fortaleza	555	43,5	13,1	22,8	10,8	3,4	6,3
Rio Grande do Norte	473	44,5	14,4	25,1	9,1	2,7	4,2
Paraíba	588	49,6	12,7	27,3	5,1	1,6	3,7
Pernambuco	1 328	43,7	12,1	23,2	10,9	3,7	6,5
Região Metropolitana de Recife	538	41,6	11,4	30,0	8,3	2,0	6,8
Alagoas	464	45,6	13,8	20,9	13,4	2,5	3,8
Sergipe	316	50,1	15,0	20,2	8,8	2,6	3,3
Bahia	2 087	45,7	12,8	23,2	9,9	2,8	5,7
Região Metropolitana de Salvador	516	43,5	9,7	22,6	13,5	3,1	7,6
Sudeste	12 575	42,6	12,3	27,5	8,9	2,8	6,0
Minas Gerais	3 065	45,4	13,5	28,0	6,8	1,9	4,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	741	40,1	13,7	26,9	9,7	3,2	6,4
Espírito Santo	571	42,0	11,9	24,1	11,7	4,2	6,2
Rio de Janeiro	2 330	43,4	13,3	26,3	8,6	2,6	5,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 678	42,6	13,2	27,9	8,1	2,5	5,7
São Paulo	6 609	41,1	11,4	27,9	9,8	3,1	6,7
Região Metropolitana de São Paulo	3 099	41,4	11,3	27,6	10,0	2,7	6,9
Sul	4 540	43,4	12,2	24,1	11,1	3,3	6,0
Paraná	1 750	46,3	13,2	25,0	9,1	2,0	4,4
Região Metropolitana de Curitiba	539	46,8	14,9	24,7	8,2	1,7	3,6
Santa Catarina	1 091	40,6	11,8	24,3	11,5	4,7	7,2
Rio Grande do Sul	1 699	42,1	11,3	23,0	13,0	3,8	6,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	606	37,8	11,3	21,3	16,5	5,1	8,1
Centro-Oeste	2 234	46,7	12,2	23,7	9,4	2,8	5,3
Mato Grosso do Sul	390	50,0	13,0	22,8	7,6	2,4	4,1
Mato Grosso	497	46,2	14,2	22,8	8,7	2,1	5,9
Goias	944	49,7	11,6	25,5	6,3	2,3	4,6
Distrito Federal	403	36,8	10,1	21,1	19,4	5,3	7,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 2.5 - Taxa de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, nos arranjos familiares com laços de parentesco residentes em domicílios particulares, por sexo da pessoa de referência e posição na família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, nos arranjos familiares com laços de parentesco residentes em domicílios particulares, por sexo da pessoa de referência (%)					
	Pessoa de referência do sexo masculino	Posição na família		Pessoa de referência do sexo feminino	Posição na família	
		Cônjuge	Filhos		Cônjuge	Filhos
Brasil	81,6	52,5	38,4	51,7	81,7	43,3
Norte	86,5	51,6	34,6	54,0	86,0	36,9
Rondônia	88,9	50,5	34,3	54,3	89,9	38,2
Acre	88,7	61,0	36,6	56,9	81,4	32,1
Amazonas	85,8	48,9	33,0	53,2	83,9	38,2
Roraima	84,0	58,6	33,9	60,4	86,4	34,3
Pará	86,6	51,5	35,7	52,7	86,2	37,6
Região Metropolitana de Belém	81,4	48,3	30,0	52,3	84,0	37,7
Amapá	82,2	40,1	21,0	54,0	87,0	24,2
Tocantins	86,6	56,7	38,2	58,0	85,9	39,7
Nordeste	81,8	48,1	35,1	46,8	79,0	38,7
Maranhão	85,0	50,1	38,6	53,9	80,5	40,6
Piauí	88,7	60,5	38,7	59,0	86,4	38,9
Ceará	82,5	51,8	36,3	45,8	76,9	36,5
Região Metropolitana de Fortaleza	82,5	51,6	34,6	49,7	80,4	40,8
Rio Grande do Norte	81,4	42,4	30,9	47,7	76,6	33,7
Paraíba	80,4	44,5	30,6	48,2	77,6	39,6
Pernambuco	76,3	39,5	31,3	37,4	73,8	35,6
Região Metropolitana de Recife	73,1	36,9	29,5	38,5	75,9	37,4
Alagoas	78,2	38,7	29,6	37,2	78,6	32,7
Sergipe	84,5	44,5	35,8	48,9	85,4	39,3
Bahia	82,7	52,6	37,5	49,7	82,2	43,2
Região Metropolitana de Salvador	82,0	54,7	35,3	55,3	84,5	43,4
Sudeste	79,5	52,3	40,5	51,8	81,7	46,7
Minas Gerais	81,2	55,7	41,3	52,1	82,4	47,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	79,7	55,9	41,3	56,9	83,6	48,2
Espírito Santo	81,2	56,4	41,5	50,8	86,4	48,4
Rio de Janeiro	77,4	47,2	31,1	51,9	83,4	41,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	77,2	46,6	31,6	52,4	83,5	41,4
São Paulo	79,3	52,2	43,3	51,7	80,5	48,4
Região Metropolitana de São Paulo	79,5	51,1	41,5	52,6	79,6	49,5
Sul	82,6	60,2	42,6	56,6	82,3	46,3
Paraná	83,8	58,1	41,6	58,5	83,0	49,1
Região Metropolitana de Curitiba	84,9	59,8	40,4	60,3	80,1	54,8
Santa Catarina	80,1	59,5	44,0	52,9	80,1	47,5
Rio Grande do Sul	82,9	62,8	43,0	57,1	83,3	43,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	79,2	57,1	40,1	56,6	83,9	43,5
Centro-Oeste	86,0	54,1	36,5	57,3	84,2	43,7
Mato Grosso do Sul	85,7	56,8	34,2	61,6	86,9	42,0
Mato Grosso	87,4	50,9	35,7	57,0	86,1	43,4
Goiás	87,0	53,6	37,7	57,4	82,3	49,0
Distrito Federal	81,1	57,2	36,8	54,7	83,7	36,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 2.6 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo masculino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo masculino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência da família (%)		
		Abaixo de 50%	De 50 a menos de 100%	Igual ou mais
Brasil	12 821	36,8	37,6	25,5
Norte	820	35,4	36,5	28,1
Rondônia	83	33,0	39,5	27,6
Acre	38	34,5	37,9	27,7
Amazonas	147	29,8	38,0	32,2
Roraima	21	30,1	35,1	34,7
Pará	397	39,9	35,1	25,0
Região Metropolitana de Belém	129	35,6	40,7	23,8
Amapá	37	21,0	48,1	30,8
Tocantins	97	34,7	32,6	32,6
Nordeste	2 714	38,9	30,1	31,1
Maranhão	286	37,1	37,1	25,8
Piauí	200	47,0	24,7	28,3
Ceará	504	41,7	27,2	31,1
Região Metropolitana de Fortaleza	205	34,8	32,8	32,5
Rio Grande do Norte	156	35,5	25,5	39,1
Paraíba	202	37,3	29,6	33,1
Pernambuco	408	35,7	28,7	35,5
Região Metropolitana de Recife	182	34,5	32,5	32,9
Alagoas	148	29,5	27,3	43,2
Sergipe	112	37,2	36,9	26,0
Bahia	698	40,5	32,2	27,3
Região Metropolitana de Salvador	211	38,1	38,0	23,9
Sudeste	5 908	35,8	40,0	24,2
Minas Gerais	1 472	39,4	36,1	24,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	375	38,3	38,1	23,6
Espírito Santo	257	38,0	35,7	26,3
Rio de Janeiro	1 036	32,3	40,6	27,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	710	30,9	40,4	28,6
São Paulo	3 143	35,1	42,0	22,9
Região Metropolitana de São Paulo	1 407	30,9	42,8	26,3
Sul	2 359	36,5	41,3	22,2
Paraná	938	37,6	41,2	21,2
Região Metropolitana de Curitiba	313	38,5	41,5	20,0
Santa Catarina	574	35,6	42,6	21,8
Rio Grande do Sul	848	36,0	40,5	23,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	303	32,0	42,7	25,3
Centro-Oeste	1 020	39,4	36,4	24,2
Mato Grosso do Sul	208	40,8	37,2	22,0
Mato Grosso	195	42,4	38,4	19,2
Goiás	449	39,4	36,2	24,4
Distrito Federal	168	34,1	33,7	32,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 2.7 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo feminino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo feminino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência da família (%)		
		Abaixo de 50%	De 50 a menos de 100%	Igual ou mais
Brasil	3 140	6,2	16,2	77,5
Norte	280	8,2	19,3	72,5
Nordeste	635	8,4	18,6	73,0
Sudeste	1 328	4,8	15,1	80,1
Sul	629	5,9	15,2	78,8
Centro-Oeste	267	6,9	15,3	77,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 2.8 - Casais residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Casais residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por grupos de idade da pessoa de referência da família (%)			
		Até 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 anos ou mais
Brasil	2 596	12,3	42,7	19,6	25,4
Norte	111	16,7	42,6	18,2	22,5
Nordeste	503	12,9	43,7	18,2	25,2
Sudeste	1 292	9,5	41,4	21,6	27,4
Sul	494	16,1	44,1	16,5	23,3
Centro-Oeste	197	16,7	45,4	18,5	19,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Compreende os casais formados por pessoa de referência e cônjuge com rendimentos e mulher sem filhos nascidos vivos, sem presença de outros parentes e agregados residentes no domicílio.

Tabela 2.9 - Média do rendimento familiar *per capita*, em salários mínimos, dos casais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Média do rendimento familiar <i>per capita</i> , em salários mínimos, dos casais residentes em domicílios particulares				
	Total	Grupos de idade da pessoa de referência da família			
		Até 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 anos ou mais
Brasil	3,21	1,92	3,24	3,73	3,39
Norte	3,07	2,03	3,03	2,91	4,04
Nordeste	2,15	1,46	2,13	2,66	2,19
Sudeste	3,57	2	3,6	4,09	3,65
Sul	3,19	2,09	3,16	3,88	3,5
Centro-Oeste	3,77	2,05	4,16	3,76	4,35

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Notas: 1. Compreende os casais formados por pessoa de referência e cônjuge com rendimentos e mulher sem filhos nascidos vivos, sem presença de outros parentes e agregados residentes no domicílio.

2. Exclui as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 2.10 - Domicílios particulares permanentes, por número de arranjos residentes e arranjos familiares conviventes com uma família principal em domicílios particulares permanentes, total e respectiva distribuição percentual, por motivo para a convivência e número médio de pessoas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes (1 000 domicílios)			Arranjos familiares conviventes com uma família principal em domicílios particulares permanentes			
	Total	Número de arranjos residentes		Total (1 000 arranjos) (1)	Distribuição percentual, por motivo para a convivência (%)		Número médio de pessoas
		Um	Dois ou mais		Financeiro	Vontade própria	
Brasil	61 292	58 602	2 690	2 927	49,2	41,2	2,6
Norte	4 436	4 108	328	367	47,6	44,0	2,7
Rondônia	499	483	15	17	47,9	37,0	2,6
Acre	206	193	13	14	38,2	56,6	2,8
Amazonas	894	810	84	95	47,6	44,9	2,9
Roraima	134	121	13	14	47,0	43,2	2,6
Pará	2 097	1 941	156	174	48,7	42,3	2,7
Região Metropolitana de Belém	590	541	49	57	48,8	46,2	2,8
Amapá	179	157	22	26	51,8	42,0	2,8
Tocantins	428	403	25	26	41,7	51,9	2,6
Nordeste	15 977	15 094	883	977	53,6	37,7	2,6
Maranhão	1 808	1 683	124	134	47,0	44,2	2,8
Piauí	887	814	73	83	52,4	40,1	2,7
Ceará	2 561	2 418	142	156	49,5	42,7	2,5
Região Metropolitana de Fortaleza	1 106	1 031	75	85	53,2	39,0	2,6
Rio Grande do Norte	975	893	82	92	47,4	44,2	2,5
Paraíba	1 184	1 109	75	82	53,0	34,1	2,6
Pernambuco	2 704	2 609	95	103	57,3	35,4	2,6
Região Metropolitana de Recife	1 170	1 112	58	63	50,6	40,8	2,5
Alagoas	894	848	46	51	65,2	25,8	2,7
Sergipe	655	618	36	39	65,1	25,7	2,6
Bahia	4 310	4 101	209	236	57,2	34,1	2,5
Região Metropolitana de Salvador	1 205	1 141	64	75	48,2	43,4	2,5
Sudeste	26 862	25 928	934	1 006	47,8	41,9	2,6
Minas Gerais	6 369	6 080	289	313	47,9	41,3	2,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 581	1 510	71	75	46,4	41,9	2,6
Espírito Santo	1 140	1 108	32	35	40,6	44,9	2,6
Rio de Janeiro	5 641	5 476	165	181	55,6	35,6	2,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 245	4 133	112	124	56,3	35,5	2,7
São Paulo	13 713	13 265	448	477	45,3	44,4	2,5
Região Metropolitana de São Paulo	6 453	6 243	210	224	47,4	45,1	2,6
Sul	9 305	8 945	361	381	44,7	44,1	2,6
Paraná	3 481	3 358	123	131	46,4	43,1	2,5
Região Metropolitana de Curitiba	1 062	1 025	37	42	51,2	43,9	2,4
Santa Catarina	2 121	2 036	85	88	42,9	45,9	2,6
Rio Grande do Sul	3 703	3 551	152	162	44,3	43,9	2,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 401	1 355	47	49	51,9	37,5	2,5
Centro-Oeste	4 711	4 526	185	196	45,2	45,0	2,5
Mato Grosso do Sul	818	771	47	48	35,0	60,2	2,4
Mato Grosso	990	958	32	35	55,4	30,1	2,5
Goiás	2 036	1 966	70	73	42,3	46,3	2,5
Distrito Federal	867	831	36	39	54,3	37,0	2,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive outros motivos.

Tabela 2.11 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares por existência de filhos, total e respectiva distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares por existência de filhos				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência (%)			
		Casal com filhos		Monoparental com filhos	
		Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino	Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino
Brasil	41 682	58,3	13,2	3,2	25,3
Norte	3 382	57,2	15,5	3,7	23,6
Rondônia	327	55,4	20,6	2,4	21,5
Acre	164	57,7	13,3	3,9	25,1
Amazonas	736	54,7	16,6	4,1	24,7
Roraima	97	46,2	24,6	4,8	24,4
Pará	1 615	60,0	13,8	3,7	22,5
Região Metropolitana de Belém	467	46,7	21,2	3,0	29,1
Amapá	152	52,0	14,5	4,4	29,1
Tocantins	291	56,6	15,1	3,1	25,2
Nordeste	11 563	56,7	12,4	3,4	27,5
Maranhão	1 370	55,3	13,1	4,5	27,2
Piauí	687	60,4	11,5	2,9	25,2
Ceará	1 874	57,1	12,7	3,3	27,0
Região Metropolitana de Fortaleza	831	53,1	13,7	3,1	30,1
Rio Grande do Norte	697	57,0	10,8	4,0	28,1
Paraíba	836	63,0	7,3	2,6	27,1
Pernambuco	1 924	54,5	14,5	2,9	28,1
Região Metropolitana de Recife	829	53,8	11,0	3,1	32,1
Alagoas	655	56,9	14,0	2,8	26,3
Sergipe	467	57,7	10,0	3,1	29,3
Bahia	3 051	55,9	12,5	3,7	27,9
Região Metropolitana de Salvador	837	46,7	15,0	4,2	34,2
Sudeste	17 688	58,5	12,5	3,2	25,7
Minas Gerais	4 336	61,4	9,3	2,8	26,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 109	53,8	12,9	3,6	29,6
Espírito Santo	781	57,0	16,1	3,3	23,6
Rio de Janeiro	3 468	55,8	11,4	3,7	29,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2 548	55,1	10,8	4,2	29,9
São Paulo	9 104	58,4	14,2	3,1	24,3
Região Metropolitana de São Paulo	4 389	56,7	13,9	3,3	26,1
Sul	5 955	60,7	15,6	2,8	20,9
Paraná	2 281	64,8	12,0	2,6	20,6
Região Metropolitana de Curitiba	710	65,7	10,3	3,6	20,5
Santa Catarina	1 365	61,3	18,6	2,1	18,0
Rio Grande do Sul	2 309	56,3	17,3	3,4	23,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	867	49,2	20,7	3,3	26,7
Centro-Oeste	3 094	59,6	12,6	2,9	24,9
Mato Grosso do Sul	547	61,2	10,1	3,0	25,7
Mato Grosso	654	63,3	12,7	3,4	20,6
Goiás	1 310	62,6	9,5	2,6	25,3
Distrito Federal	584	46,9	22,1	2,9	28,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 2.12 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares						
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência (%)					
		Unipessoal		Casal sem filhos		Outros tipos	
		Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino	Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino	Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino
Brasil	22 675	17,1	18,1	43,0	9,6	4,4	7,8
Norte	1 451	20,3	10,6	42,7	11,8	5,0	9,6
Rondônia	192	18,6	11,5	48,5	12,0	3,4	6,0
Acre	59	23,3	8,9	48,2	8,0	4,2	7,3
Amazonas	273	20,8	8,8	38,9	13,1	6,9	11,4
Roraima	51	23,2	9,2	42,3	16,1	3,4	5,8
Pará	658	19,9	11,1	41,9	11,4	5,1	10,5
Região Metropolitana de Belém	182	14,0	13,1	37,9	16,8	6,7	11,5
Amapá	53	24,0	10,5	39,3	12,2	4,4	9,6
Tocantins	165	19,3	11,8	45,0	10,9	4,1	8,8
Nordeste	5 437	16,8	17,1	43,4	9,0	3,8	10,1
Maranhão	573	17,0	14,3	42,1	8,2	4,8	13,5
Piauí	285	14,3	15,1	52,4	7,3	3,0	7,9
Ceará	844	15,5	15,2	45,0	11,4	3,9	9,0
Região Metropolitana de Fortaleza	361	14,7	15,9	42,5	12,2	4,3	10,3
Rio Grande do Norte	371	16,8	14,1	49,3	6,6	2,9	10,3
Paraíba	431	12,8	18,7	47,3	7,1	3,0	11,1
Pernambuco	903	13,7	17,7	43,3	10,2	4,3	10,8
Região Metropolitana de Recife	419	14,3	19,3	42,9	8,5	4,9	10,2
Alagoas	294	14,1	17,4	46,0	8,2	3,3	11,0
Sergipe	228	17,7	21,0	40,5	6,6	4,3	9,8
Bahia	1 507	21,2	18,7	38,6	9,0	3,7	8,8
Região Metropolitana de Salvador	444	22,3	20,1	34,6	10,1	4,6	8,3
Sudeste	10 216	17,2	19,7	41,7	9,2	4,7	7,4
Minas Gerais	2 354	18,4	17,9	44,3	5,9	4,8	8,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	547	17,8	20,0	38,0	7,8	6,5	9,9
Espírito Santo	396	14,2	18,0	44,6	10,5	4,3	8,4
Rio de Janeiro	2 362	19,2	23,0	38,8	7,4	3,8	7,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 824	18,6	24,4	38,0	7,5	3,7	7,9
São Paulo	5 104	16,0	19,2	41,7	11,4	5,1	6,6
Região Metropolitana de São Paulo	2 297	15,2	20,0	40,5	11,4	5,8	7,1
Sul	3 740	14,6	19,2	45,6	11,2	3,9	5,5
Paraná	1 332	14,0	19,0	48,0	8,4	4,3	6,4
Região Metropolitana de Curitiba	395	12,1	21,4	45,3	9,4	4,5	7,1
Santa Catarina	848	14,7	15,7	46,8	13,9	3,7	5,2
Rio Grande do Sul	1 560	15,1	21,3	42,9	12,2	3,6	5,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	585	16,1	24,4	35,3	14,1	3,7	6,4
Centro-Oeste	1 831	19,8	16,4	43,3	8,9	4,9	6,6
Mato Grosso do Sul	321	20,4	15,2	46,8	7,2	3,4	6,9
Mato Grosso	373	21,7	10,9	48,5	9,7	4,6	4,7
Goiás	813	19,0	17,1	45,0	7,6	4,9	6,3
Distrito Federal	325	19,1	22,1	29,7	13,1	6,8	9,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 2.13 - Arranjos familiares monoparentais com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares monoparentais com filhos residentes em domicílios particulares						
	Total (1 000 arranjos)	Sexo da pessoa de referência e grupos de idade (%)					
		Pessoa de referência do sexo masculino			Pessoa de referência do sexo feminino		
		Menores de 16 anos de idade	Menores e maiores de 16 anos de idade	Maiores de 16 anos de idade	Menores de 16 anos de idade	Menores e maiores de 16 anos de idade	Maiores de 16 anos de idade
Brasil	11 878	3,4	0,9	6,9	31,5	10,0	47,3
Norte	922	5,5	1,4	6,5	36,7	11,6	38,2
Rondônia	78	1,8	0,9	7,5	33,2	11,7	44,9
Acre	48	7,5	1,2	4,8	41,7	11,5	33,3
Amazonas	212	5,8	2,1	6,4	36,4	10,5	38,9
Roraima	28	10,4	-	6,1	42,3	12,3	28,8
Pará	423	5,8	1,3	6,9	35,4	12,2	38,3
Região Metropolitana de Belém	150	3,0	0,5	5,7	26,1	11,0	53,7
Amapá	51	3,6	1,4	8,2	43,2	10,5	33,2
Tocantins	82	5,3	1,5	4,1	38,3	11,8	38,9
Nordeste	3 569	3,7	0,8	6,5	33,5	9,6	45,8
Maranhão	434	6,0	1,0	7,2	35,4	8,9	41,6
Piauí	193	4,4	0,3	5,6	41,3	10,6	37,8
Ceará	567	3,2	0,9	6,7	32,9	10,8	45,6
Região Metropolitana de Fortaleza	276	3,6	0,3	5,5	30,6	11,5	48,4
Rio Grande do Norte	224	3,5	0,5	8,6	37,4	11,0	39,0
Paraíba	249	3,0	0,8	5,0	34,5	9,2	47,5
Pernambuco	596	2,0	0,5	6,7	29,9	8,8	52,0
Região Metropolitana de Recife	292	2,1	0,8	5,9	28,4	7,0	55,7
Alagoas	191	4,2	0,3	5,1	33,7	11,7	44,9
Sergipe	151	2,6	1,0	6,0	34,4	10,5	45,6
Bahia	964	4,0	1,2	6,6	32,2	8,8	47,1
Região Metropolitana de Salvador	321	3,9	1,0	5,9	34,2	7,1	47,9
Sudeste	5 113	2,8	0,8	7,4	28,5	9,8	50,7
Minas Gerais	1 271	2,6	0,7	6,1	31,1	10,3	49,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	369	3,4	0,8	6,7	30,2	10,3	48,6
Espírito Santo	210	3,4	1,0	7,9	26,2	7,5	54,1
Rio de Janeiro	1 137	2,7	1,1	7,7	26,6	9,4	52,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	871	2,8	1,1	8,5	24,7	9,0	53,9
São Paulo	2 495	2,8	0,8	7,8	28,2	9,9	50,4
Região Metropolitana de São Paulo	1 290	3,4	0,7	7,1	28,2	9,4	51,2
Sul	1 414	3,6	1,1	7,2	32,0	9,7	46,4
Paraná	531	3,3	1,0	7,0	29,5	11,0	48,1
Região Metropolitana de Curitiba	171	5,1	2,4	7,5	29,9	10,4	44,8
Santa Catarina	274	2,7	1,2	6,8	35,5	10,4	43,5
Rio Grande do Sul	609	4,3	1,1	7,5	32,6	8,3	46,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	261	3,7	1,1	6,3	30,3	9,1	49,5
Centro-Oeste	860	3,9	1,0	5,6	34,6	11,1	43,8
Mato Grosso do Sul	157	4,8	0,5	5,3	39,4	12,3	37,7
Mato Grosso	157	4,6	1,9	7,6	32,4	10,4	43,1
Goiás	366	3,2	1,1	5,1	33,2	10,6	46,8
Distrito Federal	181	3,7	0,3	5,3	35,1	11,9	43,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 2.14 - Domicílios particulares, pessoas e número médio de pessoas, por domicílio e dormitório, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Total		Número médio de pessoas, por situação do domicílio					
			Por domicílio			Por dormitório (1)		
	Domicílios particulares (1 000 domicílios)	Pessoas (1 000 pessoas)	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Brasil	61 421	195 139	3,2	3,1	3,5	1,7	1,7	1,8
Norte	4 463	16 484	3,7	3,6	3,8	2,0	1,9	2,1
Rondônia	501	1 602	3,2	3,2	3,2	1,7	1,7	1,7
Acre	208	769	3,7	3,6	4,1	1,9	1,9	2,1
Amazonas	913	3 625	4,0	3,9	4,4	2,2	2,1	2,7
Roraima	134	477	3,6	3,6	3,4	2,0	2,0	2,2
Pará	2 099	7 870	3,7	3,7	3,9	2,0	1,9	2,1
Região Metropolitana de Belém	592	2 158	3,6	3,6	3,8	1,9	1,9	2,1
Amapá	179	709	4,0	4,0	3,7	2,1	2,0	2,2
Tocantins	429	1 432	3,3	3,3	3,3	1,8	1,7	1,9
Nordeste	16 018	54 217	3,4	3,3	3,6	1,7	1,7	1,8
Maranhão	1 808	6 771	3,7	3,6	3,9	1,9	1,8	2,0
Piauí	889	3 177	3,6	3,6	3,6	1,8	1,8	1,9
Ceará	2 562	8 668	3,4	3,3	3,5	1,7	1,7	1,8
Região Metropolitana de Fortaleza	1 106	3 733	3,4	3,4	3,6	1,7	1,7	1,8
Rio Grande do Norte	975	3 251	3,3	3,3	3,5	1,7	1,7	1,8
Paraíba	1 186	3 836	3,2	3,2	3,4	1,7	1,6	1,8
Pernambuco	2 724	8 983	3,3	3,3	3,5	1,7	1,7	1,8
Região Metropolitana de Recife	1 185	3 764	3,2	3,2	3,2	1,6	1,6	1,8
Alagoas	897	3 184	3,5	3,5	3,8	1,8	1,8	1,9
Sergipe	656	2 129	3,2	3,2	3,4	1,7	1,7	1,8
Bahia	4 322	14 219	3,3	3,2	3,5	1,7	1,7	1,8
Região Metropolitana de Salvador	1 206	3 671	3,0	3,0	3,5	1,7	1,7	1,9
Sudeste	26 896	82 016	3,0	3,0	3,2	1,7	1,7	1,7
Minas Gerais	6 375	19 951	3,1	3,1	3,2	1,6	1,6	1,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 582	4 997	3,2	3,2	3,2	1,6	1,6	1,6
Espírito Santo	1 142	3 604	3,2	3,1	3,4	1,6	1,6	1,6
Rio de Janeiro	5 648	16 318	2,9	2,9	3,1	1,7	1,7	1,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 249	12 028	2,8	2,8	3,2	1,7	1,7	2,2
São Paulo	13 730	42 143	3,1	3,1	3,1	1,7	1,7	1,7
Região Metropolitana de São Paulo	6 462	20 054	3,1	3,1	3,3	1,7	1,7	2,0
Sul	9 315	27 863	3,0	3,0	3,1	1,6	1,6	1,7
Paraná	3 482	10 633	3,1	3,0	3,2	1,6	1,6	1,7
Região Metropolitana de Curitiba	1 062	3 261	3,1	3,1	3,2	1,6	1,6	1,7
Santa Catarina	2 126	6 433	3,0	3,0	3,2	1,5	1,5	1,6
Rio Grande do Sul	3 706	10 798	2,9	2,9	3,0	1,6	1,6	1,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 403	4 029	2,9	2,9	2,8	1,6	1,6	1,7
Centro-Oeste	4 729	14 558	3,1	3,1	3,1	1,6	1,6	1,8
Mato Grosso do Sul	819	2 528	3,1	3,1	3,2	1,7	1,7	1,9
Mato Grosso	991	3 137	3,2	3,2	3,1	1,7	1,7	1,8
Goiás	2 050	6 214	3,0	3,0	2,9	1,6	1,6	1,7
Distrito Federal	869	2 679	3,1	3,1	3,3	1,6	1,6	1,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Exclui os domicílios sem declaração de número de dormitórios.

Tabela 2.15 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção dos domicílios com acesso simultâneo aos serviços de saneamento, por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes urbanos					
	Total (1 000 domicílios) (1)	Proporção de domicílios com acesso simultâneo aos serviços de saneamento (%) (2)				
		Total	Classes de rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (3)			
			Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	52 801	69,4	50,1	63,2	74,5	82,9
Norte	3 356	21,6	14,8	17,8	23,2	33,0
Nordeste	12 024	49,9	39,6	48,4	56,4	68,0
Sudeste	25 177	89,3	79,4	85,5	91,0	94,8
Sul	7 970	66,8	53,7	58,0	66,8	77,1
Centro-Oeste	4 275	48,8	31,4	39,1	50,5	65,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento e sem rendimento. (2) Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto e lixo coletado direta ou indiretamente. (3) Exclusive o rendimento de pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

Tabela 2.16 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total, distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso simultâneo aos serviços de saneamento e iluminação elétrica, e proporção de domicílios particulares urbanos sem acesso simultâneo aos serviços de saneamento e iluminação elétrica por tipo de serviço, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos							
	Total (1 000 domicílios)	Distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso simultâneo aos serviços de saneamento e iluminação elétrica (%) (1)			Proporção de domicílios sem acesso simultâneo aos serviços de saneamento e iluminação elétrica por tipo de serviço			
		Com acesso	Sem acesso	Razão entre os domicílios sem acesso e com acesso	Abaste- cimento de água	Esgota- mento sanitário	Coleta de lixo	Iluminação elétrica
Brasil	52 801	69,4	30,6	0,44	22,4	93,0	5,5	0,3
Norte	3 356	21,6	78,4	3,63	41,3	94,4	6,1	0,3
Rondônia	368	4,9	95,1	19,38	49,2	98,7	3,2	0,2
Acre	163	23,7	76,3	3,22	51,4	85,6	3,9	0,2
Amazonas	740	35,6	64,4	1,81	30,1	91,0	6,7	0,1
Roraima	111	34,5	65,5	1,90	2,6	96,2	4,5	0,2
Pará	1 483	19,0	81,0	4,26	52,0	93,9	8,0	0,3
Região Metropolitana de Belém	572	41,3	58,7	1,42	51,4	85,7	1,6	0,1
Amapá	158	4,1	95,9	23,43	44,7	96,8	2,6	0,2
Tocantins	332	23,5	76,5	3,26	4,7	99,2	3,3	0,8
Nordeste	12 024	49,9	50,1	1,00	14,5	96,0	7,6	0,4
Maranhão	1 116	27,7	72,3	2,61	24,6	95,8	22,2	0,4
Piauí	593	7,7	92,3	11,94	1,8	99,4	11,7	0,6
Ceará	1 902	47,5	52,5	1,11	13,9	97,6	5,8	0,3
Região Metropolitana de Fortaleza	1 063	53,4	46,6	0,87	15,9	96,3	4,5	0,3
Rio Grande do Norte	777	24,4	75,6	3,10	3,5	99,7	0,7	0,3
Paraíba	977	62,2	37,8	0,61	13,5	95,8	3,2	0,2
Pernambuco	2 257	61,8	38,2	0,62	20,9	91,1	4,9	0,1
Região Metropolitana de Recife	1 150	65,5	34,5	0,53	22,8	89,0	3,7	0,0
Alagoas	660	34,6	65,4	1,89	23,1	93,7	3,7	0,0
Sergipe	488	61,4	38,6	0,63	6,5	97,5	1,5	0,2
Bahia	3 254	62,2	37,8	0,61	13,6	95,5	6,4	0,8
Região Metropolitana de Salvador	1 186	86,4	13,6	0,16	13,4	88,4	13,1	1,1
Sudeste	25 177	89,3	10,7	0,12	39,9	78,9	7,3	0,4
Minas Gerais	5 417	88,3	11,7	0,13	22,0	87,1	9,6	0,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 541	90,9	9,1	0,10	18,5	87,2	10,1	0,9
Espírito Santo	983	85,6	14,4	0,17	16,7	90,0	5,3	0,4
Rio de Janeiro	5 502	79,2	20,8	0,26	57,2	65,1	8,8	0,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 237	81,8	18,2	0,22	60,5	59,2	11,9	0,0
São Paulo	13 274	94,2	5,8	0,06	33,1	90,8	3,6	0,9
Região Metropolitana de São Paulo	6 387	93,5	6,5	0,07	24,5	93,7	3,3	0,3
Sul	7 970	66,8	33,2	0,50	11,7	95,0	1,5	0,3
Paraná	3 041	65,2	34,8	0,53	4,3	98,8	1,5	0,2
Região Metropolitana de Curitiba	987	82,3	17,7	0,21	8,2	98,5	0,3	0,3
Santa Catarina	1 791	63,6	36,4	0,57	15,0	94,6	2,3	0,2
Rio Grande do Sul	3 138	70,2	29,8	0,42	17,8	90,9	1,1	0,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 359	84,2	15,8	0,19	45,4	67,4	1,0	0,3
Centro-Oeste	4 275	48,8	51,2	1,05	13,1	97,9	1,6	0,1
Mato Grosso do Sul	734	33,1	66,9	2,02	7,8	99,0	1,9	0,1
Mato Grosso	834	27,3	72,7	2,66	8,3	99,4	1,4	0,1
Goiás	1 867	46,0	54,0	1,18	18,3	96,5	1,6	0,2
Distrito Federal	839	90,2	9,8	0,11	17,6	97,8	1,9	0,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto, lixo coletado direta ou indiretamente e iluminação elétrica.

Tabela 2.17 - Domicílios particulares permanentes urbanos , total e proporção com acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e posse de bens duráveis e proporção de domicílios sem computador ou acesso à Internet em relação aos domicílios sem acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e bens duráveis, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos				
	Total (1 000 domicílios)	Proporção de domicílios com acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e posse de bens duráveis (%)			Proporção de domicílios sem computador ou acesso à Internet em relação aos domicílios sem acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica, computador, Internet, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar (%)
		Iluminação elétrica, computador, TV em cores e máquina de lavar	Iluminação elétrica, computador, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar	Iluminação elétrica, computador, Internet, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar	
Brasil	52 801	37,1	34,7	31,0	84,9
Norte	3 356	20,5	19,3	16,0	88,2
Rondônia	368	21,9	19,9	17,5	79,3
Acre	163	14,4	13,5	12,8	72,6
Amazonas	740	30,6	29,2	23,1	93,9
Roraima	111	31,4	29,4	23,6	91,4
Pará	1 483	15,6	14,7	12,1	89,1
Região Metropolitana de Belém	572	26,7	25,5	21,9	86,6
Amapá	158	23,1	21,8	18,6	91,2
Tocantins	332	16,6	15,2	13,6	87,3
Nordeste	12 024	17,7	16,9	15,2	85,5
Maranhão	1 116	13,2	12,4	10,3	90,0
Piauí	593	11,0	10,0	8,1	88,5
Ceará	1 902	16,5	15,6	13,8	87,9
Região Metropolitana de Fortaleza	1 063	22,5	21,4	19,2	87,1
Rio Grande do Norte	777	20,5	19,7	17,0	87,1
Paraíba	977	19,5	19,0	17,7	84,2
Pernambuco	2 257	19,4	18,6	16,8	85,0
Região Metropolitana de Recife	1 150	27,5	26,7	24,2	83,8
Alagoas	660	14,9	14,4	12,4	86,9
Sergipe	488	22,1	21,5	19,3	88,8
Bahia	3 254	18,7	17,9	16,5	81,3
Região Metropolitana de Salvador	1 186	30,9	29,4	27,5	76,4
Sudeste	25 177	45,7	42,8	38,7	84,0
Minas Gerais	5 417	33,9	31,9	28,0	82,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 541	46,9	44,0	39,0	82,3
Espírito Santo	983	36,4	33,4	30,3	77,3
Rio de Janeiro	5 502	44,3	41,4	37,6	86,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 237	46,7	43,7	40,1	86,8
São Paulo	13 274	51,7	48,5	44,1	84,2
Região Metropolitana de São Paulo	6 387	56,0	52,9	49,6	85,0
Sul	7 970	47,6	44,1	38,2	86,3
Paraná	3 041	43,7	40,4	35,3	83,4
Região Metropolitana de Curitiba	987	54,1	49,7	44,1	84,6
Santa Catarina	1 791	55,8	51,2	44,4	86,2
Rio Grande do Sul	3 138	46,8	43,7	37,4	89,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 359	54,6	51,2	43,9	90,9
Centro-Oeste	4 275	34,4	31,9	28,4	81,6
Mato Grosso do Sul	734	33,2	29,4	25,7	80,7
Mato Grosso	834	25,9	24,3	21,3	78,4
Goiás	1 867	28,5	26,6	23,1	84,9
Distrito Federal	839	56,8	53,5	49,8	76,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 2.18 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento médio mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, total e proporção com acesso simultâneo ao serviço de iluminação de bens duráveis e proporção de domicílios sem computador ou acesso à Internet em relação aos domicílios sem acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e bens duráveis, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo				
	Total (1 000 domicílios) (1)	Proporção de domicílios com acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e posse de bens duráveis (%)			Proporção de domicílios sem computador ou acesso à Internet em relação aos domicílios sem acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica, computador, Internet, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar (%)
		Iluminação elétrica, computador, TV em cores e máquina de lavar	Iluminação elétrica, computador, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar	Iluminação elétrica, computador, Internet, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar	
Brasil	8 973	10,8	9,7	7,3	92,2
Norte	949	6,0	5,3	3,5	95,8
Rondônia	64	9,6	7,4	5,5	89,5
Acre	47	4,4	4,0	3,2	84,4
Amazonas	203	10,1	9,2	6,0	98,0
Roraima	25	11,8	11,1	6,2	97,8
Pará	477	4,4	3,9	2,3	96,3
Região Metropolitana de Belém	139	8,7	7,5	5,1	92,9
Amapá	46	4,0	3,5	3,0	97,4
Tocantins	87	2,8	2,5	2,2	97,1
Nordeste	3 925	5,0	4,6	3,6	92,7
Maranhão	432	2,6	2,4	1,5	96,0
Piauí	225	2,5	2,0	1,0	97,0
Ceará	627	4,5	4,1	3,1	94,7
Região Metropolitana de Fortaleza	295	5,7	5,3	3,9	94,5
Rio Grande do Norte	259	6,9	6,0	4,2	91,3
Paraíba	315	4,3	4,3	3,8	92,6
Pernambuco	732	7,5	6,6	5,3	91,3
Região Metropolitana de Recife	293	11,6	10,7	8,6	89,1
Alagoas	252	3,2	3,2	2,5	93,9
Sergipe	148	6,3	6,1	5,4	93,3
Bahia	936	5,2	4,8	3,9	89,8
Região Metropolitana de Salvador	253	11,5	10,1	8,7	85,3
Sudeste	2 802	18,3	16,5	13,2	90,5
Minas Gerais	812	9,5	8,4	6,3	89,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	172	17,9	15,0	11,1	90,2
Espírito Santo	142	12,1	10,0	7,8	88,4
Rio de Janeiro	705	17,6	15,2	11,8	91,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	500	19,2	16,7	13,0	91,3
São Paulo	1 143	25,9	23,8	19,7	91,0
Região Metropolitana de São Paulo	551	29,1	27,4	23,6	91,3
Sul	738	18,2	15,9	10,4	92,5
Paraná	298	17,0	14,5	10,3	90,1
Região Metropolitana de Curitiba	63	30,1	24,4	17,1	90,2
Santa Catarina	106	23,1	19,4	11,2	94,4
Rio Grande do Sul	334	17,7	16,0	10,2	94,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	118	26,6	23,3	15,4	95,0
Centro-Oeste	559	11,8	10,5	6,8	89,5
Mato Grosso do Sul	94	9,2	7,5	5,9	92,4
Mato Grosso	113	8,0	8,0	4,9	89,2
Goiás	266	10,2	8,5	4,9	89,8
Distrito Federal	86	24,9	23,1	16,0	85,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Exclui o rendimento de pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

(1) Exclui os domicílios sem rendimento.

Educação

Os dados obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD permitem retratar a magnitude do sistema educacional brasileiro e monitorar diversas dimensões da escolaridade da população brasileira, essenciais para a compreensão da realidade social do País. Esse sistema está legalmente organizado em dois níveis: educação básica e superior. A educação básica, por sua vez, divide-se em três níveis: educação infantil, que compreende a faixa de 0 a 5 anos; educação fundamental compulsória, de 6 a 14 anos; e ensino médio, de 15 a 17 anos de idade. Trata-se de um sistema descentralizado, no qual a educação infantil e a educação fundamental são de responsabilidade dos municípios, enquanto o ensino médio é, prioritariamente, de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal. É competência do governo federal atuar no ensino superior e prestar assistência técnica e financeira às esferas estadual e municipal, buscando garantir a equidade dos gastos nas diferentes Unidades da Federação.

A educação é a principal janela de oportunidade existente nas sociedades democráticas, sendo condição necessária para a inserção profissional e principal mediadora na transmissão de *status* entre as gerações. Em outras palavras, quanto maior for a capacidade de o sistema escolar democratizar o acesso à educação de qualidade, independentemente das origens sociais dos estudantes, maior será a igualdade de oportunidade educacional e, conseqüentemente, mais igualitária será a chance de ascender às ocupações mais valorizadas. Além disso, a educação é um bem coletivo em si mesmo, essencial para a promoção da cidadania, apresentando um visível impacto nas condições gerais de vida da população, o que a torna cada vez mais imprescindível para a inserção social plena. Nesse sentido, tanto melhorias no nível geral de educação, isto é, melhorias absolutas, quanto melhorias relativas no acesso à educação de qualidade devem ser

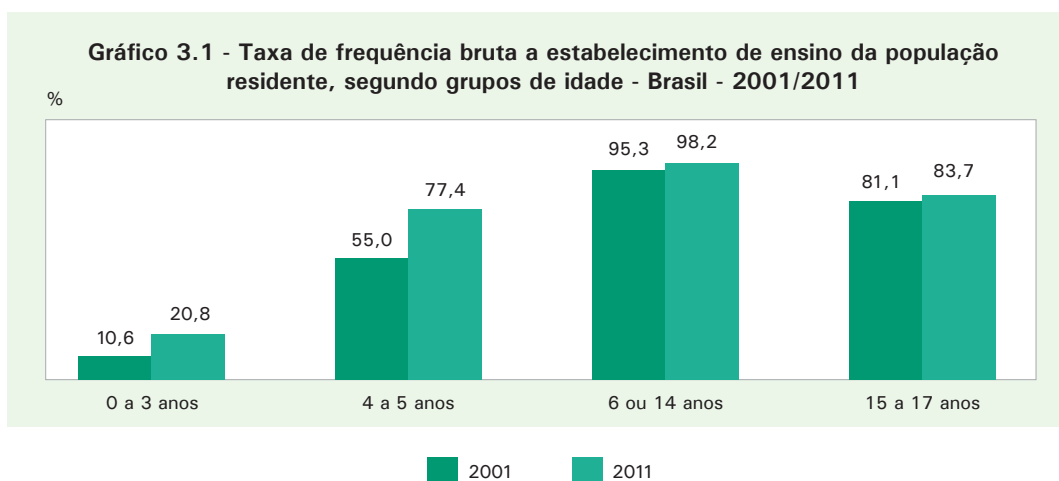
almeçadas pelo poder público. Entretanto, não se pode perder de vista que, sem avanço nas condições de vida da população e redução das desigualdades sociais, a educação dificilmente cumprirá seu papel de promotora de igualdade de oportunidades, pois as características socioeconômicas das famílias são os principais determinantes, tanto do desempenho escolar quanto das chances de progressão ao longo da trajetória escolar, como indicam diversos estudos de referência nacionais e internacionais

Em termos gerais, na última década, as políticas educacionais anteriores foram continuadas e aprofundadas. Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, colocado em vigor em 2006 pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi possível ampliar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, que passou a incluir a educação infantil e o ensino médio, tanto na modalidade regular quanto de jovens e adultos. Em 2006, a obrigatoriedade do ensino fundamental foi ampliada de 8 para 9 anos e, no ano seguinte, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, do Ministério da Educação, deu clara ênfase ao ensino fundamental e definiu metas para a melhoria da qualidade a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Este indicador integra os resultados da Prova Brasil⁶ com o Censo Escolar, o qual leva em conta o fluxo e o desempenho escolar, medido por meio da nota média na Prova Brasil. Recentemente, merece destaque, também, a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que amplia a obrigatoriedade da educação básica para a faixa de 4 a 17 anos de idade, a ser implementada até 2016.

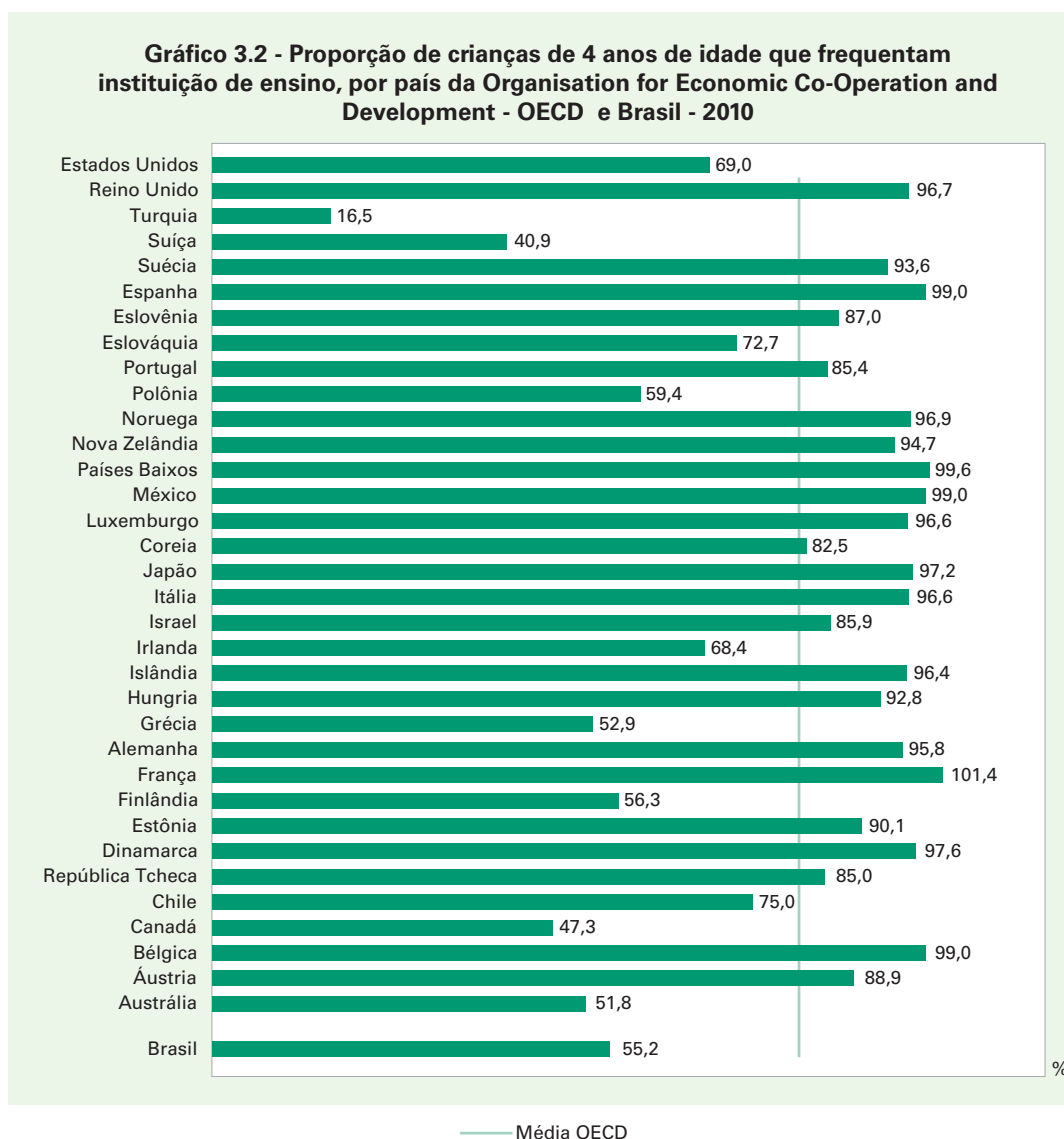
Durante as últimas décadas, distintos sistemas educacionais foram responsáveis pela trajetória crescente da qualificação dos jovens nos países desenvolvidos. Relatório elaborado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD) informa, por exemplo, que a taxa de conclusão do ensino médio era de 75% na maioria dos países-membros (21 dos 28 países) em 2009 (EDUCATION..., 2011). No Brasil, o processo de expansão educacional é mais recente e seus resultados ainda não alcançaram aqueles dos países da OECD. Dados da PNAD revelam que ocorreu um crescimento substantivo do sistema educacional brasileiro na última década, especialmente em relação à educação infantil. Em 2011, a taxa de escolarização das crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos de idade era de 20,8% e 77,4%, respectivamente (Gráfico 3.1 e Tabela 3.1). Estas proporções eram de apenas 10,6% e 55,0%, respectivamente, dez anos antes, em 2001. Independentemente dessa ampliação, porém, o Brasil apresenta uma proporção de crianças de 4 anos de idade frequentando instituição de ensino aquém da média dos países da OECD (Gráfico 3.2). De acordo com os dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Programme for International Student Assessment - PISA⁷) referentes a 2009, os estudantes de 15 anos que frequentaram alguma escola em idade pré-escolar obtiveram desempenhos melhores do que aqueles que não o fizeram. Isso ilustra a importância da ampliação do acesso à educação infantil, que também tem reconhecido impacto na ocupação feminina, conforme visto no quarto capítulo desta publicação, dedicado a atividades pessoais.

⁶ A Prova Brasil é uma avaliação em larga escala aplicada aos alunos das 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental e aos alunos da 3ª série do ensino médio, nas redes estadual, municipal e federal, das áreas urbana e rural. Além de responder questões de língua portuguesa e matemática, os estudantes fornecem informações sobre seu contexto socioeconômico.

⁷ O PISA é uma iniciativa internacional da OECD, de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa de 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. No Brasil, o Programa é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Para informações complementares, consultar a página: PISA. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasília, DF: INEP, 2011. Disponível em: < <http://encceja.inep.gov.br/web/guest/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>>. Acesso em: out. 2012.

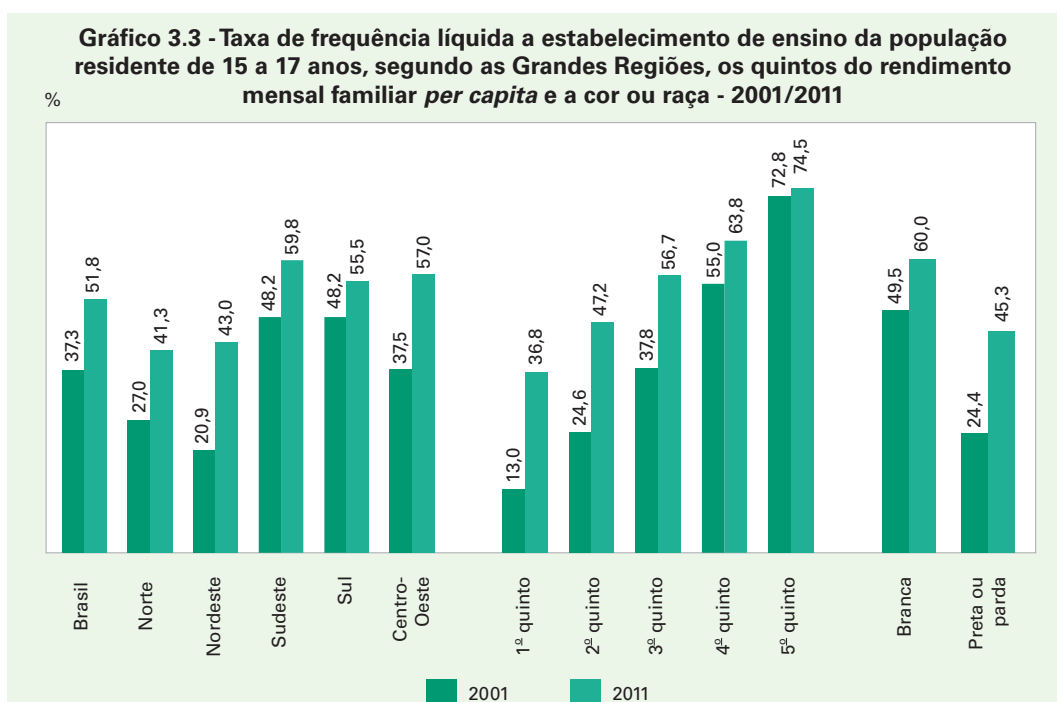


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.



Fonte: Education at a glance 2012: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2012. 565 p. Disponível em: <http://www.oecd.org/edu/EAG%202012_e-book_EN_200912.pdf>. Acesso em: out. 2012.

A universalização do acesso à escola, desde meados dos anos 1990, manteve praticamente a totalidade da população de 6 a 14 anos de idade na condição de estudante durante o período analisado. Por sua vez, a elevada taxa de frequência à escola dos jovens de 15 a 17 anos esconde os efeitos da defasagem idade-série, isto é, do atraso escolar proveniente dos níveis educacionais anteriores. Somente metade destes jovens frequentavam o ensino médio em 2011 (Tabela 2.2). Este valor, mesmo que insuficiente, representou um avanço significativo de 40% relativamente ao ano de 2001. A Região Nordeste registrou a maior taxa de crescimento, mais que dobrando a frequência dos jovens no ensino médio em idade adequada, isto é, a frequência líquida dos mesmos. Os jovens de cor ou raça preta ou parda e aqueles pertencentes ao quinto mais pobre também tiveram a sua frequência líquida no ensino médio elevada significativamente. As altas taxas de crescimento observadas para esses grupos refletem o patamar relativamente baixo do qual eles partiram no início do período (Gráfico 3.3, Tabelas 3.3 e 3.4).

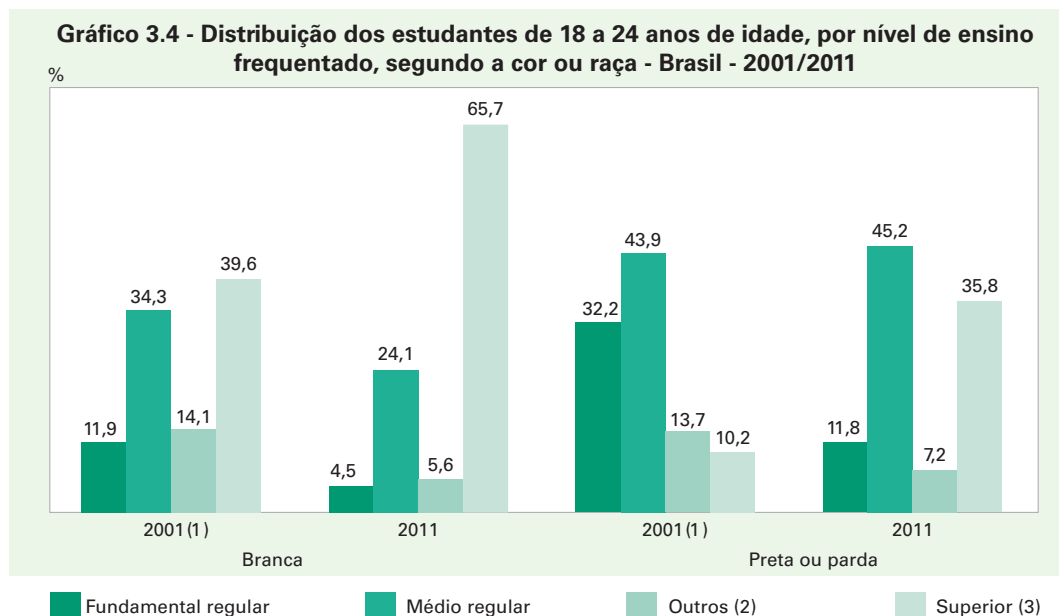


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

Nota: Excluídas as pessoas em famílias sem rendimentos, sem declaração de rendimentos, pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico.

Como consequência do atraso escolar, cerca de metade dos jovens estudantes de 18 a 24 anos de idade, que já deveriam ter completado sua trajetória escolar na educação básica e ingressado na universidade, não cursavam este nível educacional (Tabela 3.5). Ocorreu uma queda expressiva na proporção desses jovens que ainda cursavam o ensino fundamental no período de 2001 a 2011, passando de 21% para 8%. A frequência desses estudantes no ensino superior também evoluiu positivamente, aumentando de 27% para 51% no período. Esses resultados evidenciam os efeitos da expansão educacional, mas importantes disparidades podem ainda ser observadas. A proporção de jovens estudantes brancos de 18 a 24 anos de idade que frequentavam o ensino médio diminuiu em função da elevação da frequência líquida descrita anteriormente. Em contrapartida, os jovens estudantes pretos ou pardos na mesma faixa etária mantêm a frequência nesse nível. Isso é uma evidência de que o crescimento substancial na frequência líquida dos estudantes de cor ou raça preta ou parda no ensino médio não foi suficiente para reverter os efeitos do atraso escolar

desse grupo ao longo dos últimos dez anos. O aumento da frequência observada para os jovens pretos ou pardos no ensino superior, nível educacional adequado para essa faixa etária, não foi suficiente para alcançar a mesma proporção apresentada pelos jovens brancos dez anos antes (Gráfico 3.4 e Tabela 3.6).



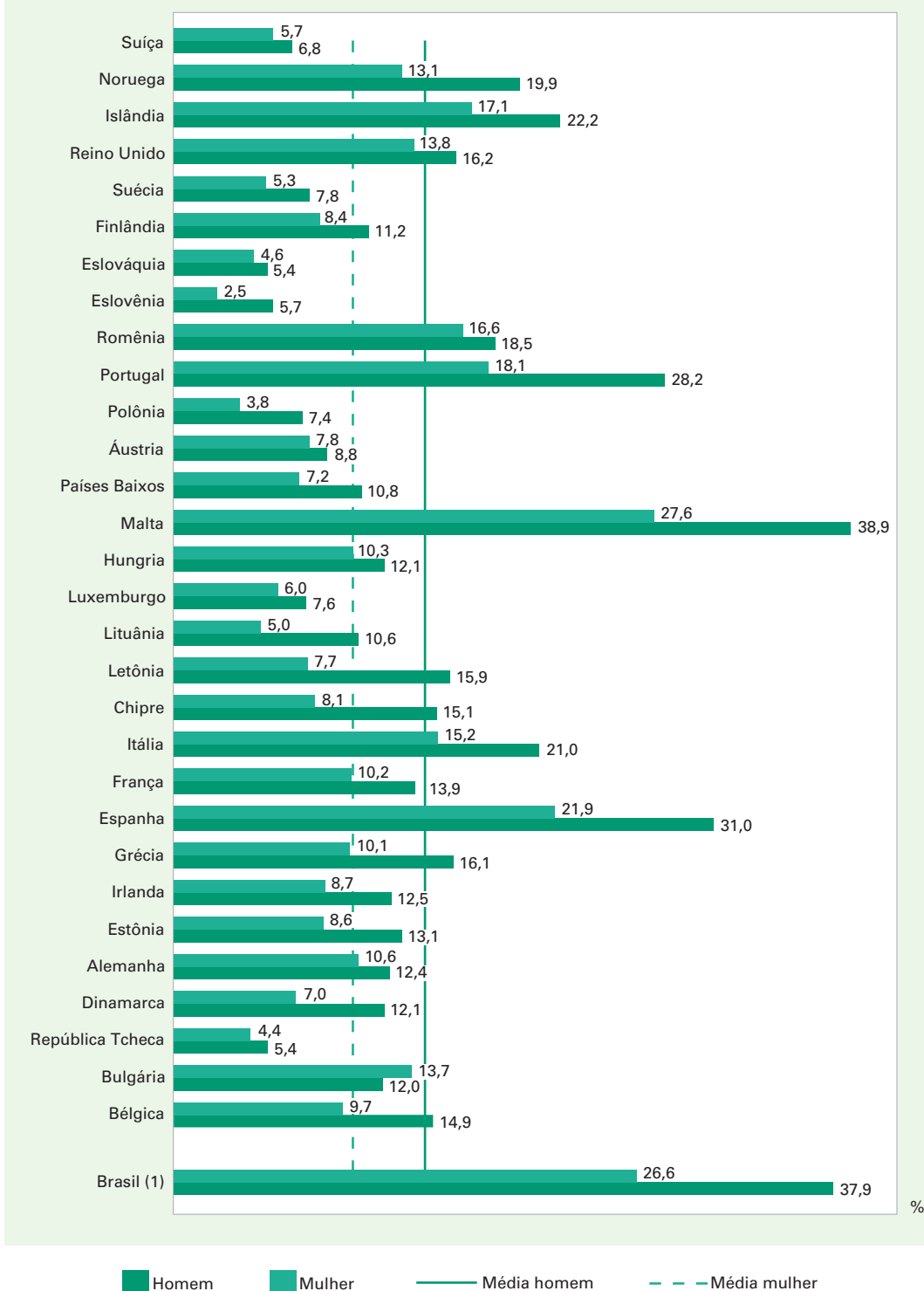
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos. (3) Inclusive graduação, mestrado ou doutorado.

Um indicador relevante para retratar a vulnerabilidade dos jovens da faixa etária de 18 a 24 anos é a taxa de abandono escolar precoce, isto é, a proporção daqueles que não haviam completado o ensino médio e que não estavam estudando. Houve uma queda de 11,5 pontos percentuais dessa taxa, considerando-se os anos de 2001 e 2011, passando de 43,8% para 32,2%. Entretanto, o Brasil ainda possui uma taxa média de abandono escolar precoce, quase três vezes maior do que a média de 29 países europeus selecionados, sendo que sua incidência é significativamente maior entre os homens (Gráfico 3.5). Em 2011, o abandono escolar precoce atingia mais da metade dos jovens de 18 a 24 anos de idade pertencentes ao quinto mais pobre, enquanto no quinto mais rico essa proporção era de apenas 9,6% (Tabela 3.7). Futuramente, esses jovens podem se tornar um grupo mais suscetível à exclusão social.

Um estudo realizado para os países da OECD confirma a maior vulnerabilidade dos jovens que não concluíram o ensino médio com relação ao acesso às oportunidades de qualificação adicional e de emprego estável. Eles vivenciam maiores chances de desemprego ou de desemprego de longo prazo e por períodos recorrentes. Também sofrem com empregos instáveis, inseguros e de baixa remuneração. O acréscimo da experiência no mercado de trabalho não compensa suas baixas qualificações iniciais, gerando efeitos negativos de longo prazo. Por esses motivos, os jovens que abandonaram a escola sem completar o ensino médio tornaram-se o problema mais grave a ser enfrentado pela política educacional desses países atualmente, segundo a OECD (FROM EDUCATION..., 2005). Soares, Carvalho e Kipnis (2003, p. 21) destacam a importância do ensino médio “não apenas como fator que propicia aumentar o rendimento médio das pessoas, mas também atuar como uma garantia contra privações extremas e exclusão do mercado de trabalho”.

Gráfico 3.5 - Taxa de abandono escolar precoce da população de 18 a 24 anos de idade, por sexo, segundo países europeus e Brasil - 2011



Fonte: Basic figures on the EU. Luxembourg: Statistical Office of the European Communities - Eurostat, Autumm 2012. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-GL-12-003/EN/KS-GL-12-003-EN.PDF>. Acesso em: out. 2012.

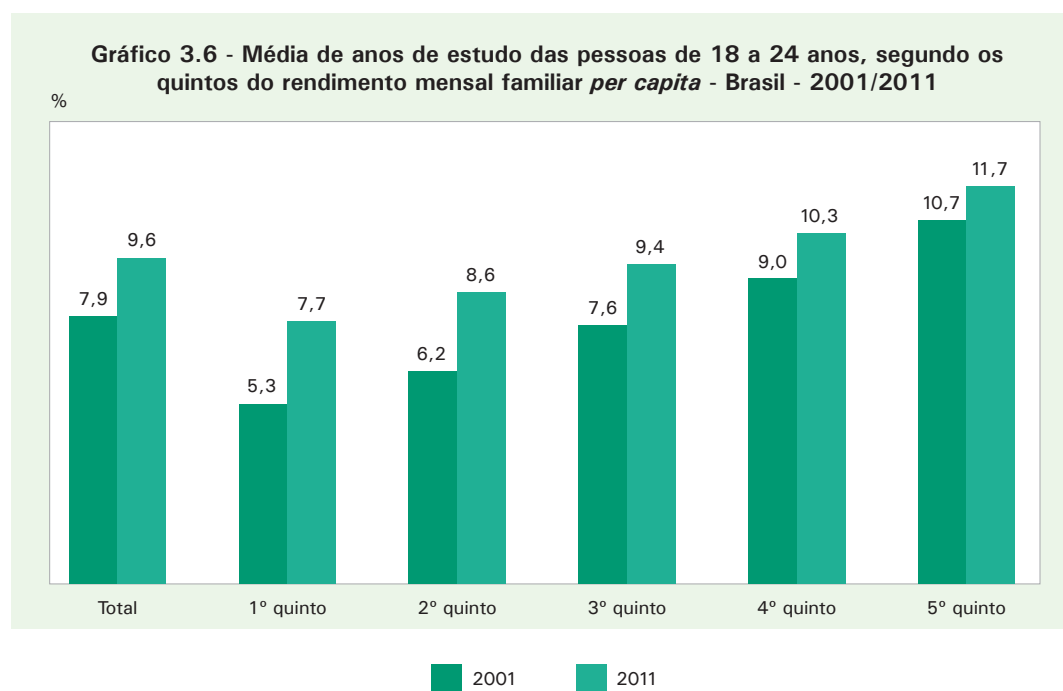
Notas: 1. Percentual da população de 18 a 24 anos de idade que não havia completado o ensino médio e estava fora da escola.

2. Países pertencentes à Zona do Euro e outros países selecionados.

(1) Dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011, realizada pelo IBGE.

O aumento da média de anos de estudo também pode ser usado como um indicativo do processo quantitativo de democratização escolar, isto é, do aumento das oportunidades de acesso ao ensino. A escolaridade aumentou lentamente de 2001 a 2011, passando de 6 para 7,4 anos de estudo completos, em média, para a população de 25 anos ou mais de idade (Tabela 3.9). Essa tendência reflete a baixa probabilidade de incremento da escolaridade a partir dos 25 anos de idade.

Ao selecionar uma faixa etária mais jovem para investigar os incrementos médios de escolaridade, os efeitos da expansão escolar tornam-se mais evidentes. Em 2001, a média de anos de estudo dos jovens de 18 a 24 anos de idade era 7,9 e passou para 9,6 em 2011 (Tabela 3.10). A dispersão do número de anos de estudo em relação à média, isto é, o desvio padrão, apresentou uma ligeira tendência de redução, o que significa maior homogeneidade na distribuição média dos anos de estudo, indicando uma melhora no acesso à educação. No início do período, 70% dos jovens de 18 a 24 anos de idade apresentavam 4,2 a 11,5 anos de estudo, enquanto no final do período essa média situou-se na faixa de 6,3 a 12,8 anos de estudo. Contudo, na análise da média de anos de estudo por quintos do rendimento familiar *per capita*, mesmo na faixa etária de maior escolaridade (18 a 24 anos de idade), percebe-se que as desigualdades escolares ainda persistem e são significativas. O quinto inferior possuía uma média de anos de estudo, em 2011, ligeiramente abaixo do valor calculado para o total dos jovens de 18 a 24 anos de idade dez anos antes (Gráfico 3.6 e Tabela 3.10).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

Há diversas formas de medir o processo quantitativo de democratização escolar. Por exemplo, ao invés de analisar-se o número de anos de estudo completos, pode-se comparar as proporções dos estratos mais ricos e mais pobres que conseguiram completar determinado nível educacional. Vale a pena focalizar a análise no ensino médio, pois esta etapa do sistema de ensino brasileiro reflete as deficiências acumuladas desde o início do processo de escolarização. Esse nível de ensino representa não

somente o principal desafio de inclusão a ser enfrentado pela educação básica, como também a principal lacuna para a efetivação do direito à educação, considerando sua obrigatoriedade progressiva estabelecida pela Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.

A proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade que possuíam 11 anos ou mais de estudo completo aumentou substancialmente, passando de 33,7% para 54,1% em dez anos (Tabela 3.11). Em 2011, 61% das mulheres de 18 a 24 anos de idade possuíam ensino médio completo ou mais, enquanto esse indicador era de 48% para os homens. A maior escolaridade feminina é um resultado encontrado na maioria dos países da OECD e o caso brasileiro não foge à regra (EDUCATION..., 2011). Entretanto, importantes diferenças entre as mulheres devem ser ressaltadas. O hiato dessa proporção entre homens e mulheres (13 pontos percentuais) é menor do que aquele encontrado entre mulheres brancas e mulheres pretas ou pardas (18 pontos percentuais). Isso significa que cerca de metade das mulheres pretas ou pardas possuíam o ensino médio completo em comparação com 71% das mulheres brancas para esse ano.

O aumento geral da escolaridade para a faixa etária de 18 a 24 anos não beneficiou a todos igualmente, mas contribuiu para a tendência geral de queda das desigualdades educacionais relativas à conclusão do ensino médio (Tabela 3.13). Isso pode ser observado pelo crescimento de 201% na proporção de jovens com ensino médio que faziam parte do quinto mais pobre em comparação com a elevação de 19% para os jovens que faziam parte do quinto mais rico. Entretanto, a taxa de crescimento é um indicador influenciado pela magnitude dos dados utilizados. Em outras palavras, como o quinto mais rico partiu de um patamar superior, sua taxa de crescimento será necessariamente menor do que a do quinto mais pobre, cujo patamar inicial era bem inferior no início do período. Por esse motivo, outros indicadores são sugeridos, como, por exemplo, três indicadores comumente utilizados para medir desigualdades educacionais: a diferença ou hiato das proporções, a razão entre as proporções e a razão de chances⁸ (Tabela 1).

Tabela 1 - Proporção das pessoas de 18 a 24 anos de idade com 11 anos ou mais de estudo, segundo o estrato de rendimento familiar *per capita* Brasil - 2001/2011

Indicadores	Proporção das pessoas de 18 a 24 anos de idade com 11 anos ou mais de estudo (%)		Variação percentual 2001/2011 (%)
	2001	2011	
1º quinto	9,0	26,9	201
5º quinto	71,1	84,4	19
(5º quinto) - (1º quinto)	62,1	57,4	(-) 8
(5º quinto) / (1º quinto)	7,9	3,1	(-) 61
Razão de chances	25,0	14,6	(-) 41

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

⁸ A razão de chances apresenta uma vantagem sobre os demais indicadores na medida em que ela não é afetada pela magnitude das proporções utilizadas. Formalmente, a razão de chances = $[P5/(1-P5)]/[P1/(1-P1)]$, onde, no presente estudo, P5 é a proporção de pessoas pertencentes ao quinto mais rico que completou o ensino médio e P1 é a mesma proporção para o quinto mais pobre.

O primeiro indicador, hiato das proporções, revela uma queda de 8% na diferença entre a proporção de jovens com ensino médio completo que faziam parte do quinto mais rico em comparação aos pertencentes ao quinto mais pobre durante o período de dez anos. O segundo indicador, razão entre as proporções, também apresenta uma tendência de queda das desigualdades de acesso ao ensino médio. A conclusão do ensino médio era 7,9 vezes mais provável para os jovens pertencentes ao quinto mais rico em 2001, enquanto em 2011 essa vantagem reduziu-se para 3,1, isto é, um decréscimo de 61%. Finalmente, o último indicador, razão de chances, confirma os dois resultados anteriores. Os jovens pertencentes ao quinto mais rico tinham 25 vezes mais chances de completar esse nível de ensino. Este indicador sofreu uma redução de 41% em 2011.

Tais resultados são meramente descritivos e, portanto, não proporcionam o controle de outros fatores que poderiam influenciar as desigualdades educacionais. Estudos feitos para o Brasil revelam a persistência do efeito das características socioeconômicas da família de origem nas chances de conclusão do ensino médio, mesmo após um longo período de expansão educacional.

Além da dimensão quantitativa, o acesso à educação de qualidade tornou-se um tema recorrente, especialmente após a divulgação dos primeiros resultados do PISA 2000. O Brasil foi o país que apresentou o pior desempenho médio em leitura entre os 32 países participantes⁹. Em comparação com os resultados do PISA 2009, ano em que também ocorreu um ciclo de avaliação com ênfase em leitura, o resultado médio continuou pouco animador para o Brasil, que ficou na 53ª colocação no *ranking* mundial, que inclui 65 países, independentemente de ter sido um dos três que mais evoluíram.

Desde 2005, é possível acompanhar as mudanças do principal indicador nacional de resultados educacionais qualitativos, o IDEB. A série histórica deste indicador ainda é considerada muito curta para a apreensão de variações reais na qualidade da educação básica brasileira, mas ele serve de termômetro para alterações recentes. As metas estipuladas pelo Ministério da Educação para o IDEB nacional têm sido alcançadas em todas as etapas da educação básica (Tabela 3.14). Em 2011, este índice ficou em 5,0 para os anos iniciais do ensino fundamental, em 4,1 para os anos finais do ensino fundamental e em 3,7 para o ensino médio, sendo que o maior incremento de desempenho ocorreu para os alunos do 5º ano (antiga 4ª série). Os estados com melhor e pior desempenhos foram, respectivamente: Minas Gerais (5,9) e Alagoas (3,8), nos anos iniciais do ensino fundamental; Santa Catarina (4,9) e Alagoas (2,9), nos anos finais do ensino fundamental; e Santa Catarina (4,3) e Pará (2,8), no ensino médio.

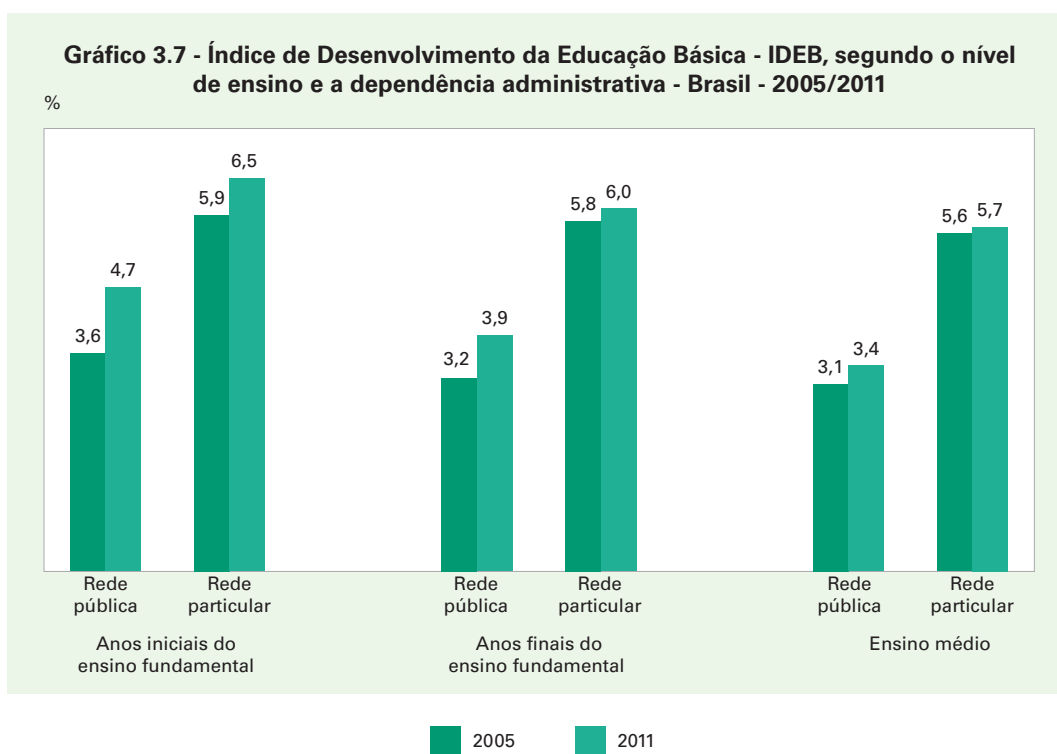
Os indicadores de desempenho também revelam o elevado nível de estratificação do sistema educacional brasileiro. De acordo com dados do PISA 2009¹⁰, o Brasil é um dos 26 países analisados com maior desigualdade de desempenho entre o ensino público e o privado, ficando atrás apenas do Catar, Quirguistão e Panamá. As

⁹ Para informações complementares, consultar a publicação: PISA 2000: relatório nacional. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2001. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download/internacional/pisa/PISA2000.pdf>>. Acesso em: out. 2012.

¹⁰ Para informações complementares, consultar a publicação: PISA 2009 results: executive summary. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2010. 21 p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/46619703.pdf>>. Acesso em: out. 2012.

diferenças na composição socioeconômica dos alunos são os principais determinantes da variância de desempenho entre as escolas, isto é, o melhor desempenho dos alunos das escolas particulares é um reflexo da seleção direcionada às classes mais privilegiadas em um país extremamente desigual.

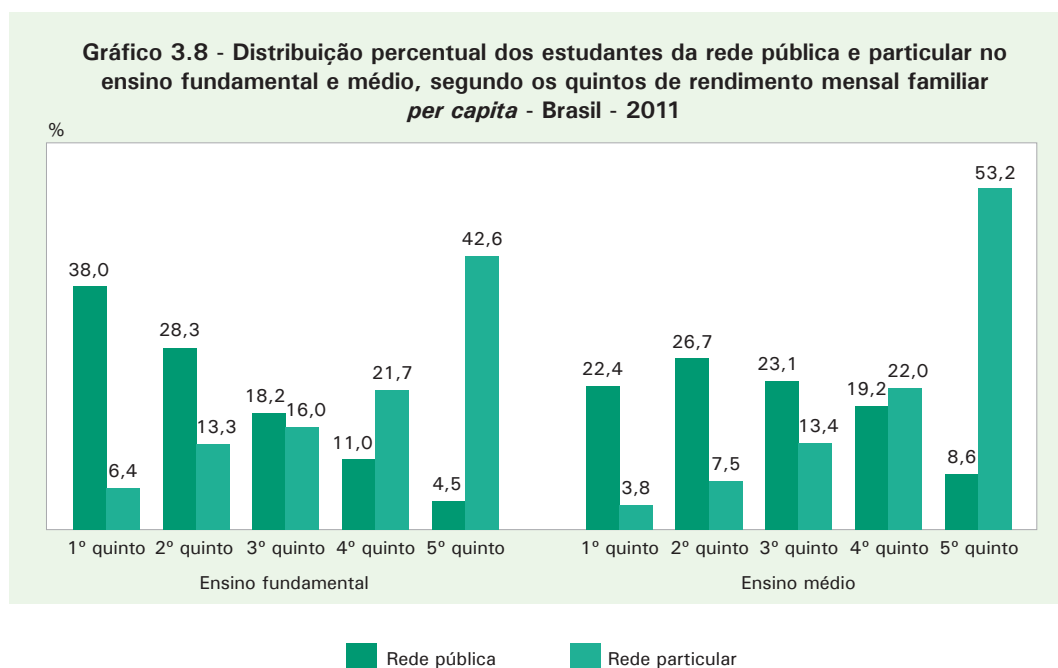
Os resultados do IDEB 2011 confirmam a desigualdade de desempenho entre os alunos, dependendo da rede de ensino cursada (Gráfico 3.7 e Tabela 3.14). Este índice, para as redes pública e particular, respectivamente, assumiu os seguintes valores: 4,7 e 6,5, nos anos iniciais do ensino fundamental; 3,9 e 6,0, nos anos finais do ensino fundamental; e 3,4 e 5,7, no ensino médio. O maior incremento de desempenho ocorreu para os alunos do 5º ano (antiga 4ª série) da rede pública, apesar de esse resultado ainda estar muito aquém daquele alcançado pela rede particular. Por sua vez, o diferencial de desempenho entre as redes diminuiu em 28% e 24%, de 2005 para 2011, nas séries inicial e final do ensino fundamental, respectivamente. A desigualdade de desempenho entre as duas redes, para o ensino médio, caiu apenas 9% desde 2005.



Fonte: Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB: resultados e metas. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2012. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado>>. Acesso em: out. 2012.

Nota: Os anos iniciais do ensino fundamental correspondem ao período do 1º ao 5º; os anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º.

A rede particular atende 13% dos estudantes, tanto do ensino fundamental quanto do médio, enquanto a grande maioria é atendida pela rede pública (Tabela 3.15). O perfil desses estudantes das redes pública e particular expõe a dualidade já mencionada do sistema educacional brasileiro. No caso do ensino médio, essa desigualdade é ainda mais acentuada, pois, entre os estudantes que frequentavam a rede pública de ensino médio, apenas 8,6% pertenciam ao quinto mais rico (Gráfico 3.8 e Tabela 3.16). Por outro lado, mais da metade dos estudantes da rede particular de ensino médio fazem parte dos 20% mais ricos da distribuição de rendimento total das famílias.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Outro aspecto relevante a respeito da realidade educacional brasileira é a evolução da taxa de analfabetismo nos últimos dez anos entre as pessoas de 15 anos ou mais. O agregado nacional reduziu em 31% a proporção de pessoas que não sabiam ler nem escrever, passando de 12,1% em 2001 para 8,6% em 2011. De acordo com os dados mais recentes, a maior incidência de analfabetismo ocorre entre homens (8,8%), de cor preta ou parda (11,8%), com idade acima dos 60 anos (24,8%), que pertencem ao quinto mais pobre (15,1%), residem na Região Nordeste (16,9%) e nas áreas rurais (21,2%). A maior queda no índice de analfabetismo se deu entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, cuja taxa passou de 4,2% para 1,5% no período considerado. A redução desse índice também foi alta entre as pessoas de 25 a 59 anos de idade (de 11,5% para 7,0%). Esses resultados apontam para o progressivo envelhecimento do perfil do grupo mais afetado pelo analfabetismo (Tabela 3.17). Contudo, isso não significa que a maioria dos analfabetos possui essa faixa etária. Do total de analfabetos de 15 anos ou mais, 50,7% têm de 25 a 59 anos de idade, representando um montante superior a 6,5 milhões de pessoas. De fato, este é o grupo mais presente entre aqueles que frequentam curso de alfabetização e educação de jovens e adultos, cuja maioria dos estudantes é mulher (57,9%), de cor ou raça preta ou parda (70,8%), reside na Região Nordeste (50,8%) e nas áreas urbanas (68,3%).

Os dados apresentados pela PNAD 2011 revelam importantes mudanças no perfil educacional da população brasileira. Em termos gerais, foi verificado aumento de frequência nos três níveis de ensino, especialmente na educação infantil. O ensino médio permanece com uma taxa de frequência líquida abaixo da desejada, apesar do aumento significativo desta nos último dez anos. Os indicadores de desigualdade educacional apontam para um aumento significativo das oportunidades de se possuir um diploma de ensino médio. Além disso, os índices de qualidade do ensino evidenciam que as metas nacionais têm sido alcançadas em todas as etapas da educação básica, mas que as desigualdades de desempenho dos alunos por rede de ensino permanecem elevadas, destoando do padrão internacional.

Tabela 3.1 - Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente (%)						
	Total	Grupos de idade					
		0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
Brasil	28,7	20,8	77,4	98,2	83,7	28,9	4,5
Norte	34,3	7,8	65,5	96,5	83,2	32,6	6,7
Rondônia	30,0	7,3	46,0	95,8	80,5	25,3	5,9
Acre	36,4	7,0	64,9	95,9	80,4	30,0	7,5
Amazonas	36,1	5,4	61,3	95,9	84,1	37,8	8,1
Roraima	38,0	11,1	68,9	97,1	87,8	40,7	11,5
Pará	33,9	8,8	71,2	96,9	83,4	31,4	6,0
Região Metropolitana de Belém	31,8	17,8	80,0	97,8	89,0	40,4	6,2
Amapá	37,6	6,7	64,0	96,2	82,4	37,8	8,5
Tocantins	32,1	10,7	64,2	97,9	84,1	29,5	5,5
Nordeste	31,5	17,0	83,5	98,1	83,1	29,3	5,0
Maranhão	34,7	16,0	88,7	98,1	83,5	25,0	5,0
Piauí	34,2	16,0	89,4	98,8	86,9	36,2	5,2
Ceará	30,6	24,0	88,4	98,4	84,9	27,8	3,9
Região Metropolitana de Fortaleza	28,7	21,2	82,9	97,9	84,8	30,2	3,9
Rio Grande do Norte	29,3	19,9	81,5	97,4	82,0	28,8	3,7
Paraíba	30,0	19,0	81,0	98,6	84,0	31,3	5,5
Pernambuco	29,8	15,4	77,6	98,1	79,9	28,4	5,0
Região Metropolitana de Recife	28,1	25,6	85,8	98,1	82,3	31,5	5,4
Alagoas	33,4	12,8	79,8	96,4	77,4	30,5	4,5
Sergipe	30,7	15,2	87,2	98,1	83,8	31,5	4,4
Bahia	31,6	14,7	81,1	98,2	84,1	30,7	6,0
Região Metropolitana de Salvador	29,9	22,7	86,8	98,6	87,6	33,4	6,5
Sudeste	26,3	26,3	81,6	98,7	84,7	27,0	3,8
Minas Gerais	26,8	20,0	73,8	98,7	82,8	27,6	3,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	27,4	22,4	75,2	98,8	84,8	28,6	5,0
Espírito Santo	27,7	27,7	80,2	98,9	85,1	26,5	4,4
Rio de Janeiro	26,7	25,5	81,3	98,6	87,6	32,1	3,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	25,8	26,0	80,2	98,5	88,2	33,9	3,7
São Paulo	25,8	29,5	85,8	98,8	84,4	24,8	3,7
Região Metropolitana de São Paulo	26,6	28,8	86,7	99,0	85,0	26,0	4,1
Sul	26,5	27,7	66,9	98,3	82,2	29,1	4,3
Paraná	27,4	24,9	67,9	98,0	81,7	30,4	4,4
Região Metropolitana de Curitiba	27,3	29,4	65,4	97,1	80,5	29,9	4,6
Santa Catarina	26,9	35,1	73,6	99,2	81,0	28,7	4,6
Rio Grande do Sul	25,5	26,0	62,2	97,9	83,6	28,1	3,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	26,2	24,6	55,1	96,8	83,4	31,6	4,8
Centro-Oeste	29,0	15,8	66,3	98,3	85,2	32,2	5,6
Mato Grosso do Sul	28,6	21,5	67,8	98,3	80,8	30,2	4,5
Mato Grosso	30,6	17,0	74,1	98,5	85,1	31,8	5,6
Goiás	27,5	11,8	59,5	98,2	85,5	30,4	5,0
Distrito Federal	30,8	18,0	71,4	98,5	89,0	38,4	8,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 3.2 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino (%)		
	6 a 14 anos, no ensino fundamental	15 a 17 anos, no ensino médio	18 a 24 anos, no ensino superior (1)
Brasil	91,9	51,6	14,6
Norte	90,0	41,2	10,4
Rondônia	89,0	45,8	10,4
Acre	89,1	41,6	13,0
Amazonas	90,1	39,6	12,3
Roraima	91,6	55,1	25,9
Pará	89,7	37,3	7,4
Região Metropolitana de Belém	90,4	49,6	15,9
Amapá	91,3	49,1	14,0
Tocantins	91,8	52,7	13,9
Nordeste	90,8	42,6	10,4
Maranhão	90,0	42,6	6,3
Piauí	93,1	37,9	12,2
Ceará	93,0	52,2	12,6
Região Metropolitana de Fortaleza	92,5	54,7	15,5
Rio Grande do Norte	90,3	46,2	11,5
Paraíba	90,3	42,7	15,4
Pernambuco	88,7	42,7	10,3
Região Metropolitana de Recife	89,1	53,6	14,5
Alagoas	91,1	32,6	11,7
Sergipe	91,8	40,9	13,3
Bahia	90,6	39,2	8,4
Região Metropolitana de Salvador	91,5	47,4	15,3
Sudeste	93,0	59,6	16,1
Minas Gerais	94,5	56,0	15,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	94,7	58,0	17,6
Espírito Santo	90,4	54,1	15,3
Rio de Janeiro	91,1	47,8	15,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	91,9	49,8	17,0
São Paulo	93,2	67,1	16,8
Região Metropolitana de São Paulo	92,5	66,2	17,3
Sul	92,5	55,1	18,6
Paraná	93,1	58,5	19,9
Região Metropolitana de Curitiba	93,0	53,7	19,9
Santa Catarina	92,3	54,7	18,4
Rio Grande do Sul	92,0	51,7	17,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	91,5	52,1	19,5
Centro-Oeste	92,2	56,8	19,7
Mato Grosso do Sul	94,7	49,0	18,2
Mato Grosso	90,7	58,4	19,1
Goiás	92,2	57,1	18,1
Distrito Federal	91,5	61,6	25,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Exclusivo mestrado e doutorado.

Tabela 3.3 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade, nível de ensino e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino (%)		
	6 a 14 anos, no ensino fundamental	15 a 17 anos, no ensino médio	18 a 24 anos, no ensino superior (1)
Branca			
Brasil	92,2	60,0	21,0
Norte	90,7	47,9	16,8
Nordeste	90,0	48,9	17,5
Sudeste	93,3	66,4	21,6
Sul	92,4	59,2	21,6
Centro-Oeste	92,2	62,4	26,4
Preta ou parda			
Brasil	91,7	45,3	9,1
Norte	90,1	39,6	8,5
Nordeste	91,1	40,4	7,7
Sudeste	92,8	52,5	9,6
Sul	92,6	42,5	8,2
Centro-Oeste	92,3	53,0	14,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Exclusive mestrado e doutorado.

Tabela 3.4 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 15 a 17 anos de idade, por quintos do rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 15 a 17 anos de idade (%)					
	Total	Quintos do rendimento mensal familiar <i>per capita</i>				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	51,8	36,8	47,2	56,7	63,8	74,5
Norte 41,3		29,8	36,3	41,1	49,1	61,5
Nordeste	43,0	32,7	38,5	43,5	51,1	67,2
Sudeste	59,8	46,0	57,2	65,1	70,4	77,7
Sul	55,5	42,5	52,3	59,1	63,9	77,5
Centro-Oeste	57,0	43,4	54,9	57,8	64,8	74,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Exclusive as pessoas em famílias sem rendimentos, sem declaração de rendimentos, pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico.

Tabela 3.5 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Estudantes de 18 a 24 anos de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por nível de ensino frequentado (%)			
		Fundamental	Médio	Superior (1)	Outros (2)
Brasil	6 494	8,1	34,2	51,3	6,3
Norte	684	15,3	43,5	32,3	8,8
Nordeste	1 876	13,7	43,9	35,8	6,6
Sudeste	2 457	4,2	29,0	60,8	6,0
Sul	912	4,0	24,2	65,4	6,4
Centro-Oeste	565	4,5	30,0	61,7	3,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Inclui mestrado e doutorado. (2) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos.

Tabela 3.6 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino frequentado e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Estudantes de 18 a 24 anos de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por nível de ensino frequentado (%)			
		Fundamental	Médio	Superior (1)	Outros (2)
Branca					
Brasil	3 317	4,5	24,1	65,7	5,6
Norte	162	10,2	32,5	49,4	7,9
Nordeste	604	9,6	31,8	52,3	6,3
Sudeste	1 533	2,8	22,0	69,3	5,8
Sul	752	3,0	21,2	70,6	5,3
Centro-Oeste	264	3,5	22,1	71,8	2,5
Preta ou Parda					
Brasil	3 105	11,8	45,2	35,8	7,2
Norte	506	16,5	47,6	26,8	9,1
Nordeste	1 255	15,5	49,8	28,0	6,8
Sudeste	901	6,7	41,3	45,6	6,4
Sul	152	9,0	38,8	40,1	12,0
Centro-Oeste	291	5,4	37,3	52,3	5,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Inclui mestrado e doutorado. (2) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos.

Tabela 3.7 - Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola, por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)				
	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	52,7	44,0	34,0	23,4	9,6
Norte 53,2		48,9	40,0	29,1	17,1
Nordeste	55,0	49,5	40,6	30,3	15,2
Sudeste	49,8	38,6	27,7	17,9	6,3
Sul	60,4	44,8	37,1	18,1	9,7
Centro-Oeste	46,6	45,2	31,9	20,8	11,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Exclui as pessoas sem declaração de rendimento familiar e sem declaração de anos de estudo.

Tabela 3.8 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 25 anos ou mais de idade								
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)							
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 anos	9 e 10 anos	11 anos	12 a 14 anos	15 anos ou mais
Brasil	116 718	15,1	9,4	21,8	9,9	4,2	23,9	4,7	10,8
Norte	8 411	19,5	11,7	19,5	9,0	4,7	23,8	4,1	7,4
Rondônia	883	19,3	10,9	23,1	9,9	4,1	19,4	4,2	8,8
Acre	368	25,7	8,6	17,1	8,1	3,6	21,9	4,4	9,5
Amazonas	1 779	19,8	7,4	16,5	9,2	4,4	29,2	4,4	8,4
Roraima	242	18,7	6,7	13,2	8,2	3,7	31,0	7,5	11,1
Pará	4 020	19,4	14,2	20,6	9,1	5,2	22,2	3,3	5,8
Região Metropolitana de Belém	1 256	9,2	6,5	17,0	11,3	6,7	33,8	4,7	10,8
Amapá	341	13,3	10,5	18,7	7,5	4,9	26,8	8,9	9,3
Tocantins	777	19,5	12,7	19,5	8,7	4,3	21,6	4,4	9,1
Nordeste	30 473	26,1	11,6	19,1	7,9	4,1	21,0	3,3	6,8
Maranhão	3 367	33,9	10,2	15,2	8,2	3,7	20,8	2,7	5,4
Piauí	1 756	29,0	14,8	21,0	6,6	4,2	14,8	3,2	6,3
Ceará	4 944	26,0	12,1	17,3	9,5	3,5	21,1	4,0	6,3
Região Metropolitana de Fortaleza	2 190	14,9	8,9	18,5	10,6	4,3	28,2	5,3	9,0
Rio Grande do Norte	1 892	19,5	13,2	23,6	6,4	5,2	20,7	2,7	8,6
Paraíba	2 284	27,2	12,2	18,7	6,6	3,5	17,9	3,5	10,3
Pernambuco	5 186	24,6	9,4	19,4	8,7	4,3	21,9	3,8	7,8
Região Metropolitana de Recife	2 355	14,9	5,3	18,5	10,2	4,6	30,6	4,6	11,0
Alagoas	1 673	31,3	11,1	20,4	8,3	4,1	17,2	2,0	5,5
Sergipe	1 202	18,0	14,2	21,9	8,2	4,2	21,8	4,8	6,7
Bahia	8 169	24,6	11,9	19,5	7,2	4,3	23,2	3,2	6,0
Região Metropolitana de Salvador	2 253	9,4	6,5	18,6	7,9	5,9	35,2	4,7	11,7
Sudeste	51 750	10,0	7,8	22,5	11,0	4,0	26,3	5,1	13,1
Minas Gerais	12 270	13,3	11,1	27,5	9,8	3,8	20,7	4,2	9,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	3 077	7,6	7,2	24,7	10,2	4,2	26,1	5,2	14,7
Espírito Santo	2 206	13,5	8,4	23,3	9,9	4,4	25,1	4,5	10,7
Rio de Janeiro	10 472	8,0	7,5	21,1	11,2	4,6	28,0	4,8	14,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	7 870	7,1	6,6	20,0	11,7	4,6	29,4	4,6	15,8
São Paulo	26 801	8,9	6,4	20,7	11,6	3,9	28,4	5,7	14,4
Região Metropolitana de São Paulo	12 701	8,2	5,0	18,9	11,8	3,7	29,6	6,3	16,4
Sul	17 430	9,6	9,5	26,6	10,8	4,4	22,1	5,6	11,2
Paraná	6 524	11,8	10,6	23,8	9,8	4,6	22,1	5,6	11,3
Região Metropolitana de Curitiba	1 986	7,4	8,5	21,8	10,5	4,7	25,8	6,4	14,6
Santa Catarina	4 032	9,8	7,3	23,5	13,1	3,7	23,6	6,2	12,6
Rio Grande do Sul	6 874	7,3	9,8	31,0	10,4	4,6	21,2	5,2	10,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	2 539	6,6	7,1	23,5	12,0	4,6	25,4	6,8	14,0
Centro-Oeste	8 654	13,8	8,4	20,4	10,0	4,9	23,6	5,6	13,3
Mato Grosso do Sul	1 494	11,9	10,9	24,4	9,9	4,8	20,8	5,0	12,4
Mato Grosso	1 811	16,5	9,2	20,6	10,1	5,4	22,4	4,6	10,9
Goiás	3 741	15,6	8,9	21,3	10,4	5,2	24,1	4,4	9,9
Distrito Federal	1 608	8,2	3,9	14,5	8,8	3,8	26,4	9,8	24,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 3.9 - Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2001/2011

Grandes Regiões e algumas características selecionadas	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos de idade ou mais	
	2001	2011
Brasil	6,0	7,3
Norte	6,0	6,7
Nordeste	4,4	6,0
Sudeste	6,7	8,1
Sul	6,3	7,7
Centro-Oeste	6,1	7,8
Situação do domicílio		
Urbana	6,5	7,9
Rural	2,8	4,1
Sexo		
Homem	5,9	7,2
Mulher	6,0	7,5
Cor ou raça		
Branca	6,9	8,2
Preta ou parda	4,7	6,4
Grupos de idade		
25 a 64 anos	6,4	7,9
65 anos ou mais	3,0	3,9
Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>		
1º quinto	3,2	4,8
2º quinto	3,9	5,8
3º quinto	4,5	5,9
4º quinto	6,2	7,5
5º quinto	9,4	10,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 3.10 - Média de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos ou mais de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Média de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos ou mais de idade						
	Total	Desvio padrão	Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>				
			1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	9,6	3,2	7,7	8,6	9,4	10,3	11,7
Norte 8,7		3,5	7,2	8,2	9,2	9,9	11,4
Nordeste	8,8	3,5	7,5	8,4	9,3	10,3	11,8
Sudeste	10,1	2,9	8,4	8,9	9,5	10,4	11,7
Sul	10,0	3,0	8,1	8,4	9,2	10,2	11,6
Centro-Oeste	9,9	3,1	8,5	8,6	9,2	10,3	11,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas em famílias sem rendimentos, sem declaração de rendimentos, pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico.

Tabela 3.11 - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, total e com 11 anos ou mais de estudo, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 18 a 24 anos de idade						
	Total (1 000 pessoas)	Total (1 000 pessoas)	Com 11 anos ou mais de estudo				
			Total	Sexo		Cor ou raça	
				Homens	Mulheres	Branca	Preta ou parda
Brasil	22 497	12 204	54,2	47,9	60,6	65,0	45,2
Norte	2 098	875	41,7	36,0	47,4	54,4	38,2
Nordeste	6 399	2 813	44,0	37,1	50,6	54,1	40,1
Sudeste	9 114	5 709	62,6	56,5	68,9	71,1	52,7
Sul	3 129	1 799	57,5	51,4	63,8	62,8	39,5
Centro-Oeste	1 757	1 008	57,4	50,1	64,6	65,2	51,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 3.12 - Pessoas de 25 a 64 anos de idade, total e que frequentam escola, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 25 a 64 anos de idade						
	Total (1 000 pessoas)	Total (1 000 pessoas)	Que frequentam escola				
			Total	Sexo		Cor ou raça	
				Homens	Mulheres	Branca	Preta ou parda
Brasil	100 622	5 175	5,1	4,3	5,9	5,2	5,1
Norte	7 526	557	7,4	5,7	9,0	7,5	7,2
Nordeste	26 107	1 488	5,7	4,3	6,9	6,1	5,5
Sudeste	44 305	1 915	4,3	3,8	4,8	4,6	4,0
Sul	14 975	737	4,9	4,6	5,2	5,1	4,3
Centro-Oeste	7 709	477	6,2	5,2	7,1	6,6	5,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 3.13 - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, total e com 11 anos de estudo ou mais, total e respectiva proporção, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2001/2011

Ano	Pessoas de 18 a 24 anos de idade						
	Total (1 000 pessoas)	Total (1 000 pessoas)	Com 11 anos de estudo ou mais				
			Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>				
			1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
2001	23 141	7 673	9,0	13,0	25,1	42,7	71,1
2006	24 285	11 297	17,0	27,2	43,4	60,8	84,0
2011	22 497	12 204	26,9	37,8	51,9	66,7	84,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

Tabela 3.14 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB observado e metas projetadas, segundo o nível de ensino e a dependência administrativa Brasil - 2005/2021

Nível de ensino e dependência administrativa	IDEB observado				Metas projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	
Anos iniciais do ensino fundamental (até o 5º ano, antiga 4ª série)												
Total	3,8	4,2	4,6	5,0	4,2	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0	
Pública	3,6	4,0	4,4	4,7	4,0	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8	
Privada 5,9		6,0	6,4	6,5	6,3	6,6	6,8	7,0	7,2	7,4	7,5	
Municipal	3,4	4,0	4,4	4,7	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7	
Estadual	3,9	4,3	4,9	5,1	4,3	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9	6,1	
Anos finais do ensino fundamental (até o 9º ano, antiga 8ª série)												
Total	3,5	3,8	4,0	4,1	3,7	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	
Pública	3,2	3,5	3,7	3,9	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,2	
Privada 5,8		5,8	5,9	6,0	6,0	6,2	6,5	6,8	7,0	7,1	7,3	
Municipal	3,1	3,4	3,6	3,8	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,1	
Estadual	3,3	3,6	3,8	3,9	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3	
Ensino médio regular												
Total	3,4	3,5	3,6	3,7	3,5	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	
Pública	3,1	3,2	3,4	3,4	3,2	3,4	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	
Privada 5,6		5,6	5,6	5,7	5,7	5,8	6,0	6,3	6,7	6,8	7,0	
Estadual	3,0	3,2	3,4	3,4	3,2	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,9	

Fonte: Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB: estatísticas. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2012. <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/divulgacao-brasil-2011.xls>. Acesso em: out. 2012.

Tabela 3.15 - Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino, por nível e rede de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino, por nível e rede de ensino frequentados (%)					
	Fundamental (1)		Médio (1)		Superior (2)	
	Pública	Particular	Pública	Particular	Pública	Particular
Brasil	87,0	13,0	87,0	13,0	25,2	74,8
Norte	92,7	7,3	93,0	7,0	32,4	67,6
Rondônia	94,6	5,4	95,2	4,8	22,3	77,7
Acre	96,2	3,8	95,3	4,7	32,2	67,8
Amazonas	92,9	7,1	94,5	5,5	33,7	66,3
Roraima	94,2	5,8	91,8	8,2	47,2	52,8
Pará	91,6	8,4	91,4	8,6	31,7	68,3
Região Metropolitana de Belém	76,9	23,1	82,5	17,5	82,7	17,3
Amapá	94,7	5,3	94,3	5,7	25,4	74,6
Tocantins	92,3	7,7	94,3	5,7	34,0	66,0
Nordeste	86,3	13,7	88,4	11,6	35,2	64,8
Maranhão	93,9	6,1	91,4	8,6	30,4	69,6
Piauí	89,9	10,1	91,2	8,8	44,6	55,4
Ceará	85,2	14,8	88,5	11,5	40,3	59,7
Região Metropolitana de Fortaleza	75,4	24,6	79,2	20,8	33,9	66,1
Rio Grande do Norte	83,9	16,1	87,8	12,2	39,5	60,5
Paraíba	82,0	18,0	77,3	22,7	42,9	57,1
Pernambuco	81,8	18,2	85,0	15,0	32,2	67,8
Região Metropolitana de Recife	68,7	31,3	77,7	22,3	28,2	71,8
Alagoas	90,0	10,0	89,7	10,3	42,5	57,5
Sergipe	80,7	19,3	83,4	16,6	40,7	59,3
Bahia	86,1	13,9	91,5	8,5	26,3	73,7
Região Metropolitana de Salvador	70,2	29,8	86,3	13,7	17,6	82,4
Sudeste	85,1	14,9	84,8	15,2	19,1	80,9
Minas Gerais	91,2	8,8	88,1	11,9	24,9	75,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	85,2	14,8	82,7	17,3	13,8	86,2
Espírito Santo	87,8	12,2	89,0	11,0	15,7	84,3
Rio de Janeiro	78,0	22,0	79,1	20,9	26,8	73,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	74,8	25,2	78,5	21,5	28,2	71,8
São Paulo	84,8	15,2	85,0	15,0	14,3	85,7
Região Metropolitana de São Paulo	84,4	15,6	84,5	15,5	13,1	86,9
Sul	90,6	9,4	86,5	13,5	24,9	75,1
Paraná	90,0	10,0	86,1	13,9	35,0	65,0
Região Metropolitana de Curitiba	87,4	12,6	83,5	16,5	26,0	74,0
Santa Catarina	90,1	9,9	83,5	16,5	19,2	80,8
Rio Grande do Sul	91,6	8,4	88,3	11,7	18,4	81,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	87,2	12,8	83,3	16,7	16,2	83,8
Centro-Oeste	85,4	14,6	86,4	13,6	24,4	75,6
Mato Grosso do Sul	89,3	10,7	85,2	14,8	26,4	73,6
Mato Grosso	91,6	8,4	91,6	8,4	26,9	73,1
Goiás	84,6	15,4	88,0	12,0	26,4	73,6
Distrito Federal	75,1	24,9	76,6	23,4	18,4	81,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Exclusive educação de jovens e adultos ou supletivo. (2) Exclusive mestrado e doutorado.

Tabela 3.16 - Estudantes da rede pública e da rede particular no ensino fundamental, médio e superior, total e respectiva distribuição percentual, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2011

Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>	Estudantes					
	Ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior	
	Rede pública	Rede particular	Rede pública	Rede particular	Rede pública	Rede particular
	Números absolutos (1 000 pessoas) (1)					
Total	26 169	3 731	7 196	1 017	1 469	4 304
	Distribuição percentual (%)					
1º quinto	38,0	6,4	22,4	3,8	7,1	3,5
2º quinto	28,3	13,3	26,7	7,5	10,2	6,6
3º quinto	18,2	16,0	23,1	13,4	16,4	13,5
4º quinto	11,0	21,7	19,2	22,0	25,3	28,1
5º quinto	4,5	42,6	8,6	53,2	41,0	48,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Excluídas as pessoas em famílias sem rendimentos, sem declaração de rendimentos, pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico.

Tabela 3.17 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2001/2011

Grandes Regiões e algumas características selecionadas	Taxa de analfabetismo das pessoas 15 anos ou mais de idade	
	2001	2011
Brasil	12,4	8,6
Norte	11,2	10,2
Nordeste	24,3	16,9
Sudeste	7,5	4,8
Sul	7,1	4,9
Centro-Oeste	10,2	6,3
Situação do domicílio		
Urbana	9,5	6,5
Rural	28,7	21,2
Sexo		
Homem	12,5	8,8
Mulher	12,3	8,4
Cor ou raça (1)		
Branca	7,7	5,3
Preta ou parda	18,2	11,8
Grupos de idade		
15 a 24 anos	4,2	1,5
25 a 59 anos	11,5	7,0
60 ou mais	34,0	24,8
Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>		
1º quinto	24,1	15,1
2º quinto	18,3	11,4
3º quinto	16,0	12,8
4º quinto	7,3	5,7
5º quinto	2,7	1,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Excluídas as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

Tabela 3.18 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentam cursos de educação de jovens e adultos ou supletivo, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino, grupos de idade, cor ou raça e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, que frequentam cursos de educação de jovens e adultos ou supletivo									
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual (%)								
		Nível de ensino		Grupos de idade			Cor ou raça		Sexo	
	Funda- mental	Médio	15 a 24 anos	25 a 59 anos	60 ou mais	Branca	Preta ou parda	Homem	Mulher	
Brasil	1 241	57,2	42,8	35,8	60,5	3,7	37,2	61,8	42,9	57,1
Norte	119	65,0	35,0	41,2	56,7	2,1	17,4	78,2	47,9	52,1
Nordeste	239	65,4	34,6	37,9	58,2	3,9	24,3	75,2	42,7	57,3
Sudeste	235	51,7	48,3	30,9	64,4	4,6	45,2	54,8	40,5	59,5
Sul	81	47,0	53,0	41,0	56,6	2,4	67,0	32,5	46,1	53,9
Centro-Oeste	36	55,0	45,0	29,1	67,1	3,8	29,7	66,4	38,4	61,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Atividades pessoais, inclusive trabalho

As atividades pessoais nas sociedades atuais têm o trabalho como elemento de forte centralidade, a partir do qual se organizam as relações sociais e econômicas, estruturando a vida cotidiana das pessoas e suas famílias. Nesse particular, o peso do rendimento do trabalho no conjunto do rendimento familiar é fundamental, especialmente no que concerne à provisão de bem-estar e manutenção no padrão de vida. Assim, a discussão sobre o papel do trabalho na sociedade atual requer uma análise de suas formas de organização (formal e informal¹¹).

Nessa perspectiva, no presente capítulo, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, sobretudo de 2011, são analisados alguns indicadores de trabalho, remunerado e não remunerado, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, considerando que um aspecto importante da igualdade de gênero e cor ou raça perpassa as características de inserção e oportunidades no mercado de trabalho, incluindo o uso do tempo, que corresponde às horas utilizadas para trabalhos domésticos e deslocamento para o trabalho.

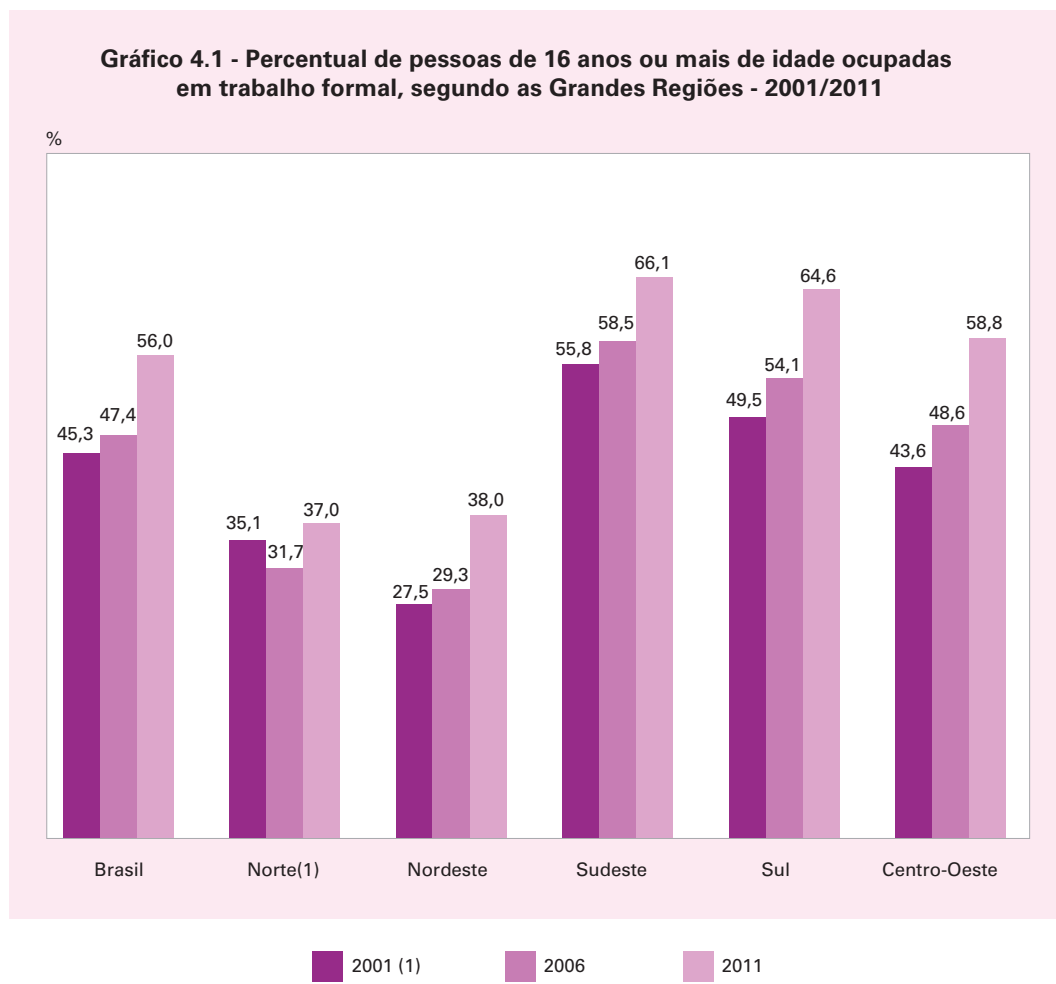
Nos últimos anos, observa-se uma expansão significativa da formalidade no mercado de trabalho brasileiro, beneficiada pelos sucessivos períodos de crescimento econômico na década de 2000, entre outras razões. A base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, fornece informações sobre geração de empregos com carteira de trabalho

¹¹ Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009). Trabalho “formal” inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador, que contribuíam para a previdência social.

assinada no regime celetista. Estas informações são dadas pelas empresas inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal, que apresentam, mensalmente, a movimentação da mão de obra. Em 2011, foram gerados 1,94 milhão de empregos com carteira de trabalho assinada¹².

De 2001 a 2011, a proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalhos formais registrou um aumento de 10,7 pontos percentuais. Esse aumento se concentrou na segunda metade do período considerado (2006 a 2011) com 8,6 pontos percentuais. No caso das mulheres, o avanço foi ainda maior: 9,9 pontos percentuais. O País, entretanto, continua registrando ainda um contingente expressivo de sua mão de obra (masculina e feminina) em trabalhos informais: 44,2 milhões de pessoas. As Regiões Norte e Nordeste apresentaram as menores taxas de formalidade (37,0% e 38,0%, respectivamente) e as taxas de informalidade das mulheres nessas regiões foram as mais elevadas do País (Tabela 4.1 e Gráficos 4.1 e 4.2).

Gráfico 4.1 - Percentual de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalho formal, segundo as Grandes Regiões - 2001/2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

¹² Para informações complementares, consultar o documento: CADASTRO geral de empregados e desempregados - CAGED: síntese do comportamento do mercado de trabalho formal, Brasil - balanço do ano de 2011. 2p. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, [2012]. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D350AC6F801351616010B546D/Brasil%20Dezembro%202011%20com%20acertos.pdf>>. Acesso em: out. 2012.

Gráfico 4.2 - Distribuição percentual de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalho formal e informal, segundo o sexo - Brasil - 2001/2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

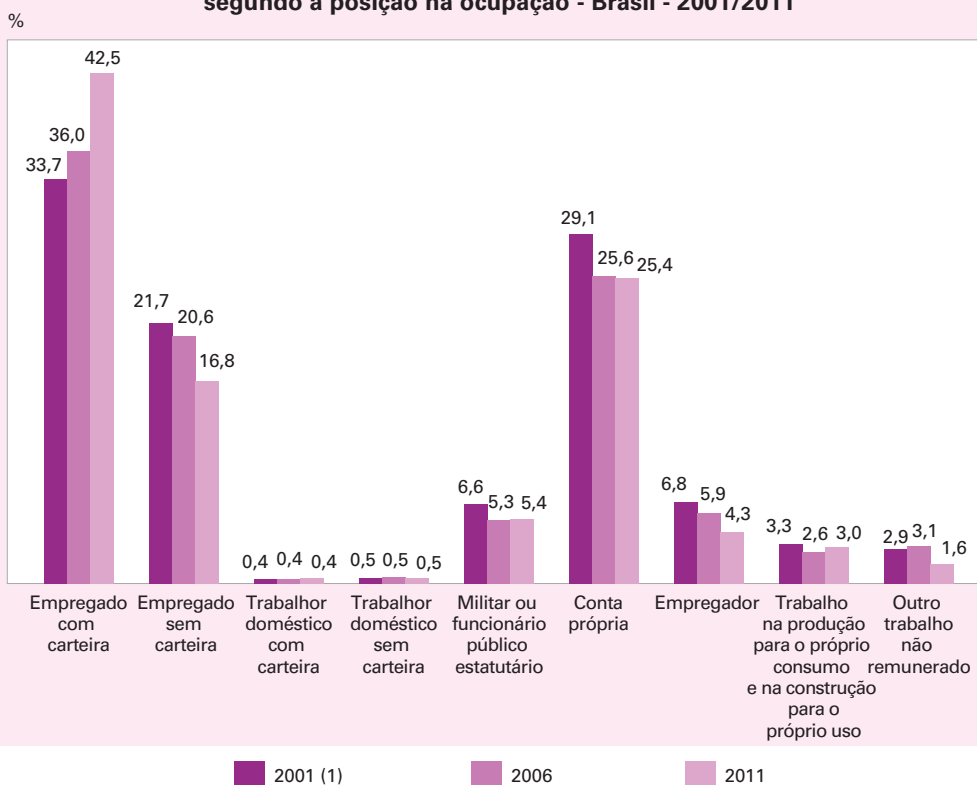
Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A expansão da formalidade pode também ser analisada de acordo com a posição que os trabalhadores ocupam no mercado de trabalho. No caso da população masculina ocupada, o percentual de empregados com carteira de trabalho assinada era 33,7% em 2001, avançou 2,3 pontos percentuais em 2006 e, em 2011, já correspondia a 42,5%. Para a população ocupada feminina, o percentual de trabalhadoras nesta categoria é um pouco menor, 35,1%, contudo, houve um aumento de 1,8 ponto percentual na primeira metade do período considerado, 2001 a 2006, e de 7,5 pontos percentuais na segunda, 2006 a 2011 (Tabela 4.2 e Gráficos 4.3 e 4.4).

O trabalho doméstico é uma realidade para 6 milhões de mulheres, mas este número vem reduzindo-se, dado que, em 2006, elas representavam 6,2 milhões. A redução do número de trabalhadoras domésticas é resultado de vários fatores, como o aumento da escolaridade das mulheres e o aumento da oferta de postos de trabalho no setor de serviços, entre outros. Esta queda está concentrada entre as empregadas domésticas sem carteira de trabalho assinada.

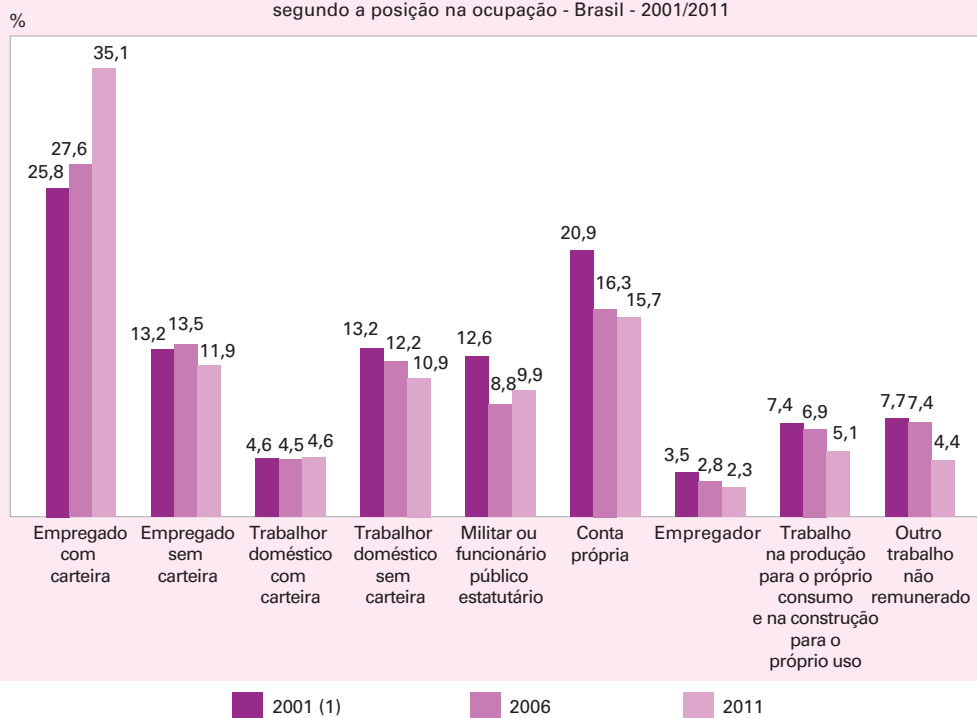
Gráfico 4.3 - Distribuição percentual de homens de 16 anos ou mais de idade, segundo a posição na ocupação - Brasil - 2001/2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Gráfico 4.4 - Distribuição percentual de mulheres de 16 anos ou mais de idade, segundo a posição na ocupação - Brasil - 2001/2011



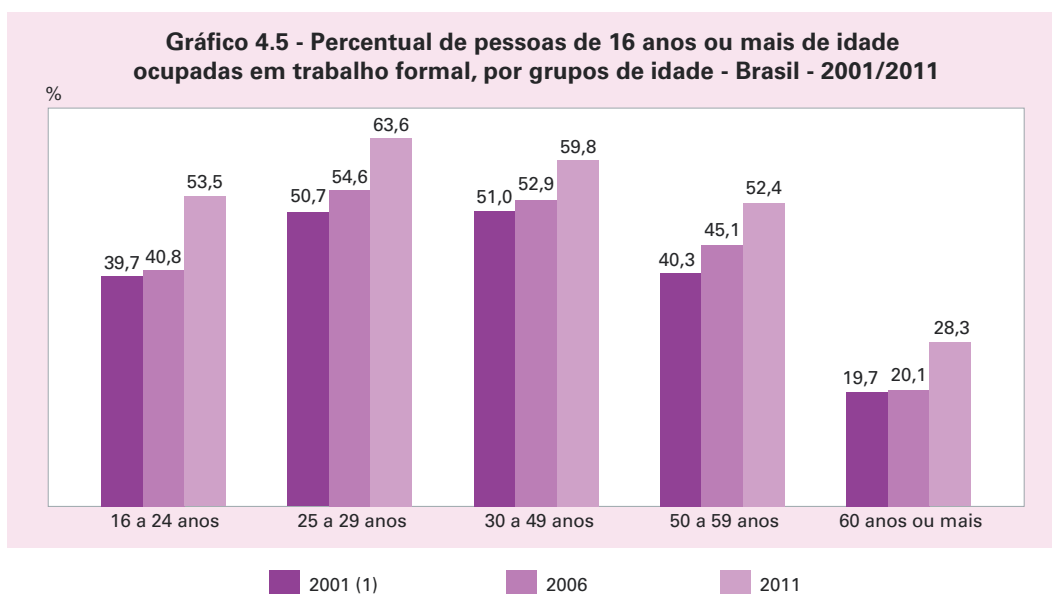
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O maior percentual de empregados com carteira de trabalho assinada encontra-se na Região Sudeste (52,1% no caso da população ocupada masculina e 42,9% para a feminina), sendo o valor mais elevado observado na Região Metropolitana de São Paulo (57,8% e 51,7%, para homens e mulheres, respectivamente).

A informalidade é uma característica da população idosa com 60 anos ou mais de idade (71,7%) e da população jovem de 16 a 24 anos (46,5%). No caso dos idosos, principalmente por já terem passado pelo mercado de trabalho, o retorno geralmente constitui uma forma de se manterem ativos, seja por gozarem de boa saúde, seja para complementarem a renda ou, ainda, como meio de socialização. Sendo assim, a carteira de trabalho assinada não é o aspecto que mais atrai esse grupo para o retorno ao mercado, visto que grande parte já é constituída por aposentados ou pensionistas. No caso dos jovens, que muitas vezes buscam o primeiro emprego, o maior interesse é obter alguma experiência no mercado de trabalho. Logo, este grupo populacional é mais propenso a aceitar emprego sem carteira de trabalho assinada ou a inserir-se em ocupações com baixa taxa de formalização. Entretanto, é importante ressaltar que nos últimos anos foram os jovens de 16 a 24 anos de idade que mais aumentaram o grau de formalização no mercado de trabalho, com redução de 12,7 pontos percentuais na taxa de informalidade no período de 2006 a 2011 (Tabela 4.3 e Gráfico 4.5).

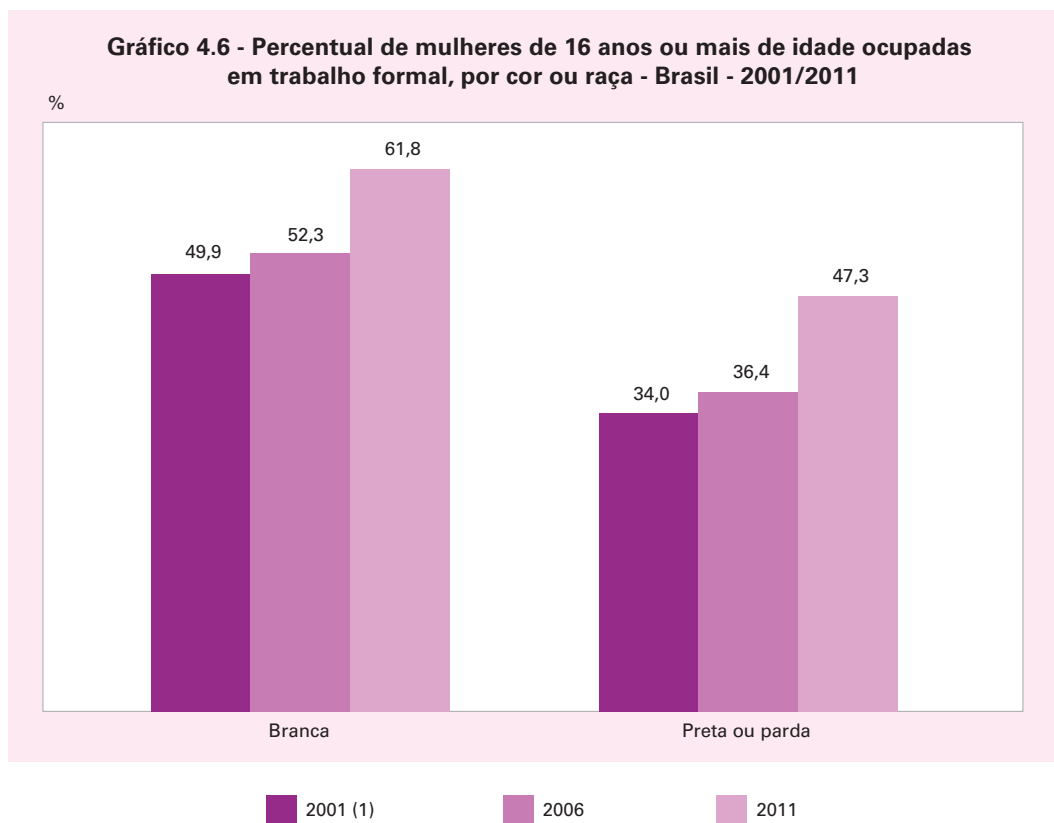
Como mencionado, nos últimos anos, as mulheres ocupadas de 16 anos ou mais de idade apresentaram um aumento superior ao dos homens no que diz respeito à formalização do trabalho. Entretanto, este aumento ocorreu de forma diferenciada, segundo a cor ou raça, conforme mostra a Tabela 4.4 e o Gráfico 4.6. De 2001 a 2011, as mulheres pretas ou pardas registraram um aumento de 13,3 pontos percentuais no trabalho formal, enquanto entre as brancas o crescimento foi de 11,9 pontos percentuais. Na segunda metade do período, 2006 a 2011, as mulheres pretas ou pardas da Região Sul apresentaram o maior crescimento da formalização (13,3 pontos percentuais), entretanto, a redução da informalidade entre as mulheres pretas ou pardas foi mais expressiva no Estado de Mato Grosso (-20,0 pontos percentuais).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

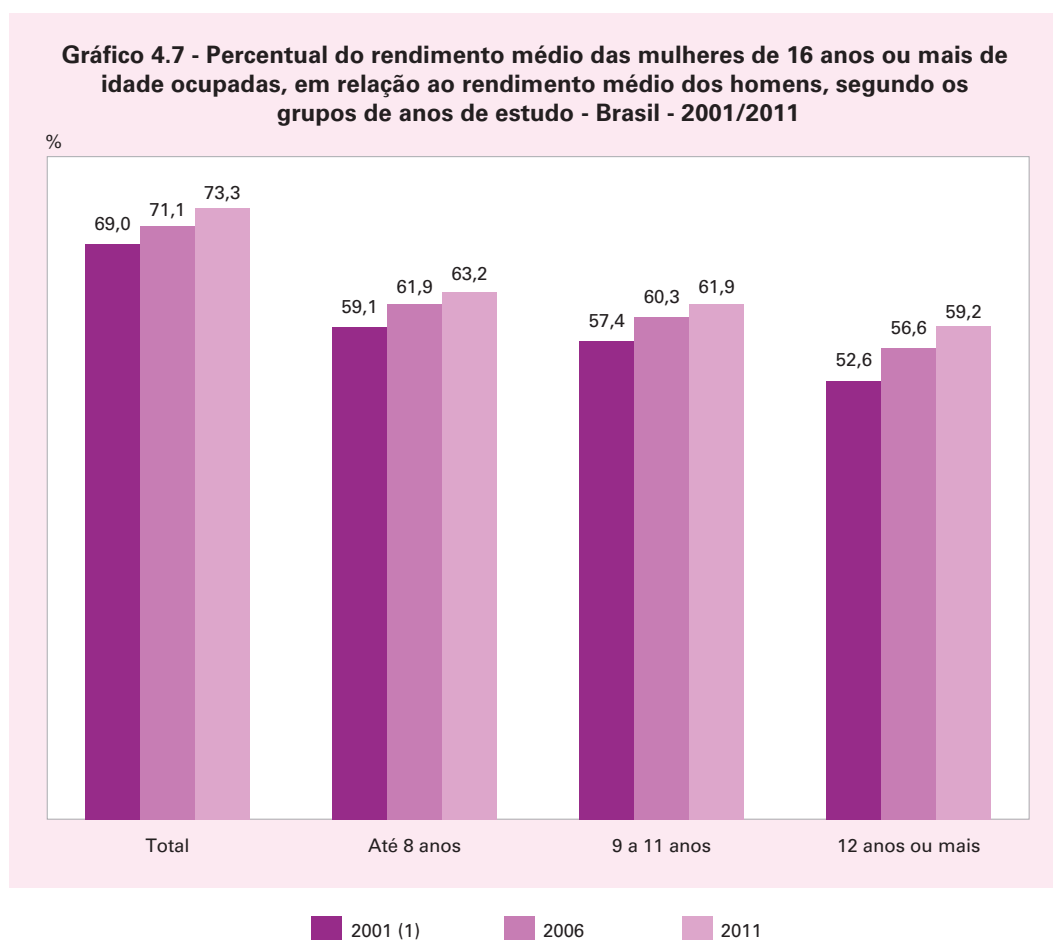
No mercado de trabalho brasileiro, a população mais escolarizada tende a procurar trabalhos mais formalizados. Em 2011, a média de anos de estudo da população nestes trabalhos era de 9,2 anos para os homens e de 10,7 anos para as mulheres. Nos trabalhos informais, a média era de 6,1 anos e 7,3 anos, respectivamente (Tabela 4.5). Assim, as mulheres ocupadas de 16 anos ou mais de idade apresentam uma escolaridade média superior à dos homens, em mais de um ano, em ambos os tipos de trabalho. Nas Regiões Norte e Nordeste do País, as mulheres apresentaram as maiores médias de anos de estudo no trabalho formal e, no trabalho informal, as menores. A interpretação desse resultado, no entanto, merece certo cuidado, pois não significa que essas regiões tenham maior escolaridade média. No caso do emprego formal, como essas regiões apresentam baixa formalização, pode-se afirmar que as mulheres mais qualificadas estão no emprego formal. Isto é, dada a reduzida oferta de postos de trabalho formais nessas duas regiões, a competição faz com que estes postos sejam ocupados pelos mais qualificados. Por outro lado, dado que essas regiões concentram a maior parcela de trabalhadores informais – principalmente no Nordeste – e apresentam as menores médias de anos de estudo, tal resultado é reflexo, de um lado, da maior oferta de empregos precários, e, de outro, da baixa qualificação da população.

O rendimento médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas registrou um aumento real de 16,5% no período de 2001 a 2011. As mulheres e os trabalhadores informais foram os que apresentaram os maiores ganhos reais (22,3% e 21,2%, respectivamente). No caso das mulheres, o maior

crescimento foi observado na Região Nordeste (39,6%) e, entre os trabalhadores informais, na Região Centro-Oeste (31,1%), como mostra a Tabela 4.6.

A desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres tem se reduzido nos últimos anos, mas as mulheres ainda recebem menos que os homens (em média, 73,3% do rendimento deles). Além disso, pode-se constatar que, entre os mais escolarizados (12 anos ou mais de estudo), a desigualdade de rendimentos é mais elevada dado que as mulheres recebem 59,2% do rendimento auferido pelos homens (Tabela 4.7 e Gráfico 4.7). Na Região Nordeste, a desigualdade de rendimentos neste grupo de escolaridade é mais elevada (57,4%). No Piauí, o percentual chega a 47,5%, mostrando que, no estado, as mulheres com nível superior completo ou incompleto recebem, em média, menos da metade do rendimento dos homens com a mesma escolaridade.

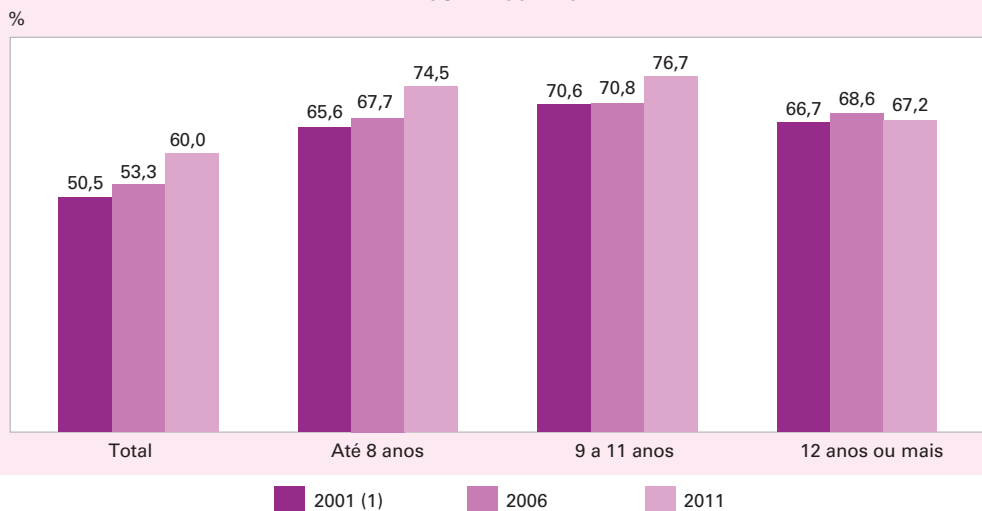
A desigualdade por cor ou raça também é visível, posto que o rendimento médio das pessoas ocupadas pretas ou pardas com 16 anos ou mais de idade equivale a 60,0% do rendimento médio da população branca nessa faixa etária (Tabela 4.8 e Gráfico 4.8), situação que já foi mais grave, uma vez que, em 2001, o rendimento de pretos ou pardos era 50,5% do auferido pelos brancos. Assim como observado para as mulheres, a desigualdade é maior entre as pessoas com 12 anos ou mais de estudo.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Gráfico 4.8 - Percentual do rendimento médio de pessoas de cor ou raça preta ou parda de 16 anos ou mais de idade ocupadas, em relação ao rendimento médio das pessoas de cor ou raça branca, segundo os grupos de anos de estudo - Brasil - 2001/2011

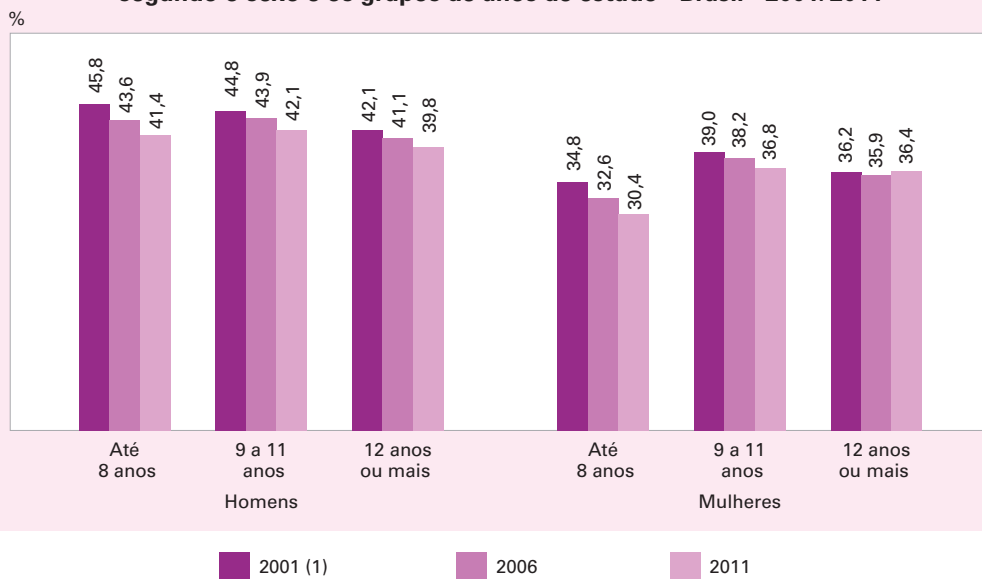


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A Tabela 4.9 mostra que a jornada dos homens no trabalho produtivo, em média, é maior que a jornada feminina em 6,3 horas. No trabalho informal, essa diferença é ainda maior: 9,4 horas. Esse quadro tem se mantido praticamente o mesmo nos últimos anos; entretanto, possivelmente em virtude do crescimento do rendimento médio real nos trabalhos informais, as mulheres tiveram um estímulo para o aumento da jornada. De acordo com o Gráfico 4.9 e a Tabela 4.10, observa-se que os trabalhadores com ensino médio completo ou incompleto têm maior jornada nesse tipo de trabalho produtivo, embora se constate uma redução no período de 2001 a 2011.

Gráfico 4.9 - Média semanal de horas trabalhadas no trabalho principal, segundo o sexo e os grupos de anos de estudo - Brasil - 2001/2011

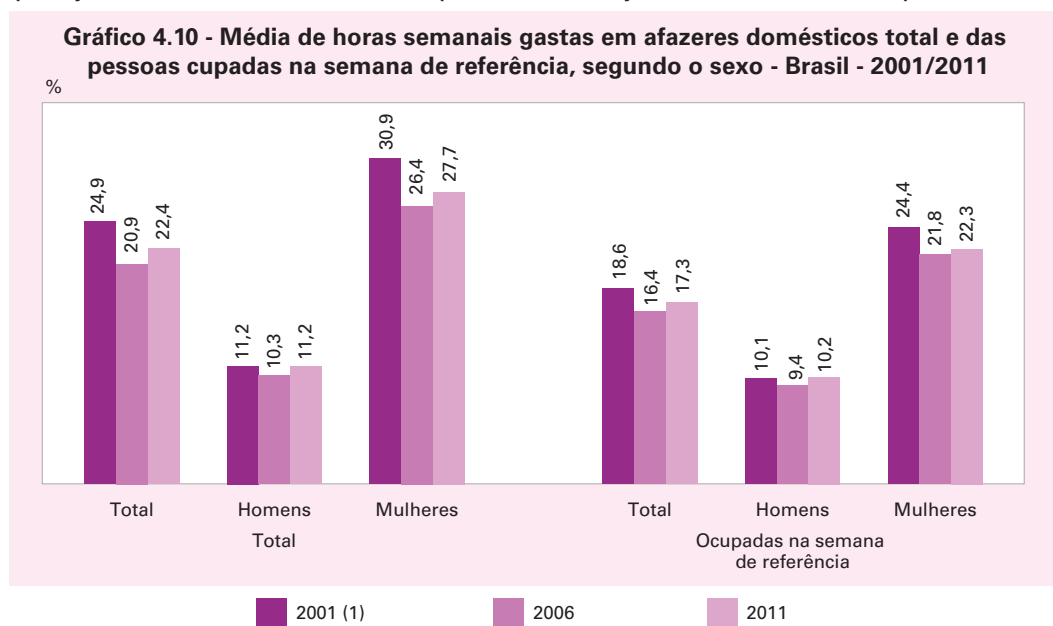


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Na separação de papéis entre homens e mulheres na sociedade, o trabalho doméstico é uma atividade predominantemente feminina. A jornada média semanal das mulheres nessas atividades é 2,5 vezes maior que a masculina. Em 2011, as mulheres dedicavam, em média, 27,7 horas semanais a afazeres domésticos, enquanto os homens destinavam somente 11,2 horas de seu tempo para tais atividades. Na população ocupada, de 16 anos ou mais de idade, as jornadas se reduzem a 22,3 horas e 10,2 horas, para mulheres e homens, respectivamente (Tabelas 4.11 e 4.12). Com efeito, pode-se afirmar que, apesar da participação conjunta de homens e mulheres no mercado de trabalho, não há uma divisão equânime das tarefas domésticas, cabendo às mulheres a responsabilidade pela maior parte deste tipo de trabalho. Outro aspecto observado foi o aumento da jornada com afazeres domésticos em relação a 2006, com maior expansão para as mulheres (1,3 hora) conforme mostra o Gráfico 4.10. Tal resultado pode ser atribuído à menor oferta de trabalhadores domésticos e ao aumento real do rendimento destes, acima do verificado nas demais categorias, dificultando, por conseguinte, a contratação de tais serviços. Nas Regiões Norte e Nordeste, as mulheres tiveram suas jornadas de trabalho aumentadas, respectivamente, em 2,7 horas e 1,8 hora. Além disso, em 2011, na Região Nordeste, verificou-se a maior diferença na jornada em atividades domésticas entre homens e mulheres, seja para o conjunto da população (diferença de 17,8 horas), seja entre as pessoas ocupadas (diferença de 13,7 horas). Efetivamente, a jornada de homens e mulheres nos trabalhos produtivo e reprodutivo é bastante diferenciada¹³.

Em 2011, a jornada total das mulheres em ambos os trabalhos era de 58,5 horas e, para os homens, 52,7 horas. No caso das mulheres, a menor jornada foi registrada na Região Norte (55,6 horas) e a maior, na Região Sudeste (59,5 horas). Entre os homens, a menor jornada foi verificada na Região Nordeste (51,3 horas) e a maior, na Região Centro-Oeste (54,1 horas). Estes indicadores mostram que a desigualdade de gênero se manifesta não somente por meio dos rendimentos, mas também com relação à distribuição do tempo, visto que a jornada total das mulheres ocupadas excede a jornada masculina em quase 6 horas.



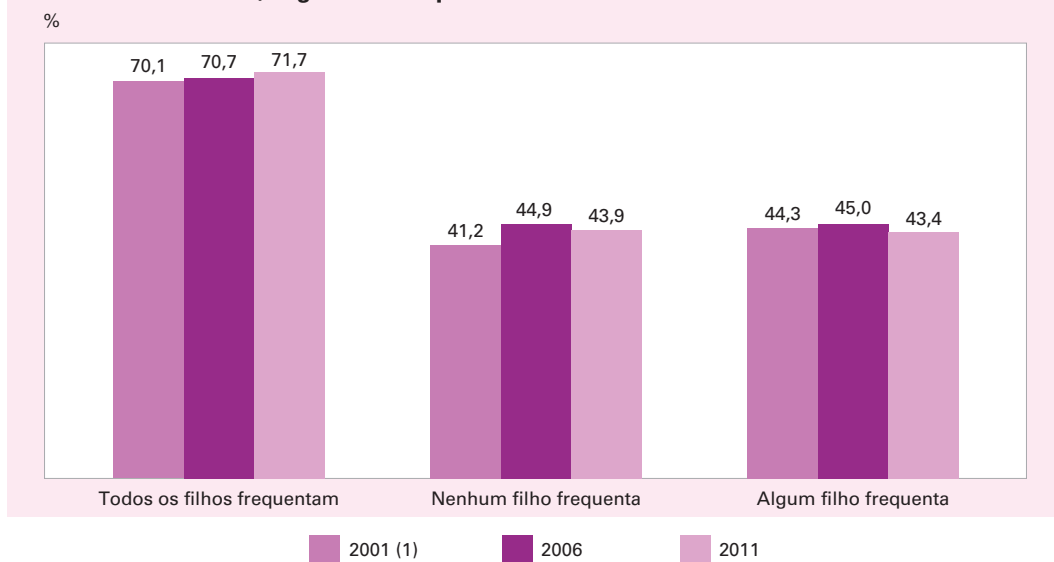
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

¹³ O trabalho produtivo resulta na produção de bens ou serviços com valor de mercado (esferas pública e profissional), enquanto o trabalho reprodutivo engloba atividades de apoio, sobretudo domésticas, tal como os cuidados com as crianças (esfera privada, não remunerado).

Outro aspecto que interfere na inserção das mulheres no mercado de trabalho é a presença de filhos pequenos. Entre as mulheres com filhos de 0 a 3 anos de idade que frequentam creche, 71,7% estavam ocupadas (Tabela 4.13 e Gráfico 4.11). Conseqüentemente, a participação das mulheres no mercado de trabalho é bastante reduzida quando nenhum filho frequenta creche (43,9%) ou algum outro não frequenta (43,4%). Vale ressaltar, no entanto, que essa relação praticamente não se alterou desde o início do período considerado. Tal resultado decorre também da baixa oferta de creches no País¹⁴. Em 2011, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, foram contabilizadas 48 642 creches para 10,5 milhões de crianças de 0 a 3 anos de idade, refletindo uma relação de 216 crianças por creche. Em 2006, a situação era ainda mais precária: o número de creches era 34 679 para um total de 11,2 milhões de crianças nessa faixa etária, ou seja, uma relação de 323 crianças por creche.

Gráfico 4.11 - Taxa de ocupação de mulheres de 16 anos ou mais de idade com filhos de 0 a 3 anos, segundo a frequência dos filhos a creche - Brasil - 2001/2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

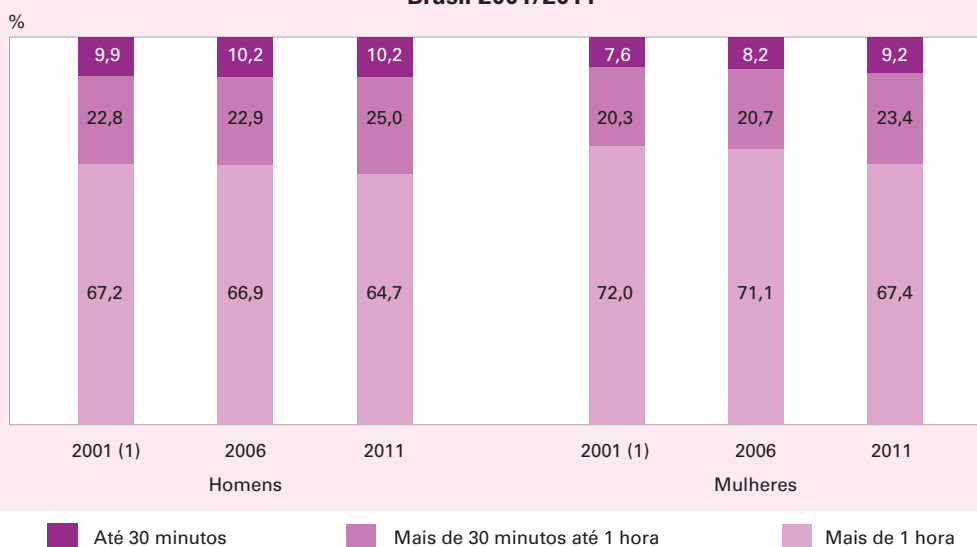
(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O tempo de percurso para o trabalho também é um tema importante para o estudo da qualidade de vida das pessoas, ponto de atenção para os planejadores urbanos. Embora a maior parte da população ocupada leve até 30 minutos para chegar ao trabalho (65,8%), houve um aumento do percentual de pessoas que enfrentam um tempo de deslocamento superior a 30 minutos. No período de 2001 a 2011, este tempo passou de 32,7% para 35,2%, no caso dos homens, e de 27,9% para 32,6% para as mulheres (Tabela 4.14 e Gráfico 4.12). Os homens e as pessoas de cor ou raça preta ou parda são os que levam mais tempo no trajeto residência-local de trabalho. Em 2011, verificou-se que 36,6% dos pretos ou pardos registraram um deslocamento superior a 30 minutos neste trajeto, valor superior ao dos brancos (31,8%) (Tabela 4.15 e Gráfico 4.13). Na análise entre as Grandes Regiões, verifica-se que, no Sudeste, o percentual de trabalhadores com o maior tempo de deslocamento é de 41,9% e, no caso de pretos ou pardos, o percentual chega a 44,3% (Tabela 4.15). No caso da Região Sudeste especificamente, há mais pessoas vivendo em

¹⁴ Está previsto no Programa Brasil Carinhoso, do governo federal, o aumento dos repasses de recursos para os municípios ampliarem vagas em creches públicas e conveniadas.

metrópoles e há maiores trajetos para o trabalho, concernindo sobretudo as pessoas de menor rendimento, que se deslocam das periferias para os grandes centros. Ao mesmo tempo, relacionado ao aumento no tempo gasto no percurso para o trabalho, destaca-se o crescimento da frota de veículos, que, especialmente no caso das metrópoles, pode gerar lentidão no trânsito. O desenvolvimento interno e a política de incentivo à indústria automobilística, por meio da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, são fatores que impulsionaram o aumento da frota de veículos.

Gráfico 4.12 - Distribuição da população ocupada de 16 anos ou mais, por tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho, segundo o sexo Brasil 2001/2011

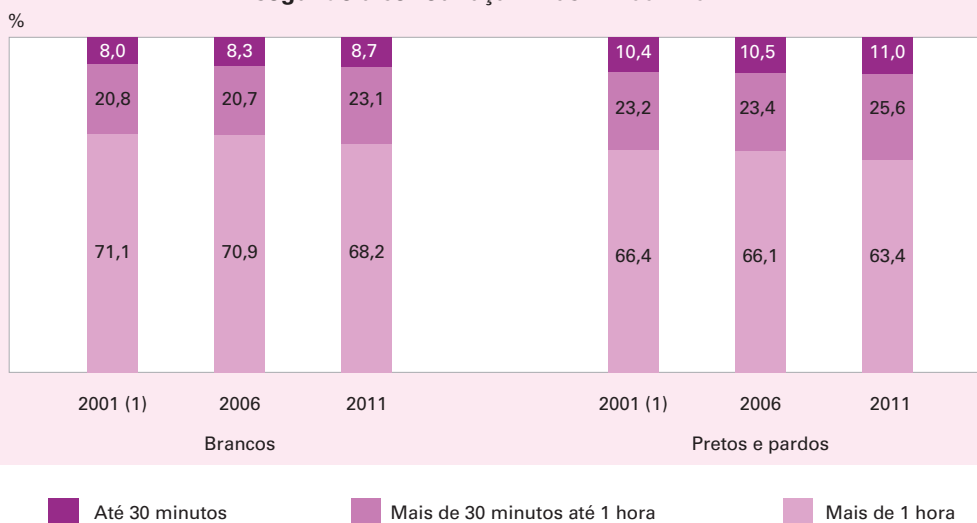


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

Nota: Os valores se referem às pessoas que iam diretamente do domicílio para o local de trabalho.

(1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Gráfico 4.13 - Distribuição da população ocupada de 16 anos ou mais, por tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho, segundo a cor ou raça - Brasil - 2001/2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

Nota: Os valores se referem às pessoas que iam diretamente do domicílio para o local de trabalho.

(1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela 4.1 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo					
	Total (1 000 pessoas)			Proporção em trabalhos formais (%) (1)		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Brasil	91 915	53 004	38 911	56,0	56,8	54,8
Norte	7 144	4 369	2 775	37,0	37,0	37,0
Rondônia	762	474	288	48,1	46,9	50,0
Acre	336	193	143	40,8	41,7	39,6
Amazonas	1 469	894	576	40,0	39,9	40,1
Roraima	218	128	90	43,2	39,7	48,2
Pará	3 416	2 115	1 302	32,0	32,8	30,7
Região Metropolitana de Belém	947	545	402	49,1	52,6	44,3
Amapá	262	161	101	46,1	43,8	49,9
Tocantins	680	405	275	36,3	35,6	37,4
Nordeste	23 063	13 651	9 412	38,0	38,4	37,4
Maranhão	2 807	1 686	1 121	26,2	26,6	25,6
Piauí	1 508	861	648	27,9	29,5	25,8
Ceará	3 807	2 214	1 593	36,2	35,4	37,3
Região Metropolitana de Fortaleza	1 728	959	769	52,6	56,3	48,0
Rio Grande do Norte	1 366	827	539	44,1	43,3	45,3
Paraíba	1 617	956	662	40,2	39,9	40,6
Pernambuco	3 449	2 100	1 349	47,7	48,4	46,5
Região Metropolitana de Recife	1 464	858	606	65,7	67,8	62,9
Alagoas	1 150	726	424	43,6	46,3	38,9
Sergipe	935	563	372	41,2	41,4	40,8
Bahia	6 425	3 719	2 705	38,0	38,3	37,4
Região Metropolitana de Salvador	1 775	967	808	59,9	64,6	54,3
Sudeste	39 932	22 614	17 318	66,1	67,8	63,8
Minas Gerais	9 841	5 628	4 212	57,6	59,0	55,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2 527	1 379	1 148	69,4	71,6	66,8
Espírito Santo	1 784	1 009	775	58,3	60,1	55,8
Rio de Janeiro	7 405	4 174	3 230	66,5	68,7	63,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	5 522	3 086	2 436	67,6	70,0	64,5
São Paulo	20 902	11 802	9 100	70,6	72,4	68,4
Região Metropolitana de São Paulo	9 928	5 516	4 412	70,8	72,1	69,3
Sul	14 535	8 167	6 368	64,6	66,4	62,3
Paraná	5 511	3 129	2 382	64,1	65,6	62,1
Região Metropolitana de Curitiba	1 719	950	769	70,0	71,7	68,0
Santa Catarina	3 351	1 918	1 433	71,2	72,9	68,9
Rio Grande do Sul	5 672	3 120	2 552	61,2	63,2	58,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	2 034	1 101	934	71,4	72,5	70,0
Centro-Oeste	7 242	4 203	3 038	58,8	59,8	57,5
Mato Grosso do Sul	1 267	728	539	58,5	60,9	55,2
Mato Grosso	1 541	946	595	57,1	58,1	55,6
Goiás	3 112	1 811	1 301	54,2	54,8	53,3
Distrito Federal	1 322	719	603	72,1	73,2	70,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclusive empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Tabela 4.2 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, total e respectiva distribuição percentual, por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo				
	Homens				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)			
		Empregado		Trabalhador doméstico	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	
Brasil	53 004	42,5	16,8	0,4	0,5
Norte	4 369	26,5	21,8	0,2	0,6
Nordeste	13 651	28,4	23,0	0,3	0,5
Sudeste	22 614	52,1	13,6	0,6	0,6
Sul	8 167	47,4	12,3	0,3	0,3
Centro-Oeste	4 203	43,8	17,6	0,4	0,3

Grandes Regiões	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo				
	Homens				
	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)				
	Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria	Empregador	Trabalho na produção para o próprio com- sumo e na construção para o próprio uso	Outro trabalho não remunerado
Brasil	5,4	25,4	4,3	3,0	1,6
Norte	6,5	34,2	3,2	2,9	4,1
Nordeste	5,0	29,6	3,1	7,3	2,7
Sudeste	5,1	21,6	4,6	1,1	0,7
Sul	4,8	25,1	5,8	2,4	1,6
Centro-Oeste	7,6	23,8	4,7	0,9	0,8

Grandes Regiões	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo				
	Mulheres				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)			
		Empregado		Trabalhador doméstico	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	
Brasil	38 911	35,1	11,9	4,6	10,9
Norte	2 775	20,1	14,9	2,5	11,9
Nordeste	9 412	21,1	14,9	2,2	12,4
Sudeste	17 318	42,9	10,6	6,1	10,6
Sul	6 368	42,0	9,2	4,9	8,4
Centro-Oeste	3 038	33,8	12,5	5,5	12,4

Grandes Regiões	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo				
	Mulheres				
	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)				
	Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria	Empregador	Trabalho na produção para o próprio com- sumo e na construção para o próprio uso	Outro trabalho não remunerado
Brasil	9,9	15,7	2,3	5,1	4,4
Norte	12,4	19,3	1,6	8,1	9,3
Nordeste	10,8	19,3	1,8	10,8	6,6
Sudeste	9,0	14,2	2,3	2,1	2,1
Sul	8,5	13,0	3,0	4,7	6,4
Centro-Oeste	12,8	15,0	2,7	3,0	2,4

Tabela 4.3 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade (%)					
	Total	16 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Total						
Brasil	44,0	46,5	36,4	40,2	47,6	71,7
Norte	63,0	67,3	55,3	59,4	68,1	82,5
Nordeste	62,0	67,9	53,6	58,1	63,9	84,2
Sudeste	33,9	34,6	27,2	30,5	38,2	61,5
Sul	35,4	34,8	25,3	30,6	41,0	72,5
Centro-Oeste	41,2	41,2	32,2	38,6	47,9	68,0
Homens						
Brasil	43,2	47,4	35,7	38,6	44,9	69,2
Norte	63,0	67,3	54,5	58,9	69,2	81,3
Nordeste	61,6	67,7	51,7	57,6	62,9	83,2
Sudeste	32,2	35,1	26,4	27,9	34,3	58,5
Sul	33,6	35,0	24,5	28,1	36,0	68,0
Centro-Oeste	40,2	40,7	30,9	37,1	46,3	65,4
Mulheres						
Brasil	45,2	45,2	37,2	42,1	51,5	76,5
Norte	63,0	67,5	56,5	60,2	66,3	85,1
Nordeste	62,6	68,3	56,4	58,7	65,2	85,9
Sudeste	36,2	33,9	28,1	33,7	43,7	67,3
Sul	37,7	34,6	26,1	33,5	48,0	80,6
Centro-Oeste	42,5	41,9	33,9	40,5	50,2	74,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Para classificação dos trabalhos informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

Tabela 4.4 - Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por cor ou raça (%)					
	Trabalhos formais (1)			Trabalhos informais		
	Total	Branca	Preta ou parda	Total	Branca	Preta ou parda
Brasil	54,8	61,8	47,3	45,2	38,2	52,7
Norte	37,0	44,3	34,9	63,0	55,7	65,1
Rondônia	50,0	48,8	51,3	50,0	51,2	48,7
Acre	39,6	42,2	39,5	60,4	57,8	60,5
Amazonas	40,1	49,5	38,7	59,9	50,5	61,3
Roraima	48,2	51,5	49,1	51,8	48,5	50,9
Pará	30,7	39,1	28,2	69,3	60,9	71,8
Região Metropolitana de Belém	44,3	48,1	42,8	55,7	51,9	57,2
Amapá	49,9	54,0	47,9	50,1	46,0	52,1
Tocantins	37,4	43,6	35,1	62,6	56,4	64,9
Nordeste	37,4	43,8	34,6	62,6	56,2	65,4
Maranhão	25,6	31,9	23,8	74,4	68,1	76,2
Piauí	25,8	32,8	23,1	74,2	67,2	76,9
Ceará	37,3	44,5	33,2	62,7	55,5	66,8
Região Metropolitana de Fortaleza	48,0	55,3	43,7	52,0	44,7	56,3
Rio Grande do Norte	45,3	51,9	39,9	54,7	48,1	60,1
Paraíba	40,6	47,1	36,3	59,4	52,9	63,7
Pernambuco	46,5	47,7	45,9	53,5	52,3	54,1
Região Metropolitana de Recife	62,9	67,1	60,0	37,1	32,9	40,0
Alagoas	38,9	50,5	33,6	61,1	49,5	66,4
Sergipe	40,8	42,7	40,1	59,2	57,3	59,9
Bahia	37,4	42,1	36,1	62,6	57,9	63,9
Região Metropolitana de Salvador	54,3	64,1	52,3	45,7	35,9	47,7
Sudeste	63,8	67,5	58,7	36,2	32,5	41,3
Minas Gerais	55,7	61,2	50,9	44,3	38,8	49,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	66,8	71,0	63,8	33,2	29,0	36,2
Espírito Santo	55,8	54,7	56,9	44,2	45,3	43,1
Rio de Janeiro	63,6	67,9	58,6	36,4	32,1	41,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	64,5	68,0	60,6	35,5	32,0	39,4
São Paulo	68,4	70,3	64,7	31,6	29,7	35,3
Região Metropolitana de São Paulo	69,3	71,9	65,1	30,7	28,1	34,9
Sul	62,3	63,2	58,7	37,7	36,8	41,3
Paraná	62,1	63,3	58,8	37,9	36,7	41,2
Região Metropolitana de Curitiba	68,0	67,4	69,6	32,0	32,6	30,4
Santa Catarina	68,9	69,5	64,8	31,1	30,5	35,2
Rio Grande do Sul	58,8	59,5	55,9	41,2	40,5	44,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	70,0	70,5	67,8	30,0	29,5	32,2
Centro-Oeste	57,5	61,0	54,5	42,5	39,0	45,5
Mato Grosso do Sul	55,2	59,9	49,4	44,8	40,1	50,6
Mato Grosso	55,6	59,5	52,6	44,4	40,5	47,4
Goiás	53,3	56,4	50,7	46,7	43,6	49,3
Distrito Federal	70,7	73,6	68,7	29,3	26,4	31,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclusive empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Tabela 4.5 - Média de anos de estudo das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de anos de estudo das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo					
	Ocupadas		Trabalhos formais (1)		Trabalhos informais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	7,9	9,2	9,2	10,7	6,1	7,3
Norte	6,9	8,4	9,1	11,0	5,5	6,8
Rondônia	7,0	8,6	8,6	10,7	5,5	6,6
Acre	6,8	8,0	9,0	11,1	5,2	5,9
Amazonas	7,4	8,7	9,7	11,1	5,9	7,0
Roraima	8,0	9,6	10,5	11,7	6,4	7,7
Pará	6,4	8,0	8,8	10,9	5,3	6,7
Região Metropolitana de Belém	8,8	9,8	9,9	11,3	7,5	8,6
Amapá	8,1	9,6	9,8	11,1	6,8	8,1
Tocantins	6,9	9,0	8,9	11,5	5,7	7,5
Nordeste	6,3	8,1	8,6	11,0	4,9	6,4
Maranhão	5,9	7,3	9,0	11,6	4,8	5,8
Piauí	5,4	6,9	8,4	11,5	4,2	5,3
Ceará	6,4	8,2	9,0	11,0	5,0	6,5
Região Metropolitana de Fortaleza	8,0	9,2	9,2	11,0	6,4	7,5
Rio Grande do Norte	6,6	8,8	8,4	10,9	5,3	7,1
Paraíba	6,4	8,6	8,5	11,2	5,0	6,8
Pernambuco	6,8	8,8	8,6	10,9	5,2	6,9
Região Metropolitana de Recife	8,7	10,1	9,4	11,1	7,2	8,6
Alagoas	5,9	7,6	7,4	10,7	4,6	5,7
Sergipe	6,7	8,2	8,9	10,5	5,2	6,7
Bahia	6,3	8,1	8,7	10,9	4,9	6,4
Região Metropolitana de Salvador	8,7	9,9	9,5	11,2	7,4	8,4
Sudeste	8,8	9,7	9,5	10,7	7,3	7,9
Minas Gerais	7,6	8,9	8,5	10,2	6,2	7,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	9,0	9,7	9,5	10,4	8,0	8,4
Espírito Santo	8,0	9,3	9,0	10,5	6,4	7,9
Rio de Janeiro	9,0	9,9	9,7	11,0	7,5	8,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	9,4	10,0	10,0	11,1	8,0	8,1
São Paulo	9,3	10,1	9,8	10,9	8,0	8,5
Região Metropolitana de São Paulo	9,7	10,4	10,2	11,1	8,5	8,8
Sul	8,4	9,2	9,1	10,3	6,9	7,5
Paraná	8,3	9,2	9,1	10,3	6,9	7,4
Região Metropolitana de Curitiba	9,2	9,7	9,7	10,5	7,9	8,0
Santa Catarina	8,9	9,7	9,4	10,4	7,5	8,1
Rio Grande do Sul	8,1	9,0	9,0	10,2	6,6	7,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	9,1	9,9	9,6	10,4	7,9	8,5
Centro-Oeste	8,2	9,6	9,2	10,8	6,8	8,0
Mato Grosso do Sul	8,1	9,2	8,7	10,5	7,0	7,6
Mato Grosso	7,6	9,5	8,7	10,8	6,2	7,9
Goiás	7,9	9,3	8,8	10,5	6,7	7,9
Distrito Federal	10,2	10,8	10,9	11,5	8,3	9,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclusive empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Tabela 4.7 - Percentual do rendimento médio das mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Percentual do rendimento médio das mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens, por grupos de anos de estudo (1) (%)			
	Total	Até 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Brasil	73,3	63,2	61,9	59,2
Norte	84,8	66,6	67,4	68,5
Rondônia	77,9	67,2	61,8	61,6
Acre	94,9	62,7	80,4	87,9
Amazonas	90,8	61,2	81,3	82,0
Roraima	87,2	58,4	85,0	64,7
Pará	82,6	69,8	65,2	62,2
Região Metropolitana de Belém	80,4	66,7	69,2	74,0
Amapá	90,8	79,3	74,6	74,9
Tocantins	79,6	58,4	45,7	64,7
Nordeste	82,5	65,3	64,8	57,4
Maranhão	79,8	61,0	67,4	48,5
Piauí	74,5	54,1	61,0	47,5
Ceará	83,7	68,5	63,8	61,0
Região Metropolitana de Fortaleza	80,3	65,2	68,2	69,1
Rio Grande do Norte	86,4	78,1	72,3	59,4
Paraíba	88,1	64,1	67,7	60,2
Pernambuco	83,2	69,6	65,9	59,9
Região Metropolitana de Recife	79,7	71,0	67,0	62,5
Alagoas	85,5	69,1	68,9	61,1
Sergipe	84,0	61,7	67,6	64,0
Bahia	80,0	62,2	61,5	56,3
Região Metropolitana de Salvador	70,0	60,4	58,7	55,5
Sudeste	69,4	60,9	60,6	59,8
Minas Gerais	67,4	57,3	54,6	58,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	66,2	57,6	54,5	64,1
Espírito Santo	68,4	59,8	61,5	52,4
Rio de Janeiro	74,9	66,8	65,5	64,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	75,2	66,0	66,9	67,9
São Paulo	68,0	59,8	61,6	59,7
Região Metropolitana de São Paulo	70,5	61,9	64,5	64,5
Sul	69,0	60,1	63,2	59,1
Paraná	67,1	58,6	61,1	57,8
Região Metropolitana de Curitiba	64,3	54,2	66,5	55,4
Santa Catarina	68,2	59,9	64,1	61,4
Rio Grande do Sul	71,7	61,7	65,3	58,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	74,5	66,5	71,2	67,0
Centro-Oeste	70,9	55,5	60,7	60,0
Mato Grosso do Sul	68,8	56,4	53,6	59,8
Mato Grosso	64,6	51,5	54,2	57,2
Goiás	67,8	54,9	60,7	57,7
Distrito Federal	73,3	61,5	71,5	67,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Exclui as informações das pessoas sem declaração de rendimento e de pessoas com rendimento nulo.

Tabela 4.8 - Percentual do rendimento médio dos pretos e pardos de 16 anos ou mais de idade ocupados em relação aos brancos, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Percentual do rendimento médio dos pretos e pardos de 16 anos ou mais de idade ocupados em relação aos brancos, por grupos de anos de estudo (1) (%)			
	Total	Até 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Brasil	60,0	74,5	76,7	67,2
Norte	67,9	82,2	80,8	71,1
Rondônia	76,5	95,8	86,6	58,6
Acre	65,7	76,8	80,1	68,3
Amazonas	67,1	91,4	88,0	70,7
Roraima	66,4	87,7	93,1	57,7
Pará	69,5	83,5	81,2	76,1
Região Metropolitana de Belém	68,5	86,3	90,2	69,5
Amapá	83,2	78,5	104,5	94,3
Tocantins	59,0	69,8	59,3	70,6
Nordeste	64,1	85,0	81,1	68,2
Maranhão	54,7	75,5	76,0	45,5
Piauí	65,5	73,9	92,2	67,9
Ceará	61,7	83,3	80,2	64,7
Região Metropolitana de Fortaleza	59,6	83,7	77,1	67,0
Rio Grande do Norte	61,4	83,3	86,1	64,1
Paraíba	70,9	99,4	81,6	79,0
Pernambuco	73,6	93,5	91,0	73,3
Região Metropolitana de Recife	68,3	85,2	87,3	77,9
Alagoas	69,6	86,9	81,5	71,3
Sergipe	69,3	84,5	89,0	73,8
Bahia	60,0	85,3	73,1	65,3
Região Metropolitana de Salvador	44,5	84,2	74,3	55,2
Sudeste	62,3	83,8	81,4	65,6
Minas Gerais	66,7	84,0	79,4	69,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	54,3	86,6	74,5	62,0
Espírito Santo	67,8	83,0	78,2	71,9
Rio de Janeiro	58,0	87,1	81,5	61,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	55,2	86,7	80,8	58,8
São Paulo	64,6	87,3	83,5	68,2
Região Metropolitana de São Paulo	55,1	83,7	83,0	56,4
Sul	67,2	78,6	82,5	67,8
Paraná	68,5	80,3	82,6	69,6
Região Metropolitana de Curitiba	62,5	81,6	74,9	66,2
Santa Catarina	71,9	77,8	85,4	82,8
Rio Grande do Sul	62,9	76,1	79,8	59,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	61,1	85,1	82,1	59,5
Centro-Oeste	62,5	80,0	75,3	71,9
Mato Grosso do Sul	64,1	93,7	80,8	63,7
Mato Grosso	62,6	71,3	64,1	71,7
Goiás	67,8	78,2	77,4	77,9
Distrito Federal	55,6	80,6	75,8	66,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento e de pessoas com rendimento nulo.

Tabela 4.9 - Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas, em trabalhos formais e informais, por sexo								
	Total			Trabalhos formais (1)			Trabalhos informais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	39,8	42,5	36,2	42,5	44,0	40,3	36,5	40,5	31,2
Norte	38,5	41,5	33,9	42,0	43,3	39,9	36,5	40,4	30,4
Rondônia	40,3	43,3	35,5	42,9	43,8	41,4	38,0	42,7	29,7
Acre	37,8	41,5	32,7	40,0	42,3	36,8	36,3	41,0	30,1
Amazonas	39,4	41,4	36,5	42,2	43,2	40,5	37,6	40,1	33,8
Roraima	38,1	40,9	34,2	39,3	40,7	37,7	37,2	41,0	30,8
Pará	37,7	40,9	32,5	42,0	43,3	39,7	35,7	39,8	29,3
Região Metropolitana de Belém	38,6	40,2	36,4	40,4	41,1	39,2	36,9	39,3	34,2
Amapá	42,0	44,0	38,8	42,5	43,6	40,9	41,6	44,3	36,8
Tocantins	37,7	41,6	32,1	42,1	44,0	39,4	35,3	40,2	27,8
Nordeste	37,4	40,3	33,2	41,4	43,1	38,9	34,9	38,5	29,8
Maranhão	35,7	38,8	31,0	41,0	43,6	36,8	33,8	37,1	29,0
Piauí	33,6	37,9	27,9	41,4	43,9	37,5	30,6	35,4	24,6
Ceará	38,3	41,1	34,3	42,3	43,9	40,2	36,0	39,6	30,7
Região Metropolitana de Fortaleza	41,3	43,5	38,6	43,2	44,2	41,7	39,3	42,6	35,8
Rio Grande do Norte	38,6	41,0	34,9	41,2	42,7	39,0	36,6	39,7	31,5
Paraíba	37,0	40,0	32,7	39,9	42,3	36,5	35,1	38,5	30,1
Pernambuco	39,4	41,3	36,5	41,3	42,4	39,4	37,8	40,3	33,9
Região Metropolitana de Recife	40,2	41,5	38,2	40,9	41,7	39,8	38,7	41,1	35,7
Alagoas	38,0	40,7	33,5	41,0	43,0	36,9	35,7	38,6	31,3
Sergipe	37,6	40,4	33,3	41,9	43,7	39,2	34,5	38,0	29,1
Bahia	37,1	40,1	32,9	41,7	43,1	39,7	34,2	38,3	28,8
Região Metropolitana de Salvador	40,0	42,8	36,6	42,7	44,1	40,6	36,0	40,5	31,8
Sudeste	40,9	43,3	37,7	42,5	44,0	40,6	37,7	42,0	32,6
Minas Gerais	39,8	43,1	35,4	42,6	44,4	40,1	35,9	41,2	29,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	40,3	42,7	37,5	42,2	43,6	40,5	36,0	40,3	31,5
Espírito Santo	40,2	42,7	37,0	41,9	43,1	40,1	37,9	42,1	33,0
Rio de Janeiro	40,8	43,1	37,8	41,8	43,5	39,6	38,7	42,3	34,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	40,8	42,9	38,1	41,8	43,3	39,7	38,8	42,2	35,2
São Paulo	41,5	43,6	38,8	42,8	44,1	41,1	38,4	42,5	33,8
Região Metropolitana de São Paulo	41,4	43,1	39,2	42,2	43,3	40,7	39,5	42,7	35,9
Sul	40,8	43,7	37,1	43,1	44,7	40,9	36,7	41,7	30,9
Paraná	40,8	43,9	36,8	43,3	45,0	40,9	36,5	41,9	30,0
Região Metropolitana de Curitiba	41,2	43,9	37,8	43,1	44,3	41,5	36,7	42,8	30,1
Santa Catarina	41,5	43,4	39,1	42,9	44,1	41,2	38,3	41,5	34,6
Rio Grande do Sul	40,4	43,8	36,3	43,1	45,0	40,7	36,2	41,7	30,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	41,2	43,3	38,9	42,6	43,9	41,0	37,8	41,4	33,9
Centro-Oeste	41,0	43,9	37,1	42,9	44,6	40,5	38,4	42,8	32,5
Mato Grosso do Sul	40,7	44,8	35,2	43,7	46,0	40,3	36,5	42,9	29,0
Mato Grosso	41,8	44,8	37,1	43,8	45,6	40,8	39,3	43,7	32,6
Goiás	41,1	43,9	37,3	43,2	44,8	40,9	38,7	42,8	33,1
Distrito Federal	40,2	41,7	38,4	41,0	41,9	39,8	38,2	41,3	34,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclusive empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Tabela 4.10 - Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas – 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo							
	Homens				Mulheres			
	Total	Até 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais	Total	Até 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Brasil	42,5	42,6	43,1	40,8	36,2	33,7	38,5	36,6
Norte	41,5	41,4	42,1	39,8	33,9	30,4	36,8	36,4
Rondônia	43,3	43,5	43,1	42,1	35,5	32,0	38,0	38,7
Acre	41,5	42,2	41,5	38,3	32,7	30,7	35,1	33,5
Amazonas	41,4	40,9	42,3	40,6	36,5	33,9	39,1	37,2
Roraima	40,9	42,2	41,1	36,5	34,2	30,7	36,5	34,6
Pará	40,9	40,9	41,4	39,3	32,5	29,2	35,7	35,4
Região Metropolitana de Belém	40,2	40,9	40,4	37,8	36,4	36,6	37,0	34,9
Amapá	44,0	44,4	45,4	39,8	38,8	37,5	40,6	37,7
Tocantins	41,6	41,3	42,8	39,5	32,1	25,8	35,9	36,8
Nordeste	40,3	39,9	41,4	38,6	33,2	30,1	36,7	34,3
Maranhão	38,8	38,1	40,6	38,3	31,0	27,7	35,2	32,6
Piauí	37,9	37,4	39,5	38,3	27,9	23,4	34,9	32,0
Ceará	41,1	41,0	41,8	39,6	34,3	30,4	38,0	36,5
Região Metropolitana de Fortaleza	43,5	44,2	44,0	39,6	38,6	37,3	40,4	37,6
Rio Grande do Norte	41,0	40,9	42,1	38,6	34,9	33,7	36,2	34,4
Paraíba	40,0	39,9	40,9	38,5	32,7	30,9	35,7	32,1
Pernambuco	41,3	41,6	41,5	39,1	36,5	35,8	38,1	35,2
Região Metropolitana de Recife	41,5	42,7	41,1	39,4	38,2	38,2	38,2	38,2
Alagoas	40,7	41,0	41,8	33,0	33,5	31,5	37,9	32,4
Sergipe	40,4	40,5	41,5	36,6	33,3	30,5	35,8	35,2
Bahia	40,1	39,4	41,8	39,0	32,9	29,2	36,5	34,4
Região Metropolitana de Salvador	42,8	43,3	43,4	39,8	36,6	35,2	37,7	36,1
Sudeste	43,3	44,0	43,6	41,4	37,7	36,0	39,4	37,2
Minas Gerais	43,1	43,4	43,4	40,6	35,4	32,8	38,6	35,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	42,7	43,0	43,4	40,3	37,5	36,0	39,9	36,0
Espírito Santo	42,7	43,4	42,6	40,3	37,0	36,7	37,7	36,4
Rio de Janeiro	43,1	43,7	43,6	40,8	37,8	37,5	39,6	35,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	42,9	43,7	43,5	40,5	38,1	37,6	39,9	36,2
São Paulo	43,6	44,5	43,7	41,9	38,8	37,5	39,9	38,5
Região Metropolitana de São Paulo	43,1	44,4	42,9	41,8	39,2	38,8	39,9	38,7
Sul	43,7	44,2	44,1	41,5	37,1	35,3	39,2	37,0
Paraná	43,9	44,3	44,4	41,9	36,8	34,5	39,0	37,0
Região Metropolitana de Curitiba	43,9	44,9	43,9	41,9	37,8	35,6	40,3	37,6
Santa Catarina	43,4	43,9	43,7	41,5	39,1	39,1	39,9	37,9
Rio Grande do Sul	43,8	44,3	44,2	41,0	36,3	34,3	38,8	36,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	43,3	43,9	43,9	40,9	38,9	38,6	39,9	37,6
Centro-Oeste	43,9	45,0	43,7	40,9	37,1	35,2	38,8	37,2
Mato Grosso do Sul	44,8	45,7	45,0	41,2	35,2	33,2	37,7	35,1
Mato Grosso	44,8	45,7	44,1	42,8	37,1	35,6	38,7	37,0
Goiás	43,9	44,6	43,7	41,2	37,3	35,2	38,7	38,2
Distrito Federal	41,7	43,6	42,2	39,5	38,4	37,8	39,9	37,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 4.11 - Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo					
	Total			Ocupadas na semana de referência		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	22,4	11,2	27,7	17,3	10,2	22,3
Norte	20,9	11,0	26,3	16,3	10,1	21,7
Rondônia	19,7	10,8	25,2	15,4	10,2	20,6
Acre	21,1	10,4	27,4	17,7	9,8	24,3
Amazonas	20,8	11,7	25,8	15,5	10,5	20,0
Roraima	18,0	9,9	23,3	14,8	9,7	19,8
Pará	21,3	10,7	26,7	16,6	9,8	22,3
Região Metropolitana de Belém	22,3	12,6	27,0	17,6	11,5	22,1
Amapá	23,2	13,6	28,6	18,0	12,0	23,3
Tocantins	20,4	10,6	26,3	16,4	10,0	22,2
Nordeste	24,7	12,0	29,8	19,2	11,0	24,7
Maranhão	24,8	12,0	30,4	20,4	11,2	26,8
Piauí	23,2	10,8	28,8	20,4	10,1	27,2
Ceará	25,7	12,9	30,7	20,3	11,9	25,6
Região Metropolitana de Fortaleza	24,3	13,2	29,0	19,5	12,3	23,9
Rio Grande do Norte	24,1	11,9	28,5	17,6	10,7	21,9
Paraíba	25,9	12,6	30,3	18,9	11,2	23,1
Pernambuco	29,2	14,5	32,9	21,9	13,3	25,8
Região Metropolitana de Recife	26,6	14,7	30,6	19,7	13,5	23,2
Alagoas	31,1	15,4	36,0	23,4	13,2	29,4
Sergipe	22,8	10,2	27,6	17,6	9,6	22,7
Bahia	21,1	10,8	26,5	17,1	10,1	22,7
Região Metropolitana de Salvador	19,3	10,5	25,5	15,6	9,9	21,1
Sudeste	22,3	11,1	27,5	17,0	10,0	21,8
Minas Gerais	22,5	11,1	28,1	18,0	10,1	23,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	21,8	11,9	26,7	17,4	11,1	21,6
Espírito Santo	20,6	9,7	25,8	16,2	8,9	21,2
Rio de Janeiro	22,7	11,9	26,9	17,9	11,0	22,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	22,8	12,2	26,8	18,1	11,3	21,8
São Paulo	22,1	11,0	27,6	16,3	9,9	21,0
Região Metropolitana de São Paulo	22,0	11,5	27,0	16,3	10,4	20,1
Sul	20,7	10,6	26,6	16,1	9,6	21,3
Paraná	21,0	10,0	27,1	15,9	9,0	21,3
Região Metropolitana de Curitiba	20,2	9,6	26,3	15,2	8,8	20,3
Santa Catarina	20,8	10,8	26,1	15,8	9,4	20,4
Rio Grande do Sul	20,4	10,9	26,4	16,4	10,0	21,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	20,9	12,2	26,4	16,1	10,7	20,6
Centro-Oeste	20,6	10,8	25,3	16,3	10,2	20,6
Mato Grosso do Sul	20,3	10,2	25,4	16,3	9,3	21,4
Mato Grosso	21,1	10,4	27,0	15,9	9,8	21,1
Goiás	20,0	10,1	24,1	15,9	9,5	19,7
Distrito Federal	21,6	13,3	26,1	17,5	12,7	21,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 4.12 - Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e grupos de anos de estudo							
	Homens				Mulheres			
	Total	Até 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais	Total	Até 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Brasil	10,2	10,6	10,0	9,2	22,3	25,9	21,1	17,6
Norte	10,1	10,2	10,2	9,2	21,7	24,4	20,5	16,9
Rondônia	10,2	10,6	9,9	8,2	20,6	23,5	18,5	17,3
Acre	9,8	9,8	9,4	9,8	24,3	28,8	21,6	17,8
Amazonas	10,5	10,4	10,7	9,6	20,0	22,0	19,4	16,3
Roraima	9,7	10,1	9,3	9,2	19,8	24,8	17,6	17,1
Pará	9,8	9,8	10,2	9,1	22,3	24,4	21,4	16,8
Região Metropolitana de Belém	11,5	12,2	11,4	10,1	22,1	25,6	22,2	15,6
Amapá	12,0	12,0	13,3	9,3	23,3	29,1	22,3	18,1
Tocantins	10,0	10,8	8,5	9,5	22,2	26,4	20,7	17,0
Nordeste	11,0	11,5	10,6	9,3	24,7	28,3	22,3	19,0
Maranhão	11,2	11,3	11,1	10,9	26,8	29,6	24,3	21,5
Piauí	10,1	10,4	10,1	7,6	27,2	31,0	22,2	20,4
Ceará	11,9	12,3	11,6	9,2	25,6	29,9	22,6	18,3
Região Metropolitana de Fortaleza	12,3	13,1	12,0	9,7	23,9	27,6	22,4	18,0
Rio Grande do Norte	10,7	11,4	10,5	7,9	21,9	25,8	19,9	17,2
Paraíba	11,2	12,2	11,0	8,3	23,1	25,9	22,0	19,5
Pernambuco	13,3	14,0	12,8	11,3	25,8	29,8	23,6	20,6
Região Metropolitana de Recife	13,5	14,8	13,1	11,4	23,2	26,3	23,6	18,7
Alagoas	13,2	13,7	12,0	12,4	29,4	31,5	27,5	24,3
Sergipe	9,6	10,1	9,3	8,4	22,7	26,7	20,8	16,1
Bahia	10,1	10,6	9,6	8,9	22,7	25,8	21,1	17,0
Região Metropolitana de Salvador	9,9	10,6	9,7	8,4	21,1	24,9	21,4	15,6
Sudeste	10,0	10,6	9,9	9,1	21,8	25,5	21,0	17,5
Minas Gerais	10,1	10,3	9,9	9,7	23,6	27,3	21,4	18,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	11,1	11,5	11,1	10,1	21,6	24,8	21,3	17,3
Espírito Santo	8,9	9,5	8,2	8,1	21,2	25,1	19,8	16,9
Rio de Janeiro	11,0	11,7	10,7	9,9	22,0	24,2	21,8	18,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	11,3	12,3	11,1	10,0	21,8	24,1	21,7	18,6
São Paulo	9,9	10,5	9,8	8,8	21,0	24,8	20,7	16,7
Região Metropolitana de São Paulo	10,4	11,2	10,5	9,1	20,1	24,0	20,1	16,0
Sul	9,6	9,8	9,6	8,6	21,3	24,6	20,3	16,9
Paraná	9,0	9,4	8,6	8,7	21,3	24,8	20,0	17,0
Região Metropolitana de Curitiba	8,8	8,8	8,5	9,1	20,3	23,7	19,1	17,0
Santa Catarina	9,4	9,8	9,8	8,0	20,4	23,2	20,3	16,8
Rio Grande do Sul	10,0	10,1	10,5	8,9	21,8	25,0	20,6	16,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	10,7	11,3	10,9	9,2	20,6	24,0	20,1	16,6
Centro-Oeste	10,2	10,2	9,9	10,4	20,6	23,4	20,0	17,4
Mato Grosso do Sul	9,3	10,2	8,4	8,2	21,4	24,3	20,5	17,5
Mato Grosso	9,8	10,2	9,5	8,6	21,1	24,8	20,1	17,0
Goiás	9,5	9,7	9,3	9,0	19,7	21,7	19,3	17,0
Distrito Federal	12,7	12,3	13,0	12,8	21,0	25,3	21,1	18,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 4.13 - Mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhos de 0 a 3 anos, total e respectiva distribuição percentual, por condição de ocupação e frequência dos filhos a creche, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhos de 0 a 3 anos						
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual por condição de ocupação e frequência dos filhos a creche					
		Todos os filhos frequentam creche		Algum filho frequenta creche		Nenhum filho frequenta creche	
		Ocupadas	Não ocupadas	Ocupadas	Não ocupadas	Ocupadas	Não ocupadas
Brasil	8 969	71,7	28,3	43,4	56,6	43,9	56,1
Norte	924	64,1	35,9	55,2	44,8	42,5	57,5
Rondônia	84	75,0	25,0	100,0	0,0	38,7	61,3
Acre	46	68,8	31,2	50,0	50,0	46,4	53,6
Amazonas	220	65,6	34,4	50,0	50,0	42,3	57,7
Roraima	28	71,4	28,6	50,0	50,0	43,4	56,6
Pará	434	60,3	39,7	55,8	44,2	42,6	57,4
Região Metropolitana de Belém	100	59,3	40,7	55,0	45,0	38,9	61,1
Amapá	43	46,1	53,9	50,0	50,0	36,9	63,1
Tocantins	70	71,9	28,1	50,0	50,0	47,2	52,8
Nordeste	2 673	58,5	41,5	31,5	68,5	39,8	60,2
Maranhão	397	64,1	35,9	37,0	63,0	42,5	57,5
Piauí	154	67,6	32,4	15,4	84,6	47,5	52,5
Ceará	419	60,3	39,7	22,5	77,5	41,4	58,6
Região Metropolitana de Fortaleza	176	69,5	30,5	53,3	46,7	44,4	55,6
Rio Grande do Norte	141	34,9	65,1	20,0	80,0	32,0	68,0
Paraíba	177	66,7	33,3	25,0	75,0	35,2	64,8
Pernambuco	430	50,3	49,7	35,2	64,8	34,6	65,4
Região Metropolitana de Recife	152	51,5	48,5	13,3	86,7	32,7	67,3
Alagoas	158	50,0	50,0	44,4	55,6	32,2	67,8
Sergipe	116	67,4	32,6	66,7	33,3	35,7	64,3
Bahia	681	61,3	38,7	38,0	62,0	43,9	56,1
Região Metropolitana de Salvador	161	62,2	37,8	40,0	60,0	44,0	56,0
Sudeste	3 416	74,4	25,6	47,8	52,2	45,4	54,6
Minas Gerais	871	77,9	22,1	54,3	45,7	49,2	50,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	205	77,0	23,0	64,3	35,7	52,3	47,7
Espírito Santo	163	68,4	31,6	50,0	50,0	47,0	53,0
Rio de Janeiro	631	69,0	31,0	47,0	53,0	41,4	58,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	451	69,2	30,8	36,4	63,6	43,5	56,5
São Paulo	1 751	75,3	24,7	44,4	55,6	44,6	55,4
Região Metropolitana de São Paulo	813	71,7	28,3	36,4	63,6	45,5	54,5
Sul	1 249	81,2	18,8	60,3	39,7	50,0	50,0
Paraná	472	79,4	20,6	63,0	37,0	49,0	51,0
Região Metropolitana de Curitiba	155	73,8	26,2	33,3	66,7	52,3	47,7
Santa Catarina	295	82,4	17,6	66,6	33,4	51,9	48,1
Rio Grande do Sul	482	82,0	18,0	52,6	47,4	50,0	50,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	181	85,9	14,1	44,4	55,6	46,2	53,8
Centro-Oeste	707	75,7	24,3	44,9	55,1	46,2	53,8
Mato Grosso do Sul	127	81,2	18,8	25,0	75,0	43,7	56,3
Mato Grosso	152	67,3	32,7	33,3	66,7	42,0	58,0
Goiás	292	76,6	23,4	50,0	50,0	50,6	49,4
Distrito Federal	135	76,6	23,4	77,8	22,2	42,9	57,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 4.14 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas que vão direto do domicílio para o trabalho, total e respectiva distribuição percentual por tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas que vão direto do domicílio para o trabalho, por tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho e sexo							
	Homens				Mulheres			
	Total	Até 30 minutos	Mais de 30 minutos até 1 hora	Mais de 1 hora	Total	Até 30 minutos	Mais de 30 minutos até 1 hora	Mais de 1 hora
Brasil	41 371	64,7	25,0	10,2	29 225	67,4	23,4	9,2
Norte	3 040	68,0	23,2	8,8	1 804	74,2	20,5	5,3
Rondônia	323	79,8	14,9	5,3	196	87,5	9,8	2,6
Acre	127	72,9	21,9	5,2	89	82,1	15,5	2,3
Amazonas	672	55,5	35,3	9,2	400	58,3	34,5	7,1
Roraima	92	84,1	9,3	6,6	61	86,8	11,5	1,7
Pará	1 439	67,2	22,4	10,3	809	73,2	20,2	6,6
Região Metropolitana de Belém	456	57,5	31,6	10,9	314	58,3	32,2	9,5
Amapá	124	76,1	15,7	8,2	78	85,7	10,1	4,2
Tocantins	263	77,5	15,7	6,8	173	87,1	11,8	1,1
Nordeste	9 916	68,6	23,0	8,4	6 318	72,4	21,1	6,5
Maranhão	1 135	68,8	21,5	9,8	686	76,8	16,8	6,4
Piauí	624	71,5	23,4	5,1	376	81,8	15,3	2,9
Ceará	1 526	69,1	23,6	7,3	1 032	72,2	22,1	5,6
Região Metropolitana de Fortaleza	797	59,9	29,6	10,5	567	60,6	30,7	8,8
Rio Grande do Norte	646	73,3	19,4	7,3	380	71,7	23,3	5,0
Paraíba	657	76,6	17,0	6,3	428	81,4	16,0	2,6
Pernambuco	1 628	64,3	28,0	7,6	978	63,6	27,8	8,6
Região Metropolitana de Recife	734	47,7	40,5	11,7	505	47,0	39,5	13,5
Alagoas	541	62,9	27,4	9,7	296	67,7	24,5	7,8
Sergipe	446	68,1	24,9	7,1	259	65,8	28,2	6,0
Bahia	2 713	68,3	21,5	10,2	1 884	73,3	18,9	7,8
Região Metropolitana de Salvador	858	48,8	34,7	16,5	668	51,6	32,7	15,7
Sudeste	18 865	58,1	28,6	13,3	14 013	60,4	26,8	12,8
Minas Gerais	4 312	70,2	22,2	7,6	3 147	73,7	19,9	6,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 191	51,8	33,2	15,0	953	51,2	32,1	16,8
Espírito Santo	756	66,0	21,9	12,1	584	68,8	22,0	9,2
Rio de Janeiro	3 650	44,0	36,5	19,5	2 670	49,5	32,8	17,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2 703	37,2	39,4	23,4	2 011	42,4	36,4	21,2
São Paulo	10 147	57,4	28,9	13,7	7 611	58,1	27,9	14,0
Região Metropolitana de São Paulo	4 796	39,3	37,7	23,0	3 750	39,5	36,4	24,0
Sul	6 237	76,4	18,3	5,4	4 736	77,9	17,5	4,7
Paraná	2 459	73,7	19,8	6,5	1 806	75,1	18,9	6,0
Região Metropolitana de Curitiba	801	62,4	27,2	10,4	619	57,5	29,6	12,8
Santa Catarina	1 487	82,6	14,1	3,3	1 111	84,6	12,7	2,7
Rio Grande do Sul	2 290	75,2	19,3	5,5	1 819	76,5	19,0	4,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	937	62,6	29,0	8,4	768	62,1	30,2	7,7
Centro-Oeste	3 314	65,7	25,5	8,9	2 354	69,2	23,2	7,6
Mato Grosso do Sul	556	78,1	15,2	6,7	412	79,5	16,1	4,4
Mato Grosso	684	72,7	20,8	6,6	442	77,6	18,0	4,4
Goiás	1 437	64,2	25,7	10,1	986	69,5	21,4	9,1
Distrito Federal	637	50,5	38,8	10,7	514	53,1	37,0	9,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 4.15 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas que vão direto do domicílio para o trabalho, total e respectiva distribuição percentual por tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas que vão direto do domicílio para o trabalho, por tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho e cor ou raça							
	Branços				Pretos ou pardos			
	Total	Até 30 minutos	Mais de 30 minutos até 1 hora	Mais de 1 hora	Total	Até 30 minutos	Mais de 30 minutos até 1 hora	Mais de 1 hora
Brasil	35 073	68,2	23,1	8,7	34 900	63,4	25,6	11,0
Norte	1 166	71,2	21,6	7,2	3 586	70,3	22,0	7,7
Rondônia	184	85,4	11,2	3,4	331	81,2	14,1	4,7
Acre	58	80,0	16,5	3,6	154	75,3	20,4	4,3
Amazonas	252	54,3	36,6	9,1	771	58,1	33,4	8,5
Roraima	39	84,4	10,3	5,4	106	84,9	10,5	4,6
Pará	476	69,1	22,1	8,8	1 751	69,5	21,5	9,0
Região Metropolitana de Belém	179	56,4	33,5	10,1	583	58,4	31,2	10,4
Amapá	42	81,3	13,7	4,9	157	79,6	13,4	6,9
Tocantins	115	81,2	13,1	5,7	317	81,2	14,6	4,2
Nordeste	4 614	72,3	20,9	6,8	11 514	69,2	22,8	8,0
Maranhão	417	73,9	20,0	6,0	1 395	71,1	19,7	9,2
Piauí	251	80,1	17,2	2,7	746	73,8	21,4	4,8
Ceará	872	71,0	22,2	6,8	1 671	69,9	23,4	6,6
Região Metropolitana de Fortaleza	454	58,1	32,1	9,8	902	61,2	28,9	9,9
Rio Grande do Norte	439	74,9	19,3	5,9	585	71,1	21,9	7,0
Paraíba	374	79,6	15,6	4,8	699	77,8	17,2	5,0
Pernambuco	917	65,6	26,9	7,4	1 670	63,3	28,4	8,3
Região Metropolitana de Recife	444	47,0	40,1	12,9	786	47,8	40,1	12,1
Alagoas	236	61,1	29,4	9,5	594	66,3	25,0	8,7
Sergipe	168	74,0	19,3	6,7	535	65,2	28,2	6,6
Bahia	940	75,7	16,3	8,0	3 620	68,9	21,5	9,6
Região Metropolitana de Salvador	240	51,8	32,3	15,9	1 276	49,6	34,1	16,3
Sudeste	18 358	61,7	26,9	11,4	14 233	55,7	29,0	15,3
Minas Gerais	3 460	75,5	19,3	5,2	3 961	68,4	23,0	8,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	884	55,5	32,2	12,3	1 248	48,7	33,2	18,1
Espírito Santo	542	72,0	20,5	7,5	786	64,0	23,0	13,0
Rio de Janeiro	3 172	47,4	35,2	17,4	3 129	45,3	34,6	20,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2 305	39,4	40,0	20,6	2 395	39,6	36,3	24,1
São Paulo	11 184	61,0	27,1	11,8	6 357	51,8	30,8	17,3
Região Metropolitana de São Paulo	4 971	41,4	37,4	21,2	3 428	36,0	37,0	26,9
Sul	8 501	78,8	16,6	4,6	2 399	70,8	22,5	6,6
Paraná	2 960	76,1	18,1	5,8	1 261	69,9	22,5	7,6
Região Metropolitana de Curitiba	1 004	61,6	28,0	10,4	397	56,6	28,9	14,5
Santa Catarina	2 201	84,6	12,5	2,9	385	77,1	18,9	4,0
Rio Grande do Sul	3 341	77,3	17,9	4,8	752	69,2	24,4	6,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 393	64,7	27,8	7,5	304	51,9	37,3	10,7
Centro-Oeste	2 434	71,6	21,7	6,7	3 168	63,6	26,8	9,6
Mato Grosso do Sul	498	80,4	13,9	5,8	448	77,2	17,2	5,6
Mato Grosso	428	76,8	17,4	5,8	684	72,7	21,5	5,8
Goiás	1 018	71,9	21,3	6,8	1 390	62,4	25,8	11,8
Distrito Federal	490	57,4	34,1	8,5	645	47,2	41,2	11,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Padrão de vida e distribuição de renda

A análise do padrão de vida da população engendra uma série de discussões conceituais e operacionais e se correlaciona com outros conceitos igualmente de complexa definição, como bem-estar, qualidade ou nível de vida, pobreza, riqueza e exclusão social. Está claro no debate atual a multidimensionalidade de todos esses fenômenos, abarcando aspectos diversos sobre os modos de vida de indivíduos e famílias, seus graus de inserção e participação social, ou ainda, como define Amartya Sen¹⁵, seus “tereres”, “seres” e “fazereres”. Os “tereres” referem-se à posse de bens materiais, inclusive renda. Os “seres” e “fazereres” remontam ao que ele chama de “funcionamentos” de uma pessoa, indicando o estilo de vida que ela pode atingir e o que pode realizar, como estar bem nutrido, estar educado, ser saudável, ter um trabalho digno, ter direito a voto, entre outros. Outro conceito por ele utilizado é o das “capacidades”, que é o conjunto de opções de funcionamentos com que o agente se depara:

[...] um funcionamento é uma realização, enquanto a capacidade é a habilidade de realizar. Funcionamentos são, em certo sentido, mais diretamente relacionados às condições de vida, uma vez que constituem diferentes aspectos destas. Capacidades, em contraste, são noções de liberdade no sentido positivo: que oportunidades reais você tem com relação a vida que você pode levar (SEN, 1985, p. 36).

A presente introdução destina-se a mostrar que este capítulo foi estruturado no sentido de contemplar essa multidimensionalidade, sendo central a questão da qualidade de vida das pessoas. Todos os fatores, funcionamentos e dimensões mencionados são também

¹⁵ Economista indiano, prêmio Nobel de Economia em 1998 e especialista em estudos sobre pobreza, desigualdade e padrões de vida.

relevantes na análise das desigualdades entre os indivíduos, existindo, portanto, uma ampla gama de variáveis que podem servir de fundamento para essas comparações interpessoais, como renda, nível de escolaridade, acesso a serviços básicos de saúde, graus de liberdade, direitos, qualidade de vida, entre outras. Mais além, há também uma percepção de que algumas desigualdades são observadas não apenas no nível pessoal, mas entre grupos sociais que partilham determinadas características que historicamente apresentavam indicadores socioeconômicos diferenciados em função do gênero, categoria de cor ou raça, condição financeira, entre outros aspectos.

Ainda segundo Sen (1992), essa pluralidade de variáveis que podem ser focadas na avaliação de desigualdades engendra uma difícil decisão referente à perspectiva a ser adotada. Tal decisão torna-se mais complicada quando se considera que a igualdade sob uma determinada perspectiva ou espaço de avaliação (renda, por exemplo) não garante igualdade nas outras variáveis (saúde ou bem-estar, por exemplo). Dois indivíduos com níveis de renda exatamente iguais podem apresentar diferentes habilidades em utilizar esta renda; ou, ainda, diferenças em termos de condições físicas podem gerar distintos níveis de bem-estar ou êxito naquilo que ambos se proponham a fazer. Assim, uma das consequências da diversidade humana é que a igualdade em um “espaço” tende a ocorrer, de fato, com desigualdade em outro.

A escolha da perspectiva de avaliação da desigualdade é, portanto, crucial e toda a análise e metodologia a partir desta decisão deve ser entendida em um contexto mais restrito do fenômeno. De uma forma geral, têm sido mais comuns os estudos direcionados à análise da desigualdade econômica entre os indivíduos, medida em termos de diferenciais de renda. Tal opção se justifica tanto pela dificuldade de mensuração das demais variáveis, como pelo fato de as desigualdades referentes à renda ou ao bem-estar constituírem um componente explicativo de um conjunto importante das diferenças observáveis nos indivíduos. É claro que, ao deixar de lado a multidimensionalidade do fenômeno, a análise se torna mais limitada. Contudo, não obstante as limitações apresentadas para a análise estritamente monetária da desigualdade, diversos critérios e metodologias nesse sentido têm sido desenvolvidos (SABOIA; COBO, 2004).

A análise da desigualdade aqui empreendida tem alta correlação com a noção de pobreza relativa, que se baseia na comparação entre os estratos populacionais, independentemente das condições concretas que caracterizam os estratos mais baixos (como ocorre na análise da pobreza absoluta). Nesse caso, as desigualdades na distribuição de renda são medidas pelas diferenças entre as participações relativas dos vários grupos na população total e na renda agregada. O parâmetro de renda que irá delimitar o universo de pobres é, geralmente, definido em relação ao valor mediano ou médio da distribuição de renda. Outra possibilidade é a análise do coeficiente de Gini, que mede os desvios de uma determinada distribuição de renda em relação a uma distribuição perfeitamente equitativa, de forma que, quanto mais elevado o coeficiente, maior a desigualdade e a pobreza relativa. Ambos os fenômenos também se correlacionam intimamente com a exclusão social, uma vez que o indivíduo é considerado pobre se seu padrão de vida desvia substancialmente do padrão de vida médio da sociedade em que ele vive, padrão de vida este que varia no tempo e no espaço¹⁶.

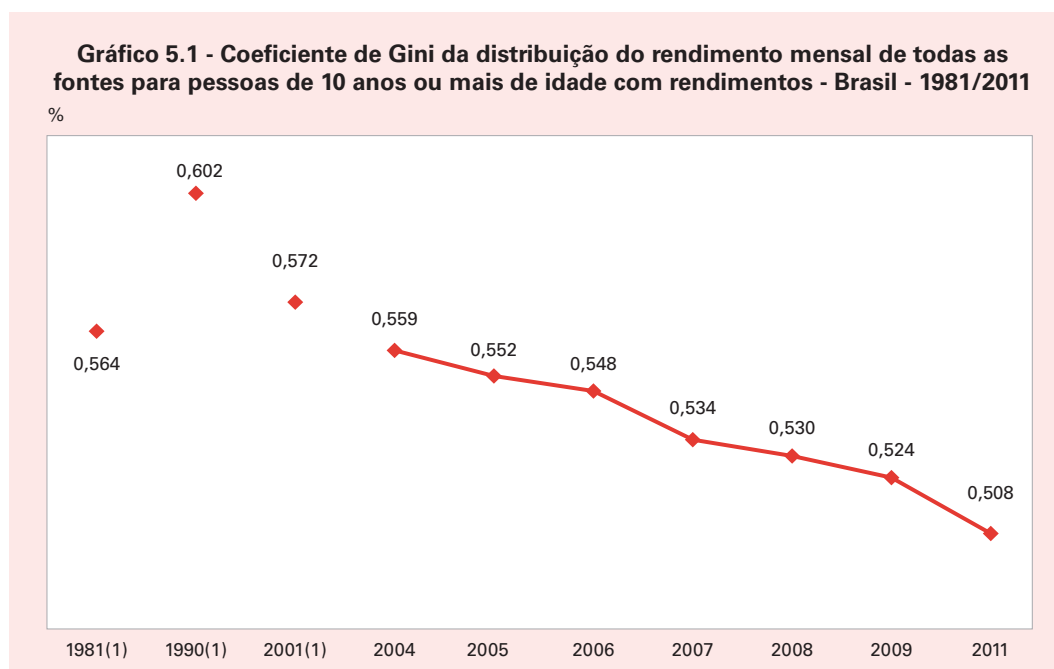
¹⁶ “Para levar a vida sem sentir vergonha, para ser capaz de visitar e cultivar amigos, para manter-se a par do que está acontecendo e sobre o que os outros estão falando, e assim por diante, é preciso um conjunto mais caro de bens e serviços em uma sociedade geralmente mais rica, e na qual um grande número de pessoas tem, digamos, meios de transporte, vestimenta adequada, aparelhos de rádio e televisão etc.” (SEN, 1990 apud KERSTENETZKY, 2000, p. 119).

A desigualdade de rendimentos, de oportunidades, de acesso (a serviços públicos, entre outros) e a persistência da pobreza (absoluta e relativa) são traços conhecidos da sociedade brasileira. Tendo em vista esses fenômenos, vale fazer um breve resumo das dinâmicas socioeconômica e política nas últimas décadas.

Apesar do forte crescimento econômico nas décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial (1950 a 1970), a desigualdade cresceu e se tornou um desafio a ser vencido. “A forte desigualdade que permeia a estrutura social do País se manifesta seja pela ótica da produção, seja pela ótica da reprodução” (OLIVEIRA, 1993, p. 8). Apesar de ganhos em alguns indicadores, como redução do analfabetismo e da mortalidade infantil, por exemplo, os anos 1980 mostraram concentração de rendimentos e o crescimento de favelas e da violência urbana. Nos anos 1990, houve consolidação democrática das relações sociais e políticas no Brasil, com ganhos pela estabilização monetária. No entanto, as desigualdades pouco arrefeceram. Ademais, após o controle da inflação, a segunda metade da década de 1990 correspondeu a um cenário de sucessivas crises econômicas internacionais.

A década de 2000, em contraste, mostra uma diminuição na pobreza a partir de “uma constelação de iniciativas e de fatores favoráveis” (OBJETIVOS..., 2010,

p. 30). Houve crescimento econômico e redução das desigualdades, com políticas de transferência de renda e valorização real do salário mínimo. Os resultados para o coeficiente de Gini¹⁷ mostram diminuição consistente da desigualdade nos últimos anos, passando de 0,559, em 2004, para 0,508 em 2011 (Gráfico 5.1).



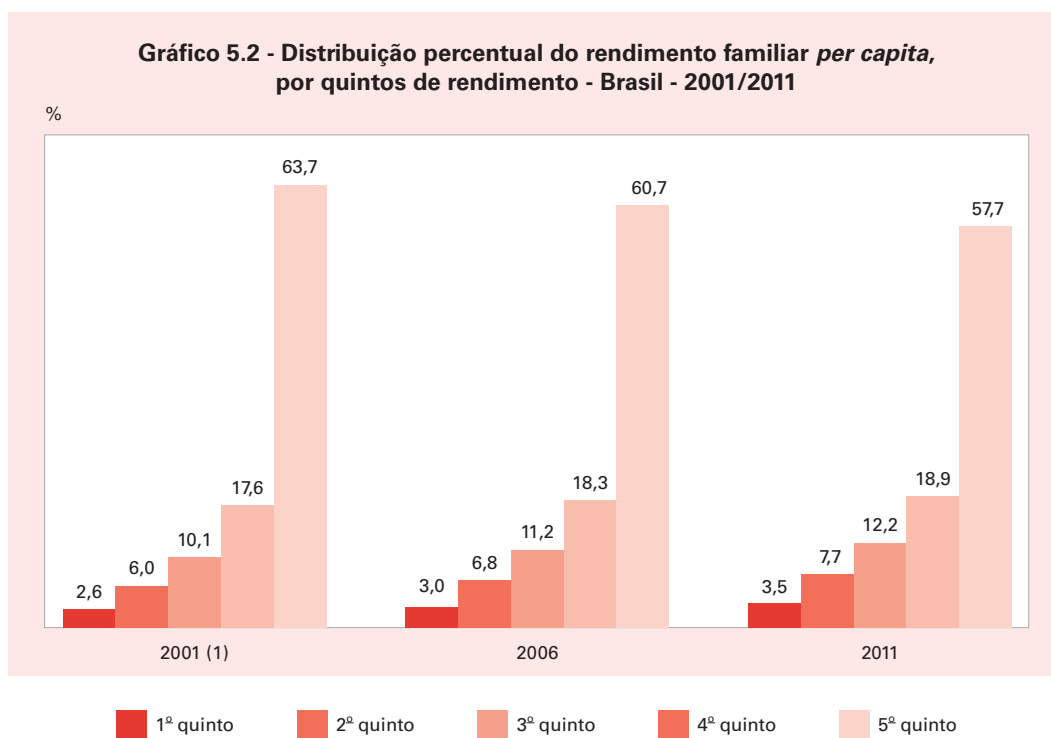
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1981/2011.

Nota: Exclusive as informações das pessoas sem declaração de rendimento.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

¹⁷ Uma sociedade com total igualdade teria coeficiente de Gini igual a zero, enquanto o coeficiente igual a um representaria a total desigualdade. Para ilustração, o Relatório de Desenvolvimento Humano 2011, divulgado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (United Nations Development Programme - UNDP) traz, como últimos coeficientes disponíveis, 0,586 para Angola e 0,250 para a Suécia (HUMAN..., 2011).

Outra medida para avaliar as desigualdades de renda é quanto cada quinto da população se apropria do total da riqueza nacional medida pelo rendimento total (todas as fontes), auferido pelos indivíduos. Apesar de ainda muito presentes no Brasil, as desigualdades têm mostrado uma tendência de redução que vem se consolidando. No período de 2001 a 2011, observa-se que o quinto superior (os 20% mais ricos) diminuiu sua participação de 63,7% para 57,7%, o que representa uma perda de quase 10%. No outro extremo, os 20% mais pobres aumentaram sua participação de 2,6% para 3,5% do total de rendimentos (Gráfico 5.2), assim como os estratos subsequentes aumentaram sua participação. Ao mesmo tempo, a razão entre o rendimento familiar *per capita* dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres apresentou queda no período. Enquanto, em 2001, os 20% mais ricos percebiam uma renda cerca de 24 vezes superior àquela auferida pelos 20% mais pobres, essa razão, em 2011, atingiu 16,5 vezes. Todavia, essa evolução ainda não foi capaz de alterar substancialmente o quadro de desigualdade brasileira na apropriação do rendimento total, uma vez que os 20% mais ricos ainda detêm 57,7% desse rendimento, em contrapartida ao pouco mais de 11% detido pelos 40% mais pobres.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A estruturação das despesas também é diferente quando as famílias são estratificadas por rendimentos. Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009 mostram, por exemplo, em relação às despesas com assistência à saúde, que os 40% com menores rendas usaram 74,2% destes gastos com medicamentos, enquanto entre os 10% com maiores rendas apenas 33,6% das despesas com assistência à saúde foram destinadas à compra de medicamentos. O acesso também

é diferenciado em relação a plano/seguro-saúde, correspondendo a 7,0% dos gastos dos 40% mais pobres, contra 42,3% dos 10% mais ricos (Tabela 1). No primeiro caso, o acesso a plano/seguro-saúde costuma ser limitado, concorrendo para isso a alta proporção de despesas com alimentação, habitação e transporte no orçamento doméstico das famílias com menores rendas.

Tabela 1 - Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar com assistência à saúde, por classes dos 40% com menores renda e 10% com maiores renda, segundo os tipos de despesa Brasil - período 2008-2009

Tipos de despesa	Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar com assistência à saúde (%)		
	Total	Classes	
		40% com menores rendas	10% com maiores rendas
Despesa total	100,0	100,0	100,0
Remédios	48,6	74,2	33,6
Plano/seguro-saúde	29,8	7,0	42,3
Consulta e tratamento dentário	4,7	1,9	6,4
Consulta médica	3,9	4,4	3,2
Tratamento médico e ambulatorial	1,9	0,5	4,0
Serviço de cirurgia	2,8	1,7	4,2
Hospitalização	0,7	0,4	0,6
Exames diversos	2,9	5,1	1,5
Material de tratamento	4,0	3,8	3,6
Outras	0,8	1,0	0,6

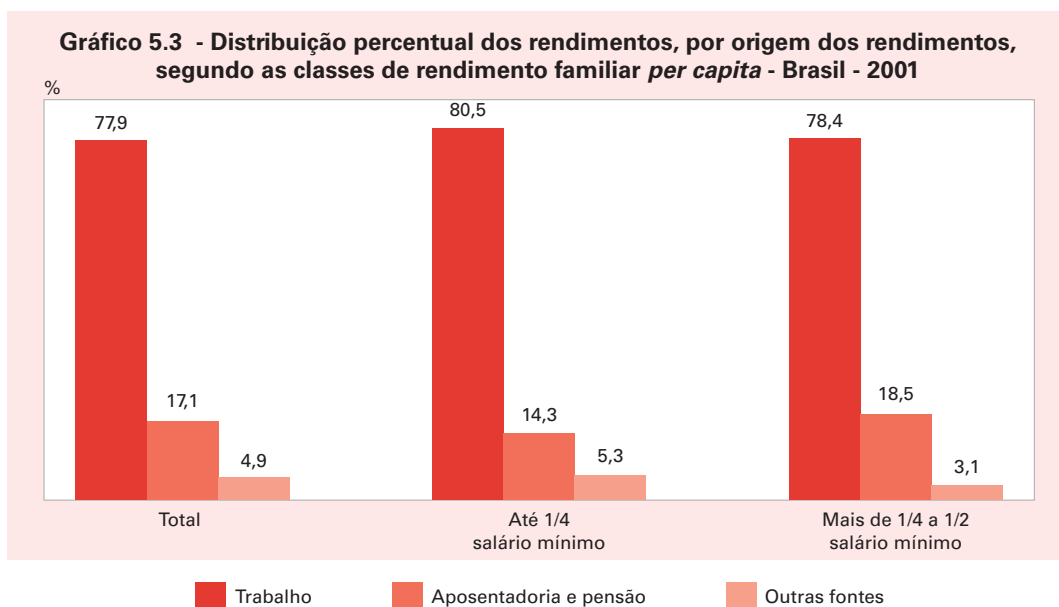
Fonte: Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados. Rio de Janeiro, IBGE, 2012. p. 143. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Orcamentos_Familiares/Pesquisa_de_Orcamentos_Familiares_2008_2009/Perfil_das_Despesas_no_Brasil/POF2008_2009_perfil.pdf>. Acesso em: out. 2012.

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "Unidade de Consumo".

A expansão recente de programas de transferência de renda focalizados na população mais pobre, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, entre outros de âmbitos estadual e municipal, vem contribuindo para uma redistribuição interna entre as diversas partes componentes do rendimento familiar total, com destaque para a base da pirâmide de rendimentos. Como resultado, observa-se um aumento significativo das chamadas "outras fontes" em detrimento dos rendimentos de trabalho e das aposentadorias e pensões. Para famílias com rendimento domiciliar *per capita* nas faixas de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo¹⁸, a participação das outras fontes passou de 5,3% para 31,5% e de 3,1% para 11,5%, respectivamente, do rendimento total no período de 2001 a 2011 (Gráficos 5.3 e 5.4). Esta modificação ocorreu apesar do rendimento do trabalho haver crescido no período. Para o grupo de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo de rendimento familiar *per capita*, o rendimento médio de todos os trabalhos¹⁹ passou de R\$ 273 para R\$ 285, no período de 2001 a 2011, enquanto para os que estão na faixa de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo aumentou de R\$ 461 para R\$ 524 no período.

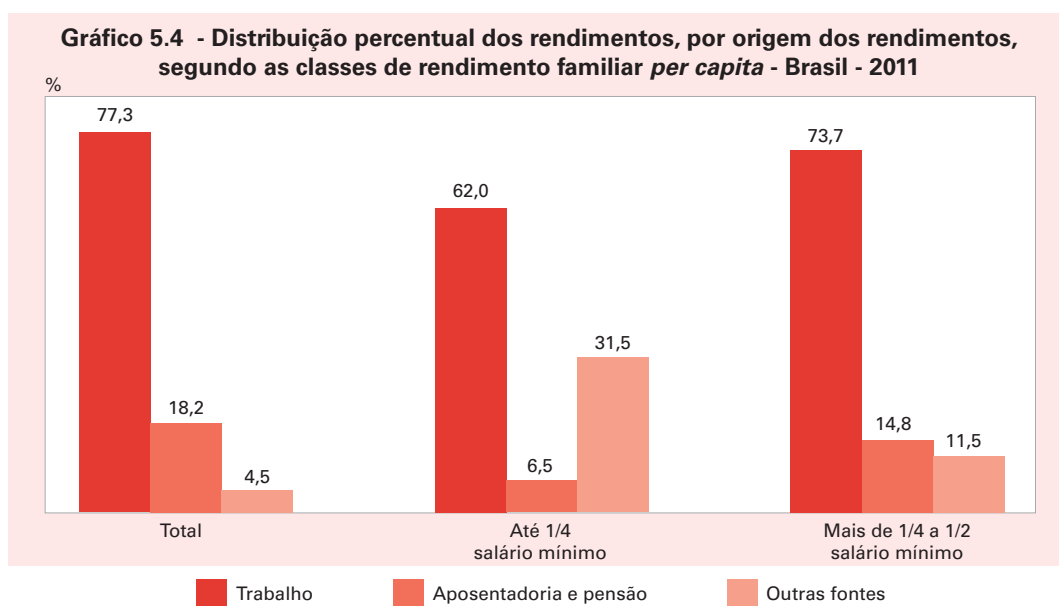
¹⁸ Os valores de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* para dimensionar uma situação de baixa renda têm sido bastante utilizados por estudiosos e por gestores de vários programas sociais, muito embora os reajustes do salário mínimo, nos últimos anos, tenham ocorrido bem acima da inflação observada.

¹⁹ Rendimento real, deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, exclusive as pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento do trabalho.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001.

Nota: Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Reintroduzindo a questão da multidimensionalidade da pobreza e da desigualdade, a Tabela 2 traça um perfil socioeconômico dos arranjos familiares com menores rendimentos. Os domicílios nas faixas de rendimento domiciliar *per capita* de até 1/4 do salário mínimo e de 1/4 a 1/2 salário mínimo apresentam maior número de membros, embora, cabe destacar, este número venha acompanhando a tendência geral de redução do tamanho das famílias em função da queda nas taxas de fecundidade e do aumento do número de separações e divórcios. A presença de crianças também é indicativo de vulnerabilidade para os domicílios mais pobres, os quais apresentam, em média, 4,1 pessoas, enquanto a média do País situa-se em 3,0. Muitos destes domicílios são monoparentais femininos com filhos menores de 14 anos de idade, arranjo familiar predominante em 27,0% dos domicílios com rendimento *per capita* de até 1/4 do salário mínimo. Trata-se de um tipo de arranjo familiar que poderá enfrentar dificuldades de

lidar com uma eventual situação de crise, pelo fato de contar com menos um provedor e cuidador. Neste perfil, destaca-se uma sobrerrepresentação de pessoas de cor ou raça preta ou parda, além de baixa escolaridade da pessoa de referência e menor acesso a serviços de saneamento – 51,8% dos domicílios urbanos com rendimentos *per capita* de até ¼ do salário mínimo e 38,2% daqueles com mais de ¼ a ½ salário mínimo não têm acesso simultâneo a serviços de saneamento e iluminação elétrica (Tabela 2).

Tais arranjos familiares apresentam indicadores de renda, escolaridade e saneamento básico abaixo da média nacional, denotando a multidimensionalidade do fenômeno e confirmando a situação de vulnerabilidade indicada pelo fato de auferirem menores rendimentos. Além disso, a sobrerrepresentação de pessoas de cor ou raça preta ou parda confirma o que já foi mencionado acerca da existência de grupos que partilham determinadas características pessoais (no caso, a cor ou raça preta ou parda) e apresentam diferenciais negativos em seus indicadores em relação à média nacional. Essa constatação não reflete, necessariamente, que tais resultados sejam fruto exclusivo de discriminação racial, mas, ao mesmo tempo, indica que anos de exclusão social, considerando ainda o passado escravagista do País, têm reflexo negativo em diversos indicadores sociais para esse grupo. Não por acaso, diversas políticas de ação afirmativa, como a criação de cotas para pessoas de cor ou raça preta ou parda, foram criadas no intuito de reduzir as desigualdades apresentadas.

Tabela 2 - Características selecionadas de domicílios e pessoas, por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2011

Características selecionadas de domicílios e pessoas	Classes de rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo)		
	Total	Até 1/4	Mais de 1/4 até 1/2
Proporção dos arranjos familiares	100,0	6,7	14,1
Proporção das pessoas	100,0	9,3	17,3
Número médio de membros da família	3,0	4,1	4,3
Valor do rendimento familiar <i>per capita</i> médio (R\$)	1 769,94	83,29	214,61
Valor do rendimento familiar <i>per capita</i> mediano (R\$)	1 058,00	81,00	215,00
Anos de estudo do responsável pelo domicílio	7,0	4,2	4,4
Proporção de famílias monoparentais femininas com filhos menores de 14 anos de idade	6,3	27,0	17,5
Proporção de membros da família de cor ou raça preta ou parda	51,4	74,4	72,3
Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares por origem dos rendimentos			
Trabalho	77,3	62,0	73,7
Aposentadoria e pensão	18,2	6,5	14,8
Outros rendimentos	4,5	31,5	11,5
Proporção dos domicílios urbanos por acesso simultâneo a serviços de saneamento e iluminação elétrica (1)			
Com acesso	67,8	48,2	61,8
Sem acesso	32,2	51,8	38,2

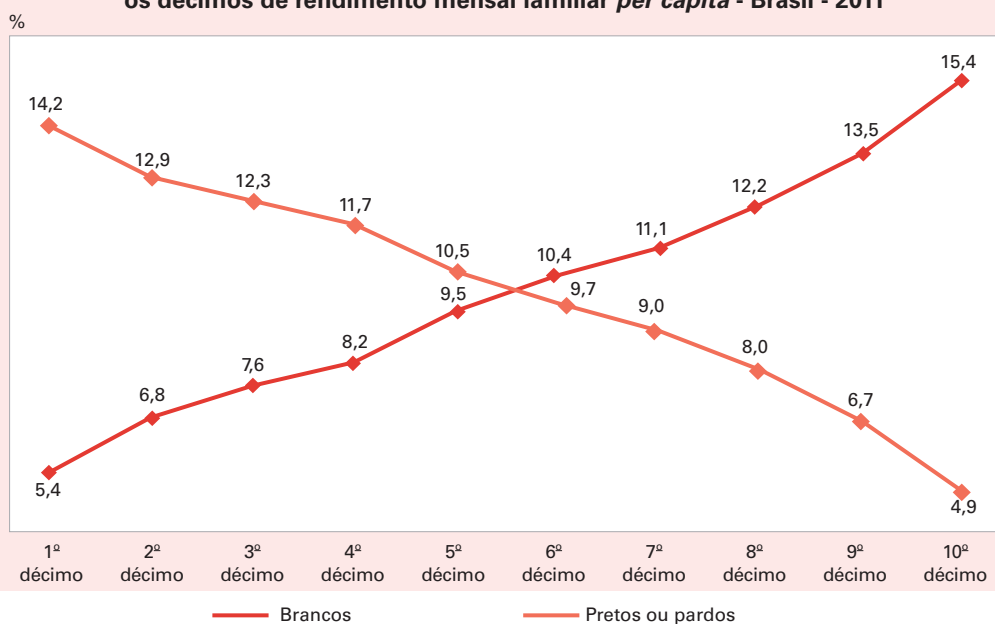
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Exclusive domicílios improvisados ou coletivos.

(1) Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral, lixo coletado diretamente e iluminação elétrica.

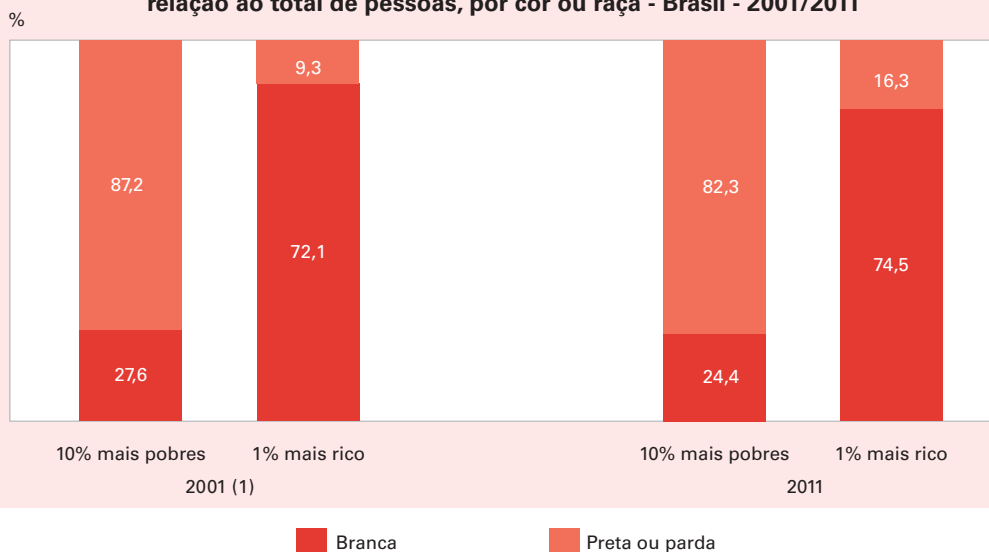
De fato, em termos da distribuição de rendimentos considerando a cor ou raça das pessoas, aquelas de cor ou raça preta ou parda estão concentradas nos décimos de rendimento mais baixos, ao contrário das pessoas de cor ou raça branca (Gráfico 5.5). Observando os extremos da distribuição (o 1% mais rico e os 10% mais pobres), essa distância é patente, mas com diminuição nos últimos anos. No 1% mais rico, em 2001, 9,3% eram pretos ou pardos, proporção que passou a 16,3% em 2011 (Gráfico 5.6). Trata-se, em todo caso, de uma participação ainda muito distante do total de pretos ou pardos na população, cuja proporção é 51,4%.

Gráfico 5.5 - Distribuição percentual da população residente, por cor ou raça, segundo os décimos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

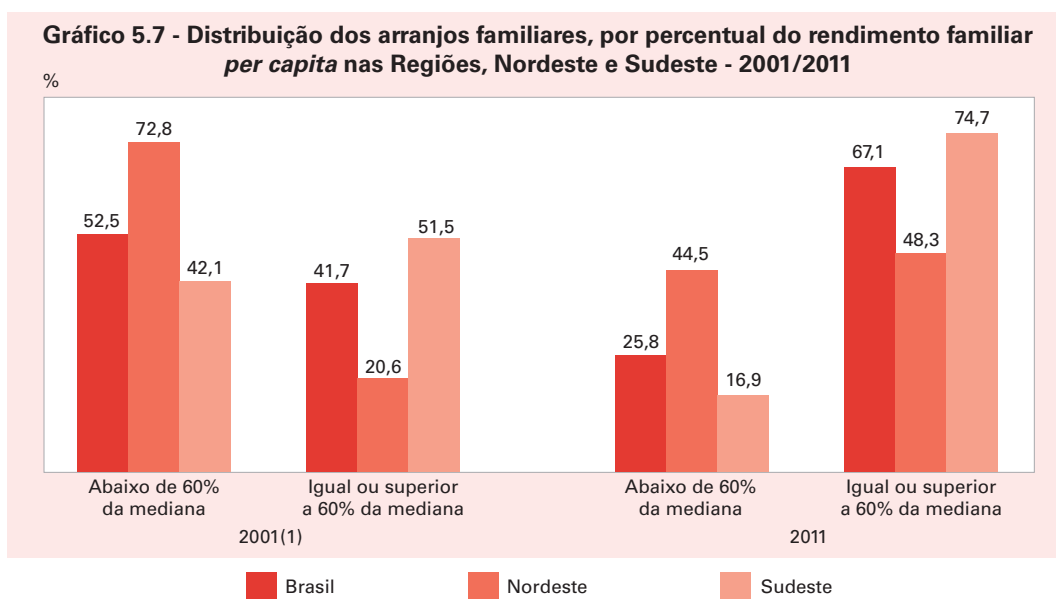
Gráfico 5.6 - Distribuição do rendimento familiar *per capita* das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça - Brasil - 2001/2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Vale ainda utilizar como parâmetro de análise uma das formas de mensuração da pobreza muito aplicada pelos estatísticos europeus, que é aquela que calcula, de forma relativa, os rendimentos da população que se situa abaixo de um patamar definido arbitrariamente. Este patamar mínimo é estimado com base na mediana do rendimento, considerando-se todos aqueles com rendimentos inferiores a 60% da mediana. Em 2001, 52,5% dos arranjos familiares estavam nessa faixa, enquanto, em 2011, esta proporção reduziu-se para 25,8%. A diminuição da pobreza relativa, no entanto, não elimina as grandes diferenças regionais presentes no Brasil. Na última investigação da PNAD, realizada em 2011, 44,5% das famílias da Região Nordeste estavam abaixo deste patamar, contra 16,9% das famílias da Região Sudeste (Gráfico 5.7).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/ 2011.

Nota: Mediana de rendimentos calculada desconsiderando os arranjos familiares sem rendimento e sem declaração de rendimento.

(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A medida é interessante, inclusive, porque considera os diferentes níveis de rendimento nas Grandes Regiões. A mediana de rendimentos na Região Nordeste, em 2011, foi de R\$ 348,00 contra R\$ 650,00 na Região Sudeste. Ao considerar essas diferenças, a pobreza é relativizada ao nível de rendimento prevalecente em cada região e, indiretamente, seus custos de vida, tornando a análise, por conseguinte, mais realista (Tabelas 3 e 5.11).

Tabela 3 - Rendimento mensal familiar *per capita* mediano e corte de 60% desse valor, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Rendimento mensal familiar <i>per capita</i> mediano, dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (R\$)	
	Mediano	60% da mediana
Brasil	545,00	327,00
Norte	387,50	232,50
Nordeste	348,50	209,10
Sudeste	650,00	390,00
Sul	700,00	420,00
Centro-Oeste	600,00	360,00

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Exclusiva as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Por fim, para a análise da pobreza e desigualdade por uma perspectiva multidimensional, adaptou-se uma metodologia desenvolvida pelo Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social - CONEVAL, do México, que vem empreendendo, nos últimos anos, esforços no sentido de mensurar a pobreza por meio de indicadores monetários e não monetários (METODOLOGÍA..., 2011). A metodologia aqui empregada definiu indicadores de carências sociais nos seguintes âmbitos: atraso educacional; acesso aos serviços de saúde; características físicas do domicílio; acesso a serviços básicos; acesso à alimentação e acesso à seguridade social. O patamar de 60% da mediana também foi utilizado para a avaliação do bem-estar das pessoas (carência de rendimentos). A escolha dessas dimensões encontra-se em consonância com a ideia de analisar o fenômeno da pobreza sob a perspectiva dos direitos humanos, considerando-se que toda pessoa deve ter uma série de garantias indispensáveis para o exercício da dignidade humana. Para tanto, foram selecionados indicadores de carências sociais que identificam elementos mínimos de direito, sem os quais não se pode assegurar que as pessoas possam exercer sua dignidade, segundo o marco jurídico nacional.

Ao aplicar esta metodologia ao contexto da PNAD, as carências de acesso à saúde ou alimentação não foram mensuradas, tendo em vista a ausência de indicadores que permitam avaliar, de modo direto, tais aspectos²⁰, sendo, então, mensuradas quatro carências:

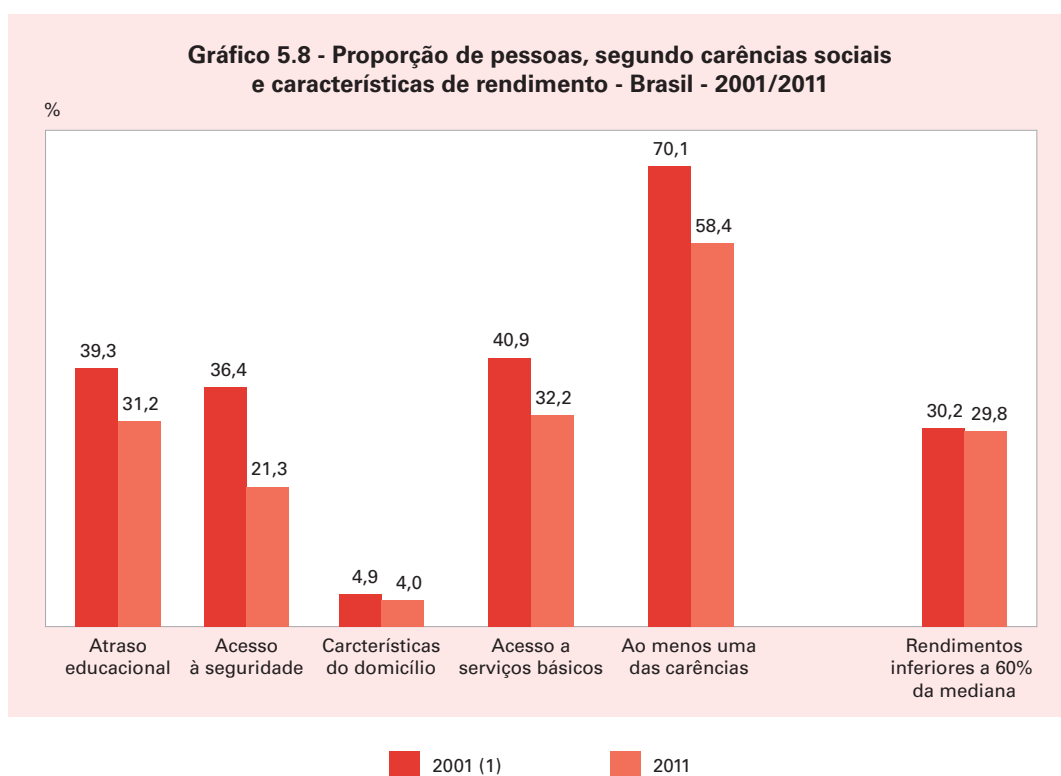
- Atraso educacional - foram consideradas carentes as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam escola; as pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas; e as pessoas de 16 anos ou mais de idade que não haviam concluído o ensino fundamental completo.
- Qualidade dos domicílios – foram considerados carentes os residentes em domicílios com alguma das seguintes características: paredes que não fossem de alvenaria ou madeira aparelhada; telhado cujo material predominante não fosse telha, laje ou madeira aparelhada; e densidade de moradores por dormitório superior a 2,5 pessoas.
- Acesso aos serviços básicos – foram considerados carentes os residentes em domicílios cujo abastecimento de água não fosse por rede geral; com esgotamento sanitário não realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica; sem coleta de lixo direta ou indireta; ou sem iluminação elétrica.
- Acesso à seguridade social – foram consideradas carentes as pessoas de 10 anos ou mais de idade que não contribuíam para instituto de previdência em qualquer trabalho ou que não eram aposentadas ou pensionistas de instituto de previdência. Além disso, utilizou-se como proxy dos beneficiários de programas de transferência de renda aquelas pessoas que possuíam rendimento domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo e declararam receber rendimentos de outra fontes (quer dizer, à exclusão dos rendimentos do trabalho ou pensão/ aposentadoria). Dessa forma, também foram classificados como carentes os residentes dos domicílios com rendimento domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo em que nenhum membro recebesse rendimentos de outras fontes, o que inclui programas sociais.

²⁰ As pessoas são a unidade de análise, sendo que, para o caso de carências mensuradas ao nível dos domicílios, todos os residentes são assinalados de acordo com a presença ou não da respectiva carência. Ademais, para a aplicação da metodologia no Brasil, é necessário obter em uma única fonte as informações referentes a todas as carências sociais, bem como os indicadores de bem-estar adotados.

A partir da identificação das carências, fez-se uma classificação da população em quatro grandes grupos mutuamente excludentes²¹:

- Vulneráveis por renda e por carências sociais – população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a 60% da mediana e com ao menos uma das carências sociais listadas.
- Vulneráveis por carências sociais – população com ao menos uma das carências sociais listadas, porém com rendimento domiciliar *per capita* superior a 60% da mediana.
- Vulneráveis por renda – população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a 60% da mediana, porém sem carências sociais.
- Não vulneráveis – população com rendimento domiciliar *per capita* superior a 60% da mediana e sem carências sociais.

Considerando as quatro carências avaliadas, verificou-se que 58,4% das pessoas apresentaram ao menos uma delas em 2011, proporção esta bastante inferior à observada em 2001, 70,1%. Nos dois anos estudados, a carência por acesso aos serviços básicos do domicílio é a de maior incidência na população, seguida daquela correspondente ao atraso educacional. Tomando ainda o patamar de 60% da mediana, 29,8% da população brasileira encontrava-se em situação de vulnerabilidade por renda no ano de 2011, sendo este percentual bem superior nas Regiões Norte e Nordeste (45,8% e 50,8%, respectivamente) (Gráfico 5.8 e Tabela 5.22).



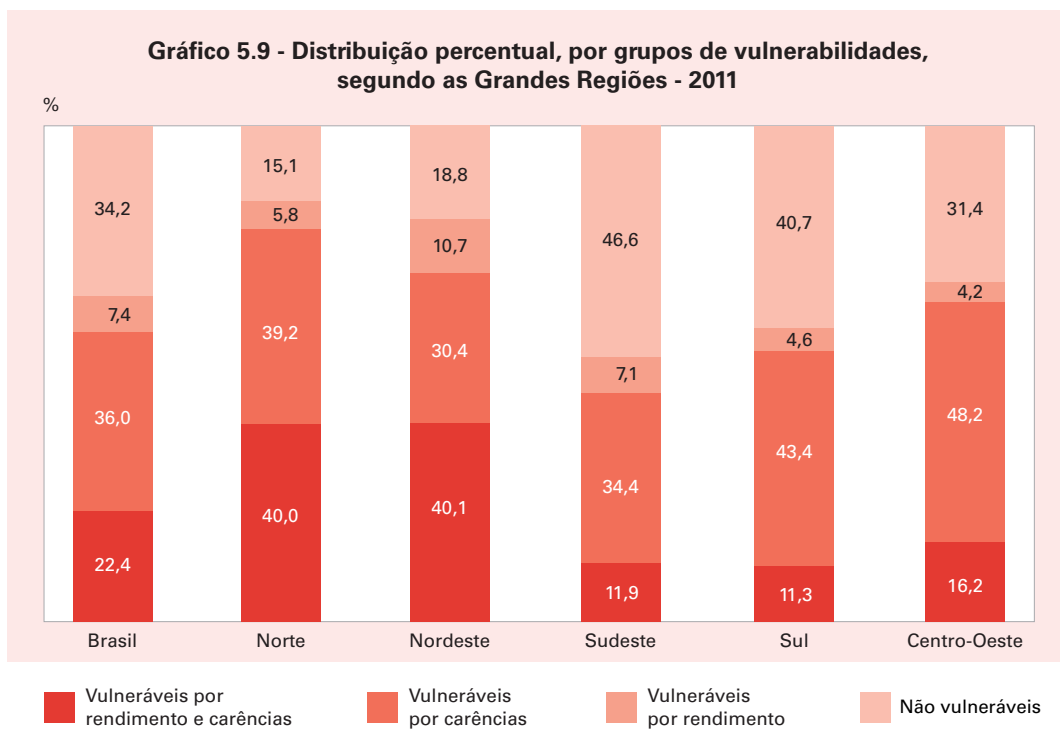
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011/2011.

Nota: Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*.

(1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

²¹ Para a avaliação conjunta das dimensões de rendimento e carências sociais, foram desconsideradas as pessoas sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*.

A classificação da população segundo os grupos de vulnerabilidade mostra que os vulneráveis, tanto por renda quanto por carências sociais, corresponderam a 22,4% da população brasileira. Chama a atenção as baixas proporções desse grupo observadas nas Regiões Sudeste e Sul (11,9% e 11,3%, respectivamente) e, em consequência disso, o elevado percentual de pessoas não vulneráveis quanto às dimensões de direitos sociais e de bem-estar nessas regiões. É importante notar que as proporções de vulneráveis por renda foram relativamente baixas em todas as Grandes Regiões, à exceção do Nordeste, onde estes ultrapassam 10% de sua população (Gráfico 5.9 e Tabela 5.23). Este fato corrobora a ideia de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, visto que a maior parte das pessoas que apresentam vulnerabilidade sob o ponto de vista unidimensional da renda apresenta também algum tipo de privação ou carência social.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*.

Tabela 5.1 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/4	Mais de 1/4 até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 a 2
Brasil	64 358	6,7	14,1	27,0	25,8
Norte	4 832	12,1	21,0	28,7	18,7
Rondônia	519	6,5	15,4	28,7	25,7
Acre	223	12,8	20,1	27,9	19,7
Amazonas	1 009	11,1	19,8	25,6	17,1
Roraima	148	8,0	16,8	24,4	24,2
Pará	2 274	14,6	23,2	30,0	16,8
Região Metropolitana de Belém	648	6,6	19,0	29,4	19,8
Amapá	205	10,7	18,9	27,8	17,2
Tocantins	456	9,8	21,3	30,9	21,5
Nordeste	17 001	15,4	22,7	29,9	16,0
Maranhão	1 944	21,1	25,0	27,5	12,4
Piauí	972	18,3	24,5	30,4	17,1
Ceará	2 718	16,6	22,6	31,5	16,3
Região Metropolitana de Fortaleza	1 192	7,6	21,1	31,7	20,7
Rio Grande do Norte	1 068	13,4	23,6	30,8	15,5
Paraíba	1 268	12,7	23,7	29,6	17,9
Pernambuco	2 828	13,3	22,1	29,6	16,3
Região Metropolitana de Recife	1 248	7,4	18,4	27,2	18,9
Alagoas	949	17,0	25,3	30,1	12,4
Sergipe	696	11,5	24,7	30,0	19,0
Bahia	4 558	14,6	20,5	29,8	16,9
Região Metropolitana de Salvador	1 281	6,6	15,7	28,7	23,3
Sudeste	27 904	2,5	10,0	25,3	30,0
Minas Gerais	6 689	4,4	13,9	30,4	27,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 657	2,0	10,0	25,5	29,2
Espírito Santo	1 177	4,0	12,8	28,0	26,9
Rio de Janeiro	5 830	2,6	10,9	25,0	26,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 373	2,4	9,8	23,5	26,6
São Paulo	14 208	1,5	7,7	22,7	32,8
Região Metropolitana de São Paulo	6 685	1,4	7,7	22,0	30,9
Sul	9 695	2,4	8,7	25,4	32,6
Paraná	3 613	2,2	9,8	27,6	31,3
Região Metropolitana de Curitiba	1 104	1,2	7,0	22,2	31,0
Santa Catarina	2 213	1,5	5,9	21,0	35,3
Rio Grande do Sul	3 869	3,2	9,3	25,7	32,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 452	1,6	7,4	23,3	31,8
Centro-Oeste	4 926	2,8	11,6	28,6	29,3
Mato Grosso do Sul	868	2,6	11,5	30,2	29,8
Mato Grosso	1 026	3,0	12,3	30,1	29,9
Goiás	2 123	3,1	12,4	30,9	30,3
Distrito Federal	908	2,2	8,8	20,1	25,8

Tabela 5.1 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)				
	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	8,6	5,7	4,9	2,2	4,9
Norte	5,3	3,7	2,7	3,3	4,6
Rondônia	7,9	5,2	3,4	2,0	5,0
Acre	5,8	4,4	3,7	3,6	2,0
Amazonas	5,2	3,3	2,4	4,9	10,5
Roraima	8,6	7,6	5,2	2,4	2,8
Pará	4,1	2,9	2,4	2,9	3,0
Região Metropolitana de Belém	6,3	4,5	3,9	2,9	7,6
Amapá	7,2	4,0	2,6	7,1	4,5
Tocantins	6,1	4,5	2,6	2,0	1,3
Nordeste	4,0	2,5	2,3	2,9	4,3
Maranhão	3,1	1,4	1,5	4,1	3,8
Piauí	3,6	2,3	1,0	1,7	1,1
Ceará	3,9	2,7	2,0	2,7	1,8
Região Metropolitana de Fortaleza	5,9	4,4	3,4	3,0	2,1
Rio Grande do Norte	4,9	3,9	3,6	2,9	1,2
Paraíba	4,5	3,1	3,3	2,5	2,6
Pernambuco	3,9	2,0	2,1	2,9	7,8
Região Metropolitana de Recife	5,7	3,4	3,4	3,7	11,9
Alagoas	2,8	1,6	1,8	4,1	4,9
Sergipe	4,7	3,5	3,0	1,7	2,1
Bahia	4,2	2,9	2,6	2,7	5,8
Região Metropolitana de Salvador	7,7	5,6	6,2	2,4	3,9
Sudeste	10,6	6,9	6,2	1,9	6,5
Minas Gerais	8,0	5,4	4,5	1,8	3,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	9,1	7,8	8,8	1,8	5,9
Espírito Santo	9,2	6,4	4,8	2,0	5,9
Rio de Janeiro	9,2	6,5	7,1	1,8	10,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	9,5	6,9	8,1	1,6	11,7
São Paulo	12,6	7,9	6,8	1,9	6,1
Região Metropolitana de São Paulo	12,3	8,2	8,6	2,2	6,7
Sul	12,3	8,2	5,9	1,6	2,9
Paraná	11,7	7,9	5,2	1,7	2,6
Região Metropolitana de Curitiba	14,1	10,0	8,4	1,8	4,3
Santa Catarina	15,5	8,6	6,7	1,6	3,9
Rio Grande do Sul	11,1	8,2	6,1	1,5	2,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	12,1	9,5	8,9	1,9	3,6
Centro-Oeste	9,2	6,7	7,2	2,2	2,5
Mato Grosso do Sul	9,9	6,3	6,2	2,1	1,4
Mato Grosso	9,7	6,9	4,2	1,8	2,0
Goiás	8,7	5,3	4,3	2,1	2,9
Distrito Federal	9,0	9,8	18,2	2,7	3,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.2 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/4	Mais de 1/4 até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 a 2
Brasil	194 701	9,3	17,3	27,3	23,5
Norte	16 448	16,6	24,8	27,1	15,4
Rondônia	1 599	9,5	19,0	29,0	22,8
Acre	768	17,3	23,5	27,4	16,6
Amazonas	3 621	16,2	23,3	24,4	13,6
Roraima	477	10,6	21,0	26,7	20,4
Pará	7 848	19,4	27,0	27,5	13,7
Região Metropolitana de Belém	2 154	8,4	21,2	30,1	17,8
Amapá	708	16,2	22,6	26,6	13,8
Tocantins	1 428	12,8	25,3	29,5	18,9
Nordeste	54 110	20,2	26,0	27,2	13,0
Maranhão	6 762	27,2	28,2	24,1	9,3
Piauí	3 172	22,4	27,1	28,4	14,0
Ceará	8 653	21,6	25,3	28,8	13,4
Região Metropolitana de Fortaleza	3 725	9,8	24,0	31,4	18,3
Rio Grande do Norte	3 237	17,6	26,5	29,5	12,6
Paraíba	3 827	16,1	28,2	27,0	15,3
Pernambuco	8 970	17,2	25,2	27,1	13,3
Região Metropolitana de Recife	3 757	9,7	21,3	26,5	16,5
Alagoas	3 180	22,9	28,7	26,9	9,4
Sergipe	2 125	14,6	28,8	27,3	16,6
Bahia	14 183	19,4	23,7	27,2	13,7
Região Metropolitana de Salvador	3 658	8,5	18,9	29,5	20,9
Sudeste	81 815	3,6	12,8	26,9	28,6
Minas Gerais	19 887	6,1	17,0	30,6	25,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	4 975	2,5	12,3	27,2	28,4
Espírito Santo	3 597	5,3	15,7	29,1	25,2
Rio de Janeiro	16 287	4,1	14,0	26,8	24,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	12 001	3,8	12,6	25,3	24,5
São Paulo	42 044	2,1	10,1	25,0	31,9
Região Metropolitana de São Paulo	20 005	2,0	10,2	24,3	30,4
Sul	27 792	3,4	11,0	27,3	31,6
Paraná	10 600	3,0	12,2	29,5	30,0
Região Metropolitana de Curitiba	3 256	1,6	8,9	24,8	30,6
Santa Catarina	6 418	2,2	7,6	23,4	35,5
Rio Grande do Sul	10 774	4,5	12,0	27,6	30,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	4 017	2,5	10,1	26,3	31,0
Centro-Oeste	14 536	3,9	14,4	30,2	27,3
Mato Grosso do Sul	2 525	3,7	14,5	31,9	28,1
Mato Grosso	3 134	4,0	14,8	32,1	28,2
Goiás	6 205	4,3	15,5	31,9	28,0
Distrito Federal	2 673	3,1	11,4	22,8	24,0

Tabela 5.2 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)				
	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	7,3	4,7	3,6	1,6	5,2
Norte	4,1	2,8	1,9	2,4	4,9
Rondônia	6,5	4,2	2,3	1,3	5,3
Acre	4,7	3,2	2,2	2,8	2,2
Amazonas	3,8	2,6	1,5	3,5	11,1
Roraima	7,0	6,4	3,6	1,5	2,7
Pará	3,3	2,2	1,8	2,1	3,0
Região Metropolitana de Belém	5,3	3,7	3,1	2,1	8,3
Amapá	5,5	3,1	1,9	5,1	5,2
Tocantins	5,0	3,9	2,0	1,5	1,1
Nordeste	3,3	2,1	1,7	2,0	4,6
Maranhão	2,6	1,1	1,0	2,8	3,8
Piauí	2,9	2,0	0,9	1,1	1,1
Ceará	3,3	2,3	1,6	1,8	2,0
Região Metropolitana de Fortaleza	5,2	4,1	2,8	2,0	2,4
Rio Grande do Norte	4,4	3,4	2,8	2,1	1,1
Paraíba	4,0	2,6	2,3	1,8	2,7
Pernambuco	3,3	1,6	1,7	2,2	8,4
Região Metropolitana de Recife	4,8	2,9	2,8	2,8	12,7
Alagoas	2,0	1,0	1,3	2,7	5,1
Sergipe	3,9	3,0	2,4	1,1	2,4
Bahia	3,4	2,3	1,9	1,9	6,5
Região Metropolitana de Salvador	6,5	4,8	4,6	1,8	4,5
Sudeste	9,3	5,9	4,6	1,4	6,9
Minas Gerais	6,9	4,5	3,2	1,4	4,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	8,4	6,5	6,4	1,4	6,8
Espírito Santo	8,0	5,5	3,5	1,4	6,2
Rio de Janeiro	7,8	5,6	5,2	1,4	11,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	8,0	6,0	6,0	1,3	12,4
São Paulo	11,1	6,7	5,1	1,4	6,5
Região Metropolitana de São Paulo	10,9	7,0	6,5	1,6	7,1
Sul	10,9	7,0	4,5	1,2	3,1
Paraná	10,5	7,0	4,0	1,2	2,7
Região Metropolitana de Curitiba	12,9	9,1	6,4	1,3	4,3
Santa Catarina	13,4	7,3	5,0	1,4	4,2
Rio Grande do Sul	9,8	6,8	4,5	1,1	2,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	10,6	7,9	6,6	1,3	3,7
Centro-Oeste	8,2	6,0	5,8	1,6	2,6
Mato Grosso do Sul	8,5	5,3	5,0	1,5	1,5
Mato Grosso	8,5	5,9	3,2	1,2	2,2
Goiás	7,7	4,8	3,4	1,6	2,9
Distrito Federal	8,5	9,5	15,1	2,1	3,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.3 - Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total	Classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo)			
		Até 1/4	Mais de 1/4 até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 a 2
Brasil	3,0	4,2	3,7	3,1	2,8
Norte	3,4	4,7	4,0	3,2	2,8
Rondônia	3,1	4,5	3,8	3,1	2,7
Acre	3,4	4,7	4,0	3,4	2,9
Amazonas	3,6	5,2	4,2	3,4	2,9
Roraima	3,2	4,3	4,0	3,5	2,7
Pará	3,5	4,6	4,0	3,2	2,8
Região Metropolitana de Belém	3,3	4,3	3,7	3,4	3,0
Amapá	3,5	5,2	4,1	3,3	2,8
Tocantins	3,1	4,1	3,7	3,0	2,8
Nordeste	3,2	4,2	3,6	2,9	2,6
Maranhão	3,5	4,5	3,9	3,0	2,6
Piauí	3,3	4,0	3,6	3,0	2,7
Ceará	3,2	4,1	3,6	2,9	2,6
Região Metropolitana de Fortaleza	3,1	4,0	3,5	3,1	2,8
Rio Grande do Norte	3,0	4,0	3,4	2,9	2,5
Paraíba	3,0	3,8	3,6	2,8	2,6
Pernambuco	3,2	4,1	3,6	2,9	2,6
Região Metropolitana de Recife	3,0	4,0	3,5	2,9	2,6
Alagoas	3,3	4,5	3,8	3,0	2,5
Sergipe	3,1	3,9	3,6	2,8	2,7
Bahia	3,1	4,1	3,6	2,8	2,5
Região Metropolitana de Salvador	2,9	3,7	3,4	2,9	2,6
Sudeste	2,9	4,1	3,7	3,1	2,8
Minas Gerais	3,0	4,1	3,6	3,0	2,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	3,0	3,8	3,7	3,2	2,9
Espírito Santo	3,1	4,0	3,8	3,2	2,9
Rio de Janeiro	2,8	4,4	3,6	3,0	2,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2,7	4,4	3,5	3,0	2,5
São Paulo	3,0	4,0	3,9	3,3	2,9
Região Metropolitana de São Paulo	3,0	4,3	4,0	3,3	2,9
Sul	2,9	4,0	3,6	3,1	2,8
Paraná	2,9	4,0	3,6	3,1	2,8
Região Metropolitana de Curitiba	2,9	3,8	3,7	3,3	2,9
Santa Catarina	2,9	4,3	3,8	3,2	2,9
Rio Grande do Sul	2,8	3,9	3,6	3,0	2,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	2,8	4,3	3,8	3,1	2,7
Centro-Oeste	3,0	4,1	3,7	3,1	2,7
Mato Grosso do Sul	2,9	4,1	3,6	3,1	2,7
Mato Grosso	3,1	4,0	3,7	3,2	2,9
Goiás	2,9	4,1	3,6	3,0	2,7
Distrito Federal	2,9	4,2	3,8	3,3	2,7

Tabela 5.3 - Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo)				
	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	2,6	2,5	2,2	2,2	3,2
Norte	2,7	2,6	2,3	2,5	3,6
Rondônia	2,5	2,5	2,1	2,0	3,2
Acre	2,8	2,5	2,1	2,7	4,0
Amazonas	2,6	2,8	2,2	2,6	3,8
Roraima	2,6	2,7	2,2	2,1	3,1
Pará	2,8	2,6	2,5	2,5	3,5
Região Metropolitana de Belém	2,8	2,7	2,7	2,4	3,6
Amapá	2,6	2,7	2,5	2,5	4,0
Tocantins	2,6	2,7	2,5	2,3	2,7
Nordeste	2,6	2,6	2,4	2,2	3,4
Maranhão	2,9	2,6	2,3	2,3	3,5
Piauí	2,6	2,8	2,9	2,2	3,4
Ceará	2,7	2,8	2,5	2,1	3,6
Região Metropolitana de Fortaleza	2,8	2,9	2,6	2,1	3,5
Rio Grande do Norte	2,7	2,6	2,3	2,2	2,7
Paraíba	2,7	2,5	2,1	2,2	3,1
Pernambuco	2,7	2,6	2,6	2,3	3,4
Região Metropolitana de Recife	2,5	2,6	2,4	2,3	3,2
Alagoas	2,4	2,1	2,4	2,2	3,5
Sergipe	2,5	2,7	2,4	2,1	3,5
Bahia	2,5	2,5	2,2	2,2	3,5
Região Metropolitana de Salvador	2,4	2,5	2,1	2,1	3,3
Sudeste	2,6	2,5	2,2	2,2	3,1
Minas Gerais	2,6	2,5	2,2	2,3	3,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2,8	2,5	2,2	2,3	3,5
Espírito Santo	2,7	2,6	2,2	2,2	3,2
Rio de Janeiro	2,4	2,4	2,0	2,1	3,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2,3	2,4	2,0	2,2	2,9
São Paulo	2,6	2,5	2,2	2,1	3,2
Região Metropolitana de São Paulo	2,7	2,5	2,3	2,2	3,2
Sul	2,5	2,4	2,2	2,2	3,1
Paraná	2,6	2,6	2,3	2,1	3,1
Região Metropolitana de Curitiba	2,7	2,7	2,3	2,1	3,0
Santa Catarina	2,5	2,4	2,2	2,5	3,1
Rio Grande do Sul	2,4	2,3	2,1	2,1	3,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	2,4	2,3	2,1	2,0	2,8
Centro-Oeste	2,6	2,7	2,4	2,2	3,0
Mato Grosso do Sul	2,5	2,5	2,4	2,1	3,1
Mato Grosso	2,7	2,6	2,3	2,1	3,3
Goiás	2,6	2,6	2,3	2,2	3,0
Distrito Federal	2,8	2,9	2,4	2,3	2,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.4 - Rendimento médio mensal familiar *per capita* das famílias com rendimento, em reais e salários mínimos, dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos, e relação entre os rendimentos médios, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> das famílias com rendimento				Relação entre os rendimentos médios (B/A)
	Em reais (R\$)		Salário mínimo		
	20% mais pobres (A)	20% mais ricos (B)	20% mais pobres (A)	20% mais ricos (B)	
Brasil	159,74	2 629,86	0,29	4,83	16,46
Norte	112,34	1 913,42	0,21	3,51	17,03
Rondônia	161,18	2 197,80	0,30	4,03	13,64
Acre	110,94	2 078,62	0,20	3,81	18,74
Amazonas	112,08	1 953,01	0,21	3,58	17,43
Roraima	142,59	2 702,75	0,26	4,96	18,95
Pará	101,09	1 753,32	0,19	3,22	17,34
Região Metropolitana de Belém	154,16	2 196,70	0,28	4,03	14,25
Amapá	120,18	1 824,73	0,22	3,35	15,18
Tocantins	128,78	1 884,94	0,24	3,46	14,64
Nordeste	92,23	1 673,13	0,17	3,07	18,14
Maranhão	66,80	1 371,54	0,12	2,52	20,53
Piauí	85,70	1 349,37	0,16	2,48	15,75
Ceará	89,06	1 583,84	0,16	2,91	17,78
Região Metropolitana de Fortaleza	143,11	2 040,62	0,26	3,74	14,26
Rio Grande do Norte	106,11	2 052,58	0,19	3,77	19,34
Paraíba	111,00	1 919,03	0,20	3,52	17,29
Pernambuco	99,05	1 541,58	0,18	2,83	15,56
Região Metropolitana de Recife	138,10	2 164,99	0,25	3,97	15,68
Alagoas	86,54	1 353,92	0,16	2,48	15,64
Sergipe	115,21	1 995,96	0,21	3,66	17,32
Bahia	95,95	1 842,59	0,18	3,38	19,20
Região Metropolitana de Salvador	160,01	2 988,01	0,29	5,48	18,67
Sudeste	228,76	3 026,64	0,42	5,55	13,23
Minas Gerais	188,95	2 500,00	0,35	4,59	13,23
Região Metropolitana de Belo Horizonte	239,82	3 728,05	0,44	6,84	15,55
Espírito Santo	193,53	2 467,23	0,36	4,53	12,75
Rio de Janeiro	220,10	3 342,79	0,40	6,13	15,19
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	228,95	3 692,43	0,42	6,78	16,13
São Paulo	267,39	3 177,34	0,49	5,83	11,88
Região Metropolitana de São Paulo	268,55	3 709,67	0,49	6,81	13,81
Sul	246,89	2 812,95	0,45	5,16	11,39
Paraná	240,75	2 631,83	0,44	4,83	10,93
Região Metropolitana de Curitiba	284,70	3 339,47	0,52	6,13	11,73
Santa Catarina	300,29	2 888,41	0,55	5,30	9,62
Rio Grande do Sul	230,32	2 931,85	0,42	5,38	12,73
Região Metropolitana de Porto Alegre	274,24	3 711,81	0,50	6,81	13,54
Centro-Oeste	219,32	3 271,76	0,40	6,00	14,92
Mato Grosso do Sul	219,71	2 891,77	0,40	5,31	13,16
Mato Grosso	214,12	2 412,96	0,39	4,43	11,27
Goiás	212,54	2 399,86	0,39	4,40	11,29
Distrito Federal	249,36	6 179,41	0,46	11,34	24,78

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.5 - Distribuição percentual dos arranjos familiares unipessoais residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual dos arranjos familiares unipessoais residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal (salário mínimo) (%)				
	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	29,4	29,1	32,7	5,6	3,2
Norte	37,9	29,2	24,1	6,8	2,1
Rondônia	25,2	31,3	30,5	8,5	4,5
Acre	28,7	27,7	36,6	5,9	1,0
Amazonas	31,4	27,4	29,0	8,7	3,6
Roraima	14,7	36,8	39,0	5,3	4,2
Pará	45,9	28,8	18,9	5,2	1,2
Região Metropolitana de Belém	33,1	28,5	28,1	7,2	3,0
Amapá	30,4	31,6	25,3	12,7	0,0
Tocantins	43,6	28,4	19,9	6,6	1,4
Nordeste	47,9	27,1	16,4	6,3	2,4
Maranhão	46,1	28,0	15,2	8,6	2,1
Piauí	54,7	31,1	12,8	0,7	0,7
Ceará	50,2	27,2	15,6	6,2	0,8
Região Metropolitana de Fortaleza	40,9	29,1	21,0	7,8	1,2
Rio Grande do Norte	50,8	25,7	16,8	5,2	1,6
Paraíba	45,7	29,2	20,1	4,6	0,5
Pernambuco	45,4	27,0	14,9	7,9	4,8
Região Metropolitana de Recife	35,6	23,4	23,4	9,9	7,7
Alagoas	43,5	24,2	18,0	11,2	3,1
Sergipe	50,6	26,1	18,4	3,3	1,6
Bahia	47,9	26,7	16,8	5,8	2,8
Região Metropolitana de Salvador	29,7	29,8	32,9	5,9	1,8
Sudeste	22,3	29,1	38,8	5,4	4,3
Minas Gerais	31,5	30,2	31,6	5,3	1,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	20,7	27,2	43,9	6,0	2,2
Espírito Santo	25,8	29,8	34,5	6,3	3,6
Rio de Janeiro	21,3	29,6	37,9	4,2	6,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	19,3	29,1	40,1	3,8	7,7
São Paulo	18,3	28,3	43,1	6,0	4,3
Região Metropolitana de São Paulo	16,6	25,9	46,2	6,1	5,2
Sul	22,4	29,7	40,7	5,5	1,7
Paraná	26,0	28,9	35,8	7,8	1,5
Região Metropolitana de Curitiba	16,9	26,5	46,9	5,8	3,8
Santa Catarina	16,2	29,0	48,8	4,9	1,0
Rio Grande do Sul	22,4	30,7	40,7	4,0	2,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	15,9	26,0	50,3	5,0	2,9
Centro-Oeste	26,0	33,1	33,9	4,7	2,3
Mato Grosso do Sul	25,5	32,8	37,2	3,5	1,0
Mato Grosso	27,8	32,0	32,7	5,6	1,8
Goiás	33,0	35,1	24,5	5,5	2,0
Distrito Federal	9,6	29,8	53,0	3,2	4,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 5.6 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2011

(continua)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)		
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1
Total	64 358	20,8	12,8	14,2
Unipessoal	7 990	3,6	2,6	23,3
Casal com filhos	29 804	27,1	15,9	12,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	16 073	33,6	17,4	12,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4 727	34,3	17,4	12,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	9 004	11,8	12,5	12,7
Casal sem filhos	11 917	10,1	10,1	14,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	11 878	28,4	14,8	12,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 145	43,0	17,1	9,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 296	43,8	18,2	11,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	6 437	15,9	12,7	14,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 599	16,4	11,3	14,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	169	10,8	8,9	6,5
Pessoa de referência do sexo masculino	40 258	20,2	13,1	13,7
Unipessoal	3 875	3,6	3,4	19,1
Casal com filhos	24 309	27,1	15,8	12,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	13 154	33,5	17,4	12,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 825	34,5	16,9	12,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 330	11,8	12,5	12,7
Casal sem filhos	9 741	10,4	10,2	14,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	1 338	20,1	14,0	12,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	407	31,6	17,7	10,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	110	34,3	21,0	11,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	821	12,5	11,2	12,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	921	11,5	10,1	12,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	74	7,0	4,5	6,2
Pessoa de referência do sexo feminino	24 099	21,9	12,3	15,2
Unipessoal	4 115	3,6	1,9	27,2
Casal com filhos	5 495	27,2	16,4	12,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	2 919	34,0	17,6	12,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	902	33,7	19,5	13,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 674	11,8	12,6	12,6
Casal sem filhos	2 176	8,8	9,4	14,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	10 540	29,4	14,9	12,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 738	44,2	17,1	9,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 185	44,6	17,9	11,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	5 616	16,4	12,9	14,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 679	19,2	11,9	15,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	95	13,8	12,3	6,8

Tabela 5.6 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2011

(conclusão)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento	Sem declaração
Total	25,8	19,2	2,2	4,9
Unipessoal	29,6	33,4	4,3	3,2
Casal com filhos	23,5	14,9	0,8	5,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	19,8	11,7	1,2	4,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	20,4	9,7	0,3	5,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,8	23,5	0,3	7,3
Casal sem filhos	31,4	27,4	1,7	4,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	22,5	12,0	4,9	5,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	11,1	5,3	11,7	2,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	16,2	4,1	1,5	4,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,2	17,9	1,3	7,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	29,2	19,8	2,2	7,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	27,7	37,1	3,6	5,4
Pessoa de referência do sexo masculino	26,4	20,4	1,5	4,7
Unipessoal	30,5	35,5	4,9	3,0
Casal com filhos	23,6	15,2	0,8	5,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	20,0	11,7	1,2	3,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	20,7	10,3	0,3	4,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,6	24,0	0,3	7,0
Casal sem filhos	31,4	27,3	1,7	4,3
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	27,0	17,9	3,3	5,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	18,7	10,3	7,8	3,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	22,5	4,8	1,7	4,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,6	23,4	1,3	6,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	31,9	24,7	2,3	7,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	23,9	47,4	3,5	7,4
Pessoa de referência do sexo feminino	24,7	17,3	3,4	5,2
Unipessoal	28,7	31,5	3,8	3,3
Casal com filhos	23,4	14,0	0,7	6,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	19,2	11,8	1,0	4,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	19,2	7,5	0,3	6,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	32,9	21,3	0,3	8,5
Casal sem filhos	31,4	27,8	1,6	6,0
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	22,0	11,3	5,1	5,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	10,3	4,7	12,1	2,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	15,6	4,0	1,5	4,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,1	17,1	1,3	7,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	27,7	17,1	2,1	6,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	30,7	28,9	3,6	3,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.7 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2011

(continua)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)		
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1
Total	17 001	38,2	15,3	14,6
Unipessoal	1 839	8,8	5,3	33,9
Casal com filhos	7 994	49,4	17,2	9,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 419	57,9	15,5	7,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 338	61,0	15,6	6,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 237	25,9	21,7	15,9
Casal sem filhos	2 845	21,3	15,4	20,0
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 569	43,6	16,0	11,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 326	60,6	12,6	4,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	373	67,9	14,2	5,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 870	26,7	18,8	16,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	708	28,9	15,6	18,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	46	16,6	12,4	10,0
Pessoa de referência do sexo masculino	10 431	38,5	15,9	13,7
Unipessoal	911	9,2	7,7	28,1
Casal com filhos	6 562	49,4	17,1	9,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 638	57,6	15,3	7,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 098	60,9	15,6	6,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 825	26,0	21,6	15,8
Casal sem filhos	2 358	21,6	15,4	19,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	394	35,9	18,1	12,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	131	50,1	17,5	8,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	30	66,3	16,5	2,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	234	24,1	18,6	16,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	192	21,8	17,3	16,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	15	10,0	4,1	10,6
Pessoa de referência do sexo feminino	6 570	37,6	14,3	16,1
Unipessoal	928	8,4	3,0	39,6
Casal com filhos	1 433	49,8	17,9	9,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	781	59,1	16,5	6,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	240	61,8	15,8	8,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	412	25,3	22,0	16,5
Casal sem filhos	487	19,7	15,1	20,9
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 175	44,6	15,7	10,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 195	61,8	12,0	4,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	344	68,1	14,0	5,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 636	27,0	18,8	16,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	516	31,5	14,9	19,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	31	19,7	16,2	9,7

Tabela 5.7 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2011

(conclusão)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento	Sem declaração
Total	16,0	8,8	2,9	4,3
Unipessoal	27,3	16,7	5,6	2,4
Casal com filhos	11,4	6,6	0,9	4,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	8,9	5,5	1,4	3,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	8,3	3,6	0,3	4,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	18,3	10,8	0,4	7,1
Casal sem filhos	23,4	13,3	3,0	3,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	13,6	5,7	5,7	4,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4,5	1,9	13,0	2,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	6,5	1,1	1,6	3,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	21,5	9,3	1,4	5,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	20,0	9,7	2,3	4,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	28,8	24,8	4,8	2,5
Pessoa de referência do sexo masculino	16,2	9,3	2,1	4,3
Unipessoal	28,0	17,9	6,7	2,4
Casal com filhos	11,7	6,6	1,0	4,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	9,1	5,4	1,5	3,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	8,9	3,7	0,3	4,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	18,5	10,8	0,3	7,0
Casal sem filhos	23,5	13,2	3,0	3,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	17,5	7,3	4,4	4,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	8,7	2,7	10,0	2,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	8,3	0,9	4,8	0,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	23,6	10,7	1,2	5,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	21,5	12,4	4,6	6,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	30,5	42,8	0,0	1,9
Pessoa de referência do sexo feminino	15,7	8,1	4,0	4,2
Unipessoal	26,6	15,6	4,5	2,3
Casal com filhos	10,2	6,6	0,8	4,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	7,7	5,6	1,1	3,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	5,7	3,1	0,5	4,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	17,5	10,6	0,5	7,7
Casal sem filhos	22,8	13,6	2,8	5,1
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	13,2	5,5	5,9	4,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4,1	1,8	13,3	2,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	6,3	1,1	1,3	3,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	21,2	9,1	1,5	5,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	19,4	8,7	1,5	4,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	28,1	16,5	7,0	2,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.8 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2011

(continua)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)		
		Mais de 2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1
Total	27 904	12,6	11,5	13,8
Unipessoal	3 775	1,7	1,5	19,3
Casal com filhos	12 575	16,3	15,3	13,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	6 476	21,5	18,5	14,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 896	20,6	18,9	15,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	4 204	6,2	8,6	10,9
Casal sem filhos	5 199	5,7	7,6	12,3
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	5 113	19,3	14,4	12,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 596	31,7	20,5	12,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	545	30,9	20,5	14,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 972	10,6	10,0	12,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 177	9,8	8,4	12,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	64	7,3	7,8	3,6
Pessoa de referência do sexo masculino	17 424	11,7	11,6	13,2
Unipessoal	1 761	1,2	1,5	15,0
Casal com filhos	10 356	16,2	15,2	13,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	5 355	21,3	18,7	14,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 547	20,7	17,7	15,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 454	6,2	8,5	11,0
Casal sem filhos	4 264	6,0	7,6	12,4
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	562	8,5	12,4	11,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	141	16,4	19,0	13,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	43	12,2	23,2	16,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	377	5,1	8,7	10,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	448	9,1	6,5	10,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	34	4,3	7,0	5,4
Pessoa de referência do sexo feminino	10 479	14,1	11,3	14,7
Unipessoal	2 014	2,1	1,5	23,0
Casal com filhos	2 220	16,8	15,8	12,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 121	22,8	17,5	14,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	348	20,3	24,6	13,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	750	6,1	9,1	10,6
Casal sem filhos	935	4,3	7,3	11,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	4 551	20,7	14,6	12,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 455	33,2	20,6	12,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	502	32,6	20,3	13,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 594	11,4	10,1	12,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	729	10,2	9,6	13,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	31	10,7	8,7	1,6

Tabela 5.8 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2011

(conclusão)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento	Sem declaração
Total	30,0	23,8	1,9	6,5
Unipessoal	29,6	39,6	4,0	4,4
Casal com filhos	29,2	18,5	0,6	6,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	25,0	14,3	0,9	5,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	25,6	12,4	0,3	6,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	37,4	27,6	0,3	9,0
Casal sem filhos	34,1	33,0	1,3	6,1
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	27,6	15,2	4,1	6,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	14,9	7,1	10,3	3,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	21,4	5,0	1,6	6,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	35,6	21,4	1,2	8,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	32,5	25,5	1,6	10,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	23,3	46,6	1,8	9,7
Pessoa de referência do sexo masculino	30,9	25,3	1,3	6,0
Unipessoal	30,8	42,9	4,6	4,0
Casal com filhos	29,3	18,9	0,7	6,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	25,0	14,5	1,0	5,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	26,3	13,1	0,3	6,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	37,2	28,3	0,3	8,4
Casal sem filhos	34,2	32,9	1,3	5,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	33,4	24,1	2,9	7,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	25,8	15,2	6,8	3,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	32,8	8,5	1,0	5,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	36,2	29,3	1,7	8,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	33,2	30,1	1,2	10,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	20,7	49,2	3,4	10,1
Pessoa de referência do sexo feminino	28,7	21,3	2,8	7,2
Unipessoal	28,6	36,7	3,4	4,6
Casal com filhos	29,0	16,5	0,4	8,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	24,9	13,5	0,6	6,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	22,6	9,5	0,3	9,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	38,2	24,3	0,1	11,6
Casal sem filhos	33,8	33,3	1,0	8,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	26,9	14,1	4,2	6,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	13,8	6,3	10,6	3,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	20,5	4,7	1,7	6,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	35,5	20,2	1,1	8,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	32,1	22,7	1,8	10,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	26,1	43,7	0,0	9,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.9 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por rendimento familiar *per capita* e origem do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (%)			
	Total			
	Total	Origem dos rendimentos		
Outras		Trabalho	Aposentadoria e pensão	
Brasil	100,0	4,5	77,3	18,2
Norte	100,0	6,4	81,1	12,5
Rondônia	100,0	5,6	85,0	9,4
Acre	100,0	6,8	78,9	14,3
Amazonas	100,0	5,5	83,4	11,1
Roraima	100,0	7,8	80,9	11,3
Pará	100,0	6,9	79,2	14,0
Região Metropolitana de Belém	100,0	4,3	78,9	16,8
Amapá	100,0	7,2	82,8	10,0
Tocantins	100,0	6,2	80,9	13,0
Nordeste	100,0	6,8	71,2	22,0
Maranhão	100,0	8,1	70,6	21,3
Piauí	100,0	7,5	69,6	22,9
Ceará	100,0	6,2	70,4	23,4
Região Metropolitana de Fortaleza	100,0	4,7	77,1	18,2
Rio Grande do Norte	100,0	7,0	71,6	21,4
Paraíba	100,0	6,8	69,2	24,0
Pernambuco	100,0	6,5	70,4	23,2
Região Metropolitana de Recife	100,0	5,0	72,7	22,3
Alagoas	100,0	8,1	67,9	24,0
Sergipe	100,0	6,2	71,4	22,4
Bahia	100,0	6,6	73,5	19,9
Região Metropolitana de Salvador	100,0	5,3	78,5	16,3
Sudeste	100,0	3,7	78,0	18,3
Minas Gerais	100,0	5,1	75,0	20,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	100,0	4,7	78,2	17,1
Espírito Santo	100,0	5,4	77,9	16,8
Rio de Janeiro	100,0	3,5	72,6	23,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	100,0	3,3	72,7	24,1
São Paulo	100,0	3,2	80,9	15,9
Região Metropolitana de São Paulo	100,0	2,7	83,5	13,8
Sul	100,0	4,0	77,5	18,5
Paraná	100,0	4,6	79,9	15,6
Região Metropolitana de Curitiba	100,0	4,9	81,1	14,1
Santa Catarina	100,0	2,8	79,5	17,8
Rio Grande do Sul	100,0	4,4	74,0	21,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	100,0	3,7	75,9	20,5
Centro-Oeste	100,0	4,0	82,8	13,2
Mato Grosso do Sul	100,0	4,7	82,1	13,2
Mato Grosso	100,0	3,5	85,5	11,0
Goiás	100,0	4,0	83,5	12,5
Distrito Federal	100,0	3,9	80,8	15,3

Tabela 5.9 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por rendimento familiar *per capita* e origem do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (%)			
	Rendimento familiar <i>per capita</i> de até 1/4 do salário mínimo			
	Total	Origem dos rendimentos		
		Outras	Trabalho	Aposentadoria e pensão
Brasil	100,0	31,5	62,0	6,5
Norte	100,0	27,1	68,3	4,6
Rondônia	100,0	25,2	68,0	6,9
Acre	100,0	26,4	70,9	2,7
Amazonas	100,0	24,3	69,6	6,1
Roraima	100,0	44,7	53,3	2,0
Pará	100,0	27,1	68,6	4,4
Região Metropolitana de Belém	100,0	18,3	75,7	6,0
Amapá	100,0	32,0	65,6	2,3
Tocantins	100,0	30,0	66,7	3,3
Nordeste	100,0	34,4	59,1	6,5
Maranhão	100,0	33,7	56,9	9,4
Piauí	100,0	36,1	60,3	3,7
Ceará	100,0	35,1	59,7	5,1
Região Metropolitana de Fortaleza	100,0	23,8	72,3	3,9
Rio Grande do Norte	100,0	34,9	57,7	7,4
Paraíba	100,0	32,2	63,7	4,0
Pernambuco	100,0	35,0	58,1	6,9
Região Metropolitana de Recife	100,0	26,5	65,2	8,3
Alagoas	100,0	33,0	56,2	10,8
Sergipe	100,0	35,8	61,2	2,9
Bahia	100,0	34,1	60,0	5,9
Região Metropolitana de Salvador	100,0	28,4	64,0	7,6
Sudeste	100,0	27,3	64,6	8,1
Minas Gerais	100,0	30,3	60,1	9,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	100,0	25,4	70,8	3,8
Espírito Santo	100,0	24,3	70,4	5,4
Rio de Janeiro	100,0	22,6	69,0	8,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	100,0	22,6	70,1	7,3
São Paulo	100,0	27,6	65,9	6,5
Região Metropolitana de São Paulo	100,0	28,6	66,8	4,6
Sul	100,0	28,5	64,5	7,0
Paraná	100,0	28,5	65,5	6,0
Região Metropolitana de Curitiba	100,0	20,1	63,0	16,9
Santa Catarina	100,0	22,6	61,6	15,8
Rio Grande do Sul	100,0	30,4	64,7	4,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	100,0	24,2	70,1	5,7
Centro-Oeste	100,0	28,8	65,7	5,5
Mato Grosso do Sul	100,0	33,6	61,1	5,4
Mato Grosso	100,0	28,3	63,7	8,0
Goiás	100,0	28,3	68,2	3,5
Distrito Federal	100,0	26,1	65,3	8,6

Tabela 5.9 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por rendimento familiar *per capita* e origem do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (%)			
	Rendimento familiar <i>per capita</i> de mais de 1/4 até 1/2 do salário mínimo			
	Total	Origem dos rendimentos		
Outras		Trabalho	Aposentadoria e pensão	
Brasil	100,0	11,5	73,7	14,8
Norte	100,0	12,3	77,0	10,7
Rondônia	100,0	11,7	79,1	9,2
Acre	100,0	13,9	75,9	10,2
Amazonas	100,0	11,7	78,9	9,4
Roraima	100,0	21,9	72,8	5,3
Pará	100,0	11,4	77,1	11,5
Região Metropolitana de Belém	100,0	8,2	82,4	9,5
Amapá	100,0	18,4	75,8	5,8
Tocantins	100,0	13,4	72,3	14,2
Nordeste	100,0	13,2	68,8	18,0
Maranhão	100,0	13,9	60,9	25,2
Piauí	100,0	15,1	72,0	12,9
Ceará	100,0	12,6	69,5	17,9
Região Metropolitana de Fortaleza	100,0	11,1	78,6	10,2
Rio Grande do Norte	100,0	13,4	72,3	14,3
Paraíba	100,0	13,8	69,1	17,1
Pernambuco	100,0	12,7	68,0	19,3
Região Metropolitana de Recife	100,0	10,8	72,6	16,5
Alagoas	100,0	14,6	70,6	14,8
Sergipe	100,0	12,5	73,1	14,5
Bahia	100,0	12,7	70,3	17,0
Região Metropolitana de Salvador	100,0	11,2	78,9	9,9
Sudeste	100,0	9,5	76,9	13,6
Minas Gerais	100,0	10,7	72,6	16,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	100,0	10,5	75,3	14,2
Espírito Santo	100,0	9,4	79,3	11,3
Rio de Janeiro	100,0	7,8	78,6	13,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	100,0	7,6	78,7	13,7
São Paulo	100,0	9,6	79,0	11,5
Região Metropolitana de São Paulo	100,0	7,8	83,4	8,9
Sul	100,0	10,1	75,6	14,3
Paraná	100,0	8,4	75,8	15,8
Região Metropolitana de Curitiba	100,0	7,9	81,9	10,2
Santa Catarina	100,0	10,1	74,5	15,4
Rio Grande do Sul	100,0	11,8	75,7	12,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	100,0	8,0	78,1	13,9
Centro-Oeste	100,0	10,6	80,5	8,9
Mato Grosso do Sul	100,0	14,0	76,8	9,2
Mato Grosso	100,0	11,1	79,8	9,0
Goiás	100,0	10,1	81,5	8,4
Distrito Federal	100,0	7,4	82,9	9,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 5.10 - Distribuição percentual do total do rendimento familiar *per capita* dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por quintos do rendimento familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Distribuição percentual do total do rendimento familiar <i>per capita</i> dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por quintos do rendimento familiar <i>per capita</i> (%)					
	Total	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	100,0	3,5	7,7	12,2	18,9	57,7
Norte	100,0	3,4	7,4	12,0	18,8	58,3
Nordeste	100,0	3,2	7,5	12,1	19,0	58,2
Sudeste	100,0	4,3	8,5	12,2	18,8	56,3
Sul	100,0	4,7	9,2	13,1	20,0	53,0
Centro-Oeste	100,0	4,0	7,8	11,2	17,5	59,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Notas: 1. Excluídos os arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.11 - Rendimento mensal familiar *per capita*, médio e mediano, dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Rendimento mensal familiar <i>per capita</i> , médio e mediano, dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (R\$)	
	Médio	Mediano
Brasil	911,67	545,00
Norte	655,99	387,50
Nordeste	575,13	348,50
Sudeste	1 075,25	650,00
Sul	1 061,43	700,00
Centro-Oeste	1 099,05	600,00

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Notas: 1. Excluídos os arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.12 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2011

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	64 358	25,8	67,1	2,2	4,9
Unipessoal	7 990	4,8	87,6	4,3	3,2
Casal com filhos	29 804	33,2	60,8	0,8	5,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	16 073	40,6	54,3	1,2	4,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4 727	41,9	52,7	0,3	5,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	9 004	15,6	76,8	0,3	7,3
Casal sem filhos	11 917	13,8	79,9	1,7	4,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	11 878	34,6	55,2	4,9	5,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 145	51,0	34,6	11,7	2,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 296	51,5	42,1	1,5	4,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	6 437	20,6	71,1	1,3	7,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 599	20,6	70,2	2,2	7,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	169	14,1	76,9	3,6	5,4
Pessoa de referência do sexo masculino	40 258	25,2	68,6	1,5	4,7
Unipessoal	3 875	5,4	86,7	4,9	3,0
Casal com filhos	24 309	33,2	61,0	0,8	5,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	13 154	40,5	54,4	1,2	3,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 825	41,9	53,1	0,3	4,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 330	15,5	77,2	0,3	7,0
Casal sem filhos	9 741	14,2	79,8	1,7	4,3
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	1 338	25,6	65,6	3,3	5,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	407	38,4	50,8	7,8	3,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	110	41,7	52,4	1,7	4,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	821	17,1	74,7	1,3	6,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	921	14,7	75,7	2,3	7,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	74	7,9	81,2	3,5	7,4
Pessoa de referência do sexo feminino	24 099	26,9	64,5	3,4	5,2
Unipessoal	4 115	4,4	88,6	3,8	3,3
Casal com filhos	5 495	33,5	59,8	0,7	6,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	2 919	40,8	53,7	1,0	4,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	902	42,2	51,2	0,3	6,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 674	16,1	75,0	0,3	8,5
Casal sem filhos	2 176	12,1	80,2	1,6	6,0
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	10 540	35,8	53,9	5,1	5,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 738	52,4	32,9	12,1	2,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 185	52,4	41,2	1,5	4,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	5 616	21,2	70,6	1,3	7,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 679	23,8	67,2	2,1	6,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	95	18,9	73,5	3,6	3,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.13 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2011

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	17 001	44,5	48,3	2,9	4,3
Unipessoal	1 839	11,2	80,8	5,6	2,4
Casal com filhos	7 994	56,6	37,7	0,9	4,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 419	64,6	30,2	1,4	3,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 338	69,5	25,8	0,3	4,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 237	33,0	59,5	0,4	7,1
Casal sem filhos	2 845	27,2	66,0	3,0	3,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 569	50,8	39,2	5,7	4,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 326	67,2	17,4	13,0	2,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	373	74,4	20,5	1,6	3,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 870	34,4	58,3	1,4	5,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	708	34,7	58,0	2,3	4,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	46	19,2	73,5	4,8	2,5
Pessoa de referência do sexo masculino	10 431	45,0	48,6	2,1	4,3
Unipessoal	911	13,2	77,7	6,7	2,4
Casal com filhos	6 562	56,3	37,9	1,0	4,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 638	64,3	30,4	1,5	3,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 098	69,2	26,1	0,3	4,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 825	32,8	59,9	0,3	7,0
Casal sem filhos	2 358	27,7	65,8	3,0	3,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	394	43,7	47,8	4,4	4,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	131	59,2	28,8	10,0	2,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	30	77,0	17,3	4,8	0,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	234	30,9	62,3	1,2	5,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	192	27,1	62,2	4,6	6,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	15	10,0	88,1	0,0	1,9
Pessoa de referência do sexo feminino	6 570	43,8	48,0	4,0	4,2
Unipessoal	928	9,3	83,9	4,5	2,3
Casal com filhos	1 433	57,6	36,8	0,8	4,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	781	66,1	29,4	1,1	3,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	240	70,8	24,5	0,5	4,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	412	33,8	58,1	0,5	7,7
Casal sem filhos	487	25,2	67,0	2,8	5,1
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 175	51,6	38,1	5,9	4,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 195	68,0	16,1	13,3	2,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	344	74,2	20,8	1,3	3,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 636	34,9	57,8	1,5	5,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	516	37,6	56,5	1,5	4,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	31	23,5	66,7	7,0	2,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.14 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2011

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	27 904	16,9	74,7	1,9	6,5
Unipessoal	3 775	2,5	89,2	4,0	4,4
Casal com filhos	12 575	21,9	70,7	0,6	6,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	6 476	28,7	65,1	0,9	5,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 896	28,3	64,6	0,3	6,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	4 204	8,6	82,1	0,3	9,0
Casal sem filhos	5 199	8,4	84,2	1,3	6,1
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	5 113	25,0	64,1	4,1	6,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 596	40,6	46,0	10,3	3,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	545	40,0	52,0	1,6	6,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 972	13,9	76,1	1,2	8,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 177	13,0	75,2	1,6	10,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	64	10,9	77,6	1,8	9,7
Pessoa de referência do sexo masculino	17 424	16,0	76,7	1,3	6,0
Unipessoal	1 761	1,9	89,4	4,6	4,0
Casal com filhos	10 356	21,8	71,2	0,7	6,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	5 355	28,6	65,4	1,0	5,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 547	28,0	65,6	0,3	6,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 454	8,6	82,8	0,3	8,4
Casal sem filhos	4 264	8,7	84,4	1,3	5,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	562	12,8	77,1	2,9	7,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	141	21,4	68,4	6,8	3,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	43	19,4	73,8	1,0	5,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	377	8,9	80,8	1,7	8,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	448	11,2	77,6	1,2	10,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	34	6,3	80,2	3,4	10,1
Pessoa de referência do sexo feminino	10 479	18,5	71,6	2,8	7,2
Unipessoal	2 014	2,9	89,1	3,4	4,6
Casal com filhos	2 220	22,5	68,4	0,4	8,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 121	29,2	63,7	0,6	6,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	348	29,6	60,3	0,3	9,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	750	9,0	79,2	0,1	11,6
Casal sem filhos	935	6,8	83,7	1,0	8,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	4 551	26,5	62,5	4,2	6,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 455	42,5	43,8	10,6	3,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	502	41,8	50,2	1,7	6,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 594	14,6	75,4	1,1	8,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	729	14,1	73,7	1,8	10,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	31	16,1	74,7	0,0	9,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: Exclusive as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 5.15 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2011

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	194 701	32,4	60,7	1,6	5,2
Unipessoal	7 990	4,8	87,6	4,3	3,2
Casal com filhos	118 890	36,9	57,1	0,7	5,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	61 114	44,2	50,6	1,1	4,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	23 922	46,1	48,6	0,3	5,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	33 854	17,2	75,0	0,3	7,5
Casal sem filhos	25 871	14,9	78,7	1,7	4,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	34 967	38,6	51,8	4,1	5,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	11 176	56,0	30,9	10,3	2,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	5 319	54,7	38,8	1,5	5,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	18 472	23,5	68,2	1,1	7,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	6 599	22,3	68,0	1,9	7,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	384	14,5	75,9	3,6	6,0
Pessoa de referência do sexo masculino	94 522	32,2	61,1	1,5	5,3
Unipessoal	3 875	5,4	86,7	4,9	3,0
Casal com filhos	61 166	36,8	57,2	0,7	5,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	30 741	44,4	50,4	1,1	4,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	12 440	46,3	48,2	0,3	5,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	17 985	17,1	75,1	0,3	7,5
Casal sem filhos	12 914	15,0	78,6	1,7	4,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	13 609	38,3	52,4	3,6	5,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 983	57,1	30,5	9,6	2,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	2 221	54,5	39,1	1,4	5,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 405	23,3	68,2	0,9	7,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 767	20,4	70,1	1,9	7,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	191	11,7	76,5	3,5	8,3
Pessoa de referência do sexo feminino	100 180	32,6	60,4	1,8	5,2
Unipessoal	4 115	4,4	88,6	3,8	3,3
Casal com filhos	57 724	37,0	57,0	0,7	5,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	30 373	44,1	50,8	1,1	4,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	11 482	45,8	48,9	0,3	5,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	15 869	17,2	74,9	0,3	7,6
Casal sem filhos	12 957	14,8	78,8	1,7	4,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	21 358	38,8	51,4	4,5	5,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	7 193	55,4	31,2	10,7	2,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 098	54,9	38,6	1,5	5,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	11 067	23,6	68,1	1,2	7,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	3 832	23,6	66,6	1,9	7,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	194	17,2	75,4	3,7	3,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Notas: 1. Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
2. Rendimento mediano dos arranjos familiares.

Tabela 5.16 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2011

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	54 110	53,0	40,4	2,0	4,6
Unipessoal	1 839	11,2	80,8	5,6	2,4
Casal com filhos	33 107	60,3	34,0	0,8	4,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	17 250	67,7	27,2	1,3	3,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	7 138	72,8	22,7	0,3	4,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	8 720	35,5	56,9	0,3	7,2
Casal sem filhos	6 366	28,8	64,5	2,8	3,9
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	10 868	54,8	36,1	4,6	4,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 619	71,5	15,0	11,1	2,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 573	76,6	18,4	1,7	3,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	5 676	38,1	54,5	1,2	6,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 828	36,3	55,9	2,0	5,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	103	19,9	72,5	4,8	2,8
Pessoa de referência do sexo masculino	26 142	53,4	40,2	1,8	4,6
Unipessoal	911	13,2	77,7	6,7	2,4
Casal com filhos	17 105	60,4	34,0	0,8	4,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	8 696	68,0	26,9	1,2	3,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 742	73,2	22,2	0,4	4,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	4 668	35,8	56,6	0,4	7,2
Casal sem filhos	3 168	29,1	64,3	2,8	3,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	4 238	55,3	36,2	3,9	4,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 294	73,5	14,1	10,1	2,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	658	78,4	16,1	2,0	3,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 286	38,3	54,4	0,9	6,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	680	35,5	55,6	2,7	6,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	39	16,1	80,2	0,0	3,7
Pessoa de referência do sexo feminino	27 968	52,6	40,7	2,2	4,6
Unipessoal	928	9,3	83,9	4,5	2,3
Casal com filhos	16 002	60,3	34,1	0,8	4,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	8 554	67,4	27,5	1,3	3,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 396	72,3	23,1	0,3	4,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	4 052	35,2	57,3	0,3	7,2
Casal sem filhos	3 198	28,5	64,7	2,7	4,1
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	6 629	54,5	36,1	5,0	4,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	2 325	70,4	15,6	11,6	2,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	914	75,3	20,0	1,4	3,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 391	38,0	54,5	1,4	6,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 148	36,8	56,0	1,6	5,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	64	22,2	67,8	7,8	2,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Notas: 1. Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
2. Rendimento mediano dos arranjos familiares.

Tabela 5.17 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2011

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	81 815	21,7	70,0	1,4	6,9
Unipessoal	3 775	2,5	89,2	4,0	4,4
Casal com filhos	49 036	24,5	68,0	0,6	6,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	24 167	31,8	61,9	0,9	5,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	9 210	31,1	61,7	0,3	6,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	15 659	9,3	81,1	0,3	9,4
Casal sem filhos	11 104	8,8	83,7	1,2	6,3
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	14 788	28,4	61,0	3,5	7,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 263	45,6	41,7	9,3	3,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	2 205	42,7	49,2	1,4	6,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	8 319	15,8	74,0	1,1	9,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 967	14,7	72,9	1,4	11,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	146	10,5	77,0	1,6	10,9
Pessoa de referência do sexo masculino	39 446	21,2	70,6	1,3	6,9
Unipessoal	1 761	1,9	89,4	4,6	4,0
Casal com filhos	25 109	24,2	68,2	0,6	7,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	12 153	32,0	61,7	0,9	5,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4 725	30,9	61,6	0,4	7,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	8 232	8,9	81,6	0,3	9,3
Casal sem filhos	5 536	8,9	83,5	1,2	6,3
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	5 688	27,6	61,9	3,2	7,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 503	45,7	41,9	9,0	3,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	910	41,2	51,1	0,9	6,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 274	15,5	74,0	1,1	9,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 271	14,2	74,0	1,2	10,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	81	8,0	76,6	2,8	12,5
Pessoa de referência do sexo feminino	42 369	22,1	69,5	1,5	6,9
Unipessoal	2 014	2,9	89,1	3,4	4,6
Casal com filhos	23 926	24,8	67,8	0,6	6,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	12 014	31,7	62,1	0,9	5,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4 485	31,2	61,8	0,3	6,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 428	9,8	80,6	0,3	9,4
Casal sem filhos	5 568	8,8	83,8	1,2	6,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	9 100	28,9	60,5	3,7	6,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	2 760	45,5	41,7	9,5	3,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 295	43,8	47,9	1,8	6,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	5 045	16,0	74,0	1,1	8,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 696	15,0	72,0	1,5	11,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	65	13,7	77,6	0,0	8,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Notas: 1. Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
2. Rendimento mediano dos arranjos familiares.

Tabela 5.18 - Média de anos de estudo e rendimento médio mensal de todos os trabalhos, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por cor ou raça			
	Branca		Preta ou Parda	
	Média de anos de estudo	Rendimento médio mensal de todos os trabalhos (salário mínimo)	Média de anos de estudo	Rendimento médio mensal de todos os trabalhos (salário mínimo)
Brasil	9,3	3,8	7,5	2,2
Norte	8,6	3,2	7,2	2,2
Rondônia	8,1	3,3	7,4	2,6
Acre	8,5	3,4	7,2	2,3
Amazonas	9,6	3,5	7,8	2,3
Roraima	9,4	3,9	8,6	2,9
Pará	8,2	2,9	6,8	2,0
Região Metropolitana de Belém	10,1	3,5	8,9	2,4
Amapá	10,0	3,2	8,3	2,6
Tocantins	8,9	3,6	7,5	2,0
Nordeste	8,1	2,7	6,7	1,7
Maranhão	7,6	2,6	6,3	1,5
Piauí	7,0	2,3	5,8	1,5
Ceará	8,4	2,6	6,6	1,6
Região Metropolitana de Fortaleza	9,8	3,3	7,8	2,0
Rio Grande do Norte	8,7	3,0	6,8	1,8
Paraíba	8,4	2,7	6,8	1,9
Pernambuco	8,3	2,5	7,2	1,9
Região Metropolitana de Recife	10,1	3,4	8,7	2,3
Alagoas	7,6	2,3	6,1	1,6
Sergipe	8,1	2,9	7,2	2,0
Bahia	8,0	3,1	6,9	1,8
Região Metropolitana de Salvador	10,8	5,8	8,9	2,5
Sudeste	9,8	4,1	8,2	2,5
Minas Gerais	8,9	3,4	7,5	2,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	10,5	5,0	8,4	2,7
Espírito Santo	9,3	3,7	8,1	2,5
Rio de Janeiro	10,1	4,5	8,3	2,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	10,4	4,9	8,6	2,7
São Paulo	10,1	4,2	8,6	2,7
Região Metropolitana de São Paulo	10,6	5,0	8,9	2,8
Sul	9,1	3,6	7,6	2,4
Paraná	9,2	3,6	7,5	2,4
Região Metropolitana de Curitiba	9,9	4,4	8,1	2,6
Santa Catarina	9,4	3,7	8,0	2,7
Rio Grande do Sul	8,8	3,5	7,5	2,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	9,7	4,0	8,2	2,4
Centro-Oeste	9,7	4,6	8,1	2,9
Mato Grosso do Sul	9,5	4,0	7,5	2,6
Mato Grosso	9,1	4,2	7,9	2,6
Goiás	9,3	3,7	7,8	2,4
Distrito Federal	11,3	7,9	9,7	4,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 5.19 - Distribuição do rendimento mensal familiar *per capita* das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Distribuição do rendimento mensal familiar <i>per capita</i> das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça (%)	
	Branca	Preta ou Parda
Com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres, em relação ao total de pessoas		
Brasil	24,4	74,5
Norte	14,0	83,3
Nordeste	22,7	76,0
Sudeste	36,7	62,9
Sul	61,4	37,8
Centro-Oeste	28,8	69,8
Com rendimento de trabalho, entre o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas		
Brasil	82,3	16,3
Norte	48,1	50,8
Nordeste	55,9	43,2
Sudeste	88,6	9,8
Sul	93,5	5,2
Centro-Oeste	76,8	21,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 5.20 - População residente, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo os décimos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2011

Décimos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>	População residente		
	Total (1 000 pessoas) (1) (2)	Distribuição percentual, por cor ou raça (%)	
		Branca	Preta ou parda
Total	181 325 232	100,0	100,0
1º décimo	18 132 322	5,4	14,2
2º décimo	18 132 092	6,8	12,9
3º décimo	18 132 686	7,6	12,3
4º décimo	18 132 522	8,2	11,7
5º décimo	18 132 747	9,5	10,5
6º décimo	18 132 456	10,4	9,7
7º décimo	18 132 534	11,1	9,0
8º décimo	18 132 436	12,2	8,0
9º décimo	18 132 554	13,5	6,7
10º décimo	18 132 883	15,4	4,9
	Acumulado		
Até 1º décimo	18 132 322	5,4	14,2
Até 2º décimo	36 264 414	12,2	27,2
Até 3º décimo	54 397 100	19,8	39,5
Até 4º décimo	72 529 622	28,0	51,2
Até 5º décimo	90 662 369	37,5	61,7
Até 6º décimo	108 794 825	47,9	71,4
Até 7º décimo	126 927 359	58,9	80,4
Até 8º décimo	145 059 795	71,1	88,4
Até 9º décimo	163 192 349	84,6	95,1
Até 10º décimo	181 325 232	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Exclusive as pessoas sem rendimento. (2) Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração.

Tabela 5.21 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana referência										
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)									
		Empregado		Trabalhador doméstico		Militar e funcionário público estatutário	Conta própria	Empregador	Trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso	Outro trabalho não remunerado	
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira						
		Branca									
Brasil	44 925	43,0	12,4	2,0	3,7	0,0	20,6	4,9	2,8	2,6	
Norte	1 665	28,0	17,1	0,9	3,8	10,7	26,7	4,3	3,8	4,6	
Nordeste	6 514	26,8	17,8	0,9	3,7	9,4	25,1	4,3	7,5	4,4	
Sudeste	22 282	48,6	11,3	2,4	3,7	7,7	18,9	4,9	1,2	1,3	
Sul	11 361	44,6	10,3	2,0	3,4	7,0	20,3	5,1	3,4	4,0	
Centro-Oeste	3 102	38,5	14,4	1,7	4,2	11,6	20,8	5,5	1,7	1,6	
		Preta ou parda									
Brasil	46 111	36,0	17,0	2,5	6,1	6,4	21,9	2,0	5,0	3,0	
Norte	5 329	23,0	19,9	1,1	5,4	8,2	28,8	2,0	5,0	6,4	
Nordeste	16 383	24,9	20,5	1,2	6,0	6,6	25,5	1,9	9,2	4,2	
Sudeste	17 276	47,5	13,7	3,8	6,5	5,7	17,6	1,8	2,0	1,4	
Sul	3 068	46,9	13,6	3,2	5,8	4,5	17,8	2,3	3,5	2,5	
Centro-Oeste	4 055	40,5	16,3	3,2	6,3	8,3	19,7	2,6	1,9	1,3	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Tabela 5.22 - Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, total e proporção de pessoas com carências sociais, por tipo, e proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a 60% da mediana, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes						
	Total (1)	Proporção de pessoas (%)					Com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a 60% da mediana (%)
		Com carências sociais, por tipo					
		Atraso Educativo	Sem acesso à segurança social	Com carências na qualidade dos espaços	Sem acesso a serviços básicos	Ao menos uma das carências	
Brasil	184 123 154	31,2	21,3	4,0	32,2	58,4	29,8
Norte	15 520 937	31,3	28,3	11,4	64,6	79,1	45,8
Rondônia	1 506 696	33,6	29,5	1,9	66,2	79,8	30,5
Acre	746 273	29,6	28,5	21,7	73,0	85,5	44,9
Amazonas	3 136 623	26,9	28,4	22,0	51,9	72,3	47,4
Roraima	462 196	22,5	22,8	6,0	19,3	46,6	34,4
Pará	7 589 624	33,9	29,2	9,0	70,8	83,1	50,0
Região Metropolitana de Belém	1 956 297	22,1	25,5	3,2	38,2	62,5	34,0
Amapá	666 585	24,8	25,5	11,4	71,2	82,8	45,9
Tocantins	1 412 940	31,8	25,4	7,0	64,4	77,9	40,1
Nordeste	51 465 880	36,8	23,3	5,4	48,4	70,5	50,8
Maranhão	6 491 737	35,1	22,9	21,8	65,0	79,4	60,8
Piauí	3 131 435	40,5	23,0	5,2	44,2	69,3	51,8
Ceará	8 479 314	35,1	23,2	3,0	52,1	71,9	50,1
Região Metropolitana de Fortaleza	1 956 297	22,1	25,5	3,2	38,2	62,5	34,0
Rio Grande do Norte	3 212 230	36,8	24,1	1,7	34,2	63,4	47,0
Paraíba	3 724 929	39,6	23,9	2,6	40,6	68,0	47,5
Pernambuco	8 141 180	36,4	23,2	2,8	42,1	67,7	49,1
Região Metropolitana de Recife	3 218 834	28,0	19,8	2,5	23,1	53,4	38,8
Alagoas	3 001 285	39,6	20,7	3,6	64,5	79,8	58,5
Sergipe	2 070 209	35,5	25,1	1,7	35,8	63,2	45,7
Bahia	13 213 561	36,9	23,8	3,3	46,8	68,7	48,0
Região Metropolitana de Salvador	3 497 829	24,5	19,7	1,2	8,8	42,0	30,1
Sudeste	76 093 939	28,0	19,2	1,1	14,8	46,2	19,0
Minas Gerais	19 020 724	35,2	20,0	1,4	24,1	55,2	25,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	4 643 964	26,7	14,6	0,6	8,9	40,3	17,2
Espírito Santo	3 366 933	30,8	21,9	1,4	22,6	52,5	23,9
Rio de Janeiro	14 431 538	27,4	22,5	0,7	22,0	51,9	22,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	10 470 301	25,9	23,0	0,5	19,6	49,9	20,2
São Paulo	39 274 744	24,6	17,4	1,0	7,0	39,2	14,3
Região Metropolitana de São Paulo	18 570 463	21,8	17,6	0,9	6,8	37,5	14,6
Sul	26 934 077	31,2	18,7	6,5	25,4	54,7	15,9
Paraná	10 329 917	31,1	18,7	3,4	28,5	55,2	16,5
Região Metropolitana de Curitiba	3 113 757	25,6	15,7	2,0	17,9	44,7	12,2
Santa Catarina	6 134 099	27,6	16,3	5,3	22,4	49,9	11,8
Rio Grande do Sul	10 470 061	33,5	20,1	10,4	24,2	57,1	17,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	3 873 584	26,3	17,7	4,4	13,1	45,2	14,3
Centro-Oeste	14 108 321	28,0	22,3	1,6	44,1	64,4	20,4
Mato Grosso do Sul	2 484 687	31,2	20,6	1,8	61,5	75,0	20,2
Mato Grosso	3 056 978	29,3	21,7	3,0	65,6	77,2	20,5
Goiás	5 990 105	30,3	25,6	0,9	42,1	66,1	21,8
Distrito Federal	2 576 551	18,1	17,1	1,6	6,4	34,9	17,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Exclui as pessoas sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*.

Tabela 5.23 - Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, total e distribuição percentual por grupos de vulnerabilidade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes				
	Total (1)	Distribuição percentual, por grupos de vulnerabilidade (%)			
		Por renda e carências sociais	Por carências sociais	Por rendimento	Não vulneráveis
Brasil	184 123 154	22,4	36,0	7,4	34,2
Norte	15 520 937	40,0	39,2	5,8	15,1
Rondônia	1 506 696	27,4	52,4	3,1	17,1
Acre	746 273	42,0	43,6	3,0	11,5
Amazonas	3 136 623	39,2	33,2	8,2	19,4
Roraima	462 196	19,2	27,3	15,2	38,2
Pará	7 589 624	44,7	38,4	5,3	11,6
Região Metropolitana de Belém	1 956 297	24,6	38,0	9,5	28,0
Amapá	666 585	41,3	41,5	4,6	12,6
Tocantins	1 412 940	35,2	42,6	4,9	17,3
Nordeste	51 465 880	40,1	30,4	10,7	18,8
Maranhão	6 491 737	53,0	26,4	7,8	12,8
Piauí	3 131 435	38,8	30,4	13,0	17,7
Ceará	8 479 314	39,7	32,2	10,5	17,7
Região Metropolitana de Fortaleza	1 956 297	24,6	38,0	9,5	28,0
Rio Grande do Norte	3 212 230	32,6	30,8	14,4	22,2
Paraíba	3 724 929	37,1	30,9	10,4	21,6
Pernambuco	8 141 180	36,7	31,0	12,4	19,9
Região Metropolitana de Recife	3 218 834	23,7	29,7	15,1	31,5
Alagoas	3 001 285	49,1	30,7	9,4	10,8
Sergipe	2 070 209	32,5	30,7	13,1	23,6
Bahia	13 213 561	38,1	30,5	9,9	21,4
Região Metropolitana de Salvador	3 497 829	16,0	26,0	14,2	43,9
Sudeste	76 093 939	11,9	34,4	7,1	46,6
Minas Gerais	19 020 724	17,4	37,8	8,1	36,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	4 643 964	8,8	31,5	8,4	51,3
Espírito Santo	3 366 933	16,1	36,4	7,8	39,7
Rio de Janeiro	14 431 538	14,9	37,1	7,1	41,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	10 470 301	13,6	36,3	6,6	43,5
São Paulo	39 274 744	7,7	31,5	6,6	54,1
Região Metropolitana de São Paulo	18 570 463	7,8	29,8	6,8	55,7
Sul	26 934 077	11,3	43,4	4,6	40,7
Paraná	10 329 917	12,2	43,1	4,4	40,4
Região Metropolitana de Curitiba	3 113 757	8,8	35,9	3,4	51,9
Santa Catarina	6 134 099	8,3	41,6	3,5	46,6
Rio Grande do Sul	10 470 061	12,2	44,9	5,4	37,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	3 873 584	8,5	36,8	5,8	49,0
Centro-Oeste	14 108 321	16,2	48,2	4,2	31,4
Mato Grosso do Sul	2 484 687	18,0	57,0	2,2	22,8
Mato Grosso	3 056 978	18,2	59,0	2,3	20,5
Goiás	5 990 105	17,2	48,9	4,6	29,3
Distrito Federal	2 576 551	9,5	25,4	7,5	57,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

(1) Exclui as pessoas sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*.

Direitos humanos

Entre os direitos humanos, existe profunda afinidade estrutural. Diversos são os documentos que a retratam, sendo, portanto, reconhecida internacional e nacionalmente a indivisibilidade entre eles. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que reconheceu a universalidade destes direitos, e a Constituição Federal do Brasil, de 1988, que elencou os direitos fundamentais do País, retratam com clareza este princípio. O direito à vida, por exemplo, previsto no *caput* do Art. 5º da Constituição Federal e no Art. 3º da Declaração Universal, não pode ser trabalhado sem que sejam considerados, em conjunto, o direito à saúde, à educação e à liberdade de expressão. A plena efetivação de um direito fundamental implica, portanto, na efetivação de muitos outros e esta relação acontece entre todos os direitos que constituem fundamento para a dignidade humana. A indivisibilidade está, assim, no núcleo dos direitos fundamentais. Nesse contexto, para todo e qualquer estudo sobre os direitos humanos, não há hierarquia, nem preferência entre estes. É preciso que haja análise sobre as diversas dimensões humanas e efetivação dos direitos inerentes a elas de forma conjunta e agregada.

Seguindo essa premissa, o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas - ONU elaborou, em 2008, o documento *Report on indicators for promoting and monitoring the implementation of human rights*²². Com o objetivo de construir base capaz de retratar o alcance dos direitos humanos e compor instrumento de auxílio dos países-membros na avaliação de suas políticas de forma constante e permanente, foram apresentados, neste documento, fundamentos

²² Para informações complementares, consultar o documento: REPORT on indicators for promoting and monitoring the implementation of human rights. New York: United Nations, 2008. 50 p. (HRI/MC/2008/3). Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/issues/indicators/docs/HRI.MC.2008.3_en.pdf>, Acesso em: out. 2012.

conceituais e metodológicos para que indicadores de direitos humanos pudessem ser desenvolvidos, identificados e sistematizados.

O sistema proposto se baseia em 12 grupamentos de direitos nos quais foram identificados atributos que reúnem um determinado conjunto de indicadores subdivididos em indicadores de estrutura, de processo e de resultado. Os indicadores estruturais são construídos de forma a monitorar a estrutura estatal existente através de órgãos e agentes responsáveis pela garantia do direito. Os indicadores de processo referem-se ao esforço desempenhado pelo cumpridor do direito em suas obrigações, isto é, as obrigações estatais em respeitar, proteger e realizar os direitos humanos. Por fim, os indicadores de resultado buscam avaliar a eficácia dos direitos, ou seja, o reflexo dos esforços desempenhados na sociedade na forma de direitos realizados, efetivados.

A metodologia escolhida, ao utilizar os atributos tenta garantir que os direitos humanos e sua eficácia na sociedade sejam melhor identificados e mensurados. Um maior número de indicadores garante que a pluralidade que os direitos abrigam consiga ser melhor respeitada e, desta forma, a realidade melhor retratada. Entretanto, o Relatório da ONU também defende o uso de variáveis transversais para melhor identificação de determinados direitos, como, por exemplo, a desagregação dos dados por sexo, idade, cor ou raça, entre outros aspectos. O Quadro 6.1, a seguir, traz os 12 direitos escolhidos pela ONU e seus respectivos atributos. Associados a eles, o documento propõe, ainda, a título ilustrativo, uma extensa lista de indicadores estruturais, de processo e de resultados. Naturalmente, muitos dos indicadores propostos, e mesmo alguns atributos, devem ser adaptados à realidade normativa brasileira e à disponibilidade de fontes e dados nacionais.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, através da Portaria nº 619, de 22.05.2012, instituiu o Comitê Técnico de Acompanhamento do Sistema Nacional de Indicadores de Direitos Humanos - SNIDH, do qual o IBGE faz parte, com o objetivo definir o marco metodológico de elaboração do SNIDH, bem como acompanhar o processo de sua construção. O referencial metodológico será o Relatório da ONU e o trabalho de construção do SNIDH ainda está em seus estágios iniciais. A proposta do presente capítulo é, assim, trazer uma primeira reflexão sobre esse Relatório e apontar alguns indicadores passíveis de serem construídos a partir de dados dos Censos Demográficos e das pesquisas amostrais realizadas pelo IBGE e de sistemas de registros administrativos provenientes de outras fontes²³.

Muitos indicadores propostos encontram-se elencados nos capítulos anteriores desta Síntese de Indicadores Sociais e, para não repeti-los, optou-se por mencioná-los em cada direito analisado, informando, complementarmente, o capítulo onde encontrá-los. Ressalta-se ainda que nem todos os atributos foram citados e indicadores adaptados, conforme apontado anteriormente. A proposta deste capítulo é reunir um elenco possível de indicadores organizados segundo a estrutura proposta pelo Relatório da ONU, que servirá de base para a elaboração do SNIDH, de forma a trazer para esta publicação a abordagem de direitos humanos e seu princípio de indivisibilidade sobre o conjunto de indicadores divulgados.

²³ Das pesquisas amostrais do IBGE, citam-se: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE e Pesquisa Mensal de Emprego - PME. Entre os sistemas de registros administrativos externos, destacam-se: Censo Escolar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres; bancos de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS, do Ministério da Saúde; da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV; do Ministério do Trabalho e Emprego; e do Conselho Nacional de Justiça, entre outras fontes.

Quadro 1 - Grupos de direitos humanos e atributos escolhidos pela Organização das Nações Unidas - ONU, indicadores selecionados e fontes de dados utilizadas

(continua)

Direitos humanos	Atributos	Indicadores selecionados	Fonte
1. À vida	1.1. Privação arbitrária da vida 1.2. Desaparecimento de indivíduos 1.3. Saúde e nutrição 1.4. Pena de morte	Taxas de mortalidade específicas por causas externas	DATASUS (MS)
2. À liberdade e segurança da pessoa	2.1. Prisão e detenção com base em acusações criminais 2.2. Privação administrativa da liberdade 2.3. Revisão efetiva pelo tribunal de justiça 2.4. Garantia contra crime e abuso por oficiais de justiça	Proporção de pessoas que se sentem inseguras	PNAD Suplemento Vitimização (IBGE)
3. À alimentação adequada	3.1. Nutrição 3.2. Alimentação segura e proteção ao consumidor 3.3. Disponibilidade de alimentos 3.4. Acesso a alimentos	Proporção de pessoas com déficit de altura e peso; excesso de peso e obesidade	POF PENSE (IBGE)
4. À satisfação do mais alto padrão de saúde física e mental	4.1. Saúde sexual e reprodutiva 4.2. Mortalidade infantil e assistência à saúde 4.3. Ambiente natural e ocupacional 4.4. Prevenção, tratamento e controle de doenças 4.5. Acesso a instalações de saúde e a remédios essenciais	Mortalidade proporcional de menores de 1 ano Taxas de incidência de AIDS, tuberculose e dengue	DATASUS (MS) (ver também Capítulo 1 sobre crianças com baixo peso ao nascer)
5. De não ser submetido à tortura, tratamento e punição desumanos ou degradantes	5.1. Integridade física e mental do preso e detento 5.2. Condições de detenção 5.3. Uso de força por oficiais da lei fora da detenção 5.4. Violência doméstica e da comunidade	Violência doméstica	PNAD Suplemento Vitimização (IBGE) Ligue 180 (SPM)
6. De participar de manifestações públicas	6.1. Exercícios dos poderes executivo, legislativo e poderes administrativos 6.2. Sufrágio universal e igualitário 6.3. Acesso a trabalho no serviço público	Participação das mulheres em cargos eletivos	TSE MUNIC (IBGE)
7. À educação	7.1. Educação primária universal 7.2. Acesso à educação secundária e superior 7.3. Recursos educacionais e curriculares 7.4. Oportunidade e liberdade na educação	Distribuição percentual de concluintes em graduações presenciais Taxas de reprovação	INEP (MEC) (ver também Capítulo 3)
8. À moradia adequada	8.1. Condições de habitação 8.2. Acesso aos serviços públicos 8.3. Moradia acessível 8.4. Segurança de posse	Despesas das famílias com habitação Pessoas residentes em aglomerados subnormais	POF Censo (IBGE) (ver também Capítulo 2)
9. À seguridade social	9.1. Seguridade da renda para os trabalhadores 9.2. Acesso à assistência médica 9.3. Suporte à família, criança e adulto dependente 9.4. Assistência social para grupos vulneráveis	Proporção de contribuintes Beneficiários do seguro-desemprego Cobertura de plano de saúde e Programa Saúde da Família	MTE PNAD Suplemento Saúde (IBGE) CadÚnico (MDS)

Quadro 1 - Grupos de direitos humanos e atributos escolhidos pela Organização das Nações Unidas - ONU, indicadores selecionados e fontes de dados utilizadas

(conclusão)

Direitos humanos	Atributos	Indicadores selecionados	Fonte
10. Ao trabalho	10.1. Acesso ao trabalho decente e produtivo	Indicadores de acidente de trabalho	DATAPREV (MPS)
	10.2. Condições de trabalho justas e seguras		
	10.3. Treinamento, melhora nas habilidades e desenvolvimento profissional	Taxas de desemprego	PME (IBGE) MTE
	10.4. Proteção contra trabalho forçado e desemprego	Fiscalizações contra trabalho forçado	(ver também Capítulo 4)
11. À liberdade de expressão e opinião	11.1. Liberdade de opinião e de convir informação	Pedido de informação ao e-SIC	CGU
	11.2. Acesso a informação		
	11.3. Responsabilidades e deveres especiais		
12. A julgamento justo	12.1. Acesso a tratamento igualitário nas cortes e tribunais	Número de magistrados por 100 000 habitantes	CNU
	12.2. Audiência pública por tribunais competentes e independentes		
	12.3. Presunção de inocência e garantia na determinação de acusação criminal	Número de servidores por 100 000 habitantes no judiciário estadual	
	12.4. Proteção especial para crianças	Percentual de cumprimento da meta 2	
	12.5. Revisão por tribunais superiores		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Nota: Elaboração própria a partir da estrutura proposta no Relatório da ONU (REPORT..., 2008).

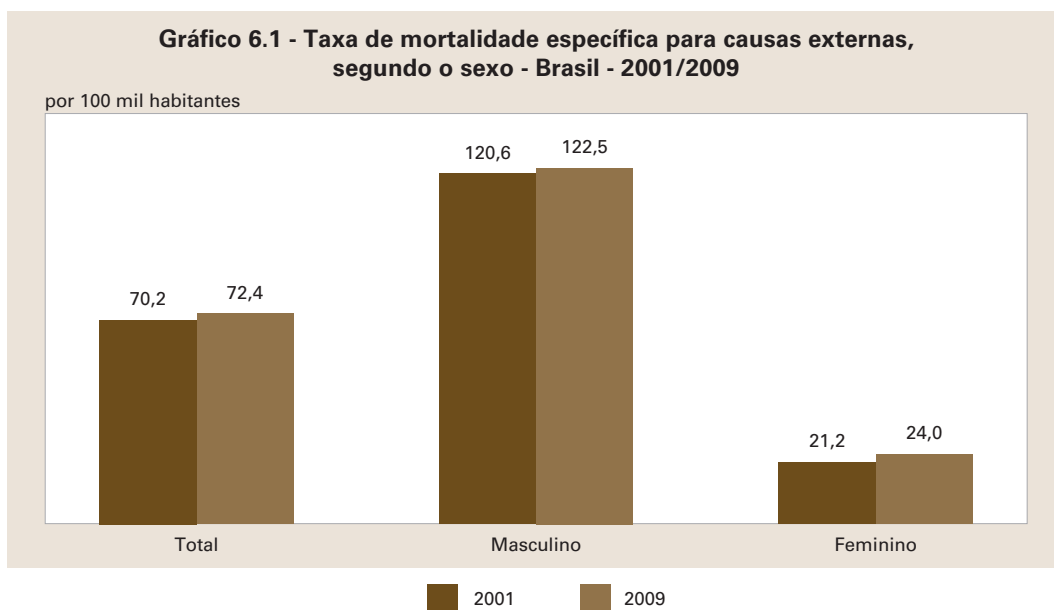
Direito à vida

“Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Assim consta no Art. 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DECLARAÇÃO..., 1998). Entre os atributos propostos no Relatório da ONU, estão o monitoramento de indicadores relacionados à privação arbitrária da vida, desaparecimento de indivíduos, saúde e nutrição e pena de morte. Considerando a dificuldade de sistematizar indicadores sobre desaparecimento de indivíduos, bem como o fato de a pena de morte não se aplicar no País e alguns dados de saúde e nutrição estarem contemplados no “Direito à alimentação adequada”, tratado mais a seguir, optou-se, nesta seção, por analisar os dados de mortalidade por causas externas com base nos registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde.

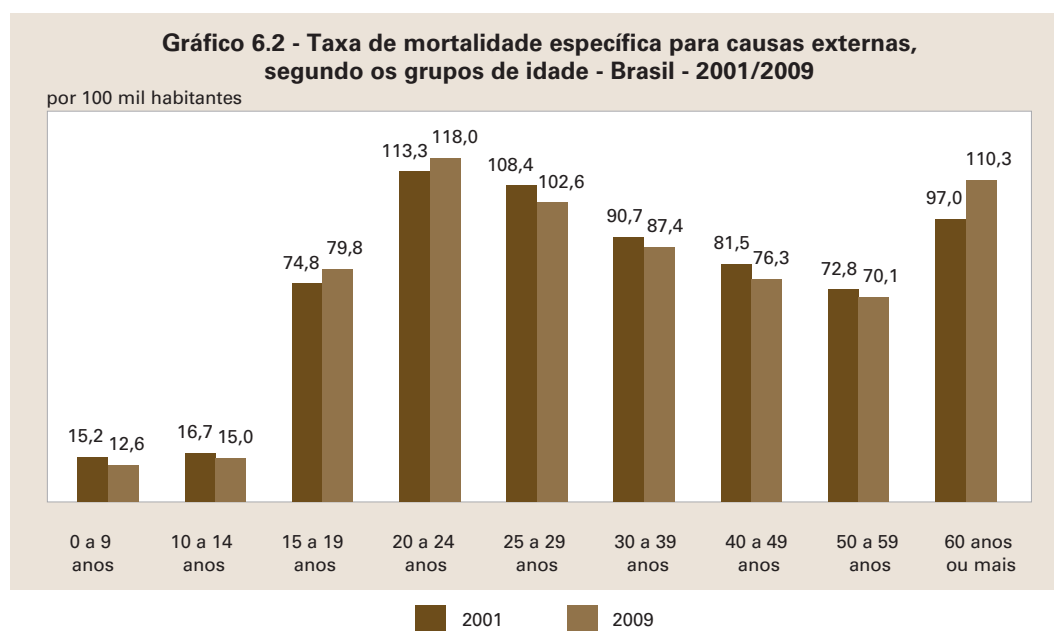
O grupo de causas consideradas externas, isto é, não naturais, envolve acidentes de transporte; suicídios; homicídios, incluídas as intervenções legais; causas de intenção indeterminada; e demais causas externas. De acordo com a qualificação do indicador elaborada pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde - RIPSa, o indicador taxa de mortalidade específica por causas externas, expresso por 100 mil habitantes, tem a seguinte interpretação:

Estima o risco de morte por causas externas e dimensiona a sua magnitude como problema de saúde pública; reflete aspectos culturais e de desenvolvimento socioeconômico, com o concurso de fatores de risco específicos para cada tipo de acidente ou violência; e expressa as condições da assistência médica dispensada e a qualidade do registro das ocorrências. A taxa de mortalidade específica não padronizada por idade está sujeita à influência de variações na composição etária da população, o que exige cautela nas comparações entre áreas geográficas e para períodos distintos (TAXA..., 2010b).

A análise do indicador por sexo e grupos de idade confirma tendências históricas importantes. A taxa de mortalidade por causas externas masculina é muito superior à feminina (122,5 por 100 mil homens contra 24 por 100 mil mulheres). No período de 2001 a 2009, este indicador pouco se alterou. Os Estados do Espírito Santo, Alagoas, Mato Grosso, Rondônia e Pernambuco apresentaram taxas superiores a 90 por 100 mil habitantes. Na análise por grupamentos etários, observa-se que as maiores taxas são registradas entre os jovens de 20 a 24 anos, grupo em que, historicamente, concentra-se a maior parte dos óbitos violentos (acidentes e homicídios), conforme visto no primeiro capítulo desta publicação, sobre aspectos demográficos). A alta taxa encontrada também no grupo de 60 anos ou mais de idade se refere às outras causas externas, como óbitos decorrentes de quedas (Tabelas 6.1 e 6.2 e Gráficos 6.1 e 6.2).



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM 2001/2009.



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM 2001/2009.

Direito à liberdade e segurança da pessoa

O Brasil, ao ser constituído como Estado Democrático de Direito, tem a liberdade como um de seus direitos fundamentais e garantia motriz para que haja bom funcionamento e pleno desenvolvimento da sociedade. Basicamente, por liberdade, em um contexto democrático, entende-se a garantia que cada indivíduo possui de agir segundo sua própria determinação, considerando as limitações previstas em lei em função do bom convívio social e a não interferência/violação/coação dos direitos dos outros indivíduos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe, no Art. 3º, que “toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” e, no Art. 5º, que “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” (DECLARAÇÃO..., 1998). Nesta seara, a discussão encontra a temática da segurança da pessoa, posto que, de acordo com normas nacionais e internacionais, todas as pessoas devem ter direito à segurança, ou seja, desfrutar deste direito significa ter a percepção de tranquilidade e conforto, sem medo de violência ou ameaça. Portanto, o direito à segurança pessoal abrange diversas liberdades dispostas na lei, como a de locomoção, intimidade, proteção da integridade física, entre outras.

Dados do levantamento suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009 referente ao tema Vitimização e Justiça evidenciam que a sensação de segurança é maior nas áreas rurais que nas urbanas, seja nos próprios domicílios (84,5% contra 77,5%), nos bairros (80,4% contra 64,7%) ou nas cidades em que residem (69,3% contra 49,7%). Outrossim, percebe-se que, nas áreas rurais, o percentual de sensação de segurança no domicílio e no bairro é alto, talvez pela maioria dos domicílios nessas áreas serem do tipo casa, habitados por famílias conhecidas e, muitas vezes, membros de uma mesma família estendida. Observando-se o percentual de segurança referente a domicílios, bairros e cidades, segundo as Grandes Regiões brasileiras, os domicílios também lideram como o local onde a população apresenta maior sensação de segurança, entretanto, apenas a Região Sul ultrapassou os 80%, sendo, ainda, a região que mostrou os maiores resultados para os bairros (72,6%) e cidades (60,5%). Os menores índices de sensação de segurança foram registrados na Região Norte. Nela, a sensação de segurança nas cidades está abaixo de 50%. Ainda nesta seara, vale lembrar que as Regiões Norte, Nordeste e Sudeste apresentaram resultados inferiores à média nacional (52,8%) para a sensação de segurança das cidades. No País, 67,1% das pessoas sentiam-se seguras em seus bairros e 78,6% em seus domicílios. Assim, a sensação de segurança parece aumentar à medida que nos aproximamos das pessoas e ruas conhecidas, próximas aos domicílios. No entanto, a leitura inversa chama atenção: mais de 20% das pessoas não se sentiam seguras em seus domicílios. (Tabela 6.3)

A análise desses indicadores para as Unidades da Federação mostra que, embora os melhores índices regionais tenham sido registrados na Região Sul, o Estado do Piauí apresentou o maior percentual de sensação de segurança para os domicílios (85,4%) e os bairros (80,5%). Tocantins é a Unidade da Federação onde as pessoas se sentem mais seguras em suas cidades (71,8%). No outro extremo, o Estado do Pará registrou os percentuais mais baixos nas três categorias: domicílios (64,8%), bairros (49%) e cidades (36,9%) (Tabela 6.3).

Tem-se, portanto, que a efetivação do direito de liberdade e segurança pessoal necessita que ambos sejam trabalhados em conjunto, pois liberdade também implica segurança. A partir dos índices trazidos, percebe-se que a sociedade ainda não possui sensação de tranquilidade suficiente para ser chamada de segura, comprometendo então a liberdade de locomoção, integridade, entre outros aspectos.

Direito à alimentação adequada

O direito à alimentação adequada insere-se no direito mais amplo de proteção social, expresso no Art. 25, inc. 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (DECLARAÇÃO..., 1998).

Este direito encontra-se presente também na Constituição Federal do Brasil, tanto no Art. 6º, que trata dos direitos sociais, como no Art. 227, que afirma em seu *caput*:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2012).

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009 coletou dados sobre antropometria de crianças e adultos de forma que foi possível construir indicadores do estado nutricional de crianças até 9 anos de idade, adolescentes de 10 a 19 anos de idade e adultos de 20 anos ou mais de idade. Esta divisão por grupos etários utilizada na publicação de seus resultados (PESQUISA..., 2010a) impõe-se por razões que incluem: características peculiares do padrão de crescimento nas várias idades; grau de dificuldade e correspondente precisão alcançada na obtenção de medidas; diferenças quanto a distribuições de referência, critérios e diagnósticos; e interpretação de indicadores²⁴. O Gráfico 6.3 traz os percentuais de cada situação (déficit de peso, excesso de peso e obesidade), para cada grupo etário selecionado.

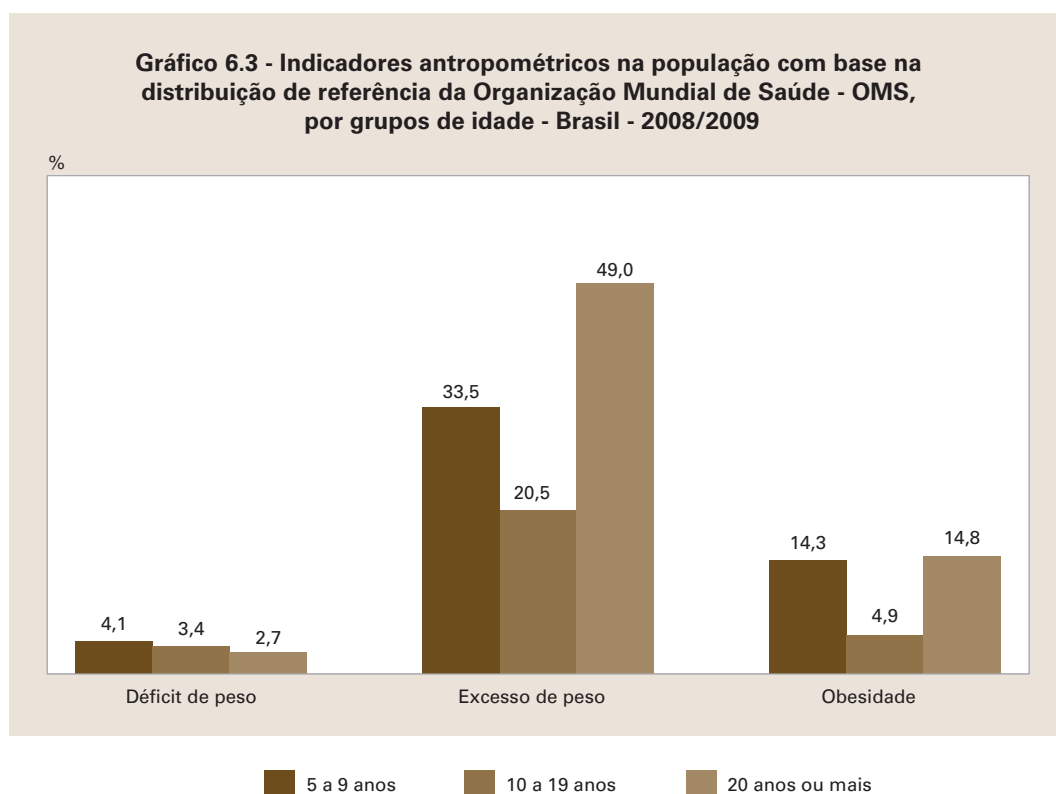
A prevalência de déficit de altura na faixa etária de 5 a 9 anos foi encontrada em 7,2% dos meninos e 6,3% das meninas²⁵. Segundo a referida publicação, nesta faixa etária, “déficits de altura revelam atraso no crescimento linear da criança ocorrido em algum momento desde o seu nascimento ou mesmo durante sua gestação” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1995 apud PESQUISA..., 2010a, p.

²⁴ Considerando que na avaliação da qualidade das medidas obtidas pela POF 2008-2009 houve evidências de que a mensuração da altura não foi suficientemente precisa em crianças menores de 5 anos de idade e que essa condição levaria à superestimação da frequência de valores extremos do índice altura-para-idade calculado com base na distribuição de referência da Organização Mundial da Saúde - OMS, optou-se por utilizar, neste capítulo, apenas dados referentes ao estado nutricional dos grupos etários a partir de 5 anos de idade.

²⁵ Para os demais grupamentos etários, não foi calculado o déficit de altura uma vez que a altura a partir da adolescência “reflete tanto o desempenho do crescimento linear durante a infância quanto o ritmo do crescimento antes e após a puberdade, não fornecendo informações facilmente interpretáveis sobre o estado nutricional do adolescente” (PESQUISA..., 2010a, p. 51).

47) e, especificamente nesta faixa etária, refletem, sobretudo, a magnitude da desnutrição infantil na primeira metade da década de 2000. Com relação ao déficit de peso, este foi encontrado em 4% das crianças de 5 a 9 anos em média, mas, em contrapartida, mais de 1/3 delas apresentaram sobrepeso e 16,6% dos meninos e 11,8% das meninas foram considerados obesos. Observa-se ainda que os déficits de altura tendem a ser maiores nas áreas rurais, com destaque para a Região Norte, e que o excesso de peso é uma questão mais urbana (Tabela 6.4). A correlação com a condição socioeconômica das famílias é evidenciada na análise dos indicadores antropométricos: os déficits de altura e peso caem consideravelmente à medida que aumenta a renda familiar total (Tabela 6.5).

Com a progressão da idade, a questão do sobrepeso se torna mais emblemática: no grupo de 10 a 19 anos de idade, 20,5% estava com excesso de peso e 4,9% foram considerados obesos. Para os adultos de 20 anos ou mais de idade, esses percentuais chegaram a 49,0% e 14,8% respectivamente. As mulheres adultas tendem a ser mais obesas que os homens, sendo este um fenômeno, porém, que pouco se altera em função da situação do domicílio (Gráfico 6.3 e Tabela 6.7).



Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Além da POF 2008-2009, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE 2009 também investigou aspectos do estado nutricional de adolescentes, tendo, neste caso, como foco os estudantes do 9º ano (8ª série) do ensino fundamental em todas as capitais brasileiras²⁶. O déficit de peso foi observado em 2,9% dos adolescentes

²⁶ O foco nos adolescentes encontra respaldo, uma vez que esta é a fase da vida na qual se verifica intenso desenvolvimento do corpo do indivíduo e onde se constroem alguns hábitos que se configuram como fatores de risco à saúde, como a adequação de hábitos alimentares (PESQUISA..., 2010).

pesquisados, enquanto o sobrepeso atingiu 16,0% e a prevalência de obesidade alcançou 7,2% no conjunto das capitais. A maior parte dos escolares (74,0%) foi classificada como eutrófica, ou seja, com estado nutricional adequado. Embora com amostras distintas, os dados são coerentes com aqueles captados para o grupo de 10 a 19 anos de idade investigado na POF 2008-2009 (Tabela 6.8).

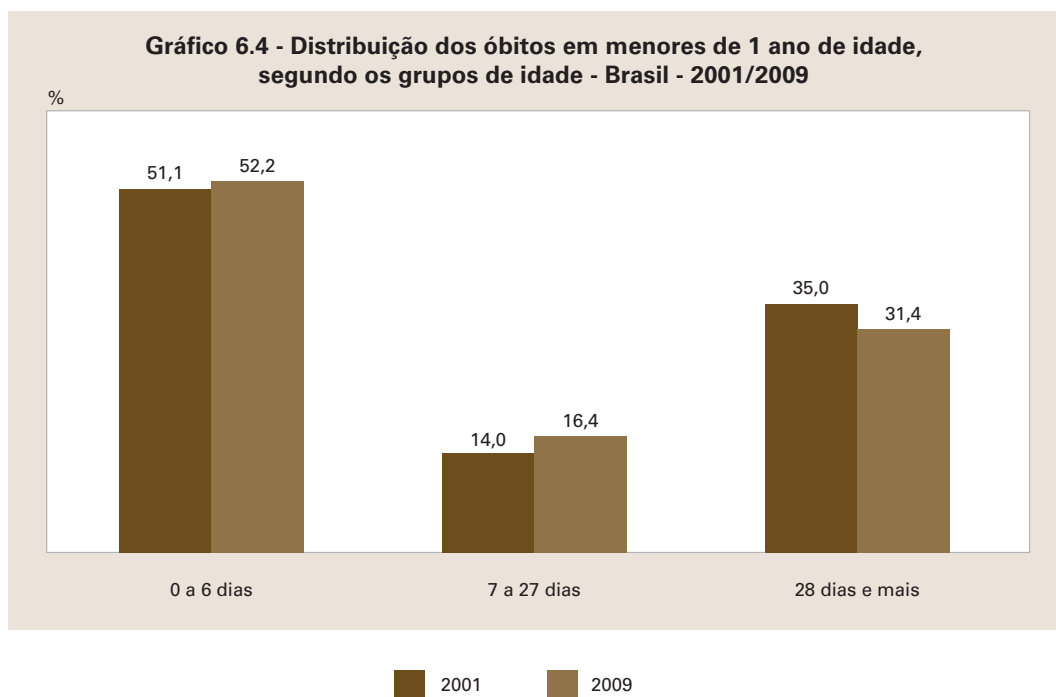
Direito à satisfação do mais alto padrão de saúde física e mental

Os atributos relacionados à satisfação do mais alto padrão de saúde física e mental abrangem indicadores de saúde sexual e reprodutiva (proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer, taxas de mortalidade perinatal e materna); de mortalidade infantil e assistência à saúde; relativos ao ambiente natural e ocupacional dos indivíduos; prevenção, tratamento e controle de doenças; e ao acesso a instalações de saúde e remédios essenciais. As informações sobre o baixo peso ao nascer podem ser encontradas no primeiro capítulo, que trata dos aspectos demográficos, seção dedicada às crianças. As taxas de mortalidade perinatal e materna possuem cobertura muito limitada no País²⁷, enquanto as taxas de mortalidade infantil estão sendo calculadas para as Unidades da Federação com base no Censo Demográfico 2010, o mais recente realizado. Selecionou-se, então, para este grupamento de direito, indicadores relacionados à questão da saúde no primeiro ano de vida (mortalidade proporcional por idade em menores de 1 ano) e taxas de incidência específicas de algumas doenças, cujos dados encontravam-se disponíveis no DATASUS (Programa Nacional de DST e AIDS e Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN).

A distribuição percentual dos óbitos de crianças menores de 1 ano de idade, por faixa etária, expressa a composição da mortalidade infantil por períodos: neonatal (precoce, no caso de criança de 0 a 6 dias de vida completos; e tardio, no caso de criança de 7 a 27 dias de vida completos) e pós-neonatal (criança de 28 a 364 dias de vida completos). Percentuais elevados de óbitos neonatais estão preponderantemente associados a fatores da gestação e do parto, enquanto no período pós-neonatal predominam as causas ambientais (MORTALIDADE..., 2010). No Brasil, 52,2% dos óbitos concentra-se na primeira semana de vida e 1/3, no período pós-neonatal. Todavia, alguns cuidados devem ser tomados nesta análise, em função de algumas limitações dos dados disponíveis²⁸. Embora maiores proporções de óbitos neonatais estejam, em geral, associadas a melhores condições socioeconômicas do espaço geográfico analisado, esta relação sofre importante influência do grau de subnotificação de óbitos no referido espaço. Ressalta-se que não houve modificações substanciais nessa distribuição na comparação com 2001 (Tabela 6.9 e Gráfico 6.4).

²⁷ Calculadas diretamente do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC, ambos do Ministério da Saúde, para as Unidades da Federação que atingiram índice final de cobertura e regularidade do SIM igual ou superior a 80% e índice de cobertura do SINASC igual ou superior a 90%.

²⁸ Conforme ressalta a qualificação do indicador elaborada pela RÍPSA: (i) as bases de dados nacionais sobre mortalidade apresentam cobertura insatisfatória em muitas áreas do País, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste; (ii) a subnumeração de óbitos pode estar desigualmente distribuída entre as diversas faixas etárias, resultando em distorções na proporcionalidade dos óbitos informados (tem sido constatado que a subnumeração é mais elevada nos primeiros dias de vida); e (iii) a declaração, como natimortos, dos óbitos ocorridos pouco após o nascimento (MORTALIDADE..., 2010).



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM 2001/2009.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund - UNICEF) consolida estimativas de taxas de mortalidade neonatal (óbitos ocorridos até 27 dias de vida completos por 100 mil nascidos vivos) para uma série de países selecionados e suas regiões de análise (Tabela 6.10). A estimativa para a taxa mundial, em 2011, foi de 22 óbitos por 100 mil nascidos vivos. A taxa brasileira igualou-se à América Latina e Caribe (10 por 100 mil), mas ainda representou o dobro das taxas registradas por países vizinhos, como Chile e Uruguai (5 por 100 mil), sendo superior, também, à da Argentina (7 por 100 mil).

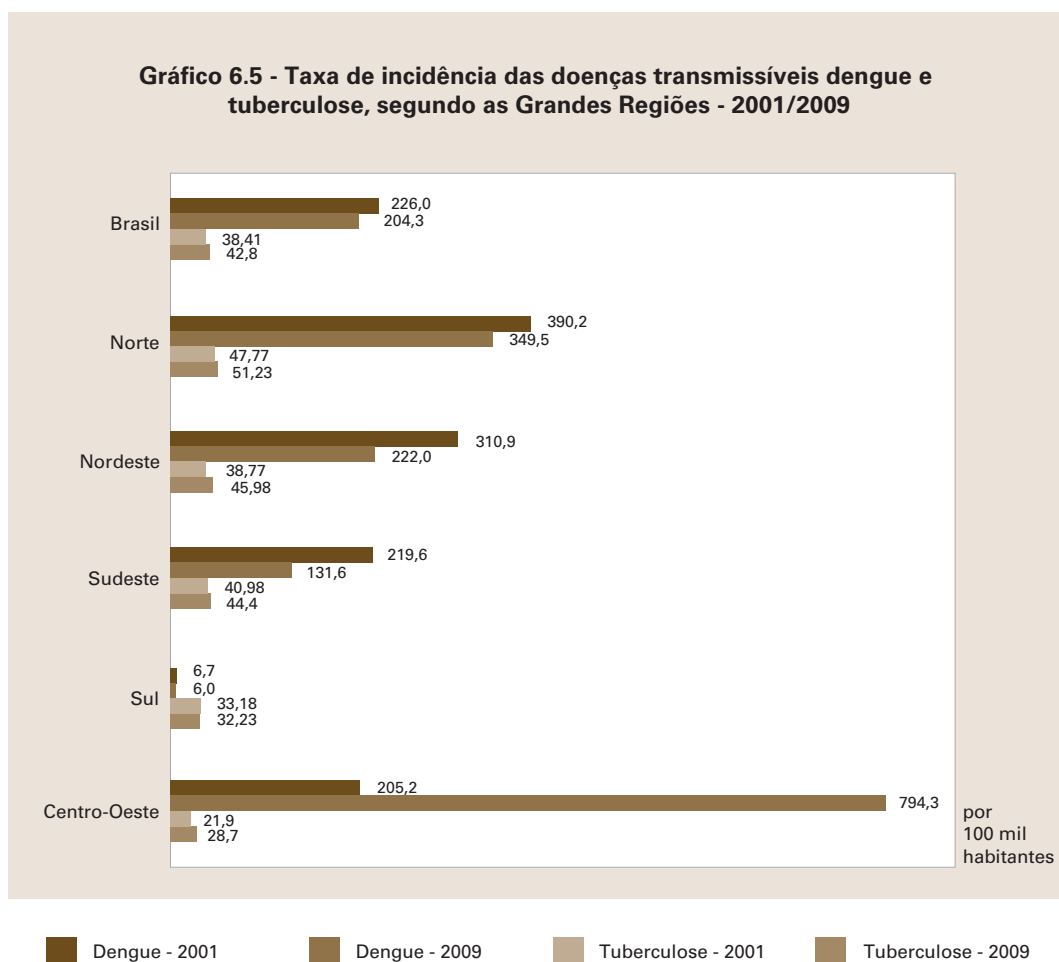
O indicador taxa de incidência estima o risco de um indivíduo vir a desenvolver determinada doença, em qualquer de suas formas clínicas, em uma determinada população, em um intervalo de tempo determinado. Ainda de acordo com as fichas de qualificação de indicadores elaboradas pela RIPSA, taxas elevadas de incidência de tuberculose, por exemplo, estão geralmente associadas a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e a insatisfatórias condições de assistência, diagnóstico e tratamento de sintomas respiratórios. Pode apresentar também aumento da morbidade quando há associação entre tuberculose e infecção pelo HIV. Outro fator a ser considerado, neste caso, é a cobertura da vacina BCG, utilizada para prevenção da tuberculose. As taxas de incidência de dengue, por sua vez, estão associadas a condições socioambientais propícias à proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e a insuficientes ações de controle vetorial.

Para as taxas de incidência de dengue e tuberculose disponibilizadas no DATASUS, 2009 é o último ano para o qual dispõe-se de informação sistematizada. A taxa de incidência média nacional relativa à dengue²⁹, em 2009, foi de 204,3 casos por 100 mil habitantes, um decréscimo de 9,6% em relação a 2001. A Região

²⁹ Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas, sendo consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

Sudeste registrou um decréscimo de 40,1% na incidência das distintas formas da doença (dengue clássica e febre hemorrágica da dengue), mas, em contrapartida, houve um aumento expressivo da taxa na Região Centro-Oeste, que passou de 205,2 casos por 100 mil habitantes, em 2001, para 794,3 casos por 100 mil habitantes em 2009. Para a tuberculose, as taxas de incidência mostraram-se mais estáveis no período, apresentando uma redução média de 10,3% no País, variando de -6,8%, na Região Norte, a -23,7%, na Região Centro Oeste (Gráfico 6.5 Tabela 6.11)

No caso da AIDS (síndrome de imunodeficiência adquirida), o último ano de informação disponível para a taxa de incidência é 2008. Deve-se ressaltar que esta taxa “não reflete a situação atual de infecção pelo HIV no período de referência e sim a da doença, cujos sinais e sintomas surgem, em geral, após longo período de infecção assintomática (em média 8 anos), no qual o indivíduo permanece infectante” (TAXA..., 2010a). Embora a taxa de incidência de AIDS tenha se mantido relativamente constante no período de 2001 a 2008 para o País, há uma grande variação das taxas entre as Grandes Regiões. As Regiões Norte e Nordeste registraram aumentos de 108,3% e 52,4%, respectivamente, no período, enquanto na Região Sudeste a redução foi de 21,1%. Chama a atenção o aumento da incidência de AIDS nas Regiões Norte e Nordeste, que se deu de forma mais expressiva entre as mulheres (Tabela 6.12).



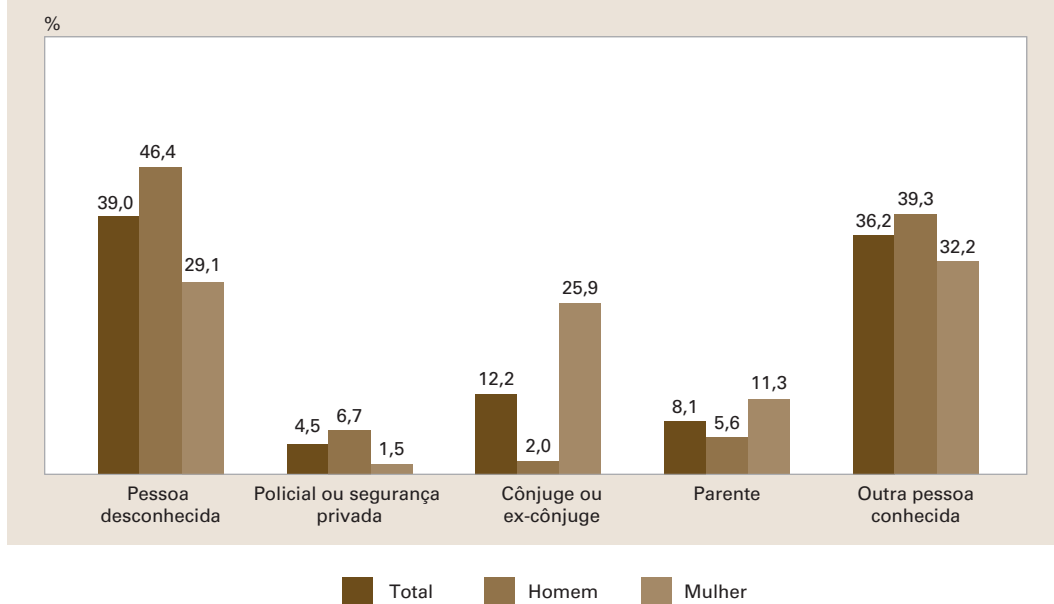
Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN 2001/2009.

Direito de não ser submetido à tortura, tratamento e punição desumanos ou degradantes

Os dados sobre violência no Brasil são historicamente escassos, não integrados e complexos de sistematizar. As bases de dados são estaduais, não unificadas ou integradas, a subnotificação é expressiva e são poucas as pesquisas domiciliares sobre o assunto. Em 2009, a PNAD investigou, em caráter suplementar, o tema Vitimização e Justiça, levantamento realizado a partir de iniciativa institucional complementada por convênio com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que focalizou os aspectos relacionados à justiça. Este tema foi anteriormente pesquisado por ocasião do suplemento Participação Político-Social, realizado pela PNAD em 1988. No levantamento suplementar de 2009, foram investigadas questões relativas à sensação de segurança (analisada no tópico dedicado ao direito à liberdade e segurança da pessoa), bem como o perfil socioeconômico das vítimas de roubo, furto e agressão física. Os dados se referem ao último crime ocorrido no período de um ano anterior à entrevista.

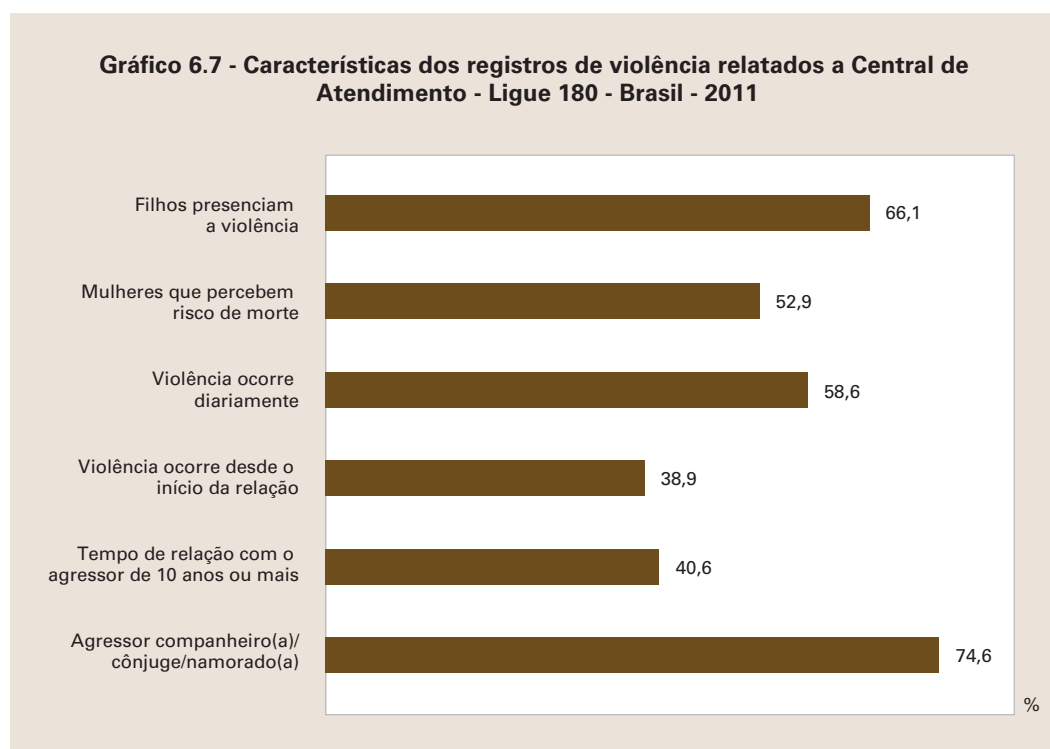
O levantamento mostrou que 8,7 milhões de pessoas (5,4% da população residente de 10 anos ou mais de idade), foi vítima de tentativa de roubo e/ou de furto. As vítimas que efetivamente foram roubadas ou furtadas, neste mesmo período, totalizaram 11,9 milhões, ou seja: 7,3% da população residente de 10 anos ou mais de idade. Em relação à agressão física, 2,5 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade foram vítimas, o que representa 1,6% da população do País. Nas Regiões Norte e Nordeste, foram observadas as maiores frequências, 1,9% e 1,8%, respectivamente. As menores frequências foram registradas nas Regiões Sudeste e Sul, ambas com 1,4% (Tabela 6.13). Na desagregação das agressões por último agressor, segundo o sexo da vítima, observa-se que, em cerca de 70% das agressões sofridas por mulheres, o agressor era uma pessoa conhecida e, em 25,9% dos casos, o era o cônjuge ou ex-cônjuge (Gráfico 6.6).

Gráfico 6.6 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, que foram vítimas de agressão física no período de referência de 365 dias, por sexo da vítima, segundo o tipo de agressor - Brasil - 2009



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 é um serviço de âmbito nacional, que funciona 24 horas por dia, de segunda a domingo, inclusive feriados. A Central funciona com atendentes capacitadas em questões de gênero, nas políticas do governo federal para as mulheres, nas orientações sobre o enfrentamento à violência contra a mulher e, principalmente, na forma de receber a denúncia e acolher as mulheres. Uma base de dados é sistematizada a partir das ligações recebidas e permite traçar um pequeno perfil dos atendimentos realizados (Tabela 6.14). Em 2011, foram quase 75 mil relatos de violência contra a mulher. Destes, 61,3% foram de violência física; 24%, violência psicológica; e 10,9%, violência moral. Os dados do Ligue 180 permitem observar que, na maioria dos casos relatados: o agressor era o companheiro(a)/cônjuge/namorado(a) (74,6%); a mulher relacionava-se com o agressor há 10 anos ou mais (40,6%); a violência ocorria desde o início da relação (38,9%); e sua frequência era diária (58,6%). Além disso, em mais da metade dos casos, as mulheres percebiam risco de morte (52,9%) e, em 66,1%, os filhos presenciavam a violência sofrida pela mulher (Tabela 6.15 e Gráfico 6.7).

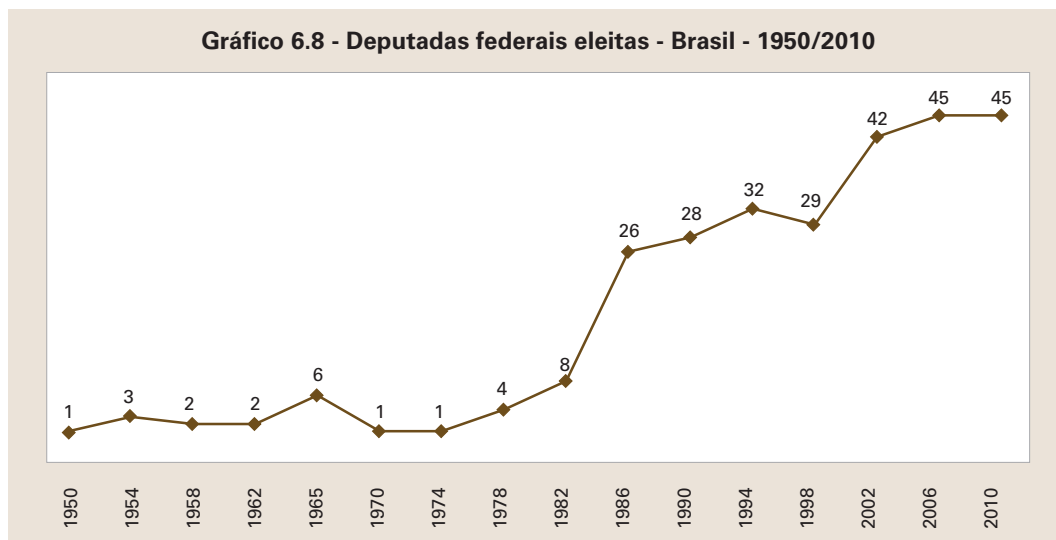


Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

Direito de participar de manifestações públicas

O direito de participar de manifestações públicas é analisado pela ótica do atributo 6.1 do Quadro 1, que versa, entre outros aspectos, sobre o exercício dos poderes executivo e legislativo por mulheres (cargos eletivos). No campo político, é importante frisar que, durante grande parte da História do Brasil, as mulheres não exerceram sua participação uma vez que a elas eram negados os principais direitos políticos, como votar e candidatar-se. Somente em 1932, as mulheres conquistaram o direito ao voto e puderam candidatar-se a cargos políticos.

A situação da representatividade feminina no Congresso Nacional pouco se alterou nas eleições seguintes, até meados da década de 1980, como observa-se no Gráfico 6.7. Na esteira dos novos partidos criados no início daquela década e no auge do movimento feminista, houve um aumento significativo de deputadas federais eleitas, passando de 8, em 1982, para 26, em 1986. Embora ainda em extrema minoria (5,3% do Congresso), este feito foi representativo, pelo fato de que essas mulheres, embora nem todas feministas, fizeram parte do Congresso responsável pela elaboração da Constituição Federal do Brasil de 1988.



Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres e Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Na segunda metade da década de 1990, a promulgação da Lei nº 9.504, de 30.09.1997, que dispõe sobre normas para eleições, esboçou, no Art. 10, §3º, uma primeira tentativa de estabelecer cotas para as mulheres ao instituir que cada partido ou coligação seria obrigado a reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% de suas vagas para candidaturas de cada sexo. Na prática, a medida foi uma tentativa frustrada, posto que a reserva de vagas na lista de candidatos não equivalia, necessariamente, ao preenchimento efetivo das mesmas pelas mulheres. A redação do referido parágrafo foi então alterada pela Lei nº 12.034, de 29.09.2009, que determinou que a cota de 30% referia-se ao efetivo preenchimento das vagas: “do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (BRASIL, 2009).

A construção histórica das lutas feministas, o recente arcabouço regulatório que permitia uma efetiva ampliação do espaço da mulher na concorrência por cargos e mandatos eletivos e o fato de que, ineditamente, o Brasil contava, em 2010, com duas mulheres extremamente competitivas para o principal cargo executivo do País geraram uma grande expectativa quanto ao aumento da ocupação, pelas mulheres, dos demais cargos eletivos nas eleições de 2010. De fato, o Brasil elegeu, naquele pleito, sua primeira Presidenta da República e passou a integrar o grupo de 15 países nos quais uma mulher era chefe de Estado ou de Governo³⁰. Mas, a despeito de toda

³⁰ São eles: Alemanha, Argentina, Bangladesh, Chile, Croácia, Filipinas, Finlândia, Índia, Irlanda, Islândia, Libéria, Lituânia, Moçambique, Suíça e Ucrânia (WOMEN..., 2010). Em 2012, saíram deste grupo quatro países (Chile, Croácia, Filipinas e Moçambique) e entraram oito (Austrália, Costa Rica, Dinamarca, Eslováquia, Mali, Suíça, Tailândia e Trinidad e Tobago) (WOMEN..., 2012).

essa trajetória de mudanças, as eleições de 2010 não lograram aumentar efetivamente a participação feminina nas instâncias legislativas, tampouco nos executivos estaduais, conforme mostram os dados comparativos das eleições de 2006 e 2010 (Tabela 6.16).

Em 2006, foram eleitas 45 deputadas federais entre 628 candidatas, o que significa uma efetividade de 7,2% e uma participação relativa em 8,8% das cadeiras parlamentares. Os homens elegeram 468 deputados em 4 328 candidatos, com, portanto, uma efetividade de preenchimento de cargos superior à feminina (10,8%). Nas eleições de 2010, este quadro pouco se alterou. O total de mulheres eleitas para a Câmara Federal permaneceu 45, não obstante o aumento de mais de 300 mulheres no número total de candidatas para o cargo. Como resultado, registra-se, em 2010, uma efetividade inferior à observada em 2006. Com a redução do número de candidatos homens em função da Lei nº 12.034, de 2009, e a manutenção do patamar de 468 eleitos, a efetividade masculina no preenchimento de cargos foi de 11,9%, superior à de 2006, portanto. Para as assembleias legislativas e distritais, o quadro é similar. O aumento do número de candidaturas femininas (908 a mais em 2010) não foi capaz de melhorar o grau de efetividade, que reduziu-se de 7,1% para 5,2%, não obstante o pequeno aumento do número de deputadas eleitas no total do País, de 124 para 137, ou seja, 10% a mais.

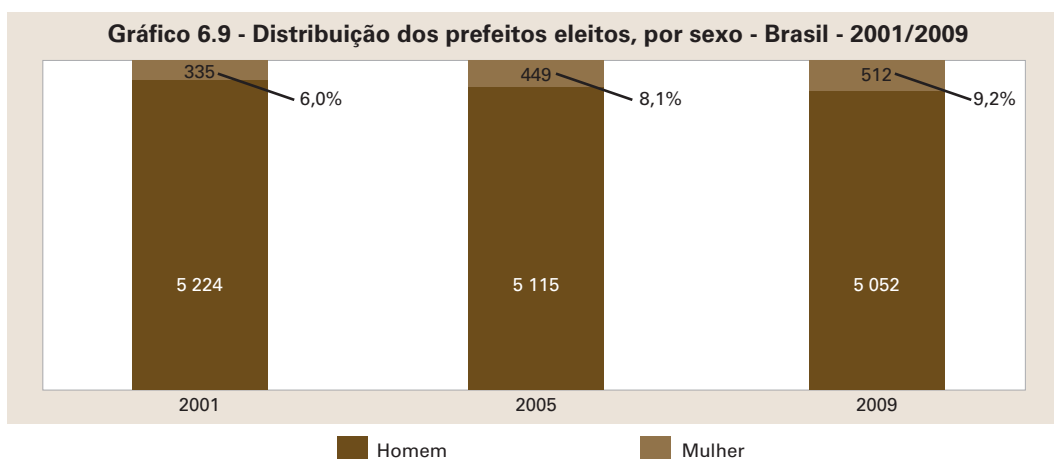
Para os executivos estaduais, enquanto, em 2006, três governadoras foram eleitas entre 25 candidatas, em 2010, duas o foram entre 16. Isso significa que, do total das 27 Unidades da Federação, apenas em duas foram eleitas governadoras (Maranhão e Rio Grande do Norte), o que representa 7,4% do total de governadores do País. Considerando a relação de eleitos em relação ao número de candidatos, por sexo, para este cargo, os homens se mostraram, mais uma vez, mais efetivos, elegendo 19% dos seus candidatos, enquanto o percentual para as mulheres foi de 13%.

O Senado Federal é a instância na qual a participação feminina é mais efetiva: 14,8% das cadeiras. Esta proporção, todavia, permaneceu exatamente igual à de 2006 porque o Senado Federal é renovado a cada quatro anos nas razões de $\frac{1}{3}$ em uma eleição (como ocorreu em 2006) e $\frac{1}{3}$ na seguinte. Cada Unidade da Federação elege, por conseguinte, um ou dois senadores a cada quatro anos. O dobro de senadoras eleitas em 2010 em relação a 2006 apenas manteve o *status quo* de ocupação da Casa.

Como resultado, a última classificação mundial sobre a participação política das mulheres nos parlamentos, sistematicamente realizada pela União Interparlamentar (Inter-Parliamentary Union - IPU³¹), mostrou o País em 116º lugar em um *ranking* de 143 países. Os dados utilizados são de janeiro de 2012. Ruanda, Andorra, Cuba, Suécia, Seychelles, Finlândia, África do Sul, Países Baixos e Nicarágua, nesta ordem, possuem as maiores proporções de mulheres em seus respectivos parlamentos (decrecendo de 56,3% para 40,2%). No Brasil, a proporção é de menos de 9% do total de mandatos na Câmara dos Deputados. Por outro lado, no Senado, a situação melhora um pouco, com a participação feminina alcançando a 46ª posição no *ranking* da IPU (WOMEN..., 2012).

No nível municipal, lentamente as mulheres vêm aumentando sua participação relativa no principal cargo eletivo. Em 2001, 6% dos prefeitos brasileiros eram mulheres (335) e, em 2009, esse percentual alcançou 9,2% (512). Novas eleições municipais ocorrem em 2012 e seus resultados poderão confirmar ou não essa tendência de crescimento da participação política das mulheres no poder executivo municipal (Gráfico 6.9).

³¹ Organização internacional que visa estabelecer um diálogo entre parlamentos de todo o mundo e apoiar a democracia representativa nos países.



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001/2009.

Nota: Exclui os municípios sem declaração de sexo do prefeito.

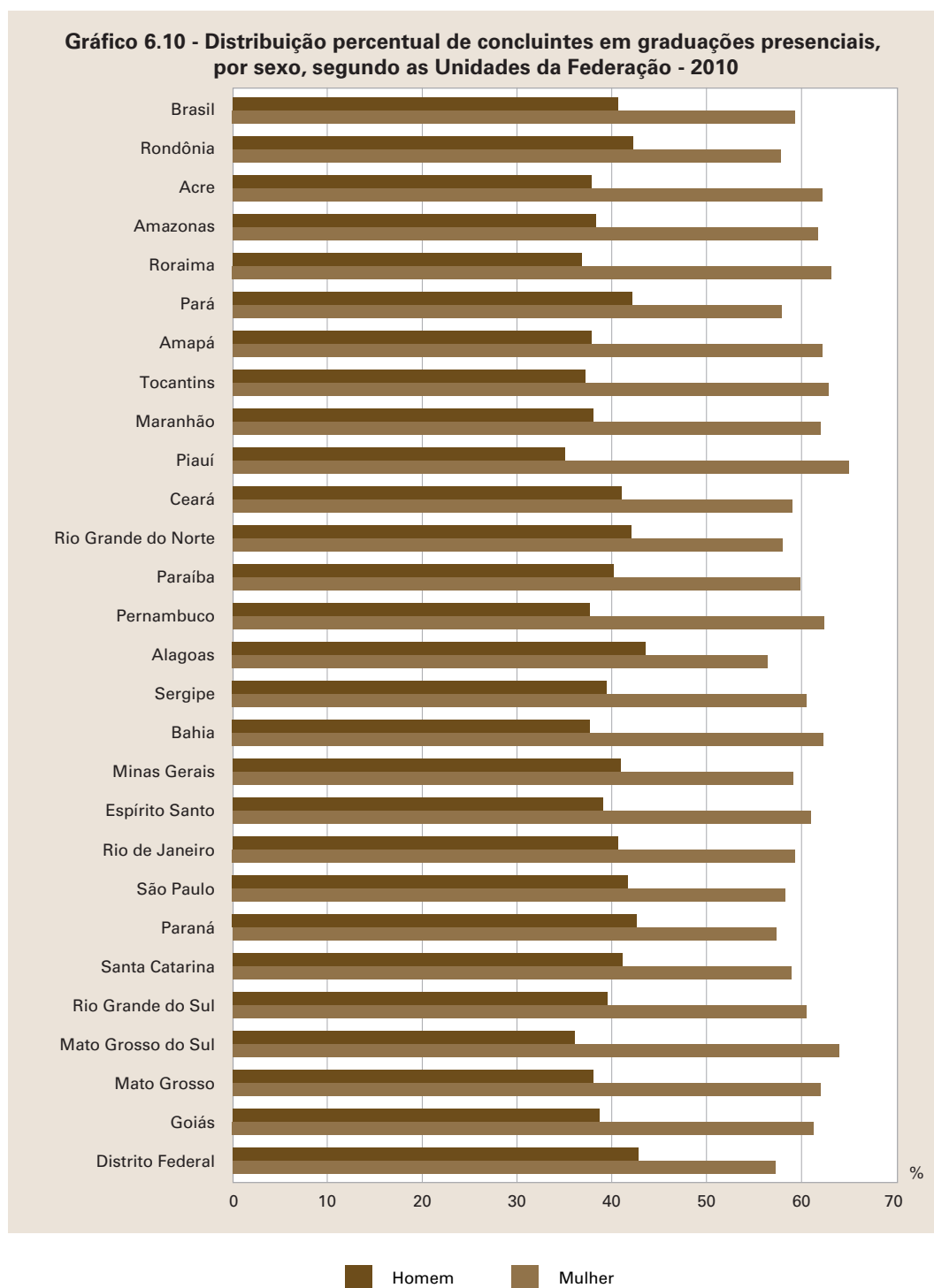
Direito à educação

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Art. 26, ressalta que toda pessoa tem direito à instrução e que esta será gratuita, pelo menos, nos graus elementares e fundamentais. Declara, ainda, que a instrução elementar será obrigatória e a instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito: “a instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”.

Na Constituição Federal do Brasil, o Art. 205 declara: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2012). Entre os diversos pontos destacados no Capítulo III da Constituição, dedicado à educação, cultura e esporte, destacam-se alguns pontos importantes no que concerne à estruturação de indicadores de monitoramento com ênfase nos direitos humanos e efetivação de direitos sociais: (i) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (ii) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (iii) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (iv) progressiva universalização do ensino médio gratuito; (v) educação infantil, em creche e pré-escola, para as crianças até 5 anos de idade; e (vi) para organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório (BRASIL, 2012).

Muitos dos indicadores propostos para monitoramento da área educacional sob a perspectiva de direitos humanos encontram-se contemplados no terceiro capítulo desta Síntese, referente à educação, abrangendo questões sobre desigualdades no acesso das crianças e jovens ao sistema regular de ensino, escolaridade da população brasileira em seus diversos segmentos etários, taxas de distorção idade-série, entre outras. No presente capítulo, optou-se por utilizar algumas informações do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, em particular, dois indicadores de fluxo, possíveis de obtenção a partir dos registros oficiais de matrículas no ensino regular.

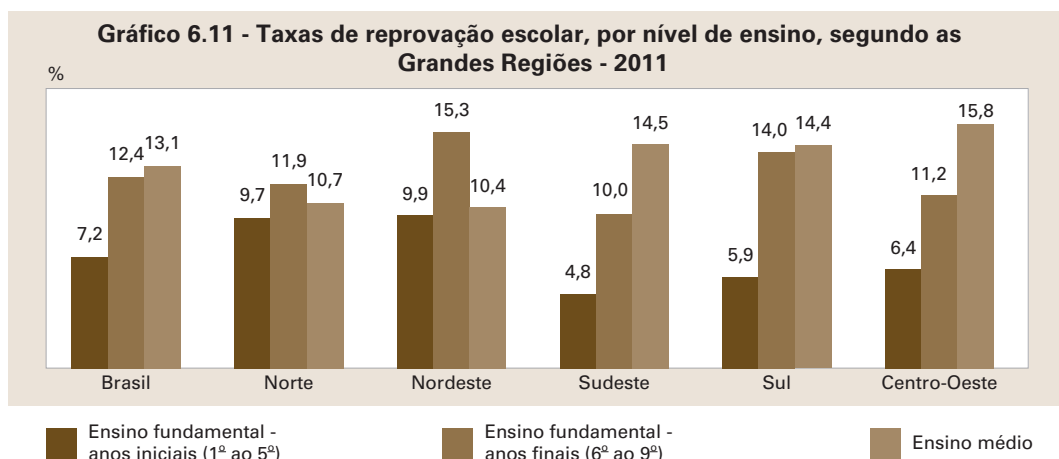
Primeiramente, observa-se que, em 2010 (últimos dados disponíveis), o Brasil registrou quase 830 mil concluintes de cursos de graduação presenciais, a maioria formada por mulheres (60%) e graduados em estabelecimentos privados (78,5%). Na Região Sudeste, este último percentual chegou a 85,9%. Entre as Regiões Norte e Nordeste, a diferença nas proporções de homens e mulheres graduados é superior a 20 pontos percentuais (Tabela 6.17 e Gráfico 6.10).



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Notas: 1. Elaboração própria.

2. As Unidades da Federação correspondem aos locais de oferta dos cursos.



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Notas: 1. Elaboração própria.

2. As Grandes Regiões correspondem aos locais de oferta dos cursos.

Por outro lado, as taxas de reprovação escolar calculadas pelo INEP para o ano de 2011 mostram que há, ainda, trabalho importante a realizar para melhorar a progressão dos alunos aos níveis mais elevados de escolaridade. Em 2011, nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º), 7,2% dos alunos foram reprovados, com essa taxa aumentando para 12,4% nos anos finais (6º ao 9º). Nas Regiões Norte e Nordeste, as taxas de reprovação nos anos iniciais (9,8%, em média) foram o dobro da encontrada na Região Sudeste (4,8%), embora no Estado do Rio de Janeiro a taxa de reprovação tenha sido de 10,7% entre as crianças deste ciclo. No segundo ciclo, as taxas são mais elevadas em praticamente todas as Unidades da Federação, com menores diferenças entre elas. Sergipe figura como o estado com as maiores taxas de reprovação em ambos os ciclos (15,8% nos anos iniciais e 24% nos anos finais). No ensino médio, a taxa média brasileira é similar àquela observada nos anos finais do ensino fundamental, mas essa não é uma tendência generalizada. Os dados mostram ainda que as taxas de reprovação são bem superiores nas escolas públicas, independentemente do nível de ensino observado (Tabela 6.18 e Gráfico 6.11).

Direito à moradia adequada

O tema habitação é recorrente em análises de padrão de vida, seja pela infraestrutura física das moradias (suficiência de espaço para os seus moradores, durabilidade de suas construções), seja por questões de saúde e saneamento básico (acesso aos serviços de água, tratamento de esgoto, coleta de lixo, iluminação elétrica), seja, ainda, pela ótica da segurança de posse (propriedade das moradias, terras) ou pela própria existência de determinados bens duráveis que possibilitem desde o mais simples modo de vida (conservação e preparação de alimentos, lavagem de roupa) até o acesso à informação, cultura e entretenimento. Por ser a unidade primária de avaliação do padrão de vida das pessoas, a moradia possui interface importante com a questão dos direitos humanos à medida que tange aos direitos à liberdade, saúde, propriedade e a um padrão de vida digno. Pela Constituição Federal do Brasil, a moradia é considerada um direito social, conforme disposto no Art. 6º.

A PNAD e o Censo Demográfico são fontes fundamentais de informação sobre a temática da habitação e o segundo capítulo desta Síntese, dedicado a famílias e domicílios, traz alguns indicadores sobre questões de saneamento, qualidade das

moradias e posse de bens duráveis com base na PNAD 2011. Sob a perspectiva de direitos humanos, cabe ainda analisar dois indicadores citados no Relatório da ONU, a saber: proporção de domicílios em aglomerados subnormais e fração da despesa familiar destinada à habitação por classes de rendimento.

A distribuição das despesas monetárias e não monetárias pelos seus diferentes tipos, na POF 2008-2009, mostra que a habitação é o item de maior gasto proporcional dos domicílios: 35,9% das despesas domiciliares no País são referentes a despesas com aluguel de moradia; serviços e taxas de energia elétrica, telefone fixo, telefone celular, gás de uso doméstico, água e esgoto; acesso à Internet, TV por assinatura; condomínio; seguros; manutenção e pequenos reparos com habitação; aquisições de artigos e produtos de limpeza do domicílio; aquisições de eletrodomésticos, equipamentos do lar e mobiliários; entre outros gastos. Essa proporção é um pouco menor na área rural (30,6%) e na Região Nordeste (32,8%), mas alcança mais de 40% dos gastos no Estado do Rio de Janeiro (Tabela 6.19). Considerando os diversos itens que compõem as despesas de habitação, o aluguel é responsável por 43,7% delas. Todavia, a maior parte é de aluguel estimado, isto é, despesa não monetária para as situações dos domicílios cuja condição de ocupação era diferente de alugado (valor estimado que o informante pagaria se o domicílio estivesse alugado), o que varia pouco em termos de rendimento domiciliar. Observa-se, no entanto, que, enquanto o aluguel monetário representava 8,9% das despesas dos domicílios com menores rendimentos, a proporção cai para 4,4% nos domicílios com maiores rendimentos. Por outro lado, as despesas com aquisição de imóvel concentra 38,4% das despesas dos domicílios com maiores rendimentos e 2,1% nos domicílios situados na base da distribuição de rendimentos (Tabela 6.20).

O Censo Demográfico 2010 levantou informações sobre a população residente e o número de domicílios ocupados em aglomerados subnormais, que contemplam os setores censitários localizados em favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros assentamentos irregulares. Em 2010, 5,6% dos domicílios brasileiros estavam situados nessas áreas, nos quais residiam 11,4 milhões de pessoas (6% da população recenseada). Os Estados do Pará (16,7%) e Amapá (16,2%) apresentaram as maiores proporções de pessoas residindo nessas localidades, seguidos do Rio de Janeiro (12,7%), Amazonas (11%) e Pernambuco (10%) (Tabela 6.21).

Direito à seguridade social

A seguridade social instituída pela Constituição Federal do Brasil se baseia no tripé saúde, previdência social e assistência social. Seus programas, serviços e benefícios compõem o sistema brasileiro de proteção social e são responsáveis por oferecer segurança de renda e manutenção de um padrão de vida mínimo às pessoas frente a situações de risco, tais como incapacidade para o trabalho (doença, invalidez), desemprego e pobreza. São, em geral, riscos de difícil cobertura privada e, por isso, o Estado possui papel fundamental na oferta e estruturação de uma rede de atendimento e de prestação de serviços ao cidadão. O acesso à saúde e à assistência social é universal, direito de todos que deles necessitarem. Não é à toa que são organizados em torno de amplos sistemas, como o Sistema Único de Saúde - SUS e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, este último recentemente regularizado, embora já há alguns anos em fase de implementação. Por serem universais, não dependem de contribuições prévias dos cidadãos para acesso aos seus programas e serviços,

não obstante alguns benefícios assistenciais (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, entre outros) estarem condicionados ao cumprimento, por parte dos potenciais beneficiários, de alguns requisitos, como possuir uma renda familiar *per capita* máxima.

A previdência social, salvo alguns casos de segurados especiais que atendem a critérios específicos, é do tipo contributivo, ou seja, as pessoas contribuem uma proporção da sua renda ao longo de sua vida laboral ativa para ter direito a uma aposentadoria no futuro. É um sistema em que a contribuição dos atuais ativos financiam as aposentadorias dos atuais inativos. Trata-se do sistema vigente na maioria dos países (regime de repartição). A contribuição para a previdência social confere uma série de direitos e benefícios além da aposentadoria futura, como o seguro-desemprego, auxílio-doença, auxílio em casos de acidente de trabalho, licença-maternidade, entre outros. Para os trabalhadores com carteira de trabalho assinada e funcionários públicos estatutários, a contribuição é imediata, descontada no contracheque, sendo os militares das Forças Armadas um caso especial de seguridade, com regime próprio de aposentadorias e pensões. Para os demais, a contribuição depende de iniciativa própria e individual. Dado o grau de informalidade do mercado de trabalho, um expressivo contingente de trabalhadores encontra-se historicamente marginalizado desse sistema. Segundo a PNAD 2011, apenas 58,5% da força de trabalho contribuía para a previdência social. Entre os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (outros) e os conta própria, o percentual de contribuição médio era de 20%. Do total de empregadores, 66,3% contribuía e, no caso dos trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada (maioria nesta categoria), menos de 10% deles contribuía. O nível de exclusão é, portanto, alto, abrangendo mais de 38 milhões das pessoas ocupadas em 2011 (Tabela 1).

Tabela 1 - Pessoas ocupadas na semana de referência, por contribuição para previdência social, segundo a posição da ocupação no trabalho principal na semana de referência - Brasil - 2011

Posição da ocupação no trabalho principal na semana de referência	Pessoas ocupadas na semana de referência, por contribuição para previdência social			
	Total	Contribui	Não contribui	Proporção de contribuintes (%)
Total	93 493 067	54 687 194	38 805 873	58,5
Com carteira assinada	36 232 559	36 232 559	-	100,0
Militar	220 399	394	220 005	0,2
Funcionário público estatutário	6 470 257	6 470 257	-	100,0
Outros	14 015 804	2 764 907	11 250 897	19,7
Doméstico com carteira assinada	2 038 644	2 038 644	-	100,0
Doméstico sem carteira assinada	4 614 294	376 730	4 237 564	8,2
Conta própria	19 664 887	4 406 803	15 258 084	22,4
Empregadores	3 175 757	2 104 380	1 071 377	66,3
Trabalhador na produção para próprio consumo	3 752 585	131 761	3 620 824	3,5
Trabalhador na construção para próprio uso	107 986	2 738	105 248	2,5
Não remunerado	3 199 895	158 021	3 041 874	4,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, publica o *Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda*, cuja edição 2010-2011, no capítulo específico sobre seguro-desemprego, apresenta um conjunto de indicadores selecionados sobre esse programa que têm por objetivo “prover assistência financeira temporária ao trabalhador afastado de suas atividades profissionais de modo involuntário” e “auxiliá-lo na busca de um novo emprego a partir da promoção de ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional” (ANUÁRIO..., 2011). O seguro-desemprego existe na maioria dos sistemas de proteção social no mundo.

No Brasil, existem fatores que incidem diretamente sobre a análise da cobertura do seguro-desemprego, como o elevado contingente de trabalhadores ocupados na economia informal (44% em 2011, segundo a PNAD), o tempo reduzido de recebimento do benefício (quatro meses em média), a alta rotatividade de mão de obra em determinados setores e o fato de nem todo desempregado requerer o benefício. Nesse sentido, não existe uma correlação estreita entre taxa de desemprego e total de segurados. Segundo estudo do DIEESE, em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, divulgado em 2007, apenas 22% dos desempregados³² recebem o seguro-desemprego na modalidade trabalhador formal³³.

Mesmo com essa baixa taxa de cobertura estimada (7,4 milhões de desempregados receberam o benefício em 2011), observa-se que a taxa de habilitação é elevada para aqueles que requerem o benefício (98%), com pouca variação entre as Grandes Regiões (Tabela 2). O perfil dos segurados formais pode ser retratado a partir dos dados desse estudo: 65,3% são homens; 51,2% têm de 25 a 39 anos de idade; 48% possuem ensino médio completo ou incompleto; 27,9% são residentes no Estado de São Paulo; e 59,1% buscaram o Sistema Nacional de Emprego - SINE, do Ministério do Trabalho e Emprego, que possui ações de qualificação e recolocação dos trabalhadores no mercado de trabalho (SEGURO..., 2011, p. 42).

Tabela 2 - Taxa de habilitação do seguro-desemprego formal, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Segurados (A)	Requerentes (B)	Taxa de habilitação (A/B)
Brasil	7 475 746	7 624 654	98,0
Norte	401 569	410 290	97,9
Nordeste	1 425 072	1 453 381	98,1
Sudeste	3 747 219	3 826 463	97,9
Sul	1 263 263	1 282 974	98,5
Centro-Oeste	638 623	651 546	98,0

Fonte: Seguro desemprego. In: Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda 2010-2011. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/AnuSistPub2010/conteudo/index.html>>. Acesso em: out. 2012.

³² O cálculo foi realizado para o ano de 2005 com base nos dados da PNAD, assumindo que o tempo médio de duração do benefício é de 4,15 meses, segundo informações fornecidas pela Coordenação-Geral do Seguro Desemprego, do Abono Salarial e Identificação, do Ministério do Trabalho e Emprego (A COBERTURA..., 2007).

³³ No Brasil, o seguro-desemprego apresenta cinco modalidades: Formal, Bolsa Qualificação, Pescador Artesanal, Empregado Doméstico e Trabalhador Resgatado. A mais representativa é a modalidade Formal (92% dos segurados), direcionada aos trabalhadores formais contribuintes, enquanto as outras quatro representam 8% dos segurados em 2010, a maioria de pescadores artesanais (97%). Em números absolutos, foram 8,1 milhões de segurados, sendo 7,4 milhões de segurados formais (SEGURO..., 2011, p. 67).

Sobre o acesso à saúde, como dito anteriormente, a Constituição Federal do Brasil assegura a assistência médica a todos como um direito fundamental e universal, desde a atenção básica aos atendimentos de maior complexidade. No que tange aos benefícios universais, o desafio consiste em estruturar tanto a oferta adequada de serviços, em termos de suficiência de médicos, leitos, exames e procedimentos por habitante, como a suficiência de estabelecimentos por município de forma a fornecer à população atendimento integral e de qualidade.

Em termos de atenção básica à saúde, o Programa Saúde da Família é entendido como “uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde³⁴ [...] responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada” (PROGRAMA..., 2012)³⁵. A ideia central consiste na atuação dessas equipes junto às famílias com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes. O Programa Saúde da Família, iniciado em 1994, apresentou um crescimento positivo nos últimos anos em termos de cobertura populacional: em agosto de 2011, dados sobre a evolução do percentual de cobertura populacional das Equipes de Saúde da Família, do Ministério da Saúde, apontam para coberturas de 63,7% da população-alvo pelos agentes comunitários de saúde e de 53,1% por essas equipes (em 2001, esses números eram de 46,6% e 25,4%, respectivamente).

Dados do levantamento suplementar da PNAD 2008 referentes ao tema Saúde fornecem alguns outros indicadores de cobertura a partir de informações investigadas junto às famílias brasileiras. Das 26,5 milhões de pessoas que procuraram por serviço de saúde nas duas semanas anteriores à entrevista, 96,3% foram atendidas, pouco mais da metade (57%) através do SUS (UM PANORAMA..., 2010). A desagregação da população por classes de rendimento domiciliar *per capita* evidencia a heterogeneidade do atendimento de saúde no que concerne à situação financeira do domicílio e seus moradores. A cobertura de unidades de Saúde da Família decresce de mais de 60% nos domicílios com até ½ salário mínimo de rendimento domiciliar *per capita* a 16,3% naqueles em que este rendimento é superior a 5 salários mínimos. Fato é que a prioridade de cobertura dessa modalidade de atenção básica é a população de mais baixa renda, embora não se restrinja a ela. Por outro lado, enquanto menos de 10% das pessoas com até ½ salário mínimo de rendimento domiciliar *per capita* tinham plano privado de saúde, esse percentual cresce bastante conforme a classe de rendimento aumenta, chegando a 82,5% entre as pessoas com rendimento domiciliar *per capita* de mais de 5 salários mínimos (Tabela 6.22).

O terceiro componente da seguridade social é a assistência social. Ela engendra a concessão de uma série de benefícios que, como dito, não dependem de contribuições prévias, mas, em geral, exigem o cumprimento de um ou mais requisitos para seu recebimento. Os principais benefícios monetários em vigor atualmente são o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, ambos geridos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Bolsa Família é concedido às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 140. Em 2011, 17,5 milhões

³⁴ As Equipes de Saúde da Família - ESF são compostas, no mínimo, por um médico de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis agentes comunitários de saúde. Quando ampliada, conta ainda com: um dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene dental. Os agentes comunitários de saúde podem ser encontrados em duas situações distintas em relação à rede do SUS: a) ligados a uma unidade básica de saúde ainda não organizada na lógica da Saúde da Família; e b) ligados a uma unidade básica de Saúde da Família como membro da equipe multiprofissional.

³⁵ Ministério da Saúde. Disponível em: (Acesso 11/09/2012),

de famílias eram cadastradas com este perfil e, destas, 13,3 milhões, beneficiárias do Bolsa Família (76%) (Tabela 6.23). Os motivos pelos quais 4,2 milhões de famílias não recebiam o benefício, apesar de atenderem os requisitos para recebimento, não são claros, podendo ser, por exemplo, por falta de “vagas” em municípios que já atingiram suas respectivas cotas (calculadas a partir de estimativas de pobreza com base nos levantamentos censitários atualizados pelas PNAD, de acordo com a metodologia de mapas de pobreza). Outras possibilidades que explicariam o não recebimento do benefício por tais famílias são cadastros desatualizados ou inválidos, famílias já excluídas do programa, mas que permanecem no CadÚnico, entre outras. A análise de cobertura do programa depende da estimativa de pobreza utilizada, que pode variar bastante. Os cálculos dos Programas Brasil sem Miséria e Brasil Carinhoso (complementares ao benefício do Bolsa Família) levam também em conta outros fatores além da renda, como alfabetização, saneamento adequado e presença de crianças menores de 6 anos de idade nas famílias.

De natureza distinta, o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS é um direito constitucionalmente assegurado a idosos e pessoas com deficiência que comprovem incapacidade para a vida independente e para o trabalho e meios de prover sua própria subsistência. O benefício é individual, no valor de um salário mínimo e, em 2011, foram quase 3,6 milhões de beneficiários (Tabela 6.23). Existem, ainda, os chamados Benefícios Eventuais, que são de caráter provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de morte, nascimento, calamidade pública e situações de vulnerabilidade temporária.

Direito ao trabalho

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Art. 23, trata do direito ao trabalho ao afirmar que:

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses (DECLARAÇÃO..., 1998).

O Relatório da ONU traz uma série de indicadores ilustrativos para este tema em quatro atributos a ele relacionados, a saber: (i) acesso ao trabalho decente e produtivo; (ii) condições de trabalho justas e seguras; (iii) treinamento, melhora nas habilidades e desenvolvimento profissional; e (iv) proteção contra trabalho forçado e desemprego.

Em relação ao primeiro atributo, o quarto capítulo da presente publicação, dedicado a atividades pessoais, inclusive trabalho, apresentou uma série de indicadores, com desagregações por idade, gênero e cor ou raça, sobre trabalho decente. O mesmo pode-se dizer sobre a qualificação da população ocupada, objeto do terceiro atributo, neste caso envolvendo apenas o ensino formal, já que os dados existentes sobre recolocação de trabalhadores após cursos e treinamentos de qualificação são restritos ou inexistentes.

O Relatório da ONU propõe, para o segundo atributo, alguns indicadores sobre desigualdades de gênero no mercado de trabalho – diferenças salariais e nas posições na ocupação entre homens e mulheres – e sobre incidência de acidentes de

trabalho e doenças de caráter ocupacional. Como essas desigualdades também estão contempladas no quarto capítulo, optou-se, na presente análise, pela questão dos acidentes de trabalho a partir dos dados do Ministério da Previdência Social. O ponto de partida para esses registros é o Cadastro da Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, desenvolvido para historiar e apoiar a concessão de benefícios acidentários no âmbito da previdência social. A subnotificação é significativa, ainda mais ao se considerar o peso do trabalho informal na economia do País. Ainda assim, são indicativos de acesso a benefícios oriundos da ocorrência de acidentes de trabalho³⁶.

A Tabela 6.24 traz a quantidade de acidentes de trabalho ocorridos no País em 2010, com ou sem CAT registrada no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, segundo os seguintes motivos: acidentes típicos (decorrentes da característica da atividade profissional desempenhada pelo acidentado); acidentes de trajeto (ocorridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa); e acidentes devidos a doença do trabalho (ocasionados por qualquer tipo de doença profissional peculiar a determinado ramo de atividade constante na tabela da previdência social). No Brasil, ocorreram 701 496 notificações de acidentes de trabalho em 2010 (74,9% com CAT registrada). Destes, 59,1% foram acidentes típicos, principalmente na Região Sudeste; 13,5%, acidentes ocorridos no trajeto casa-trabalho, percentual que se apresenta ligeiramente mais elevado na Região Centro-Oeste, com 16,0%; e uma parcela ínfima refere-se a doenças do trabalho, 2,2%, mas com maior incidência na Região Nordeste, com 3,5%.

O Ministério da Previdência Social também calcula uma série de indicadores de acidentes de trabalho de forma a "mensurar a exposição dos trabalhadores aos níveis de risco inerentes à atividade econômica, permitindo o acompanhamento das flutuações e tendências históricas dos acidentes e seus impactos nas empresas e na vida dos trabalhadores" (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ACIDENTES DO TRABALHO 2009, 2010, p. 5). Tais indicadores são considerados indispensáveis para a determinação de programas de prevenção de acidentes e a consequente melhoria das condições de trabalho no Brasil. A taxa de incidência mede a intensidade com que acontecem os acidentes de trabalho, constituindo a expressão mais geral e simplificada do risco³⁷. No Brasil, em 2010, esta taxa foi de 19,1 acidentes por mil vínculos empregatícios, variando de 9,7 acidentes por mil vínculos, em média, nos Estados de Roraima, Amapá e Tocantins, até o patamar de 30,2 acidentes por mil vínculos no Estado de Alagoas (Tabela 6.25).

Ainda em 2010, a taxa de mortalidade referente aos óbitos decorrentes dos acidentes do trabalho foi de 7,4 mortes por 100 mil vínculos empregatícios. Os Estados de Mato Grosso e Rondônia apresentaram taxas em torno de 17 mortes por 100 mil vínculos, enquanto os Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte e o Distrito Federal registraram taxas inferiores a 5 mortes por 100 mil vínculos. A taxa de letalidade, por sua vez, foi da ordem de 3,9 óbitos decorrentes de acidentes de trabalho

³⁶ "Define-se como acidente do trabalho aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, permanente ou temporária, que cause a morte, a perda ou a redução da capacidade para o trabalho. Consideram-se acidente do trabalho a doença profissional e a doença do trabalho. Equiparam-se também ao acidente do trabalho: o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a ocorrência da lesão; certos acidentes sofridos pelo segurado no local e no horário de trabalho; a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade; e o acidente sofrido a serviço da empresa ou no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa" (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 2010, 2011, p. 507).

³⁷ A taxa é definida como a razão entre o número de novos acidentes do trabalho a cada ano e a população exposta ao risco de sofrer algum tipo de acidente, formada pelos trabalhadores com cobertura contra os riscos decorrentes de acidentes do trabalho. Não estão cobertos os contribuintes individuais (trabalhadores autônomos e empregados domésticos, entre outros), os militares e os servidores públicos estatutários.

por mil acidentes de trabalho registrados (indicador de gravidade dos acidentes de trabalho). Nos Estados de Tocantins, Goiás e Maranhão, essa taxa de letalidade é mais que o dobro da média nacional (superior a 8 óbitos por mil acidentes). Por fim, há o indicador de acidentalidade para a faixa etária de 16 a 34 anos de idade, que representou 53,3% do total dos acidentes registrados no País e alcançou 60%, em média, nos Estados do Amazonas e Amapá (Tabela 6.25).

O desemprego de longo prazo é outra preocupação expressa como proposta de indicador no direito ao trabalho. No Brasil, como ainda não existe uma pesquisa de emprego nacional longitudinal, não é possível o cálculo da taxa de desemprego de longo prazo, isto é, maior que 12 meses, como é calculada em diversos países. Por outro lado, no que concerne ao quarto atributo, proteção contra trabalho forçado e desemprego, o Relatório da ONU propõe a análise das taxas de desemprego usuais desagregadas por sexo, populações específicas e níveis educacionais. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego - PME, principal fonte de informações sobre o tema no País, observa-se que mulheres, jovens (18 a 24 anos) e pessoas com ensino fundamental completo ou médio incompleto compõem o grupo de pessoas com maiores taxas de desocupação, sendo a dos mais jovens a mais expressiva de todas (Tabela 6.26).

Outros indicadores neste tópico referem-se à incidência de trabalho forçado, discriminação e piores formas de trabalhos doméstico e infantil. A legislação brasileira proíbe qualquer forma de trabalho para crianças de até 13 anos de idade. Com 14 e 15 anos de idade, os adolescentes podem trabalhar desde que na condição de aprendiz ou estagiário³⁸. De 16 a 18 anos de idade, o trabalho é permitido com algumas restrições³⁹. A PNAD 2011 encontrou 89 mil crianças trabalhadoras de 5 a 9 anos de idade; 615 mil na faixa de 10 a 13 anos de idade; e a maioria, 3 milhões, de 14 a 17 anos de idade. Metade das crianças de 5 a 13 anos trabalhadoras encontra-se na Região Nordeste. Sobre trabalho forçado, não há informações estatísticas sobre sua extensão no Brasil, mas uma aproximação dessas informações pode ser obtida junto ao Ministério do Trabalho e Emprego relativamente às fiscalizações realizadas no âmbito da Secretaria de Inspeção do Trabalho, a partir de denúncias de prática de trabalho análogo ao de escravo em estabelecimentos. Em 2010, foram 143 operações em todo o Brasil, perfazendo um total de 309 estabelecimentos inspecionados. Nestas operações, 2 628 trabalhadores foram encontrados em situação análoga à de escravo, incursos em uma ou mais hipóteses do Art. 149 do Código Penal (trabalho forçado, servidão por dívida, jornada exaustiva e/ou trabalho degradante). Esses são os chamados trabalhadores resgatados. Além disso, 2 745 trabalhadores tiveram seus contratos de trabalho formalizados no curso da ação fiscal, isto é, passaram a ter carteira de trabalho assinada após a operação de fiscalização⁴⁰. Cabe ressaltar que o maior número de operações ocorreu no Estado do Pará, onde mais de 500 trabalhadores foram resgatados. No Estado de Minas Gerais, embora o número de operações tenha sido quase a metade das ocorridas no Pará (18 operações contra 33, respectivamente),

³⁸ Aprendiz é o empregado com um contrato de trabalho especial e com direitos trabalhistas e previdenciários garantidos. Parte do seu tempo de trabalho é dedicada a um curso de aprendizagem profissional e outra é dedicada a aprender e praticar no local de trabalho aquilo que foi ensinado nesse curso.

³⁹ O trabalho não pode ser noturno, perigoso, insalubre, penoso, realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, nem realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

⁴⁰ Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, esse número nem sempre corresponderá exatamente ao número de resgatados, pois alguns trabalhadores podem ser encontrados, no mesmo estabelecimento, em situação de irregularidade trabalhista e não reduzidos à condição análoga à de escravos. Existe ainda a hipótese de os trabalhadores possuírem a carteira de trabalho assinada e mesmo assim estarem submetidos à condição que caracteriza o trabalho análogo ao de escravo.

o número de resgatados foi bem próximo, 511. Em seguida, figuram os Estados de Goiás e Santa Catarina, com 343 e 253 trabalhadores resgatados, respectivamente.

Direito à liberdade de expressão e opinião

Segundo versa a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Art. 19, “toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (DECLARAÇÃO..., 1998). A leitura do artigo impõe, sem dificuldades, múltiplas garantias a um único direito (característica comum), as quais, se não forem devidamente respeitadas, podem implicar desrespeito a outros direitos correlatos. No regime democrático, a liberdade de expressão e opinião ocupa grande importância. É através dela, ainda, que a sociedade pode manifestar sua insatisfação com atos públicos, denunciar crimes contra a administração pública, por exemplo, além de obter acesso às informações geradas pelos órgãos públicos. Posto que o trabalho do serviço público é exercido em nome da população e para a população, a informação por ele produzida deve ser de livre acesso.

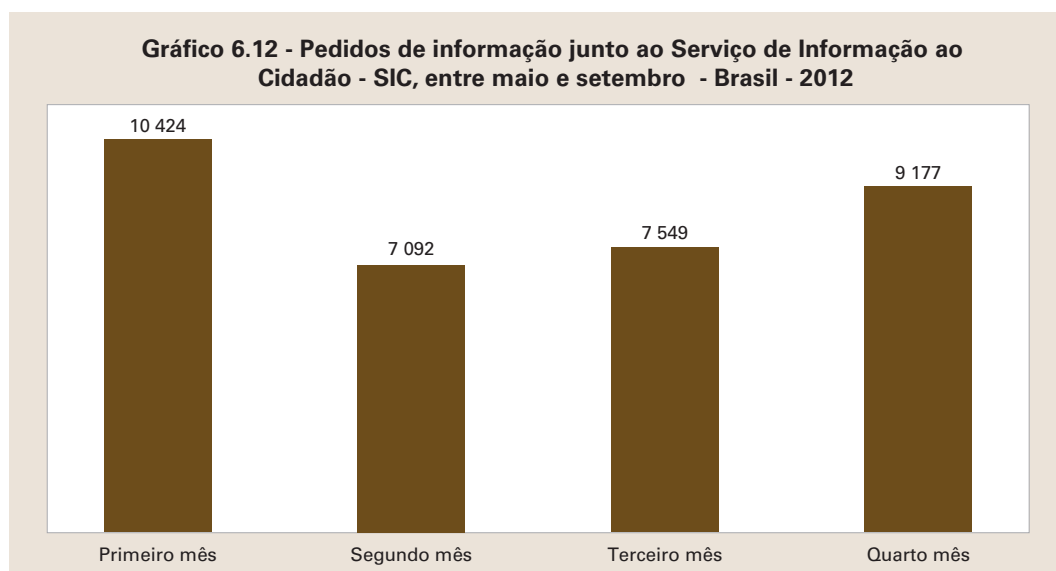
O Relatório da ONU, ao identificar o direito à liberdade de expressão e opinião, designou para ele três atributos, quais sejam: (i) liberdade de opinião e de convir informação; (ii) acesso à informação; e (iii) responsabilidades e deveres especiais. Por sua vez, a Constituição Federal do Brasil dispõe, em diversos artigos, sobre a liberdade de expressão e opinião. O inciso XXXIII do Art. 5º afirma com clareza que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, 2012). Entretanto, apenas em maio de 2012 entrou em vigor a Lei nº 12.527, de 18.11.2011, que regula o acesso à informação. Assim, esta seção, objetivando trabalhar com os primeiros resultados nacionais oriundos desta lei, aborda o segundo atributo a partir dos dados do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC, criado pela Controladoria Geral da União - CGU. Tais dados estão disponibilizados em concordância com a competência da CGU, a qual responde apenas pelos órgãos pertencentes ao poder executivo federal. Por este motivo, todos os dados referentes ao e-SIC ora divulgados tratam de pedidos ligados a órgãos integrantes desse referido poder.

Segundo a Lei nº 12.527, de 2011, de modo geral, os órgãos públicos terão que disponibilizar e garantir o direito fundamental ao acesso à informação, seguindo os procedimentos regulados pela legislação, de acordo com os princípios básicos da administração pública e com as diretrizes previstas no Art. 3º da legislação citada, quais sejam:

- (i) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; (ii) divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- (iii) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- (iv) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- (v) desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011).

É imperioso ressaltar que, ainda de acordo com a citada legislação, caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em legislação própria, obedecidas as normas pertinentes, definir regras específicas para disponibilização de seu serviço de informação ao cidadão.

O e-SIC entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, contabilizando, em seu primeiro dia (até 18 horas) 708 registros de pedidos de informação. Ao fim do primeiro mês, o sistema registrou número de pedidos superior a 10 000. Em pouco mais de quatro meses de funcionamento, e-SIC registrou, até o dia 21 de setembro, 34 242 pedidos, de acordo com a evolução demonstrada no Gráfico 6.12.



Fonte: Controladoria Geral da União - CGU, Coordenação-Geral de Promoção da Ética, Transparência e Integridade.

Entre os órgãos mais procurados pelos usuários do sistema, os dez mais acessados são instituições de previdência; bancos; correios; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; e Ministérios (da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Trabalho e Emprego; e da Educação). As instituições de previdência lideram a lista, totalizando mais de 6 000 pedidos entre os 34 242 registrados, isto é, 19,3% do total dos pedidos feitos durante os primeiros quatro meses de funcionamento do sistema. Ressalta-se, todavia, a elevada pulverização dos pedidos, uma vez que 57,6% referem-se a um conjunto de órgãos que, separadamente, representam menos de 2% do total de pedidos (Tabela 6.28)

Entre os 34 242 pedidos registrados, segundo a CGU, 31 594 já encontram-se respondidos, ou seja, 92,3% do total. Entretanto, entre os respondidos, há aqueles que obtiveram resposta negativa e os que não puderam ser respondidos por tratarem de assunto fora da competência da CGU ou, ainda, por demandarem informações inexistentes. A Tabela 6.29 mostra que, durante o tempo de vigor da lei, entre os pedidos respondidos, 4 784 obtiveram respostas negativas (15,1% do total), enumerando os motivos que as justificaram. Entre os motivos para a negativa das respostas estão “dados pessoais” e “documento sigiloso”. Vale lembrar que o direito de acesso à informação não é ilimitado. Ele comporta exceções previstas na legislação.

A informação pública pertence ao povo e constitui dever estatal garantir o acesso à informação com facilidade, através de instrumentos e mecanismos diversos. A liberdade de expressão e opinião passa prioritariamente pelo acesso à informação pública. A análise ora efetuada propôs-se a destacar, em poucas linhas, o início do avanço nacional rumo à facilidade de alcance e uso das informações públicas. No entanto, não esgota o tema, em especial porque esta não é a única vertente do direito à liberdade de expressão e opinião.

Direito a julgamento justo

O direito a julgamento justo, proposto pelo Relatório da ONU, foi analisado por indicadores de estrutura e de processo constantes do primeiro atributo, acesso a tratamento igualitário nas cortes e tribunais, em função da dificuldade de construção e disponibilidade de informações estatísticas para os demais atributos propostos (audiência pública por tribunais competentes e independentes, presunção de inocência e garantia na determinação de acusação criminal, proteção especial para crianças e revisão por tribunais superiores). Assim, a perspectiva da presente análise dá-se pelo acesso à justiça.

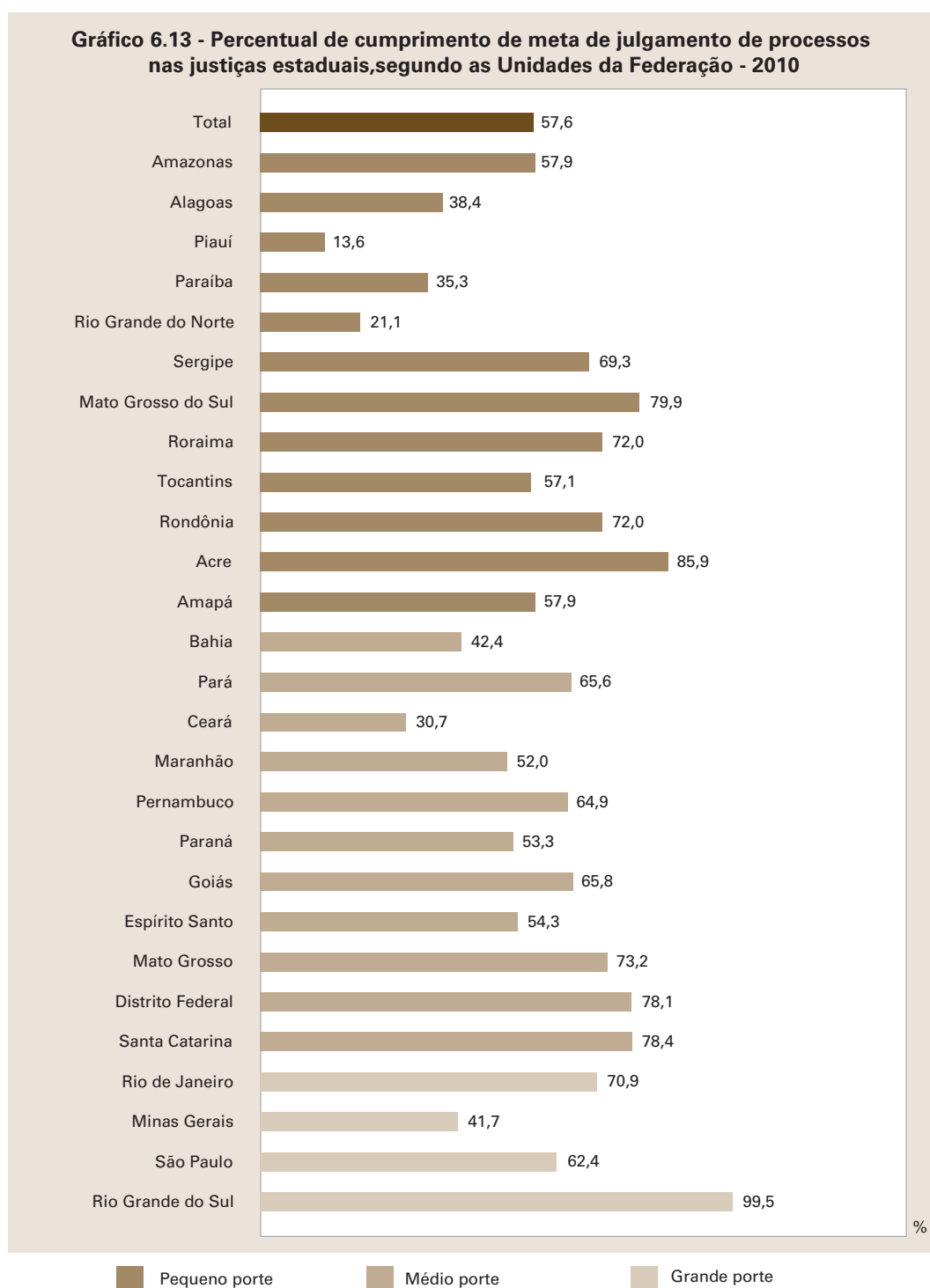
De acordo com a Constituição Federal do Brasil, toda pessoa possui, entre seus direitos, o acesso à justiça, o qual agrega a assistência gratuita para os que não possuem recursos para arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios. Se observada a importância do direito ao acesso à justiça, nota-se que este engloba, em suas particularidades, instrumento capaz de garantir e efetivar alguns dos direitos que compõem a dignidade humana. É através dele que as mais diversas formas de violação de direitos podem ser suprimidas, fazendo com que a demanda em questão seja efetivada. Nesse contexto, o direito ao acesso à justiça é analisado sob a esfera estadual do poder judiciário. Igualmente, os atributos aqui tratados versam sobre indicadores de estrutura e de processo, não de resultado. A justiça estadual é esfera muito procurada por aqueles que buscam solucionar conflitos diversos, garantir direitos e/ou regularizar juridicamente determinada ocorrência em sua vida social. É competente para atuar em diversas matérias, excluindo-se apenas as que são da alçada da justiça federal ou de outra justiça especializada. Por possuir grande procura em diversas disciplinas, a justiça estadual é analisada a partir de estatísticas colhidas da publicação *Justiça em números 2010* (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2011).

Segundo esta publicação, os 27 tribunais que compõem a justiça estadual apresentam características distintas e, por esse motivo, foram agrupados de acordo com o porte (pequeno, médio e grande) de cada um⁴¹. Considerando a classificação disposta e a estrutura existente nos tribunais da justiça estadual, foram selecionados dois atributos para os indicadores estruturais do direito ao acesso à justiça: número de magistrados para cada grupo de 100 mil habitantes e força de trabalho existente para cada grupo de 100 mil habitantes em cada Unidade da Federação. Observa-se que a disparidade nestes indicadores mostra-se significativa, mesmo entre as justiças de mesmo porte, como, por exemplo: há 4,5 magistrados por 100 mil habitantes no Estado do Rio de Janeiro em contraste com 7,1 no Estado do Rio Grande do Sul (Tabela 6.30).

Objetivando alcançar a efetivação dos direitos que compõem o acesso à justiça e garantir melhor qualidade dos serviços e alcance das garantias e deveres constitucionais, foram criadas metas de nivelamento do poder judiciário, as quais constituem objetivos traçados em acordo entre os tribunais. Iniciadas em 2009, novas metas são escolhidas a cada ano em encontros realizados pelo judiciário, entretanto, cabe destacar, elas não eliminam as anteriores ainda não alcançadas. Por isso, os relatórios anuais trazem as metas pertencentes ao ano do documento e as anteriores que ainda persistem em desenvolvimento até que o objetivo seja atingido. Entre essas metas, considerando a

⁴¹ Os dados aqui apresentados sobre a justiça estadual acompanharam esta classificação, considerando como de grande porte os tribunais dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; de médio porte, os dos Estados da Bahia, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Goiás, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Maranhão, além do Distrito Federal; e, de pequeno porte, os tribunais dos Estados de Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rondônia, Amazonas, Sergipe, Alagoas, Piauí, Tocantins, Amapá, Acre e Roraima.

ênfase aqui dada ao acesso à justiça, optou-se por avaliar a Meta 2, referente ao ano de 2010: “julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”. Foram os tribunais de grande porte (Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) que obtiveram os maiores índices de cumprimento desta meta (Gráfico 6.13).



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (Brasil). Justiça em números 2010. Brasília, DF: CNJ, 2011.

Nota: Dados da avaliação da Meta 2.

O cumprimento desta meta demonstra o esforço em nivelar o poder judiciário para que o direito constitucional à duração razoável do processo seja cumprido, o qual faz parte do real acesso à justiça. Trabalhar esta meta é fomentar a diminuição dos numerosos processos estocados, que causam congestionamento nos tribunais e, ainda, possibilitar a resolução das demandas sociais que buscam o judiciário para alcançar a solução devida. Diante do exposto, foi possível demonstrar, através de indicadores de estrutura e de processo, que o direito ao acesso à justiça engloba diversos outros direitos humanos em seu teor e que, através de ações conjuntas (como as metas de nivelamento do judiciário), desenvolvidas pelos tribunais, é possível trabalhar em larga escala o melhor alcance da sociedade a seus direitos, bem como a melhor atuação dos órgãos públicos, os quais se tornam mais próximos da efetivação das garantias constitucionais existentes com a melhor realização de suas atividades.

Tabela 6.1 - Taxa de mortalidade específica por causas externas, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de mortalidade específica por causas externas (por 100 000 hab.)		
	Total	Sexo	
		Homem	Mulher
Brasil	72,4	122,5	24,0
Norte	70,5	119,9	19,9
Rondônia	95,5	160,4	28,2
Acre	56,0	90,8	20,7
Amazonas	58,7	98,0	18,9
Roraima	83,3	122,7	39,2
Pará	70,0	122,2	16,3
Amapá	67,2	116,1	17,9
Tocantins	81,3	133,1	27,9
Nordeste	75,5	131,7	21,3
Maranhão	56,3	96,1	16,8
Piauí	59,1	99,2	19,9
Ceará	68,4	119,0	20,2
Rio Grande do Norte	72,9	128,0	20,0
Paraíba	72,4	130,2	17,3
Pernambuco	90,4	156,9	28,0
Alagoas	97,0	176,2	21,2
Sergipe	81,2	140,8	24,1
Bahia	78,5	137,0	21,0
Sudeste	67,7	112,5	25,1
Minas Gerais	63,3	102,3	25,1
Espírito Santo	112,7	188,9	38,4
Rio de Janeiro	88,6	151,1	30,8
São Paulo	58,1	96,3	21,7
Sul	74,6	124,6	26,0
Paraná	86,9	146,3	28,9
Santa Catarina	66,0	111,0	21,6
Rio Grande do Sul	67,4	111,0	25,6
Centro-Oeste	85,3	142,8	28,8
Mato Grosso do Sul	89,4	144,9	34,3
Mato Grosso	97,0	160,5	30,8
Goiás	83,0	140,0	27,1
Distrito Federal	73,6	125,8	25,8

Fonte: Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM 2009.

Notas: 1. Nas tabulações por grupos de idade ou sexo, estão suprimidos os casos com idade ou sexo ignorados, respectivamente.

2. Taxas calculadas a partir dos óbitos informados ao SIM. As análises devem considerar as limitações de cobertura e qualidade da informação da causa de óbito.

Tabela 6.2 - Taxa de mortalidade específica por causas externas, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de mortalidade específica por causas externas (por 100 000 hab.)									
	Total	Grupos de idade								
		0 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	72,4	12,6	15,0	79,8	118,0	102,6	87,4	76,3	70,1	110,3
Norte	70,5	16,3	16,9	77,5	119,5	106,4	97,8	83,5	79,4	95,4
Rondônia	95,5	16,2	29	92,5	133,2	120,4	128,1	124,3	138,9	146,7
Acre	56,0	13,8	10,4	61,5	79,8	100,6	80,5	62,1	84,0	97,1
Amazonas	58,7	19,8	16,0	61,0	102,3	90,7	77,0	62,9	64,4	93,1
Roraima	83,3	35,9	24,9	83,1	102,1	99,2	113,8	105,4	121,8	188,3
Pará	70,0	12,6	14,9	84,7	131,1	111,7	99,5	77,0	65,2	75,1
Amapá	67,2	28,0	13,9	82,1	122,3	92,1	81,3	92,2	90,7	93,7
Tocantins	81,3	14,8	21,0	67,7	105,7	113,0	117,2	114,9	101,6	131,0
Nordeste	75,5	12,0	15,9	89,8	132,0	113,6	99,4	84,4	74,1	99,7
Maranhão	56,3	11,9	13,0	52,1	86,0	87,6	83,7	74,1	66,3	84,1
Piauí	59,1	10,3	14,6	52,6	91,8	76,4	74,6	79,5	74,4	103,3
Ceará	68,4	9,6	14,3	73,7	107,7	95,2	94,3	87,1	75,1	100,8
Rio Grande do Norte	72,9	9,9	16,8	78,5	127,0	115,0	89,7	78,9	72,2	106,7
Paraíba	72,4	11,1	15,8	98,9	121,1	114,4	100,3	78,3	67,4	71,2
Pernambuco	90,4	15,7	18,1	109,8	159,7	139,5	120,5	92,9	80,8	117,2
Alagoas	97,0	13,3	23,1	119,1	208,2	169,2	137,3	109,1	93,2	98,9
Sergipe	81,2	12,3	11,6	74,3	118,9	122,9	118,3	103,2	80,7	146,0
Bahia	78,5	11,8	16,0	110,1	150,7	115,0	92,0	77,6	69,8	94,2
Sudeste	67,7	11,3	12,2	69,1	102,9	92,0	76,0	67,4	64,0	115,2
Minas Gerais	63,3	9,2	14,1	65,3	92,2	84,3	79,0	65,8	66,6	106,0
Espírito Santo	112,7	17,4	21,8	155,7	201,2	171,2	123,1	110,9	98,0	156,8
Rio de Janeiro	88,6	14,6	13,1	104,4	153,2	133,0	91,9	72,8	65,4	138,0
São Paulo	58,1	10,6	10,0	50,0	81,5	74,0	64,9	62,5	59,6	106,5
Sul	74,6	12,5	16,4	83,9	118,8	103,5	86,3	80,3	72,4	106,4
Paraná	86,9	13,6	19,7	106,8	151,9	124,1	100,6	86,9	79,4	118,1
Santa Catarina	66,0	11,4	14,6	69,0	99,8	91,4	78,2	75,7	73,9	90,6
Rio Grande do Sul	67,4	12,1	13,9	68,4	96,0	90,2	76,1	76,6	65,7	103,9
Centro-Oeste	85,3	17,0	20,8	90,5	137,8	113,5	102,4	89,5	86,0	141,2
Mato Grosso do Sul	89,4	26,0	26,6	97,7	136,1	109,0	104,3	93,1	94,1	156,3
Mato Grosso	97,0	17,1	19,8	92,6	152,7	126,6	125,2	115,1	113,7	158,6
Goiás	83,0	13,7	19,9	84,6	136,5	114,5	101,8	88,1	79,4	127,8
Distrito Federal	73,6	15,9	18,4	94,6	125,1	100,4	78,5	61,4	61,4	139,9

Fonte: Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM 2009.

Notas: 1. Nas tabulações por grupos de idade ou sexo, estão suprimidos os casos com idade ou sexo ignorados, respectivamente.

2. Taxas calculadas a partir dos óbitos informados ao SIM. As análises devem considerar as limitações de cobertura e qualidade da informação da causa de óbito.

Tabela 6.3 - Percentual de pessoas que se sentiam seguras no seu domicílio, bairro e cidade, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Percentual de pessoas que se sentiam seguras, na população de 10 anos ou mais de idade (%)		
	No seu domicílio	No seu bairro	Na sua cidade
Brasil	78,6	67,1	52,8
Situação do domicílio			
Urbana	77,5	64,7	49,7
Rural	84,5	80,4	69,3
Norte	71,6	59,8	48,2
Rondônia	78,8	73,5	61,6
Acre	75,3	65,7	45,3
Amazonas	76,1	65,7	54,4
Roraima	77,7	72,3	64,8
Pará	64,8	49,0	36,9
Amapá	79,4	66,2	55,0
Tocantins	80,9	77,6	71,8
Nordeste	78,7	65,9	51,3
Maranhão	77,8	66,9	48,9
Piauí	85,4	80,5	65,6
Ceará	75,8	61,3	43,3
Rio Grande do Norte	70,8	56,3	44,8
Paraíba	80,2	62,9	59,1
Pernambuco	79,8	65,8	51,1
Alagoas	78,0	64,4	48,0
Sergipe	76,8	63,3	50,4
Bahia	80,5	68,4	54,2
Sudeste	79,1	67,7	51,6
Minas Gerais	79,1	69,9	59,9
Espírito Santo	77,7	64,8	52,6
Rio de Janeiro	79,7	65,2	42,3
São Paulo	79,0	68,0	51,1
Sul	81,9	72,6	60,5
Paraná	78,3	67,2	54,9
Santa Catarina	84,3	79,1	68,3
Rio Grande do Sul	84,0	74,1	61,4
Centro-Oeste	75,9	64,6	54,3
Mato Grosso do Sul	79,8	73,7	62,0
Mato Grosso	74,0	65,5	56,9
Goiás	75,0	64,6	54,8
Distrito Federal	76,6	55,0	43,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.4 - Indicadores antropométricos na população de 5 a 9 anos de idade, com base na distribuição de referência da Organização Mundial da Saúde - OMS, situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - período 2008-2009

Grandes Regiões	Indicadores antropométricos na população de 5 a 9 anos de idade, por sexo e situação do domicílio (%)					
	Homem			Mulher		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
Déficit de altura						
Brasil	7,2	6,8	8,9	6,3	5,8	8,1
Norte	12,2	10,5	16,0	10,3	8,8	13,5
Nordeste	7,9	7,8	8,3	6,9	6,1	9,0
Sudeste	6,2	6,1	6,5	5,3	5,4	4,6
Sul	4,7	4,3	6,3	4,0	4,2	3,1
Centro-Oeste	6,8	6,9	6,1	7,4	7,2	9,1
Déficit de peso						
Brasil	4,3	4,1	4,7	3,9	4,0	3,5
Norte	4,9	5,8	2,8	3,5	3,9	2,6
Nordeste	5,5	5,1	6,3	4,6	4,9	3,7
Sudeste	3,4	3,2	4,7	3,5	3,4	4,1
Sul	2,5	2,6	1,7	3,7	3,9	3,0
Centro-Oeste	5,8	6,1	3,9	4,1	4,2	3,2
Excesso de peso						
Brasil	34,8	37,5	23,9	32,0	33,9	24,6
Norte	26,6	30,6	17,6	24,7	27,8	18,0
Nordeste	30,3	35,2	19,0	26,0	28,9	19,0
Sudeste	39,7	40,3	34,3	37,9	38,0	36,8
Sul	36,3	36,6	34,7	35,5	35,7	34,4
Centro-Oeste	37,9	39,9	27,2	32,4	33,5	25,2
Obesidade						
Brasil	16,6	18,3	9,7	11,8	12,9	7,5
Norte	11,4	13,8	6,1	9,4	10,9	6,3
Nordeste	13,2	15,6	7,7	8,9	10,9	4,1
Sudeste	20,6	21,2	15,1	13,6	14,0	10,4
Sul	16,7	17,4	13,4	16,2	16,0	16,8
Centro-Oeste	17,5	18,5	11,6	10,3	10,6	8,5

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Tabela 6.5 - Indicadores antropométricos na população de 5 a 9 anos de idade, com base na distribuição de referência da Organização Mundial da Saúde - OMS, por sexo, segundo as classes de rendimento total e a variação patrimonial mensal familiar *per capita* - Brasil - período 2008-2009

Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar <i>per capita</i> (salários mínimos)	Indicadores antropométricos na população de 5 a 9 anos de idade (%)			
	Déficit de altura	Déficit de peso	Excesso de peso	Obesidade
Masculino				
Até 1/4	11,6	6,4	26,6	11,8
Mais de 1/4 a 1/2	9,0	6,0	29,7	12,9
Mais de 1/2 a 1	7,4	4,4	34,1	15,4
Mais de 1 a 2	5,1	2,4	37,3	19,5
Mais de 2 a 5	3,5	2,2	47,6	23,8
Mais de 5	1,8	0,6	51,1	30,8
Feminino				
Até 1/4	10,4	3,9	20,8	7,4
Mais de 1/4 a 1/2	9,0	4,7	26,9	10,0
Mais de 1/2 a 1	5,8	3,8	33,9	12,7
Mais de 1 a 2	4,3	2,8	37,8	13,8
Mais de 2 a 5	2,4	4,4	37,8	13,9
Mais de 5	1,0	4,9	39,3	14,8

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Tabela 6.6 - Indicadores antropométricos na população de 10 a 19 anos de idade, com base na distribuição de referência da Organização Mundial da Saúde - OMS, por sexo, e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - período 2008-2009

Grandes Regiões	Indicadores antropométricos na população de 10 a 19 anos de idade, por sexo e situação do domicílio (%)					
	Homem			Mulher		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
Déficit de peso						
Brasil	3,7	3,5	4,3	3,0	3,0	3,1
Norte	3,6	3,6	3,7	2,6	2,6	2,6
Nordeste	4,9	4,7	5,2	3,8	3,7	4,0
Sudeste	3,2	3,3	2,3	2,8	2,9	2,0
Sul	2,5	2,2	3,9	2,4	2,5	2,2
Centro-Oeste	3,3	2,9	5,3	2,8	2,7	3,1
Excesso de peso						
Brasil	21,5	23,0	15,7	19,4	20,1	16,3
Norte	18,5	20,3	14,7	16,6	16,9	15,7
Nordeste	15,9	18,6	10,6	17,1	19,1	12,5
Sudeste	24,4	24,5	23,6	20,8	20,9	20,3
Sul	26,9	27,5	23,7	22,0	21,9	22,4
Centro-Oeste	23,9	24,4	20,6	20,0	19,6	23,2
Obesidade						
Brasil	5,8	6,5	3,1	4,0	4,3	2,8
Norte	3,9	4,9	1,7	2,7	2,6	3,2
Nordeste	3,8	4,7	2,0	3,1	3,6	1,7
Sudeste	7,3	7,6	5,1	4,7	4,8	3,6
Sul	7,6	8,0	5,8	5,4	5,5	4,9
Centro-Oeste	5,5	5,6	4,6	3,7	3,4	5,2

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Tabela 6.7 - Prevalência de déficit de peso, de excesso de peso e de obesidade na população com 20 anos ou mais de idade, de acordo com os critérios da Organização Mundial da Saúde - OMS, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - período 2008-2009

Grandes Regiões	Prevalência de déficit de peso, de excesso de peso e de obesidade, na população com 20 anos ou mais de idade, por sexo e situação do domicílio (%)					
	Homem			Mulher		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
Déficit de peso						
Brasil	1,8	1,6	2,6	3,6	3,5	4,2
Norte	1,9	2,1	1,3	3,6	3,8	3,2
Nordeste	2,7	2,3	3,7	4,8	4,5	5,5
Sudeste	1,4	1,4	1,9	3,1	3,1	3,5
Sul	1,1	1,0	1,6	2,5	2,4	2,7
Centro-Oeste	2,0	2,0	2,2	4,0	4,0	3,5
Excesso de peso						
Brasil	50,1	52,4	38,8	48,0	48,0	47,9
Norte	47,7	50,4	40,9	46,7	46,5	47,4
Nordeste	42,9	47,1	32,2	46,0	46,8	43,5
Sudeste	52,4	53,5	41,3	48,5	48,4	50,2
Sul	56,8	58,1	50,6	51,6	50,9	56,1
Centro-Oeste	51,0	51,8	45,7	45,6	44,7	53,3
Obesidade						
Brasil	12,5	13,2	8,8	16,9	17,0	16,5
Norte	10,6	11,6	7,9	15,2	15,1	15,5
Nordeste	9,9	11,5	5,7	15,2	15,6	13,8
Sudeste	13,0	13,1	11,4	17,5	17,4	18,4
Sul	15,9	16,4	13,8	19,6	19,3	21,2
Centro-Oeste	13,3	13,4	12,1	16,3	16,0	18,8

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Tabela 6.8 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por estado nutricional, com indicação do intervalo de confiança de 95%, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal - 2009

Municípios das capitais e Distrito Federal	Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por estado nutricional (%)											
	Baixo peso			Eutrofia			Sobrepeso			Obesidade		
	Total	Intervalo de confiança de 95%		Total	Intervalo de confiança de 95%		Total	Intervalo de confiança de 95%		Total	Intervalo de confiança de 95%	
		Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Total	2,9	2,6	3,1	74,0	73,3	74,7	16,0	15,4	16,5	7,2	6,8	7,5
Porto Velho	2,3	1,6	3,0	76,7	74,5	79,0	14,3	12,7	15,8	6,7	5,2	8,2
Rio Branco	2,1	1,4	2,8	76,3	74,2	78,4	15,2	13,5	16,8	6,4	5,3	7,6
Manaus	2,2	1,5	2,9	79,2	76,8	81,7	14,0	11,8	16,1	4,6	3,6	5,6
Boa Vista	1,5	0,9	2,1	79,4	77,2	81,6	14,3	12,6	15,9	4,8	3,8	5,8
Belém	2,8	1,9	3,7	76,5	74,2	78,8	15,7	13,8	17,7	5,0	3,8	6,2
Macapá	2,3	1,5	3,1	78,2	76,1	80,3	14,0	12,4	15,6	5,5	4,6	6,5
Palmas	3,0	2,3	3,7	82,1	80,0	84,1	10,9	9,2	12,6	4,0	2,9	5,1
São Luis	4,2	3,2	5,1	80,5	78,8	82,1	11,0	9,6	12,5	4,3	3,4	5,3
Teresina	2,9	2,2	3,7	80,4	78,5	82,3	12,1	10,5	13,8	4,5	3,7	5,3
Fortaleza	2,2	1,6	2,8	73,6	71,6	75,7	16,6	15,0	18,3	7,6	6,7	8,4
Natal	2,6	2,0	3,2	73,2	70,7	75,7	17,0	15,0	19,0	7,2	6,1	8,4
João Pessoa	4,0	3,2	4,9	75,3	73,1	77,5	14,9	13,3	16,6	5,7	4,8	6,6
Recife	2,9	2,1	3,7	73,7	71,6	75,7	15,9	14,2	17,6	7,5	6,5	8,6
Maceió	3,3	2,5	4,0	74,7	72,1	77,3	15,4	13,5	17,3	6,6	5,1	8,2
Aracaju	3,2	2,4	4,0	77,2	75,6	78,7	14,2	12,5	15,9	5,4	4,5	6,4
Salvador	4,4	3,4	5,4	75,4	73,3	77,4	14,8	13,2	16,3	5,5	4,4	6,6
Belo Horizonte	3,4	2,6	4,1	75,0	73,0	77,0	14,5	12,5	16,4	7,2	6,1	8,2
Vitória	2,3	1,6	3,0	75,5	72,9	78,0	15,9	14,1	17,7	6,3	5,0	7,5
Rio de Janeiro	2,5	1,9	3,1	70,3	68,0	72,6	18,3	16,6	20,0	8,9	7,8	10,1
São Paulo	2,9	2,3	3,6	72,8	70,7	75,0	16,3	14,7	17,9	7,9	6,9	8,9
Curitiba	2,4	1,8	3,1	73,3	71,2	75,3	17,1	15,3	18,9	7,3	6,3	8,2
Florianópolis	2,2	1,5	2,8	73,5	71,3	75,7	17,2	15,5	18,9	7,2	5,9	8,5
Porto Alegre	1,1	0,6	1,6	68,3	65,6	71,1	20,1	17,8	22,5	10,5	8,9	12,0
Campo Grande	2,4	1,8	3,0	72,0	69,9	74,0	16,8	15,1	18,6	8,8	7,6	10,1
Cuiabá	3,5	2,6	4,3	74,7	72,7	76,7	16,2	14,6	17,9	5,6	4,5	6,7
Goiânia	3,7	3,0	4,4	75,6	73,7	77,6	14,9	13,4	16,5	5,7	4,7	6,8
Distrito Federal	3,3	2,6	4,1	76,7	75,2	78,2	14,3	13,0	15,6	5,7	4,8	6,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

Tabela 6.9 - Distribuição percentual dos óbitos em menores de 1 ano de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Distribuição percentual dos óbitos em menores de 1 ano de idade (%)			
	Total	0 a 6 dias	7 a 27 dias	28 dias e mais
Brasil	100,0	52,2	16,4	31,4
Norte	100,0	51,7	15,2	33,1
Rondônia	100,0	50,0	17,7	32,3
Acre	100,0	44,2	13,1	42,7
Amazonas	100,0	50,5	13,7	35,8
Roraima	100,0	36,9	17,6	45,5
Pará	100,0	55,9	14,4	29,7
Amapá	100,0	48,0	26,2	25,9
Tocantins	100,0	45,6	13,9	40,5
Nordeste	100,0	54,9	14,2	30,9
Maranhão	100,0	55,0	13,5	31,6
Piauí	100,0	57,5	15,4	27,1
Ceará	100,0	55,6	13,9	30,5
Rio Grande do Norte	100,0	57,8	13,6	28,6
Paraíba	100,0	52,2	18,8	29,0
Pernambuco	100,0	52,7	15,2	32,2
Alagoas	100,0	49,6	12,3	38,1
Sergipe	100,0	51,5	15,4	33,1
Bahia	100,0	57,4	13,2	29,4
Sudeste	100,0	50,9	18,2	30,9
Minas Gerais	100,0	56,4	14,5	29,1
Espírito Santo	100,0	46,9	22,1	31,0
Rio de Janeiro	100,0	49,8	16,5	33,7
São Paulo	100,0	49,0	20,3	30,7
Sul	100,0	49,9	18,7	31,4
Paraná	100,0	53,1	17,1	29,8
Santa Catarina	100,0	47,1	19,7	33,2
Rio Grande do Sul	100,0	47,7	20,0	32,3
Centro-Oeste	100,0	50,1	17,0	32,9
Mato Grosso do Sul	100,0	48,9	16,0	35,1
Mato Grosso	100,0	46,0	17,1	36,9
Goiás	100,0	51,3	17,2	31,5
Distrito Federal	100,0	55,6	17,4	27,0

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM 2010.

Nota: Taxas calculadas a partir dos óbitos informados ao SIM. As análises devem considerar as limitações de cobertura e qualidade da informação da causa de óbito.

Tabela 6.10 - Estimativas de taxa de mortalidade neonatal, segundo os países selecionados e as regiões UNICEF - 1990/2011

Países selecionados e regiões UNICEF	Estimativas de taxa de mortalidade neonatal (por 100 000 hab.)						Taxa de crescimento 1990-2011 (%)
	1990	1995	2000	2005	2010	2011	
Mundo	32	31	28	25	22	22	(-) 32
Países selecionados							
Japão	3	2	2	1	1	1	(-) 67
Suécia	3	3	2	2	2	1	(-) 67
Dinamarca	4	4	3	3	3	2	(-) 50
França	3	3	3	2	2	2	(-) 33
Alemanha	4	3	3	3	2	2	(-) 50
Espanha	7	5	4	3	3	3	(-) 57
Reino Unido	5	4	4	3	3	3	(-) 40
Estados Unidos	6	5	5	4	4	4	(-) 33
Chile	9	7	6	5	5	5	(-) 44
Uruguai	11	10	9	7	6	5	(-) 55
Argentina	16	13	11	9	8	7	(-) 56
México	17	15	12	9	7	7	(-) 59
China	23	22	18	13	9	9	(-) 61
Brasil	27	24	19	14	10	10	(-) 63
Colômbia	19	17	15	13	12	11	(-) 42
África do Sul	26	25	23	22	20	19	(-) 27
Haiti	37	34	31	28	27	25	(-) 32
Etiópia	52	48	44	38	32	31	(-) 40
Índia	47	44	40	37	33	32	(-) 32
Nigéria	51	51	48	44	40	39	(-) 24
Angola	53	51	48	46	44	43	(-) 19
Serra Leoa	58	58	56	53	50	49	(-) 16
Regiões UNICEF							
África subsaariana	45	44	42	38	35	34	(-) 24
África Oriental e Austral	43	41	38	34	30	29	(-) 32
África Ocidental e Central	48	47	46	43	40	39	(-) 18
Oriente Médio e Norte da África	27	24	21	19	17	16	(-) 39
Sul da Ásia	48	44	40	36	33	32	(-) 33
Leste da Ásia e Pacífico	24	22	19	15	12	11	(-) 54
América Latina e Caribe	22	19	16	13	10	10	(-) 55
Europa Centro-Oriental e CEI (1)	19	18	15	12	10	10	(-) 50

Fonte: Trends in neonatal mortality rates, 1960-2011. In: United Nations Children's Fund. Childinfo: monitoring the situation of children and women. New York: Unicef, 2012. Disponível em: <http://www.childinfo.org/mortality_neonatalcountrydata.php>. Acesso em: set. 2011.

Nota: Considera-se neonatais as crianças com até 27 dias de idade.

(1) Comunidade dos Estados Independentes (11 Repúblicas que pertenciam à antiga União Soviética).

Tabela 6.11 - Taxa de incidência de dengue e tuberculose, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de incidência (por 100 000 hab.)	
	Dengue	Tuberculose
Brasil	204,3	38,4
Norte	349,5	47,8
Rondônia	1195,3	38,1
Acre	2658,3	46,7
Amazonas	48,9	67,2
Roraima	712,5	31,3
Pará	95,0	48,5
Amapá	267,6	35,4
Tocantins	303,7	15,6
Nordeste	222,0	38,8
Maranhão	33,5	33,7
Piauí	121,6	27,6
Ceará	85,8	45,4
Rio Grande do Norte	73,0	31,0
Paraíba	23,8	28,3
Pernambuco	30,4	48,1
Alagoas	115,3	38,1
Sergipe	47,6	28,4
Bahia	650,3	39,9
Sudeste	131,6	41,0
Minas Gerais	268,6	21,4
Espírito Santo	962,4	35,3
Rio de Janeiro	44,8	74,0
São Paulo	28,8	38,2
Sul	6,0	33,2
Paraná	14,6	22,7
Santa Catarina	0,8	26,9
Rio Grande do Sul	0,5	47,0
Centro-Oeste	794,3	21,9
Mato Grosso do Sul	591,3	37,5
Mato Grosso	1723,4	32,8
Goiás	739,6	15,0
Distrito Federal	32,5	11,0

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN 2009.

**Tabela 6.12 - Taxa de incidência de AIDS e variação percentual,
por Grandes Regiões, segundo o sexo - 2001/2008**

Sexo	Taxa de incidência de AIDS (por 100 000 hab.)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2001						
Total	18,2	8,9	7,4	24,4	27,2	14,5
Homem	22,7	11,3	9,8	30,6	33,1	17,1
Mulher	13,8	6,6	5,1	18,4	21,5	12,0
2008						
Total	18,2	18,6	11,3	19,2	29,3	15,9
Homem	22,3	22,1	14,1	24,3	33,3	20,2
Mulher	14,2	15,0	8,7	14,4	25,4	11,8
Variação percentual 2001-2008 (%)						
Total	0,1	108,3	52,4	(-) 21,1	7,9	9,6
Homem	(-) 1,7	96,4	43,4	(-) 20,5	0,9	18,1
Mulher	3,1	129,3	68,8	(-) 21,9	18,4	(-) 2,2

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, Programa Nacional de DST e Aids - Brasil.

Notas: 1. Informações apresentadas segundo local de residência e ano do diagnóstico.

2. Base de dados em junho/2009.

Tabela 6.13 - Pessoas que foram vítimas de tentativa de roubo ou furto, roubo ou furto e agressão física no período de referência de 365 dias, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas que foram vítimas, no período de referência de 365 dias, na população de 10 anos ou mais de idade					
	Tentativa de roubo ou furto		Roubo ou furto		Agressão física	
	Total (1 000 pessoas)	Percentual (%)	Total (1 000 pessoas)	Percentual (%)	Total (1 000 pessoas)	Percentual (%)
Brasil	8 720	5,4	11 923	7,3	2 525	1,6
Situação do domicílio						
Urbana	8 177	5,9	11 150	8,1	2 274	1,7
Rural	543	2,1	773	3,0	251	1,0
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	866	7,0	1 228	9,9	236	1,9
Rondônia	93	7,3	107	8,4	24	1,9
Acre	46	8,3	70	12,8	15	2,8
Amazonas	95	3,5	195	7,1	32	1,2
Roraima	30	8,9	38	11,1	8	2,4
Pará	499	8,4	680	11,5	119	2,0
Amapá	48	9,4	60	12,0	16	3,2
Tocantins	56	5,1	78	7,2	22	2,0
Nordeste	2 254	5,0	3 369	7,5	812	1,8
Maranhão	231	4,5	468	9,0	117	2,3
Piauí	100	3,7	177	6,6	55	2,0
Ceará	472	6,6	631	8,8	131	1,8
Rio Grande do Norte	187	7,0	257	9,5	73	2,7
Paraíba	122	3,8	210	6,6	45	1,4
Pernambuco	354	4,8	510	7,0	98	1,3
Alagoas	95	3,6	158	6,0	25	0,9
Sergipe	131	7,7	155	9,1	29	1,7
Bahia	562	4,6	802	6,5	239	1,9
Sudeste	3 509	5,0	4 649	6,7	943	1,4
Minas Gerais	653	3,8	1 081	6,2	261	1,5
Espírito Santo	121	4,1	215	7,3	53	1,8
Rio de Janeiro	708	5,1	839	6,1	135	1,0
São Paulo	2 026	5,7	2 514	7,1	494	1,4
Sul	1 302	5,4	1 645	6,8	346	1,4
Paraná	590	6,4	681	7,4	145	1,6
Santa Catarina	215	4,0	293	5,5	74	1,4
Rio Grande do Sul	497	5,2	672	7,1	126	1,3
Centro-Oeste	790	6,7	1 032	8,8	188	1,6
Mato Grosso do Sul	74	3,7	165	8,2	32	1,6
Mato Grosso	152	6,0	209	8,2	40	1,6
Goiás	387	7,7	453	9,0	93	1,8
Distrito Federal	177	8,1	206	9,4	23	1,1

Tabela 6.14 - Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher, total e respectiva distribuição percentual, segundo o tipo de relato - Brasil - 2009-2012

Tipo de relato	Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher			
	2009	2010	2011	2012 (1)
Total				
Total	40 857	108 491	74 984	47 555
Violência física - lesão corporal leve, grave e gravíssima, tentativa de homicídio e homicídio	22 006	63 838	45 953	26 939
Violência psicológica - ameaça, dano emocional, perseguições, assédio moral no trabalho	13 555	27 440	17 987	12 941
Violência moral - difamação, calúnia e injúria	3 595	12 608	8 176	5 797
Violência patrimonial	817	1 840	1 227	750
Violência sexual - estupro, exploração sexual e assédio no trabalho	576	2 318	1 298	915
Outros tipos de violência	308	447	343	213
Distribuição percentual (%)				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Violência física - lesão corporal leve, grave e gravíssima, tentativa de homicídio e homicídio	53,9	58,8	61,3	56,6
Violência psicológica - ameaça, dano emocional, perseguições, assédio moral no trabalho	33,2	25,3	24,0	27,2
Violência moral - difamação, calúnia e injúria	8,8	11,6	10,9	12,2
Violência patrimonial	2,0	1,7	1,6	1,6
Violência sexual - estupro, exploração sexual e assédio no trabalho	1,4	2,1	1,7	1,9
Outros tipos de violência	0,8	0,4	0,5	0,4

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

(1) Informações correspondentes ao primeiro semestre.

Tabela 6.15 - Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher, total e respectiva distribuição percentual, segundo algumas características da agressão relatada - Brasil - 2011

Características da agressão relatada	Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher	
	Total (1)	Distribuição percentual (%)
Relação da vítima com o agressor	57 966	100,0
Amigo/vizinho	1 171	2,0
Companheiro(a)/cônjuge/namorado(a)	43 256	74,6
Ex-marido/ex-namorado	9 443	16,3
Familiar (irmã(o), filho(a), pai)	3 635	6,3
Desconhecido	461	0,8
Tempo de relação como agressor	57 789	100,0
Até 1 ano	4 164	7,2
De 1 a 3 anos	11 073	19,2
De 3 a 5 anos	7 893	13,7
De 5 a 10 anos	11 204	19,4
10 anos ou mais	23 455	40,6
Tempo que ocorre a violência	47 660	100,0
Desde o início da relação	18 520	38,9
Há menos de 1 mês	4 238	8,9
Há 6 meses	4 628	9,7
Há 1 ano	6 024	12,6
Há 2 anos ou mais	14 250	29,9
Frequência da violência	53 380	100,0
Diariamente	31 303	58,6
Mensalmente	2 822	5,3
Raramente	4 905	9,2
Semanalmente	11 568	21,7
Uma vez	2 782	5,2
Risco que se percebe	42 899	100,0
Espancamento	19 446	45,3
Estupro	777	1,8
Morte	22 676	52,9
Relação dos filhos com a violência	42 401	100,0
Não presenciaram nem sofrem violência	6 157	14,5
Presenciam a violência	28 039	66,1
Sofrem violência	8 205	19,4

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

(1) Excluídas as informações indeterminadas.

Tabela 6.16 - Candidatos às eleições e eleitos, total e respectiva distribuição percentual, com indicação da relação eleitos/candidatos, por sexo, segundo o cargo eletivo - Brasil - 2006/2010

Cargo eletivo	Candidatos		Eleitos		Eleitos/candidatos (%)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2006						
Presidente	5	2	1	-	20,0	0,0
Governador	171	25	24	3	14,0	12,0
Senador	170	32	23	4	13,5	12,5
Deputado Federal	4.328	628	468	45	10,8	7,2
Deputado Estadual e Distrital	10.400	1.736	935	124	9,0	7,1
Distribuição percentual (%)						
Presidente	71,4	28,6	100,0	-
Governador	87,2	12,8	88,9	11,1
Senador	84,2	15,8	85,2	14,8
Deputado Federal	87,3	12,7	91,2	8,8
Deputado Estadual e Distrital	85,7	14,3	88,3	11,7
2010						
Presidente	7	2	-	1	0,0	50,0
Governador	133	16	25	2	18,8	12,5
Senador	184	27	46	8	25,0	29,6
Deputado Federal	3.944	931	468	45	11,9	4,8
Deputado Estadual e Distrital	9.934	2.644	922	137	9,3	5,2
Distribuição percentual (%)						
Presidente	77,8	22,2	-	100,0
Governador	89,3	10,7	92,6	7,4
Senador	87,2	12,8	85,2	14,8
Deputado Federal	80,9	19,1	91,2	8,8
Deputado Estadual e Distrital	79,0	21,0	87,1	12,9

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela 6.17 - Concluintes de cursos de graduação presenciais, total e respectiva distribuição percentual, por rede de ensino e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Concluintes de cursos de graduação presenciais								
	Total	Distribuição percentual, por rede de ensino (%)							
		Total		Pública			Privada		
		Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Brasil	829 286	40,6	59,4	21,5	43,6	56,4	78,5	39,8	60,2
Norte	44 679	39,7	60,3	36,5	43,0	57,0	63,5	37,8	62,2
Rondônia	5 142	42,2	57,8	14,9	60,5	39,5	85,1	39,0	61,0
Acre	3 149	37,9	62,1	49,1	41,3	58,7	50,9	34,5	65,5
Amazonas	14 229	38,3	61,7	30,1	46,5	53,5	69,9	34,8	65,2
Roraima	1 908	36,8	63,2	26,9	40,1	59,9	73,1	35,7	64,3
Pará	13 398	42,1	57,9	46,3	41,3	58,7	53,7	42,8	57,2
Amapá	2 585	37,8	62,2	38,5	37,9	62,1	61,5	37,8	62,2
Tocantins	4 268	37,1	62,9	46,6	38,4	61,6	53,4	36,0	64,0
Nordeste	133 834	38,9	61,1	36,0	40,5	59,5	64,0	37,9	62,1
Maranhão	9 389	38,0	62,0	28,7	42,1	57,9	71,3	36,4	63,6
Piauí	12 037	35,0	65,0	40,1	41,1	58,9	59,9	31,0	69,0
Ceará	16 132	41,0	59,0	42,3	43,6	56,4	57,7	39,1	60,9
Rio Grande do Norte	13 823	42,0	58,0	36,3	42,4	57,6	63,7	41,8	58,2
Paraíba	9 821	40,2	59,8	50,3	44,6	55,4	49,7	35,7	64,3
Pernambuco	24 135	37,6	62,4	43,8	37,7	62,3	56,2	37,6	62,4
Alagoas	7 014	43,6	56,4	37,0	40,4	59,6	63,0	45,4	54,6
Sergipe	6 137	39,5	60,5	28,1	41,3	58,7	71,9	38,7	61,3
Bahia	35 346	37,7	62,3	25,4	37,4	62,6	74,6	37,8	62,2
Sudeste	447 369	41,3	58,7	14,1	46,6	53,4	85,9	40,4	59,6
Minas Gerais	92 586	40,9	59,1	17,6	48,4	51,6	82,4	39,3	60,7
Espírito Santo	16 474	39,0	61,0	22,1	45,6	54,4	77,9	37,2	62,8
Rio de Janeiro	75 225	40,6	59,4	17,4	40,6	59,4	82,6	40,7	59,3
São Paulo	263 084	41,7	58,3	11,4	48,4	51,6	88,6	40,8	59,2
Sul	132 805	41,2	58,8	25,0	44,0	56,0	75,0	40,3	59,7
Paraná	56 363	42,6	57,4	30,4	43,7	56,3	69,6	42,2	57,8
Santa Catarina	31 911	41,1	58,9	24,6	44,9	55,1	75,4	39,8	60,2
Rio Grande do Sul	44 531	39,5	60,5	18,4	43,8	56,2	81,6	38,5	61,5
Centro-Oeste	70 599	39,7	60,3	25,2	41,2	58,8	74,8	39,2	60,8
Mato Grosso do Sul	8 446	36,1	63,9	32,9	38,1	61,9	67,1	35,1	64,9
Mato Grosso	11 378	38,0	62,0	29,9	40,7	59,3	70,1	36,9	63,1
Goiás	25 782	38,7	61,3	31,8	39,5	60,5	68,2	38,3	61,7
Distrito Federal	24 993	42,8	57,2	13,8	48,0	52,0	86,2	41,9	58,1

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Notas: 1. Elaboração própria.

2. As Grandes Regiões e Unidades da Federação correspondem ao locais de oferta dos cursos.

Tabela 6.18 - Taxa de reprovação escolar, por nível e rede de ensino, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2011

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de reprovação, por nível e rede de ensino								
	Fundamental						Médio		
	Reprovação anos iniciais (1º ao 5º)			Reprovação anos finais (6º ao 9º)					
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Brasil	7,2	8,1	2,0	12,4	13,4	5,3	13,1	14,0	6,1
Norte	9,7	10,3	1,9	11,9	12,4	4,8	10,7	11,1	5,8
Rondônia	9,8	10,4	1,6	19,5	20,4	6,3	13,3	13,8	6,5
Acre	9,5	9,8	1,2	5,6	5,7	3,3	8,5	8,7	4,5
Amazonas	11,4	12,2	2,1	8,5	8,7	5,3	6,0	5,9	8,9
Roraima	5,9	6,2	1,2	13,3	13,8	4,8	13,2	13,7	6,6
Pará	9,6	10,1	2,1	12,9	13,6	4,6	12,4	13,1	4,6
Amapá	8,2	8,7	1,2	12,0	12,7	2,4	13,9	14,7	4,7
Tocantins	7,4	7,8	1,6	11,2	11,5	5,5	10,4	10,5	8,6
Nordeste	9,9	11,2	2,5	15,3	16,5	6,2	10,4	10,9	6,3
Maranhão	7,3	7,8	1,8	11,1	11,5	4,5	9,1	9,4	4,6
Piauí	11,8	12,9	2,7	14,3	15,2	7,0	9,7	10,1	6,6
Ceará	6,5	7,4	2,8	9,3	10,0	5,3	6,7	6,9	5,0
Rio Grande do Norte	11,7	13,7	3,0	19,0	21,4	6,8	8,0	8,1	7,8
Paraíba	9,7	11,1	2,1	14,7	16,0	5,4	7,7	8,1	5,3
Pernambuco	9,0	10,8	2,7	14,8	16,4	5,9	10,0	10,6	5,6
Alagoas	12,0	13,5	1,8	18,8	20,2	7,0	10,9	11,4	8,0
Sergipe	15,8	18,4	3,2	24,0	26,5	9,7	13,7	14,7	8,9
Bahia	11,7	12,8	2,4	19,1	20,1	7,1	14,9	15,5	7,4
Sudeste	4,8	5,4	1,9	10,0	10,8	5,2	14,5	15,8	6,2
Minas Gerais	3,1	3,4	1,2	12,1	12,8	5,6	12,6	13,3	6,8
Espírito Santo	6,9	7,6	0,8	16,4	17,8	5,4	18,4	20,4	5,4
Rio de Janeiro	10,7	12,5	3,4	15,9	17,7	8,1	18,5	20,1	9,9
São Paulo	3,3	3,7	1,6	6,5	7,0	3,8	13,9	15,3	4,6
Sul	5,9	6,4	1,6	14,0	15,0	4,3	14,4	15,6	5,5
Paraná	5,8	6,4	1,5	13,2	14,2	3,8	12,6	13,8	4,1
Santa Catarina	3,1	3,3	1,0	5,9	6,2	3,1	7,5	7,9	4,6
Rio Grande do Sul	7,7	8,3	1,9	19,2	20,6	5,6	20,7	22,2	8,1
Centro-Oeste	6,4	7,3	1,3	11,2	12,3	4,7	15,8	17,4	6,2
Mato Grosso do Sul	11,1	12,1	1,6	17,9	19,1	4,7	17,1	18,6	6,5
Mato Grosso	2,8	3,0	1,2	4,6	4,7	3,3	18,2	19,5	4,7
Goiás	5,7	6,6	1,3	9,9	10,9	4,6	12,9	14,0	5,9
Distrito Federal	7,0	9,0	1,0	15,3	18,5	5,4	18,5	22,3	7,1

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Notas: 1. Elaboração própria.

2. As Grandes Regiões e Unidades da Federação correspondem ao locais de oferta dos cursos.

Tabela 6.19 - Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - período 2008-2009

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar (%)											
	Total	Tipos de despesa										
		Alimen- tação	Habi- tação	Ves- tuário	Trans- porte	Higie- ne e cui- dados pes- soais	Assis- tência à saúde	Edu- cação	Re- crea- ção e cultura	Fumo	Servi- ços pes- soais	Despe- sas diver- sas
Brasil	100,0	19,8	35,9	5,5	19,6	2,4	7,2	3,0	2,0	0,5	1,1	2,9
Situação do domicílio												
Urbana	100,0	19,0	36,4	5,5	19,5	2,4	7,3	3,2	2,1	0,5	1,2	2,9
Rural	100,0	27,6	30,6	5,7	20,6	2,5	6,5	1,3	1,2	0,7	0,7	2,7
Norte												
Rondônia	100,0	19,2	34,5	7,7	19,9	2,9	6,7	2,9	1,8	0,3	1,1	3,1
Acre	100,0	26,5	30,5	8,1	16,5	3,6	6,7	2,9	1,8	0,5	1,0	1,9
Amazonas	100,0	27,9	36,4	6,5	15,9	3,8	2,6	1,0	1,9	0,5	0,9	2,6
Roraima	100,0	19,7	41,1	6,5	16,8	4,1	4,7	1,4	1,9	0,4	1,0	2,4
Pará	100,0	28,0	32,1	7,7	14,6	3,6	5,2	2,7	2,2	0,4	1,1	2,4
Amapá	100,0	22,4	32,6	9,4	17,9	4,6	4,2	2,8	2,1	0,4	1,2	2,4
Tocantins	100,0	22,3	33,3	6,6	21,6	3,0	5,4	2,5	1,3	0,4	1,1	2,6
Nordeste												
Maranhão	100,0	24,4	34,9	6,4	17,0	3,0	6,0	2,6	1,6	0,6	1,1	2,5
Piauí	100,0	27,7	29,3	7,0	16,6	3,6	7,1	3,4	1,8	0,5	1,0	2,0
Ceará	100,0	27,3	31,7	5,9	17,9	3,4	5,6	2,5	1,8	0,7	1,0	2,2
Rio Grande do Norte	100,0	26,1	32,8	6,1	17,1	3,3	6,2	2,7	1,9	0,7	1,0	2,2
Paraíba	100,0	24,1	32,0	6,3	19,3	3,5	6,4	2,6	1,6	0,5	1,1	2,7
Pernambuco	100,0	22,5	33,0	8,2	15,4	3,3	7,6	3,3	2,4	0,4	1,3	2,6
Alagoas	100,0	21,4	37,9	6,5	16,7	3,1	7,2	2,7	1,4	0,4	1,1	1,5
Sergipe	100,0	26,5	31,0	6,2	17,6	3,3	6,3	3,9	2,0	0,4	1,2	1,8
Bahia	100,0	23,0	32,8	6,0	20,7	2,7	6,4	2,6	1,7	0,3	1,1	2,7
Sudeste												
Minas Gerais	100,0	18,4	36,3	5,9	19,8	2,2	7,3	3,1	2,2	0,5	1,2	3,1
Espírito Santo	100,0	16,9	40,1	5,2	21,1	2,3	6,9	2,0	1,6	0,4	1,2	2,5
Rio de Janeiro	100,0	17,9	41,3	4,2	17,3	1,9	8,0	3,4	2,0	0,5	1,2	2,4
São Paulo	100,0	18,6	35,7	4,8	20,1	2,1	8,1	3,6	2,1	0,7	1,2	3,0
Sul												
Paraná	100,0	18,2	34,8	6,0	23,1	2,2	7,5	2,2	1,8	0,4	0,9	3,0
Santa Catarina	100,0	16,8	35,8	5,9	23,8	2,1	5,8	2,7	2,1	0,5	0,9	3,6
Rio Grande do Sul	100,0	19,8	34,8	6,0	19,7	2,2	7,3	2,7	2,2	0,7	0,9	3,7
Centro-Oeste												
Mato Grosso do Sul	100,0	18,9	36,2	5,5	20,8	2,7	7,2	2,6	1,7	0,4	1,1	3,0
Mato Grosso	100,0	19,0	38,8	5,7	20,9	3,0	5,4	1,5	1,3	0,5	1,1	2,8
Goiás	100,0	17,9	36,9	5,1	21,8	2,3	6,6	3,0	1,7	0,6	1,3	2,8
Distrito Federal	100,0	16,0	39,8	5,0	20,6	2,2	6,0	3,5	1,8	0,3	1,1	3,6

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Notas: 1. O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa, unidade de consumo, conforme descrito na introdução da publicação.

2. Médias obtidas segundo o número de famílias de cada área considerada.

Tabela 6.20 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa - Brasil - período 2008-2009

Tipos de despesa	Despesas monetária e não monetária média mensal familiar (R\$)							
	Total	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (1)						
		Até 830 (2)	Mais de 830 a 1 245	Mais de 1 245 a 2 490	Mais de 2 490 a 4 150	Mais de 4 150 a 6 225	Mais de 6 225 a 10 375	Mais de 10 375
Habitação	765,89	277,46	410,65	602,72	946,16	1 319,03	1 809,14	3 221,08
Aluguel	334,89	130,60	198,48	282,54	419,97	551,64	718,06	1 244,77
Aluguel monetário	47,48	24,72	32,82	39,45	56,42	77,77	100,16	140,14
Aluguel não monetário	287,41	105,87	165,66	243,09	363,55	473,86	617,89	1 104,62
Condomínio	22,22	1,46	2,65	5,28	23,30	48,48	91,89	210,82
Serviços e taxas	183,90	66,19	101,96	156,20	236,98	323,80	422,24	635,82
Energia elétrica	60,27	26,21	38,57	56,10	77,09	98,44	115,63	169,18
Telefone fixo	27,18	4,91	14,03	26,32	42,90	51,24	58,11	69,02
Telefone celular	26,19	5,84	10,20	18,12	32,60	51,10	77,80	133,47
Pacote de telefone, TV e Internet	15,05	0,82	1,71	6,70	20,39	42,07	53,75	95,62
Gás doméstico	20,63	15,77	19,37	21,22	22,24	22,41	27,06	30,88
Água e esgoto	23,08	11,71	16,59	23,38	29,49	32,90	36,78	51,69
Outros	11,52	0,94	1,49	4,37	12,28	25,66	53,11	85,97
Manutenção do lar	102,51	26,43	35,98	56,18	114,25	203,21	303,95	682,52
Artigos de limpeza	15,00	8,20	10,59	13,94	17,41	20,65	30,37	40,51
Mobiliários e artigos do lar	46,46	18,33	24,98	36,38	56,59	75,81	107,00	203,00
Eletrodomésticos	54,63	24,10	32,85	47,59	68,61	84,60	119,70	179,80
Consertos de artigos do lar	6,28	2,15	3,15	4,61	9,06	10,83	15,95	23,84
Aumento do ativo	152,09	16,12	25,88	57,37	152,15	367,46	402,48	1 479,90
Imóvel (aquisição)	104,62	5,78	10,04	25,26	86,49	272,82	269,90	1 237,61
Imóvel (reforma)	47,32	10,33	15,83	32,03	65,46	94,31	131,78	241,51
Outros investimentos	0,15	0,02	0,01	0,07	0,21	0,33	0,80	0,78
Diminuição do passivo	54,45	6,66	14,77	32,29	71,28	111,22	170,23	344,46
Empréstimo	37,68	5,22	11,75	22,51	46,22	75,68	119,40	239,38
Prestação de imóvel	16,77	1,44	3,02	9,78	25,05	35,54	50,84	105,07
Distribuição percentual (%)								
Habitação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Aluguel	43,7	47,1	48,3	46,9	44,4	41,8	39,7	38,6
Aluguel monetário	6,2	8,9	8,0	6,5	6,0	5,9	5,5	4,4
Aluguel não monetário	37,5	38,2	40,3	40,3	38,4	35,9	34,2	34,3
Condomínio	2,9	0,5	0,6	0,9	2,5	3,7	5,1	6,5
Serviços e taxas	24,0	23,9	24,8	25,9	25,0	24,5	23,3	19,7
Energia elétrica	7,9	9,4	9,4	9,3	8,1	7,5	6,4	5,3
Telefone fixo	3,5	1,8	3,4	4,4	4,5	3,9	3,2	2,1
Telefone celular	3,4	2,1	2,5	3,0	3,4	3,9	4,3	4,1
Pacote de telefone, TV e Internet	2,0	0,3	0,4	1,1	2,2	3,2	3,0	3,0
Gás doméstico	2,7	5,7	4,7	3,5	2,4	1,7	1,5	1,0
Água e esgoto	3,0	4,2	4,0	3,9	3,1	2,5	2,0	1,6
Outros	1,5	0,3	0,4	0,7	1,3	1,9	2,9	2,7
Manutenção do lar	13,4	9,5	8,8	9,3	12,1	15,4	16,8	21,2
Artigos de limpeza	2,0	3,0	2,6	2,3	1,8	1,6	1,7	1,3
Mobiliários e artigos do lar	6,1	6,6	6,1	6,0	6,0	5,7	5,9	6,3
Eletrodomésticos	7,1	8,7	8,0	7,9	7,3	6,4	6,6	5,6
Consertos de artigos do lar	0,8	0,8	0,8	0,8	1,0	0,8	0,9	0,7
Aumento do ativo	19,9	5,8	6,3	9,5	16,1	27,9	22,2	45,9
Imóvel (aquisição)	13,7	2,1	2,4	4,2	9,1	20,7	14,9	38,4
Imóvel (reforma)	6,2	3,7	3,9	5,3	6,9	7,1	7,3	7,5
Outros investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Diminuição do passivo	7,1	2,4	3,6	5,4	7,5	8,4	9,4	10,7
Empréstimo	4,9	1,9	2,9	3,7	4,9	5,7	6,6	7,4
Prestação de imóvel	2,2	0,5	0,7	1,6	2,6	2,7	2,8	3,3

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa, unidade de consumo, conforme descrito na introdução da publicação.

(1) Inclui os rendimentos monetário e não monetário e a variação patrimonial. (2) inclusive sem rendimento.

Tabela 6.21 - Domicílios particulares ocupados e população residente em domicílios particulares ocupados, total e em aglomerados subnormais, e número de aglomerados subnormais, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os municípios - 2010

Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios	Domicílios particulares ocupados			População residente em domicílios particulares ocupados			Número de aglomera- dos sub- normais
	Total	Em aglomera- dos sub- normais	Em aglomera- dos sub- normais (%)	Total	Em aglomera- dos sub- normais	Em aglomera- dos sub- normais (%)	
Brasil	57 427 999	3 224 529	5,6	190 072 903	11 425 644	6,0	6 329
Norte	3 988 832	463 444	11,6	15 820 347	1 849 604	11,7	467
Rondônia	457 323	12 605	2,8	1 550 300	47 687	3,1	25
Acre	191 169	10 001	5,2	730 903	36 844	5,0	16
Amazonas	801 640	89 933	11,2	3 476 658	381 307	11,0	121
Roraima	116 301	303	0,3	448 675	1 157	0,3	3
Pará	1 866 075	324 596	17,4	7 566 369	1 267 159	16,7	248
Amapá	156 818	23 909	15,2	667 234	108 086	16,2	48
Tocantins	399 506	2 097	0,5	1 380 208	7 364	0,5	6
Nordeste	14 957 608	926 370	6,2	52 986 438	3 198 061	6,0	1 349
Maranhão	1 656 608	91 786	5,5	6 568 693	348 074	5,3	87
Piauí	849 740	35 127	4,1	3 114 735	131 451	4,2	113
Ceará	2 369 811	121 165	5,1	8 439 947	441 937	5,2	226
Rio Grande do Norte	901 339	24 165	2,7	3 162 327	86 718	2,7	46
Paraíba	1 082 796	36 380	3,4	3 758 323	130 927	3,5	90
Pernambuco	2 551 317	256 088	10,0	8 770 723	875 378	10,0	347
Alagoas	847 252	36 202	4,3	3 114 195	130 428	4,2	114
Sergipe	593 248	23 225	3,9	2 065 293	82 208	4,0	46
Bahia	4 105 497	302 232	7,4	13 992 202	970 940	6,9	280
Sudeste	25 227 877	1 607 375	6,4	79 990 551	5 580 869	7,0	3 954
Minas Gerais	6 037 879	171 015	2,8	19 519 023	598 731	3,1	372
Espírito Santo	1 103 345	70 093	6,4	3 501 693	243 327	6,9	163
Rio de Janeiro	5 248 092	617 466	11,8	15 936 268	2 023 744	12,7	1 332
São Paulo	12 838 561	748 801	5,8	41 033 567	2 715 067	6,6	2 087
Sul	8 904 120	170 054	1,9	27 274 441	590 500	2,2	489
Paraná	3 304 597	61 807	1,9	10 406 307	217 223	2,1	192
Santa Catarina	1 995 572	21 769	1,1	6 226 708	75 737	1,2	74
Rio Grande do Sul	3 603 951	86 478	2,4	10 641 426	297 540	2,8	223
Centro-Oeste	4 349 562	57 286	1,3	14 001 126	206 610	1,5	70
Mato Grosso do Sul	763 696	1 879	0,2	2 437 037	7 249	0,3	8
Mato Grosso	918 559	16 472	1,8	3 020 113	56 982	1,9	14
Goiás	1 892 385	2 431	0,1	5 985 111	8 823	0,1	12
Distrito Federal	774 922	36 504	4,7	2 558 865	133 556	5,2	36

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: Inclui apenas os municípios com presença identificada de aglomerados subnormais.

Tabela 6.22 - Proporção de domicílios particulares permanentes cadastrados em unidade de Saúde da Família e proporção de pessoas residentes cobertas por planos de saúde, segundo as classes de rendimento domiciliar *per capita* em salários mínimos - Brasil - 2008

Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Proporção (%)	
	Domicílios cadastrados em unidade de Saúde da Família no total de domicílios particulares permanentes	Pessoas residentes cobertas por plano de saúde sobre o total de população residente (1)
Total	47,7	25,9
Sem rendimento a 1/4 do salário mínimo	64,2	2,3
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	62,4	6,4
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	54,6	16,1
Mais de 1 a 2 salários mínimos	45,1	33,7
Mais de 2 a 3 salários mínimos	35,3	54,8
Mais de 3 a 5 salários mínimos	26,5	68,8
Mais de 5 salários mínimos	16,3	82,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Inclui planos de empresas privadas e planos de assistência ao servidor público.

Tabela 6.23 - Famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, segundo as Unidades da Federação - 2011

Unidades da Federação	Famílias inscritas no Cadastro Único				Beneficiários do BPC		
	Total	Com renda <i>per capita</i> mensal até 140 R\$	Beneficiárias do Bolsa Família	Cobertura do Bolsa Família (1)	Total	Pessoas com deficiência	Idosos
Brasil	22 265 418	17 596 055	13 352 306	75,9	3 595 337	1 907 511	1 687 826
Rondônia	195 531	157 648	112 950	71,6	35 977	21 589	14 388
Acre	100 384	88 696	56 272	63,4	18 948	13 270	5 678
Amazonas	440 844	386 219	307 285	79,6	77 782	42 764	35 018
Roraima	67 365	59 001	45 575	77,2	9 027	6 140	2 887
Pará	1 054 988	937 143	772 311	82,4	165 362	87 163	78 199
Amapá	75 370	70 649	50 832	72,0	18 643	8 860	9 783
Tocantins	224 495	171 594	131 714	76,8	34 207	18 356	15 851
Maranhão	1 235 462	1 106 590	920 048	83,1	172 803	86 079	86 724
Piauí	636 566	547 450	444 696	81,2	52 464	34 821	17 643
Ceará	1 583 190	1 289 105	1 076 764	83,5	188 830	115 380	73 450
Rio Grande do Norte	566 608	451 439	349 595	77,4	58 619	40 416	18 203
Paraíba	721 805	610 500	487 779	79,9	83 344	53 866	29 478
Pernambuco	1 650 009	1 429 705	1 115 851	78,0	249 305	146 921	102 384
Alagoas	578 491	511 574	425 137	83,1	100 380	65 968	34 412
Sergipe	359 551	307 393	253 134	82,3	43 804	29 906	13 898
Bahia	2 595 482	2 190 553	1 752 993	80,0	345 171	181 655	163 516
Minas Gerais	2 303 932	1 642 538	1 159 172	70,6	344 147	194 137	150 010
Espírito Santo	367 282	271 895	192 365	70,7	52 354	28 067	24 287
Rio de Janeiro	1 201 565	972 206	734 902	75,6	247 266	94 329	152 937
São Paulo	2 563 531	1 807 218	1 209 819	66,9	597 146	266 528	330 618
Paraná	1 043 459	660 814	444 050	67,2	172 467	93 255	79 212
Santa Catarina	380 309	234 337	140 774	60,1	54 980	35 227	19 753
Rio Grande do Sul	902 349	670 640	450 778	67,2	159 480	92 489	66 991
Mato Grosso do Sul	258 232	180 906	134 447	74,3	68 241	29 384	38 857
Mato Grosso	330 520	237 073	171 905	72,5	75 493	36 739	38 754
Goiás	640 033	475 937	333 567	70,1	126 761	62 545	64 216
Distrito Federal	188 065	127 232	77 591	61,0	42 336	21 657	20 679

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Matriz de informação social. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/tabelas/mi_social.php>. Acesso em: set. 2012.

(1) Corresponde à razão entre o número de famílias beneficiárias do Bolsa Família e o número de famílias com rendimento *per capita* mensal até R\$ 140.

Tabela 6.24 - Acidentes de trabalho, total e distribuição percentual, por situação de registro de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT e motivo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Acidentes de trabalho					
	Total	Distribuição percentual, por situação de registro de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT e motivo (%)				
		Com registro				Sem registro
		Total	Motivo			
Típico	Trajeto		Doença do trabalho			
Brasil	701 496	74,9	59,1	13,5	2,2	25,1
Norte	29 220	73,0	57,9	11,7	3,5	27,0
Rondônia	5 280	68,9	49,8	12,0	7,2	31,1
Acre	1 086	53,5	37,8	13,6	2,0	46,5
Amazonas	8 375	75,0	59,7	10,7	4,6	25,0
Roraima	513	64,1	37,8	25,3	1,0	35,9
Pará	11 435	77,9	65,8	10,3	1,8	22,1
Amapá	667	76,6	52,8	22,9	0,9	23,4
Tocantins	1 864	58,7	42,7	15,2	0,9	41,3
Nordeste	89 485	63,8	49,6	11,8	2,5	36,2
Maranhão	5 969	56,1	43,5	11,0	1,6	43,9
Piauí	3 226	38,3	26,9	10,5	0,8	61,7
Ceará	12 135	66,8	47,5	17,3	1,9	33,2
Rio Grande do Norte	7 023	73,0	56,4	14,5	2,1	27,0
Paraíba	4 957	59,0	43,7	11,5	3,8	41,0
Pernambuco	19 936	68,6	53,0	12,8	2,7	31,4
Alagoas	9 185	71,2	62,2	7,6	1,5	28,8
Sergipe	3 120	75,7	60,1	12,4	3,2	24,3
Bahia	23 934	57,6	45,3	9,2	3,1	42,4
Sudeste	378 564	79,6	62,8	14,6	2,3	20,4
Minas Gerais	74 763	72,8	60,2	11,2	1,5	27,2
Espírito Santo	13 592	83,6	66,7	15,2	1,7	16,4
Rio de Janeiro	47 938	79,4	59,6	15,6	4,1	20,6
São Paulo	242 271	81,5	64,0	15,4	2,2	18,5
Sul	156 853	69,8	56,4	11,5	1,8	30,2
Paraná	51 509	78,0	64,2	12,2	1,6	22,0
Santa Catarina	47 107	61,2	47,5	12,0	1,6	38,8
Rio Grande do Sul	58 237	69,5	56,7	10,6	2,2	30,5
Centro-Oeste	47 374	76,0	57,9	16,0	2,0	24,0
Mato Grosso do Sul	10 032	72,9	56,0	14,7	2,2	27,1
Mato Grosso	13 376	70,4	56,9	11,8	1,7	29,6
Goiás	15 625	83,9	62,7	19,9	1,3	16,1
Distrito Federal	8 341	73,7	53,1	17,0	3,7	26,3

Fonte: Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social. Aeat InfoLogo: base de dados históricos de acidentes de trabalho. Brasília, DF: Dataprev, 2012. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/aeat>>. Acesso em: nov. 2012.

Nota: Elaboração própria.

Tabela 6.25 - Acidentes de trabalho, por indicadores selecionados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Unidades da Federação	Acidente de trabalho, por indicadores selecionados (%)						
	Incidência (por 1 000 vínculos)	Incidência de doenças ocupacionais (por 1 000 vínculos)	Incidência de acidentes típicos (por 1 000 vínculos)	Incidência de incapacidade temporária (por 1 000 vínculos)	Taxa de mortalidade (por 100 000 vínculos)	Taxa de letalidade (por 1 000 acidentes)	Acidentalidade para o grupo de idade de 16 a 34 anos (por 100 acidentes)
Brasil	19,1	0,4	11,3	16,5	7,4	3,9	53,3
Norte							
Rondônia	22,0	1,6	10,9	18,0	17,1	7,8	55,7
Acre	14,6	0,3	5,5	14,2	5,4	3,7	56,6
Amazonas	20,1	0,9	12,0	17,7	6,9	3,5	60,7
Roraima	9,3	0,1	3,5	9,1	5,5	5,8	56,5
Pará	16,8	0,3	11,0	13,5	10,6	6,3	55,2
Amapá	9,7	0,1	5,1	8,5	5,8	6,0	59,2
Tocantins	10,0	0,1	4,3	9,3	9,1	9,1	53,6
Nordeste							
Maranhão	14,2	0,2	6,2	12,4	11,6	8,2	47,0
Piauí	11,4	0,1	3,1	10,6	8,8	7,7	46,3
Ceará	11,6	0,2	5,5	10,6	6,5	5,6	54,4
Rio Grande do Norte	15,7	0,3	8,8	12,5	3,3	2,1	56,4
Paraíba	12,2	0,5	5,3	11,2	5,9	4,8	54,0
Pernambuco	18,1	0,5	9,6	16,0	8,9	4,9	51,7
Alagoas	30,2	0,5	18,8	28,6	9,5	3,2	54,4
Sergipe	10,9	0,3	6,6	8,8	6,7	6,1	54,9
Bahia	13,6	0,4	6,2	11,6	6,8	5,0	48,2
Sudeste							
Minas Gerais	18,2	0,3	11,0	15,3	8,3	4,6	52,9
Espírito Santo	17,7	0,3	11,8	14,4	11,4	6,5	55,1
Rio de Janeiro	15,0	0,6	8,9	12,2	4,6	3,1	47,6
São Paulo	21,3	0,5	13,6	18,4	6,2	2,9	55,3
Sul							
Paraná	21,3	0,3	13,7	18,1	8,0	3,7	54,3
Santa Catarina	26,3	0,4	12,5	24,0	8,5	3,2	50,8
Rio Grande do Sul	24,6	0,5	14,0	21,6	6,4	2,6	49,8
Centro-Oeste							
Mato Grosso do Sul	22,0	0,5	12,3	19,6	9,4	4,3	54,1
Mato Grosso	22,7	0,4	12,9	19,9	17,7	7,8	57,1
Goiás	14,6	0,2	9,1	13,1	12,4	8,5	57,8
Distrito Federal	12,3	0,5	6,5	11,3	4,6	3,7	51,1

Fonte: Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social. Aeat InfoLogo: base de dados históricos de acidentes de trabalho. Brasília, DF: Dataprev, 2012. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/aeat>>. Acesso em: nov. 2012.

Tabela 6.26 - Taxa estimada de desocupação na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, grupos de idade e grupos de anos de estudo, segundo os meses da pesquisa nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre - 2010/2011

Meses da pesquisa	Taxa estimada de desocupação na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade								
	Total	Sexo		Grupos de idade			Grupos de anos de estudo		
		Homem	Mulher	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais	Sem instrução ou menos de 8	8 a 10	11 ou mais
2010									
Janeiro	7,2	5,8	8,9	15,7	6,0	7,7	5,6	9,0	7,3
Fevereiro	7,4	6,0	9,0	16,9	5,9	7,6	5,6	9,8	7,3
Março	7,6	5,8	9,6	16,8	6,1	7,1	5,6	10,0	7,7
Abril	7,3	5,8	9	16	5,9	7	5,9	9,6	7,1
Maio	7,5	5,6	9,6	16,1	6,1	6,9	6,1	10,3	7,2
Junho	7,0	5,3	9,0	15,3	5,8	7,9	5,8	9,3	6,8
Julho	6,9	5,4	8,7	16,1	5,6	7,4	6,1	9,3	6,6
Agosto	6,7	5,2	8,6	15,0	5,4	7,6	5,9	9,2	6,3
Setembro	6,2	4,8	7,9	14,1	5,1	7,9	5,3	8,6	5,9
Outubro	6,1	4,6	7,8	13,3	5,0	8,1	5,2	8,3	5,7
Novembro	5,7	4,3	7,4	12,5	4,7	7,8	5,0	8,0	5,3
Dezembro	5,3	4,1	6,7	11,5	4,4	8,4	4,4	7,4	5,0
2011									
Janeiro	6,1	4,8	7,5	14,2	4,8	8,5	4,7	8,1	6,0
Fevereiro	6,4	5,1	7,9	13,9	5,2	8,3	5,1	8,1	6,3
Março	6,5	5,0	8,2	14,4	5,2	7,4	5,4	8,5	6,3
Abril	6,4	5,0	8,1	15,0	5,0	7,8	5,0	8,6	6,4
Maio	6,4	4,9	8,0	13,5	5,4	7,3	5,3	7,9	6,3
Junho	6,2	5,0	7,6	14,4	5,0	7,5	5,1	8,2	6
Julho	6,0	4,7	7,6	13,9	4,8	7,1	5	8,1	5,8
Agosto	6,0	4,6	7,6	13,6	4,8	7,9	5,2	8,1	5,7
Setembro	6,0	4,7	7,5	13,5	4,9	7,9	5,3	8,3	5,6
Outubro	5,8	4,5	7,2	12,6	4,8	8,1	4,9	8,2	5,4
Novembro	5,2	3,9	6,7	11,4	4,4	9,0	4,7	7,5	4,7
Dezembro	4,7	3,7	6,0	10,6	3,9	9,5	3,7	7	4,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego 2010-2011.

Notas: 1. Elaboração própria.

2. Período de referência de 30 dias para a procura de trabalho.

Tabela 6.27 - Dados das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Dados das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo			
	Número de operações	Número de estabelecimentos inspecionados	Trabalhadores cujos contratos foram formalizados no curso da ação fiscal	Trabalhadores resgatados
Brasil	143	309	2 745	2 628
Norte	45	133	875	724
Rondônia	5	7	43	37
Acre	1	1	8	8
Amazonas	2	5	33	28
Roraima	-	-	-	-
Pará	33	110	742	559
Amapá	-	-	-	-
Tocantins	4	10	49	92
Nordeste	17	29	343	267
Maranhão	7	9	58	119
Piauí	3	3	24	20
Ceará	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-
Paraíba	1	1	27	27
Pernambuco	1	1	100	-
Alagoas	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-
Bahia	5	15	134	101
Sudeste	33	36	657	767
Minas Gerais	18	20	350	511
Espírito Santo	4	5	59	107
Rio de Janeiro	3	3	34	58
São Paulo	8	8	214	91
Sul	16	44	354	397
Paraná	6	26	131	120
Santa Catarina	9	17	197	253
Rio Grande do Sul	1	1	26	24
Centro-Oeste	32	67	516	473
Mato Grosso do Sul	1	1	7	8
Mato Grosso	20	41	195	122
Goiás	11	25	314	343
Distrito Federal	-	-	-	-

Fonte: Quadro das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo 2010. Brasília, DF: Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, 2011. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/fisca_trab/est_resultado_quadro_trabescravo2010.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

Tabela 6.28 - Pedidos de informação junto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, total e distribuição percentual, segundo os órgãos mais acessados - Brasil - setembro de 2012

Órgãos mais acessados	Pedidos de informação junto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC	
	Total	Distribuição percentual (%)
Total	34 242	100,0
Superintendência de Seguros Privados - SUSEP	4 139	12,1
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	2 483	7,3
Banco Central do Brasil - BACEN	1 409	4,1
Caixa Econômica Federal - CEF	1 335	3,9
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	987	2,9
Ministério da Fazenda - MF	967	2,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP	940	2,7
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	784	2,3
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	769	2,2
Ministério da Educação - MEC	698	2,0
Outros órgãos	19 731	57,6

Fonte: Controladoria Geral da União - CGU, Coordenação-Geral de Promoção da Ética, Transparência e Integridade.

Tabela 6.29 - Pedidos negados de informação junto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, total e distribuição percentual, segundo os motivos que justificaram a negativa das respostas - Brasil - setembro de 2012

Motivos que justificaram a negativa das respostas	Pedidos negados de informação junto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC	
	Total	Distribuição percentual (%)
Total	4 784	100,0
Acesso negado - dados pessoais	1 213	25,4
Acesso negado - documento sigiloso (Lei nº 12.527/2011)	191	4,0
Acesso negado - legislação específica	335	7,0
Não dispõe da informação	998	20,9
Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	1 061	22,2
Solicitação negada - pedido exige tratamento de dados	216	4,5
Solicitação negada - pedido genérico	437	9,1
Solicitação negada - pedido incompreensível	333	7,0

Fonte: Controladoria Geral da União - CGU, Coordenação-Geral de Promoção da Ética, Transparência e Integridade.

Tabela 6.30 - Número de magistrados e servidores da Justiça Estadual, total e percentual, segundo as Unidades da Federação - 2010

Unidades da Federação	Número de magistrados e servidores da Justiça Estadual			
	Total de magistrados	Percentual (por 100 000 hab.)	Total de servidores	Força de trabalho (por 100 000 hab.)
Total	11 938	6,2	236 578	122
Grande porte				
Rio Grande do Sul	783	7,1	14 739	134
São Paulo	2 508	6,0	61 499	147
Minas Gerais	1 064	5,3	24 480	121
Rio de Janeiro	726	4,5	25 032	155
Médio porte				
Santa Catarina	765	12,4	10 023	162
Distrito Federal	307	11,6	9 780	368
Mato Grosso	336	11,0	5 562	183
Espírito Santo	307	8,7	5 784	164
Goiás	450	7,5	6 397	107
Paraná	756	7,0	9 803	91
Pernambuco	502	5,7	7 907	89
Maranhão	345	5,4	4 770	74
Ceará	403	4,7	4 681	54
Pará	341	4,5	3 989	53
Bahia	592	4,0	10 260	69
Pequeno porte				
Amapá	86	13,5	1 855	290
Acre	69	9,8	1 693	241
Rondônia	148	9,8	3 453	228
Tocantins	123	9,4	1 894	145
Roraima	40	9,3	1 007	234
Mato Grosso do Sul	192	8,1	4 522	190
Sergipe	144	7,1	2 882	141
Rio Grande do Norte	212	6,7	3 855	122
Paraíba	241	6,3	4 094	108
Piauí	176	5,6	2 036	64
Alagoas	159	5,0	2 267	71
Amazonas	163	4,7	2 314	67

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (Brasil). Justiça em números 2010. Brasília, DF: CNJ, 2011.

Nota: Definição das variáveis conforme Resolução nº 76, do Conselho Nacional de Justiça, de 12 de maio de 2009.

Referências

ALBERNAZ, A.; FERREIRA, F. H. G.; FRANCO, C. Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, v. 32, n. 3, p. 453-476, dez. 2002. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/download/139/74>>. Acesso em: nov. 2012.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; BARROS, L. F. W. *A família DINC no Brasil*: algumas características sócio-demográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 34 p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 30). Disponível em: <<http://www.ence.ibge.gov.br/web/ence/textos-para-discussao>>. Acesso em: out. 2012.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 2010. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, v. 19, 2011. Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_111202-105619-646.pdf>. Acesso em: out. 2012.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ACIDENTES DE TRABALHO 2009. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social: Ministério do Trabalho e Emprego, v. 1, 2010. Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_111202-105614-161.pdf>. Acesso em: out. 2012.

ATENÇÃO básica e a saúde da família: os números. Brasília, DF: Departamento de Atenção Básica - DAB, 2012. Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/abnumeros.php>>. Acesso em: set. 2012.

AUTONOMIA feminina. In: PORTAL BRASIL. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/desigualdade-de-generos/autonomia-feminina>>. Acesso em: out. 2012.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 98, de 20 de outubro de 2011. Institui o Estatuto da Juventude, dispendo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=102925>. Acesso em: nov. 2012.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2012.

_____. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 1998. p. 1, c. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2012.

_____. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010. Altera a denominação do capítulo VII do título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jul. 2010. p. 1, c. 2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2012.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. p. 13563. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2012.

_____. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 out. 1997. p. 21801. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2012.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, ano 140, n. 192, 3 out. 2003. Seção 1, p. 1-6. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2012.

_____. Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965, Código Eleitoral. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 set. 2009. p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2012.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. p. 1. Edição extra. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2012.

CADASTRO geral de empregados e desempregados - CAGED: síntese do comportamento do mercado de trabalho formal, Brasil - balanço do ano de 2011. Brasília, DF: Ministério

do Trabalho e Emprego, [2012]. 2 p. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D350AC6F801351616010B546D/Brasil%20Dezembro%202011%20com%20acertos.pdf>>. Acesso em: out. 2012.

CARACTERÍSTICAS da vitimização e do acesso à justiça no Brasil 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 248 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/vitimizacao_acesso_justica_2009/pnadvitimizacao.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

CID-10: classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. 10 ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2009. Versão em português organizada pelo Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde - OMS para a Classificação de Doenças em Português (Centro Brasileiro de Classificação de Doenças - CBCD). Tradução de: International statistical classification of diseases and related health problems, da OMS. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.htm>>. Acesso em: out. 2012.

A COBERTURA do seguro-desemprego. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego em convênio com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese, 2007. Projeto de qualificação social para atuação de sujeitos ou grupos sociais na negociação coletiva e na gestão de políticas públicas. 61 p. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA70DC7C54FDC/sumario_2009_TEXTOV6.pdf>. Acesso em: out. 2012.

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL. Metodología para la medición multidimensional de la pobreza en México. *Realidad, Datos y Espacio: Revista Internacional de Estadística y Geografía*, Aguascalientes [México]: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - Inegi, v. 2, n. 1, p. 36-63, enero/abr. 2011. Disponível em: <http://www.inegi.org.mx/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/integracion/especiales/revist-inter/Revista%20Digital%202/RDE_02_3a.html>. Acesso em: nov. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). *Justiça em números 2010*. Brasília, DF: CNJ, 2011. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em: nov. 2012.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. *Acesso à informação pública: uma introdução à Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011*. Brasília, DF: CGU, 2011. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/CartilhaAcessoalInformacao/CartilhaAcessoalInformacao.pdf>> Acesso em: nov. 2012.

DECLARAÇÃO universal dos direitos humanos. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, 1998. Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. 6 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: out. 2012.

DUBET, F.; DURU-BELLAT, M.; VÉRÉTOUT, A. *Les sociétés et leur école: emprise du diplôme cohésion sociale*. Paris: Ed. du Seuil, 2010. 211 p.

EDUCATION at a glance 2011: OCDE indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2011. 497 p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/education/highereducationandadultlearning/48631582.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

EDUCATION at a glance 2012: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2012. 565 p. Disponível em: <http://www.oecd.org/edu/EAG%202012_e-book_EN_200912.pdf>. Acesso em: out. 2012.

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. *The constant flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford [England]: Clarendon Press; New York: Oxford Univ. Press, 1992. 429 p.

ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL 2010. Rio de Janeiro: IBGE, v. 37, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2010/rc2010.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. *Educação e Sociedade: Revista de Ciência da Educação*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes, v. 28, n. 100, p. 989-1014, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1728100.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

FROM EDUCATION to work: a difficult transition for young adults with low levels of education. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2005. 113 p. Disponível em: <http://www.cprn.org/documents/37063_en.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

HUMAN development report 2011: sustainability and equity: a better future for all. New York: United Nations Development Programme - UNDP, 2011. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Complete.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, v. 15, n. 42, p. 113-122, fev. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: nov. 2012.

LEÓN, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. V. de (Org.) *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 9-18. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>> Acesso em: out. 2012.

MERLE, P. *La démocratisation de l'enseignement*. Paris: La Découverte, 2009. 125 p.

MORTALIDADE proporcional por idade em menores de 1 ano de idade. In: BIBLIOTECA virtual em saúde - BVS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do SUS - Datasus, 2010. Dados sistematizados pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde - Ripsa. Disponível em: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=a.9&lang=pt&version=ed5>>. Acesso em: nov. 2012.

NERI, M. Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade. *Nueva Sociedad: Democracia y Política en América Latina*, Caracas: Fundação Friedrich Ebert, 2007. Disponível em: <www.nuso.org/upload/articulos/p8-4_1.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

OBJETIVOS de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408_relatorioodm.pdf>. Acesso em: out. 2012.

OLIVEIRA, J. S. de. (Org.). O traço da desigualdade social no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 43 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: nov. 2012.

UM PANORAMA da saúde no Brasil: acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 245 p. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/panorama_saude_brasil_2003_2008/PNAD_2008_saude.pdf>. Acesso em: out. 2012.

PERFIL do trabalho decente no Brasil. Brasília, DF: Escritório da Organização Internacional do Trabalho - OIT; Geneva: International Labour Organization - ILO, 2009. 70 p. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/perfil_do_trabalho_decente_301.pdf>. Acesso em: out. 2012.

PESQUISA de orçamentos familiares 2008-2009: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 130 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_aval_nutricional/pof20082009_avaliacao.pdf>. Acesso em: out. 2012.

PESQUISA de orçamentos familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 222 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

PESQUISA de orçamentos familiares 2008-2009: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados. Rio de Janeiro, IBGE, 2012. 165 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Orcamentos_Familiares/Pesquisa_de_Orcamentos_Familiares_2008_2009/Perfil_das_Despesas_no_Brasil/POF2008_2009_perfil.pdf>. Acesso em: out. 2012.

PESQUISA nacional de saúde do escolar 2009: avaliação do estado nutricional dos escolares do 9o ano do ensino fundamental: Municípios das Capitais e Distrito Federal. Rio de Janeiro; IBGE, 2010. 45 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense_avaliacao_nutricional_2009/pense_avaliacao_nutricional_2009.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 131 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Volume_Brasil/pnad_brasil_2011.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

PISA. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasília, DF: INEP, 2011. Disponível em: <<http://encceja.inep.gov.br/web/guest/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>>. Acesso em: out. 2012.

PISA 2000: relatório nacional. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2001. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download/internacional/pisa/PISA2000.pdf>>. Acesso em: out. 2012.

PISA 2009 results: executive summary. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2010. 21 p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/46619703.pdf>>. Acesso em: out. 2012.

POLÍTICAS SOCIAIS ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 19, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

PROGRAMA saúde da família. In: PORTAL da SAÚDE. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2012]. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=149>. Acesso em: out. 2012.

REPORT on indicators for promoting and monitoring the implementation of human rights. New York: United Nations, 2008. 50 p. (HRI/MC/2008/3). Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/issues/indicators/docs/HRI.MC.2008.3_en.pdf>, Acesso em: out. 2012.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n1/02.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

_____. Desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil: raça, classe e gênero. In: RIBEIRO, C. A. C. *Desigualdade de oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 21-71.

SABÓIA, A. L. COBO, B. *Um panorama recente da desigualdade no Brasil a partir dos dados da PNAD 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 40 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 16). Disponível em: <<ftp://ftp.dpe.ibge.gov.br/gdi/textdisc/Texto16-04.pdfm>>. Acesso em: nov. 2012.

SEGURO desemprego. In: ANUÁRIO do sistema público de emprego, trabalho e renda 2010-2011. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/AnuSistPub2010/conteudo/index.html>>. Acesso em: out. 2012.

SEN, A. *Inequality reexamined*. New York: Russel Sage Foundation; Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1992. 207 p.

_____. *The standard of living*. Editado por Geoffrey Hawthorn. Cambridge [Cambridgeshire]; New York: Cambridge University Press. 1987. 139 p. Título variante: Tanner lectures.

SHAVITY, Y.; BLOSSFELD, H. (Ed.). *Persistent inequality: changing educational attainment in thirteen countries*. Boulder: Westview Press, 1993. 396 p. (Social inequality series).

SILVA, N. do V. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (Org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 105-138.

SINOPSE estatística da educação básica 2006. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2007. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: nov. 2012.

SINOPSE estatística da educação básica 2011. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: nov. 2012.

SOARES, J. F.; MAROTTA, L. Desigualdades no sistema de ensino fundamental brasileiro. In: VELOSO, F. et al. (Org.). *Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Campus, 2009. p. 73-91.

SOARES, S.; CARVALHO, L.; KIPNIS, B. Os jovens adultos de 18 a 25 anos: retrato de uma dívida educacional. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -

IPEA, 2003. 31 p. (Texto para discussão, n. 954). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0954.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. 2009. 292 p. Relatório apresentado pela Comissão, Paris, 14 set. 2009. Disponível em: <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf>. Acesso em: out. 2012.

TAXA de incidência de aids. In: BIBLIOTECA virtual em saúde - BVS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do SUS - Datasus, 2010a. Dados sistematizados pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde - Ripsa. Disponível em: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=D.2.1&lang=pt&version=ed5>>. Acesso em: out. 2012.

TAXA de mortalidade específica por causas externas. In: BIBLIOTECA virtual em saúde - BVS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do SUS - Datasus, 2010b. Dados sistematizados pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde - Ripsa. Disponível em: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=C.9&lang=pt&version=ed5>>. Acesso em: out. 2012.

TORCHE, F. Economic crises and inequality of educational opportunity in Latin America. *Sociology of Education*, Washington, DC: American Sociological Association - ASA, v. 83, n. 2, p. 85-110, April 2010.

VELEZ, C. E.; SOARES, S.; MEDEIROS, M. *Reducing schooling inequality in Brazil: demographic opportunities and inter-cohort differentials*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2001. 22 p. (Texto para discussão, n. 850). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0850.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

VENTURA, M. Estatuto da criança e do adolescente (ECA) e os direitos reprodutivos. In: _____. *Direitos reprodutivos no Brasil*. 3. ed. Brasília, DF: Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, 2009. p. 271-292. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_reprodutivos3.pdf>. Acesso em: out. 2012.

WOMEN in politics 2010: situation on 1 January 2010. New York: United Nations Division for the Advancement of Women: Inter-Parliamentary Union - IPU, 2010. Disponível em: <http://www.ipu.org/pdf/publications/wmnmap10_en.pdf>. Acesso em: out. 2012.

WOMEN in politics 2012: situation on 1 January 2012. New York: United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women - UN Women: Inter-Parliamentary Union - IPU, 2012. Disponível em: <http://www.ipu.org/pdf/publications/wmnmap10_en.pdf>. Acesso em: out. 2012.

WORLD population prospects: the 2010 revision. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2011. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>>. Acesso em: out. 2012.

Anexos

1 Notas sobre a PNAD

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.

A PNAD teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre.

A PNAD foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. No período de 1974-1975, foi levada a efeito uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - Endef e, durante a sua realização, o levantamento básico da PNAD foi interrompido. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD.

Data e períodos de referência

Data de referência - Foi o dia de 24 de setembro de 2011, para a pesquisa de 2011.

Semana de referência - Foi a semana de 18 a 24 de setembro de 2011, para a pesquisa de 2011.

Mês de referência - Foi o mês de setembro.

Período de referência de 365 dias - Foi o período de 25 de setembro de 2010 a 24 de setembro de 2011, para a pesquisa de 2011.

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alteração do conceito de trabalho

A partir da PNAD 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, incluindo, na captação como pessoa ocupada, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso.

Na classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação, adotada a partir da PNAD 1992, definiram-se, além das duas categorias novas (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), uma categoria específica, que recebeu a denominação de “trabalhadores domésticos”; para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado separadamente dos demais empregados.

Reestruturação do instrumento de coleta

O questionário da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados harmonizados conceitualmente com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

Classificações de ocupações e de atividades

A partir da PNAD 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas, respectivamente, para as classificações de ocupações e de atividades investigadas na PNAD (ver “classificação de ocupações” e “classificação de atividades” em Conceitos e definições).

Ajuste na investigação do tema educação

Para acompanhar a implantação da mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade, estabelecida na Lei no 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, foram feitos ajustes na investigação da parte de educação da PNAD 2007. Foi incluída na investigação uma pergunta sobre a duração do curso (8 ou 9 anos).

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Introdução do coletor eletrônico na pesquisa

A partir da PNAD 2007, foi introduzido o uso do coletor eletrônico (Personal Digital Assistant - PDA) para a realização das operações de coleta, possibilitando aprimorar o sistema operacional da pesquisa.

Adoção de sistema de imputação

Na PNAD 2007, foi utilizado o sistema DIA - Detección e Imputación Automática de Errores para Datos Cualitativos, que é um aplicativo computacional, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estadística - INE, da Espanha, que tem o objetivo de facilitar a depuração de censos e grandes pesquisas estatísticas. A partir da PNAD 2008, utiliza-se o Canadian Census Edit and Imputation System - Canceis.

Comparabilidade dos resultados da série histórica

A comparação dos resultados da PNAD desta década com os das anteriores deve levar em conta as seguintes questões:

- A classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos;
- Ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas, no que diz respeito à situação do domicílio, no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 1991 foi mantida para as pesquisas da PNAD realizadas de 1992 a 1999, assim como a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2000 foi mantida para as pesquisas da PNAD realizadas de 2001 a 2009 e, também, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico de 2010 foi adotada para a PNAD 2011;
- Em consequência dos itens anteriores, as estatísticas por situação urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio;
- Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e do Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, essas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Consequentemente, para os levantamentos da PNAD realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada à Região Centro-Oeste;
- No período de 1992 a 2003, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa Grande Região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas nesse período;
- As estatísticas do período de 1992 a 2003 apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando,

portanto, a totalidade do País, com exceção somente das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá;

- A partir de 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil; e
- A classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2010, como frisado anteriormente, permanecerá para as pesquisas da PNAD desta década.

Reponderação da série histórica

A partir das estimativas de população geradas em sintonia com as informações da revisão 2008 das projeções populacionais, utilizando a tendência 2000-2010, foram produzidos novos pesos para expansão dos resultados da PNAD para o período de 2001 a 2009. Os resultados para os anos apresentados nesta publicação já são os revistos.

Plano amostral

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias – municípios; unidades secundárias – setores censitários; e unidades terciárias – unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Na seleção das unidades primárias e secundárias (municípios e setores censitários) da PNAD da segunda década deste século, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes na data de referência do Censo Demográfico 2010.

Processo de seleção da amostra

No primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: autorrepresentativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não autorrepresentativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico 2010.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico 2010 como medida de tamanho.

No último estágio, foram selecionados, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação.

Em 2004, a inclusão das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá foi efetivada segundo uma metodologia que partiu dos municípios já selecionados no primeiro estágio do processo de seleção. Os setores rurais foram selecionados da mesma forma que os setores urbanos e mantendo a mesma fração de amostragem utilizada para os urbanos. Para alguns municípios, a aplicação direta dessa fração de amostragem resultaria em uma enorme quantidade de unidades domiciliares a serem entrevistadas sem o benefício equivalente no nível de precisão das estimativas. Por essa razão, foram adotados fatores de subamostragem variados para esses municípios.

Para a PNAD 2011, a seleção da amostra de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá seguiu a mesma metodologia adotada para as demais Unidades da Federação.

Cadastro de unidades domiciliares

Anualmente, com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, a operação de listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não residenciais existentes na área.

Na Tabela 1, apresentam-se as frações de amostragem, o número de unidades domiciliares, de setores censitários e de municípios selecionados nas diversas áreas em 2011.

Tabela 1 - Fração de amostragem e composição da amostra, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011

Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostra			
		Municípios	Setores	Unidades domiciliares	Pessoas
Brasil		1 100	9 166	146 207	358 919
Rondônia	1/200	23	170	2 675	6 825
Acre	1/150	11	94	1 488	4 076
Amazonas	1/250	23	240	3 686	11 308
Roraima	1/150	5	57	965	2 751
Pará	1/350	61	299	8 551	23 539
Região Metropolitana de Belém	1/150	6	264	4 241	11 544
Amapá	1/200	6	60	942	3 075
Tocantins	1/200	23	148	2 395	5 892
Maranhão	1/600	35	205	3 135	9 168
Piauí	1/500	20	127	2 178	5 618
Ceará	1/600	48	457	7 457	18 951
Região Metropolitana de Fortaleza	1/250	15	289	4 683	11 731
Rio Grande do Norte	1/550	19	129	2 050	5 427
Paraíba	1/550	23	146	2 347	6 169
Pernambuco	1/600	50	581	9 029	21 135
Região Metropolitana de Recife	1/200	14	390	6 200	13 854
Alagoas	1/500	18	128	1 990	5 534
Sergipe	1/300	22	155	2 396	5 894
Bahia	1/600	88	731	11 597	27 795
Região Metropolitana de Salvador	1/250	13	330	5 312	12 228
Minas Gerais	1/650	129	813	13 058	31 842
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1/400	35	297	4 829	12 002
Espírito Santo	1/450	24	187	3 029	7 135
Rio de Janeiro	1/550	47	689	11 118	25 094
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1/550	19	495	7 931	17 777
São Paulo	1/950	126	1 023	16 606	38 237
Região Metropolitana de São Paulo	1/850	37	489	7 906	19 121
Paraná	1/600	67	457	7 226	17 794
Região Metropolitana de Curitiba	1/400	18	174	2 832	6 398
Santa Catarina	1/550	45	278	4 373	9 724
Rio Grande do Sul	1/600	83	756	12 215	28 459
Região Metropolitana de Porto Alegre	1/200	32	472	7 577	17 768
Mato Grosso do Sul	1/350	21	158	2 602	6 414
Mato Grosso	1/350	31	204	3 117	7 378
Goiás	1/350	51	397	6 478	14 953
Distrito Federal	1/250	1	213	3 504	8 732

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Nota: A composição da amostra da Unidade da Federação inclui a Região Metropolitana e as áreas urbanas e rurais.

Processo de expansão da amostra

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria área rural.

A partir de 2004, a pesquisa passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, de 2004 a 2009, unicamente para Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra. Em 2011, a expansão da amostra dessas seis Unidades da Federação seguiu o mesmo procedimento adotado para as demais.

Precisão das estimativas

Com o objetivo de fornecer mais subsídios para a interpretação dos resultados da PNAD, são apresentadas, a seguir, algumas considerações que possibilitam avaliar o grau de confiabilidade das estimativas constantes neste volume.

Em pesquisas de múltiplos propósitos e de grande abrangência em termos de extensão territorial, como é o caso da PNAD, torna-se praticamente impossível isolar os erros provenientes das diversas fontes que influem nos resultados finais.

Tais erros podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não probabilística (erros alheios à amostragem), sendo que, estes últimos, podem ser introduzidos em qualquer uma das fases de realização da pesquisa.

Os erros alheios à amostragem não são influenciados pelo desenho da amostra, e a sua mensuração, quando possível, exige análises mais complexas e de custo elevado, com maior demora na obtenção de resultados do que para os erros de amostragem.

Tendo em vista o processo de expansão adotado para a PNAD, cumpre destacar que o grau de precisão está fortemente ligado ao das hipóteses feitas para as taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O cálculo do erro de amostragem deveria, portanto, levar em conta duas fontes de variação:

- 1a) O erro de amostragem proveniente da seleção das unidades domiciliares para a amostra; e
- 2a) O erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população.

Os resultados apresentados referem-se, apenas, aos erros de amostragem.

Função ajustante dos erros amostrais

A dificuldade que adviria do cálculo dos erros de amostragem, expressos pelos coeficientes de variação, para todas as variáveis (células) constantes do plano tabular, considerando todos os níveis de divulgação (Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove regiões metropolitanas), mostrou a necessidade de adoção de uma forma alternativa de apresentação destes coeficientes.

Assim sendo, a fim de fornecer uma aproximação para os coeficientes de variação associados às estimativas com o objetivo de quantificar o erro amostral em função da dimensão da estimativa, optou-se por ajustar modelos de regressão para cada um dos seguintes grupos de variáveis:

Para pessoas:

Total;

Situação urbana; e

Situação rural

Para famílias e domicílios:

Total;

Situação urbana; e

Situação rural

A partir da análise dos ajustamentos realizados, optou-se pelo uso do modelo de regressão da forma $Y = Ax^b$, onde x é o valor da estimativa e Y é o respectivo coeficiente de variação.

Cabe ressaltar que o ajustamento só pode ser utilizado para as variáveis qualitativas da pesquisa, isto é, não se deve usar a função ajustante quando se tratar de variáveis quantitativas, como é o caso, por exemplo, de estimativas de rendimento médio.

Tamanho da amostra

Na PNAD 2011, foram pesquisadas 358 919 pessoas e 146 207 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

2 Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

Dirigentes em geral

- Membros superiores e dirigentes do poder público
- Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)
- Gerentes

Profissionais das ciências e das artes

- Profissionais policientíficos
- Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia
- Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins
- Profissionais do ensino (com formação de nível superior)
- Profissionais das ciências jurídicas
- Profissionais das ciências sociais e humanas
- Comunicadores, artistas e religiosos

Técnicos de nível médio

- Técnicos polivalentes
- Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins
- Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins
- Professores leigos e de nível médio
- Técnicos de nível médio em serviços de transportes
- Técnicos de nível médio nas ciências administrativas
- Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos
- Outros técnicos de nível médio

Trabalhadores de serviços administrativos

- Escriturários
- Trabalhadores de atendimento ao público

Trabalhadores dos serviços

- Trabalhadores dos serviços

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

- Vendedores e prestadores de serviços do comércio

Trabalhadores agrícolas

- Produtores na exploração agropecuária
- Trabalhadores na exploração agropecuária
- Pescadores, caçadores e extrativistas florestais
- Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal

Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção

- Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil
- Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos
- Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica
- Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais
- Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins
- Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas
- Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário
- Trabalhadores de funções transversais
- Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias
- Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção
- Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos
- Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
- Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água
- Outros trabalhadores elementares industriais
- Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica
- Polimantenedores
- Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação

Membros das forças armadas e auxiliares

- Militares da aeronáutica
- Militares do exército
- Militares da marinha
- Policiais militares
- Bombeiros militares

Ocupações maldefinidas ou não declaradas

- Ocupações maldefinidas ou não declaradas

3 Grupamentos e divisões de atividade

Agrícola

Agricultura, pecuária e serviços relacionados com essas atividades

Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com essas atividades

Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com essas atividades

Indústria

Indústria de transformação

Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

Fabricação de produtos do fumo

Fabricação de produtos têxteis

Confecção de artigos do vestuário e acessórios

Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados

Fabricação de produtos de madeira

Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

Edição, impressão e reprodução de gravações

Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool

Fabricação de produtos químicos

Fabricação de produtos de borracha e plástico

Fabricação de produtos de minerais não metálicos

Metalurgia básica

Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática

Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos

Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações

Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios

Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias

Fabricação de outros equipamentos de transporte

Fabricação de móveis e indústrias diversas

Reciclagem

Outras atividades industriais

Extração de carvão mineral

Extração de petróleo e serviços correlatos

Extração de minerais radioativos

Extração de minerais metálicos

Extração de minerais não metálicos

Eletricidade, gás e água quente

Captação, tratamento e distribuição de água

Construção

Construção

Comércio e reparação

Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis

Intermediários do comércio, comércio e reparação de objetos pessoais e domésticos

Alojamento e alimentação

Alojamento e alimentação

Transporte, armazenagem e comunicação

Transporte terrestre

Transporte aquaviário

Transporte aéreo

Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem

Correios e telecomunicações

Administração pública

Administração pública, defesa e seguridade social

Educação, saúde e serviços sociais

Educação

Saúde e serviços sociais

Outros serviços coletivos, sociais e pessoais

Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas

Atividades associativas

Atividades recreativas, culturais e desportivas

Serviços pessoais

Serviços domésticos

Serviços domésticos

Outras atividades

Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada

Seguros e previdência privada

Atividades auxiliares da intermediação financeira

Atividades imobiliárias

Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores

e de objetos pessoais e domésticos

Atividades de informática e conexas

Pesquisa e desenvolvimento

Serviços prestados principalmente às empresas

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Atividades maldefinidas ou não declaradas

Atividades maldefinidas ou não declaradas

Glossário¹

abastecimento de água Abastecimento com canalização interna para pelo menos um cômodo do domicílio particular permanente, decorrente de rede geral de distribuição ou outra proveniência (poço, nascente, reservatório abastecido por carro-pipa, chuva etc.); ou sem canalização interna para pelo menos um cômodo do domicílio particular permanente, decorrente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade em que se localiza o domicílio, ou outra proveniência.

afazeres domésticos Tarefas realizadas, no domicílio de residência, que não se enquadram no conceito de trabalho, tais como: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; ou limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.

alfabetização funcional Alfabetização definida operacionalmente, segundo critérios da UNESCO e do MOBREAL, como o domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências, em correspondência a uma escolaridade mínima de quatro séries completas (antigo ensino primário).

anos de estudo Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo tem início: em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso

¹ Para classificação dos trabalhos decente, formal e informal, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

de ensino fundamental, de primeiro grau ou do elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior. As pessoas que não declararam a série e o nível ou grau, ou com informações incompletas ou que não permitem a sua classificação, são reunidas no grupo de anos de estudo não determinados ou sem declaração.

arranjo familiar *Ver em família*

autoavaliação do estado de saúde Estado de saúde da pessoa, avaliado segundo seu próprio ponto de vista, ou, no caso de criança pequena, do ponto de vista do seu responsável, foi classificado em uma escala de cinco graus: muito bom, bom, regular, ruim ou muito ruim.

casamento Ato, cerimônia ou processo pelo qual é constituída a relação legal entre o homem e a mulher. A legalidade da união pode ser estabelecida no casamento civil ou religioso com efeito civil e reconhecida pelas leis de cada país.

condição na família Classificação dos componentes da família quanto à relação de parentesco ou de convivência existente entre cada membro e a pessoa de referência da família ou com o seu cônjuge: pessoa de referência - pessoa responsável pela família ou assim considerada pelos demais membros; cônjuge - pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da família, existindo ou não vínculo matrimonial; filho - pessoa que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da família ou do seu cônjuge; outro parente - pessoa que tem qualquer grau de parentesco com a pessoa de referência da família ou com o seu cônjuge, exclusive os relacionados anteriormente; agregado - pessoa que não é parente da pessoa de referência da família ou do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação à família; pensionista - pessoa que não é parente da pessoa de referência da família ou do seu cônjuge e paga pela sua hospedagem ou alimentação à família; empregado doméstico - pessoa que presta serviços domésticos remunerados, em dinheiro ou somente em benefícios, a membro(s) da família; parente do empregado doméstico - pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviços domésticos remunerados a membro(s) da família. Para efeito de divulgação, os agregados, pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos constituem o grupo denominado "sem parentesco".

conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

cor ou raça Característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda (mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) ou indígena (pessoa indígena ou índia).

densidade demográfica Número de pessoas por unidade de superfície (hab./km²).

destino do lixo Destino dado ao lixo do domicílio particular permanente: coletado diretamente - quando o lixo é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atende ao logradouro; coletado indiretamente - quando o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza,

pública ou privada, para coleta posterior; ou outro - quando o lixo é queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar etc.

doença crônica Aquela que acompanha a pessoa por um longo período de tempo, podendo ter fases agudas, momentos de piora ou melhora sensível. São pesquisadas as seguintes doenças crônicas, diagnosticadas por médico ou profissional de saúde que a pessoa consultou: doença de coluna ou costas, artrite ou reumatismo, câncer, diabetes, bronquite ou asma, hipertensão, doença do coração, doença renal crônica, depressão, tuberculose, tendinite ou tenossinovite e cirrose.

Domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação caracteriza-se quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência caracteriza-se quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O domicílio particular é classificado em: permanente - localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento ou cômodo); ou improvisado - localizado em unidade que não possui dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc. que esteja servindo de moradia.

domicílio particular improvisado *Ver em domicílio particular*

domicílio particular permanente *Ver em domicílio particular*

dormitório Cômodo que está em caráter permanente sendo utilizado para esta finalidade por morador do domicílio particular permanente.

educação de jovens e adultos Modalidade da educação oferecida às pessoas de 15 anos ou mais de idade que não tiveram acesso ou continuidade de estudo, na idade apropriada, no ensino fundamental ou no ensino médio. No passado, a educação de jovens e adultos teve as seguintes denominações: artigo 99 e supletivo.

educação profissional Conjunto de atividades educativas, para formação ou aperfeiçoamento profissional, desenvolvidas com pelo menos um instrutor ou professor responsável pelos alunos e podendo ser ministradas em escola, empresa ou em qualquer outra instituição.

Emigrante Pessoa que muda de residência habitual de uma área administrativa de origem e fixa-se em outra.

Empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente em benefícios (moradia, comida, roupas etc.), inclusive a que presta serviço militar obrigatório, sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

Empregador Pessoa que trabalha explorando seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

emprego formal Conjunto de pessoas no mercado de trabalho celetista, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego.

esgotamento sanitário Escadouro do banheiro ou sanitário de uso dos moradores do domicílio particular permanente classificado, quanto ao tipo, em: rede coletora - quando a canalização das águas servidas ou dos dejetos é ligada a um sistema de coleta que os conduz para o desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não tenha estação de tratamento da matéria esgotada; outro - quando as águas servidas e os dejetos são esgotados para uma fossa, séptica ou rudimentar, ou diretamente para uma vala, lago ou mar ou outro escadouro que não se enquadre nos tipos descritos anteriormente.

esperança de vida ao nascer Número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade observada em dada população durante um dado período.

Família Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar.

família reconstituída Arranjo formado quando os indivíduos separados ou divorciados iniciam uma nova união, especialmente no caso da presença de crianças.

grupos de atividade Agrupamentos das divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Domiciliar, CNAE-Domiciliar, em: agrícola; indústria; indústrias de transformação; construção; comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; outras atividades; atividades maldefinidas ou não declaradas.

horas trabalhadas na semana Número de horas que as pessoas ocupadas normalmente trabalham por semana.

Imigrante Pessoa que chega em uma nova área administrativa deixando a residência administrativa habitual de origem.

índice de envelhecimento Razão entre o grupo de idosos (idade igual ou superior a 65 anos) e o grupo infanto-juvenil (menores de 15 anos). A população é considerada envelhecida se esta razão é superior a 1.

média de anos de estudo Total de anos de estudo das pessoas de uma determinada idade dividido pelo número total de pessoas nesta referida idade.

mês de referência Mês fixado para a investigação dos rendimentos. Para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009, foi setembro de 2009.

nascido vivo Expulsão ou a extração completa de um produto da concepção do corpo materno, independentemente da duração da gestação, o qual, depois da separação do corpo materno, respire ou dê qualquer outro sinal de vida, tais como: batimento do coração, pulsação do cordão umbilical ou movimentos efetivos dos músculos da contração voluntária, estando ou não cortado o cordão umbilical e estando ou não desprendida a placenta.

número médio de pessoas por domicílio Resultado da divisão do número de moradores pelo número de domicílios particulares permanentes.

número médio de pessoas por dormitório Resultado da divisão do número de moradores pelo número de dormitórios do domicílio particular permanente.

outro trabalhador não remunerado Pessoa que trabalha sem remuneração pelo menos uma hora na semana como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo.

Pensionista Pessoa que, na semana de referência, recebe pensão das Forças Armadas, do Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência social federal (INSS), estadual ou municipal, inclusive FUNRURAL, deixada por pessoa da qual é beneficiária.

pessoa de referência Pessoa responsável pelo domicílio/família ou assim considerada pelos demais membros.

pessoa desocupada Pessoa sem trabalho, mas que havia tomado alguma providência para conseguir trabalho na semana de referência.

pessoa em idade ativa Pessoa de 10 anos ou mais de idade.

pessoa ocupada Pessoa com trabalho durante toda ou parte da semana de referência, ainda que afastada por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

população economicamente ativa Pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência.

população ocupada *Ver em* pessoa ocupada

população projetada População estimada através do método das componentes demográficas, que leva em consideração a fecundidade, a mortalidade e a migração.

população residente Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, as pessoas são classificadas em: empregado, trabalhador doméstico, conta própria, empregador, trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar, outro trabalhador não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo e trabalhador na construção para o próprio uso. Para efeito de divulgação, o trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar e o outro trabalhador não remunerado constituem o grupo denominado "não remunerado".

projeção da população *Ver em* população projetada

proporção de pessoas idosas Porcentagem da população residente de 60 anos ou mais de idade em relação ao total da população.

razão de dependência Razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

razão de sexo Razão entre o número de homens e o número de mulheres em uma população.

rendimento do trabalho principal Rendimento do único trabalho que a pessoa tem na semana de referência. Para a pessoa que tem mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotam-se os seguintes critérios para definir o trabalho principal desse período: o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias (de 1º de outubro de 2008 a 30 de setembro de 2009); em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Este mesmo critério é adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona maior rendimento.

rendimento mensal Soma do rendimento mensal de trabalho com o rendimento proveniente de outras fontes.

rendimento mensal de outras fontes Rendimento mensal, relativo ao mês de referência da pesquisa, normalmente recebido de aposentadoria paga por instituto de previdência ou pelo governo federal; complementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência, governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão; pensão alimentícia; abono de permanência; aluguel; doação ou mesada recebida de pessoa não moradora na unidade domiciliar; rendimento proveniente de aplicação financeira, parceria; e rendimento recebido de programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros).

rendimento mensal de trabalho Rendimento mensal em dinheiro, produtos ou mercadorias, proveniente do trabalho principal e de outros trabalhos, exceto a produção para consumo próprio. Para empregados - remuneração bruta mensal a que normalmente têm direito ou, quando o rendimento é variável, remuneração média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Para empregadores e trabalhadores conta própria - retirada mensal (rendimento bruto menos as despesas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc.) ou, quando o rendimento é variável, retirada média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa.

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, excluindo pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal familiar Soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, excluindo pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento per capita Relação entre o rendimento total dos moradores do domicílio ou dos componentes da família e o número de pessoas do domicílio ou da família.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para o cálculo dos rendimentos em salários mínimos, considerou-se o valor do salário em vigor no mês de referência da pesquisa, cujo valor era R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) em setembro de 2009.

semana de referência Semana fixada para a investigação da condição de atividade e das características de trabalho. Para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009, foi a semana de 20 a 26 de setembro de 2009.

serviços de saneamento Conjunto de serviços simultâneos de saneamento do domicílio, que compreendem: acesso à rede geral de abastecimento de água, com canalização interna; ligação à rede geral de esgotamento sanitário e/ou rede pluvial; e coleta de lixo diretamente no domicílio.

situação do domicílio Situação urbana ou rural, conforme definida por lei municipal vigente por ocasião do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas; a situação rural abrange toda área situada fora desses limites.

taxa bruta de mortalidade Quociente entre o número de óbitos ocorridos durante um ano civil e a população total ao meio do ano civil. Representa a frequência com que ocorrem os óbitos em uma população.

taxa bruta de natalidade Número de nascidos vivos por 1 000 habitantes em determinado ano.

taxa de analfabetismo Porcentagem de pessoas analfabetas de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. É considerada analfabeta a pessoa que declara não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Aquela que apreendeu a ler e escrever, mas esqueceu, e a que apenas assina o próprio nome é, também, considerada analfabeta.

taxa de analfabetismo funcional Porcentagem de pessoas de uma determinada faixa etária que tem escolaridade de até 3 anos de estudo em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária.

taxa de atividade Porcentagem de pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas em idade ativa.

taxa de crescimento geométrico anual Taxa de crescimento da população, dada pela expressão:

$$i = \sqrt[n]{\frac{P_{(t+n)}}{P_t}} - 1$$

sendo $P_{(t+n)}$ e $P(t)$ populações correspondentes a duas datas sucessivas, e n o intervalo de tempo entre essas datas, medido em ano e fração de ano.

taxa de desocupação Porcentagem de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas economicamente ativas.

taxa de escolarização Ver em taxa de frequência escolar bruta

taxa de fecundidade total Número médio de filhos que teria uma mulher, de uma coorte hipotética, ao fim do período reprodutivo, estando sujeita a uma determinada lei de fecundidade, em ausência de mortalidade desde o nascimento até o final do período fértil.

taxa de formalidade Porcentagem de pessoas em trabalhos formais em relação ao total de pessoas ocupadas. Pode ser desagregada por determinadas características, como sexo, grupo etário e raça ou cor.

taxa de frequência escolar bruta Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

taxa de frequência escolar líquida Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola na série adequada, conforme a adequação série-idade do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

taxa de informalidade Porcentagem de pessoas em trabalhos informais em relação ao total de pessoas ocupadas. Pode ser desagregada por determinadas características, como sexo, grupo etário e raça ou cor.

taxa de mortalidade Ver em taxa bruta de mortalidade

taxa de mortalidade de menores de 5 anos Frequência com que ocorrem os óbitos de menores de 5 anos de idade, em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil.

taxa de mortalidade infantil Frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de 1 ano de idade) em uma população em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil.

taxa de urbanização Porcentagem da população da área urbana em relação à população total.

taxa geral de divórcio Número de divórcios por 1 000 habitantes em determinado ano.

taxa geral de nupcialidade legal Número de casamentos por 1 000 habitantes em determinado ano.

taxa geral de separações judiciais Número de separações judiciais por 1 000 habitantes em determinado ano.

tempo transcorrido entre as datas do casamento e da sentença Tempo, em anos completos, de duração legal do casamento.

trabalhador doméstico Pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

trabalhador na construção para o próprio uso Pessoa que trabalha pelo menos uma hora na semana na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente às reformas, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que é empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador.

trabalhador na produção para o próprio consumo Pessoa que trabalha pelo menos uma hora na semana na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Trabalho Exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; d) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho decente Trabalho produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Destacam-se as aspirações das pessoas em sua vida produtiva – aspirações por oportunidades e renda; direitos, voz e reconhecimento; estabilidade familiar e desenvolvimento pessoal; e justiça e igualdade de gênero. O trabalho decente compreende quatro objetivos estratégicos: princípios e direitos fundamentais no trabalho e padrões de trabalho internacionais; oportunidade de emprego e renda; proteção e segurança social; e diálogo social e “tripartidarismo”.

trabalho formal Trabalho com carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos, militares e funcionários públicos estatutários, bem como os empregadores e trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social.

trabalho informal Trabalho sem carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos, empregadores e trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social, trabalhadores não remunerados, bem como os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso.

unidade domiciliar Domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Coordenação geral da Síntese de Indicadores Sociais

Ana Lúcia Saboia

Revisão final dos textos

Ana Lucia Saboia

Barbara Cobo

Leonardo Athias

Revisão de tabelas e gráficos

Cristiane Soares

Leonardo Athias

Programação, processamento e tabulação dos resultados

Barbara Cobo

Betina Fresneda

Cristiane Soares

Cíntia Simões Agostinho

Gilson Gonçalves de Matos

João Raposo Belchior

Leonardo Athias

Pâmela Rodrigues da Silva Santos

Análise dos resultados

Aspectos demográficos

Cíntia Simões Agostinho

Famílias e domicílios

Ana Lucia Saboia

João Raposo Belchior

Rubem Magalhães

Educação

Betina Fresneda
José Luís Petruccelli

Atividades pessoais, inclusive trabalho

Cristiane Soares
Leonardo Athias

Padrão de vida e distribuição de renda

Ana Lucia Saboia
Barbara Cobo
Gilson Gonçalves de Matos
Leonardo Athias

Diretos humanos

Barbara Cobo
Pâmela Rodrigues da Silva Santos

Colaboradores

Fernando Roberto Pires de Albuquerque
Gabriel Mendes Borges
Marden Barbosa de Campos
Bianca Leal Neves (estagiária)
Jordan Rodrigues dos Santos (estagiário)

Projeto Editorial**Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração**Estruturação textual, tabular e de gráficos**

Katia Vaz Cavalcanti
Leonardo Martins
Neuza Damásio
Sônia Rocha

Diagramação tabular e de gráficos

Aline Pedro Carneiro Damacena
Helena Maria Mattos Pontes
Leonardo Martins
Luiz Carlos Chagas Teixeira
Neuza Damásio
Sônia Rocha

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho
Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Tratamento de arquivos e mapas

Evilmerodac Domingos da Silva

Produção de multimídia

LGonzaga
Márcia do Rosário Brauns
Marisa Sigolo
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva
Elizabeth de Carvalho Faria
Lioara Mandoju
Maria da Penha Ribeiro Uchôa

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas-capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte

Série Estudos e Pesquisas

Informação demográfica e socioeconômica - ISSN 1516-3296

Síntese de indicadores sociais 1998, n. 1, 1999.

Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil, n. 2, 1999.

População jovem no Brasil, n. 3, 1999.

Síntese de indicadores sociais 1999, n. 4, 2000.

Síntese de indicadores sociais 2000, n. 5, 2001.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000, n. 6, 2001.

Mapa do mercado de trabalho no Brasil 1992-1997, n. 7, 2001.

Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 8, 2002.

Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 9, 2002.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000, n. 10, 2002.

Síntese de indicadores sociais 2002, n. 11, 2003.

Síntese de indicadores sociais 2003, n. 12, 2004.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000, n.13, 2004.

Indicadores sociais municipais: uma análise da amostra do censo demográfico 2000, n.14, 2004.

Síntese de indicadores sociais 2004, n. 15, 2005.

Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000, n. 16, 2005.

Síntese de indicadores sociais 2005, n. 17, 2006.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003, n. 18, 2006.

Síntese de indicadores sociais 2006, n. 19, 2006.

Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos 1940 e 2000, n. 20, 2007.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2007, n. 21, 2007.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005, n. 22, 2008.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008, n. 23, 2008.

Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050, revisão 2008, n. 24, 2008.

Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil n. 25, 2009.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009, n. 26, 2009.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010, n. 27, 2010.

Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010, n. 28, 2010.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012, n. 29, 2012.

Informação geográfica - ISSN 1517-1450

Saneamento básico e problemas ambientais em Goiânia, n. 1, 1999.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002, n. 2, 2002.

Reserva ecológica do IBGE: ambientes e plantas vasculares, n. 3, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004, n. 4, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2008, n. 5, 2008.

Vetores estruturantes da dimensão socioeconômica da bacia hidrográfica do Rio São Francisco 2009, n.6, 2009.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2010, n. 7, 2010.

Geoestatísticas de recursos naturais da Amazônia Legal 2003, n. 8, 2011.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2012, n. 9, 2012.

Informação econômica - ISSN 1679-480X

As micros e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001, n. 1, 2003.

Caracterização do setor produtivo de flores e plantas ornamentais no Brasil, n. 2, 2004.

Indicadores agropecuários 1996-2003, n. 3, 2004.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002, n. 4, 2004. 2. ed. 2004.

Economia do turismo: análise das atividades: características do turismo 2003, n.5, 2006.

Demografia das empresas 2005, n.6, 2007.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.7, 2008.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005, n.8, 2008.

Economia da saúde: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.9, 2008.

Demografia das empresas 2006, n.10, 2008.

O setor de tecnologia da informação e comunicação no Brasil, 2003-2006, n.11, 2009.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2006, n.12, 2009.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007, n.13, 2010.

Demografia das empresas 2008, n. 14, 2010.

Estatísticas de empreendedorismo 2008, n. 15, 2011.

Demografia das empresas 2009, n. 16, 2011.

Demografia das empresas 2010, n. 17, 2012.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009, n.18, 2012.

Estatísticas de Empreendedorismo 2010, n. 19, 2012.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010, n.20, 2012.